



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA-EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Unidade Jurisdicionada	SECRETARIA-EXECUTIVA
Consolidadas	Secretaria-Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Subsecretaria de Assuntos Administrativos Diretoria de Tecnologia da Informação Diretoria de Projetos Internacionais Corregedoria Ouvidoria Coordenação-Geral da Central de Relacionamento



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA-EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa - IN do Tribunal de Contas da União - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, das Decisões Normativas - DN do TCU nº 134, de 04 de dezembro de 2013, nº 140, de 15 de outubro de 2014, e nº 143, de 18 de março de 2015.

Cabe registrar que a estrutura do presente Relatório segue as orientações dispostas na Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, que dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração de conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2014.

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	10
I. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO GERAL	12
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	13
1.1 Identificação da unidade jurisdicionada	13
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	16
1.3 Organograma Funcional	21
1.4 Macroprocessos finalísticos	25
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA.....	38
2.1 Estrutura de Governança	38
2.3 Sistema de Correição.....	39
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	39
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	41
3.1 Canais de acesso do cidadão	41
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	42
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços	43
3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada	43
3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada	44
3.6 Medidas relativas à acessibilidade	46
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	47
4.1 Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada	47
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	51
5.1 Planejamento da unidade.....	51
5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	62
5.3 Informações sobre outros resultados da gestão	83
5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional	114
5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços	125
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	126
6.1 Programação e Execução das despesas	126
6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda.....	139
6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	143
6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	144
6.5 Transferências de Recursos	146
6.6 Suprimento de Fundos.....	155
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	157
7.1 Estrutura de pessoal da unidade	157
7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários	169
7.3 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	174
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	176
8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	176
8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	181
8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	182
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	183
9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	183

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	192
10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	192
11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	193
11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	193
11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	197
11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	206
11.4 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	207
11.5 Alimentação SIASG E SICONV	209
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	210
12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	210
12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas	211
12.3 Conformidade Contábil	211
12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	212
II. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	214
59. UNIDADES JURISDICIONADAS QUE GERENCIAM PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	215
ANEXO I – RELATÓRIO DE LICITAÇÕES/PREGÃO CONCLUIDAS EM 2014	217
ANEXO II – CHAMADA PÚBLICA	227
ANEXO III - DISPENSA DE LICITAÇÃO - Artigo 24, da Lei Nº 8.666/93	228
ANEXO IV - ADESÕES A ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS FINALIZADAS EM 2014	232
ANEXO V - INEXIGIBILIDADE - ARTIGO 25 DA LEI Nº 8.666/93	234
ANEXO VI - RELAÇÃO DOS CONTRATOS VIGENTES EM 2014 EXCETO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	236
ANEXO VII - RELAÇÃO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO VIGENTES EM 2014	245

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro A.1.1.4 – Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado	13
Quadro 2 - Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	22
Quadro 3 - Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalístico	25
Quadro 4 - Quadro A.5.2.1 – Programa Temático	62
Quadro 5 - Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS	71
Quadro 6 - Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS	79
Quadro 7 - Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho.....	115
Quadro 8 - Quadro A.5.5 – Variações de Custos	125
Quadro 9 - Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas	126
Quadro 10 - Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	128
Quadro 11 - Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	130
Quadro 12 - Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total.....	132
Quadro 13 - Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários.....	133
Quadro 14 - Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	134
Quadro 15 - Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários	135
Quadro 16 - Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	136
Quadro 17 - Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	137
Quadro 18 - Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade	139
Quadro 19 - Quadro A.6.3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	143
Quadro 20 - Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	144
Quadro 21 - Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	146
Quadro 22 - Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	148
Quadro 23 - Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	150
Quadro 24 - Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	152
Quadro 25 - Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos.....	155
Quadro 26 - Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos	155
Quadro 27 - Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	156
Quadro 28 - Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ.....	157
Quadro 29 - Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva	157
Quadro 30 - Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	158
Quadro 31 - Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal	161
Quadro 32 - Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	163
Quadro 33 - Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	169
Quadro 34 - Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	170
Quadro 35 - Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	171
Quadro 36 - Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários.....	173
Quadro 37 - Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	181
Quadro 38 - Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	181
Quadro 39 - Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	182
Quadro 40 - Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.....	187
Quadro 41 - Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental.....	192
Quadro 42 - Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	193
Quadro 43 – Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	195
Quadro 44 - Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno	197

Quadro 45 - Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	201
Quadro 46 - Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	206
Quadro 47 - Quadro A.12.4.1 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.....	212

LISTA DE SIGLAS

A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública
AECI - Assessoria Especial de Controle Interno
AGU - Advocacia-Geral da União
ASSEFAZ - Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda
ATPS - Analista Técnico de Políticas Sociais
AVADES - Avaliação de Desempenho
BID - Banco Interamericano para o Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CADSUAS - Cadastro do SUAS
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CGBD - Coordenação Geral de Banco de Dados
CGCR - Coordenação-Geral da Central de Relacionamento
CGLA - Coordenação-Geral de Logística e Administração
CGLC - Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
CGOF - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGOI - Coordenação-Geral de Organização e Inovação Institucional
CGPA - Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação
CGRH - Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGTI - Comitê Gestor de Tecnologia e Informação
CGU - Controladoria Geral da União
CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola
CIISC - Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica e Social dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis
CNEAS - Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social
CNPCT - Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
COFIN - Coordenação-Geral de Programação Financeira
CONJUR – Consultoria Jurídica
CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal
CSIC - Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
DAS - Direção e Assessoramento Superior
DBR – Declaração de Bens e Renda
DDG-0800 - Discagem Gratuita
DFD - Departamento de Formação e Disseminação

DPI - Diretoria de Projetos Internacionais
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
EGTI - Estratégia Geral de Tecnologia da Informação
ESAF - Escola Superior de Administração Fazendária
ETIR - Equipe de Tratamento de Incidentes de Segurança
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAQ - Perguntas Frequentes
FCEP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
FORTSUAS - Programa de Fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social
GECC - Gratificação por Encargos de Curso e Concurso
GM – Gabinete da Ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
GSISTE - Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal
INE - Informações Não Encontradas
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
MI – Ministério da Integração
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MP - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MS – Ministério da Saúde
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
Mtur - Ministério do Turismo
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAC/Correios - Programa Prático Acessível e Confiável
PCTI - Projeto de Cooperação Técnica Internacional
PDRS - Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável
PES - Projeto Esplanada Sustentável
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PLS - Compras e Licitações Sustentáveis e o Plano de Logística Sustentável
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POSIC - Política de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério

PPA - Plano Plurianual

PRONAT - Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais

Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RP - Respostas Padrões

SAA - Sistema de Autenticação e Autorização

SAA - Subsecretaria de Assuntos Administrativos

SAA WEB Gestão - Sistema WEB de Gestão de Autenticação e Autorização

SAAN - Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SAIP - Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias

SCC - Sistema de Controle de Contratos

SDH - Secretaria de Direitos Humanos

SE - Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SEAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais

SEI - Sistema de Envio de Informação

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados

SESC – Serviço Social do Comércio

SESEP - Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza

SESI – Serviço Social da Indústria

SEST – Serviço Social do Transporte

SFC – Secretaria Federal de Controle

SG/PR - Secretaria-Geral da Presidência da República

SGD - Sistema de Gestão de Demandas

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAIN - Sistema da Assessoria Internacional

Siasg - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIBEC - Sistema de Benefícios ao Cidadão

SIBS - Setor de Indústria Bernardo Sayão

SIC - Segurança da Informação e Comunicações

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

SICON - Sistema de Condicionalidades

SIEXP - Sistema de Expedição e Protocolo

SIGBPC - Sistema de Gestão do Programa de Benefício de Prestação Continuada

SIGPBF - Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família

SIGPC - Sistema de Prestação de Contas

SIMAC Questionário - Sistema de Monitoramento e Acompanhamento e Atualização Cadastral

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISDOC - Sistema de Documentação

SISFIS - Sistema de Fiscalização

SISG - Sistemas de Pessoal, de Administração de Serviços-Gerais

SISJOVEM - Sistema de Gestão do ProJovem

SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação

SISPAA - Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos

SISPETI - Sistema do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

SISPOAD – Sistema Informatizado da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres

SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

SRP - Sistema de Registro de Preços (Pregão Eletrônico)

STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCE – Tomadas de Contas Especiais

TCU - Tribunal de Contas da União

TI - Tecnologia da Informação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UO – Unidade Orçamentária

URA - Unidade de Resposta Audível

WWP - Iniciativa Brasileira de um Mundo Sem Pobreza – World Without Poverty

INTRODUÇÃO

Este Relatório apresenta os atos de gestão praticados pela Secretaria-Executiva e das unidades não inseridas nos relatórios das demais Unidades Jurisdicionadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, constando as estratégias de atuação adotadas, as atividades desenvolvidas, bem como os resultados obtidos.

O Relatório foi elaborado conforme os seguintes normativos: Instrução Normativa TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, e das Decisões Normativas - DN do TCU nº 134, de 04 de dezembro de 2013, nº 140, de 15 de outubro de 2014, e nº 143, de 18 de março de 2015.

Cabe registrar que a estrutura do presente Relatório segue as orientações dispostas na Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, que dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração de conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2014.

Em seguida, encontram-se relacionados os itens requeridos pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 que não constam deste documento, bem como a correspondente justificativa:

I. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 134/2013 – CONTEÚDO GERAL

CAPÍTULO 2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

Item 2.2 - Atuação da unidade de auditoria interna

Justificativa: não se aplica, pois a Secretaria Federal de Controle - SFC assumiu a competência de auditoria interna da Administração Direta e, deste modo, o item é restrito às unidades da Administração Indireta.

Item 2.5 - Remuneração Paga a Administradores

Justificativa: A UJ não é Empresa Estatal.

CAPÍTULO 5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Item 5.2.2 – Objetivo (Quadro A.5.2.2)

Justificativa: Não cabe, pois conforme a Portaria-TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, o item só deve ser preenchido em relação aos objetivos e metas cujo desenvolvimento coube diretamente a UJ.

Item 5.2.3.2 - Ações/Subtítulos - OFSS

Justificativa: As ações do Programa possui apenas o localizador 0001 - Nacional.

Item 5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI

Justificativa: AUJ não possui este tipo de ação.

CAPÍTULO 6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Item 6.7 - Renúncias sob a Gestão da UJ

Justificativa: Não houve renúncias tributárias nesta UJ.

Item 6.8 Gestão de Precatórios

Justificativa: Não há precatórios nesta UJ.

CAPÍTULO 8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Quadro A.8.2.2.2 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

Justificativa: não ocorreu cessão de espaço físico a terceiros no âmbito desta UJ.

Quadro A.8.2.3 - Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Justificativa: esta UJ não possui imóveis funcionais sob sua responsabilidade.

CAPÍTULO 11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

Item 11.4 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Justificativa: não ocorrerem pendências neste sentido.

CAPÍTULO 12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Item 12.5 - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Justificativa: O item não precisa ser apresentado pelo MDS, conforme a DN TCU nº 134/2013 (vide quadro a1 – relacionamento entre as unidades jurisdicionadas e os conteúdos gerais do relatório de gestão).

Item 12.6 - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Justificativa: O item não precisa ser apresentado pelo MDS, conforme a DN TCU nº 134/2013 (vide quadro a1 – relacionamento entre as unidades jurisdicionadas e os conteúdos gerais do relatório de gestão).

Item 12.7 - Composição Acionária das Empresas Estatais

Justificativa: A UJ integra a Administração Direta.

Item 12.8 - Relatório de Auditoria Independente

Justificativa: Não ocorreu auditoria independente na UJ.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Justificativa: Não existem outras informações consideradas relevantes para a UJ.

II. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 134/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

Itens 1 a 67, exceto- o item 59.

Justificativa: A Secretaria-Executiva não está indicada para apresentação das informações e/ou não houve ocorrências no período.

I. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 134/2013 – CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

1.1.4 Relatório de Gestão Consolidado

Quadro 1 – Quadro A.1.1.4 – Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome				Código SIORG: 001945
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora				
Denominação Completa: Secretaria-Executiva				
Denominação Abreviada: SE				
Código SIORG: 72571	Código na LOA: 55101		Código SIAFI: 550003	
Natureza Jurídica: Órgão Público				CNPJ: 05.526.783/0001-65
Principal Atividade: Administração Pública em Geral				Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de Contato:	(61) 2030-1087	(61) 2030-1088	(61) 2030-2911	
Endereço Eletrônico: secretaria.executiva@mds.gov.br				
Página na Internet: http://www.mds.gov.br				
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco “C”, 6º Andar, Sala 600, CEP – 70.046-900 – Brasília (DF)				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	Código SIAFI	CNPJ	Situação	Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	550002	05.756.246/0001-01	Ativa	73609
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	550005 550006	05.756.246/0004-54 05.756.246/0003-73	Ativas	106867
Diretoria de Tecnologia da Informação	550016	05.526.783/0001-65	Ativa	106869
Diretoria de Projetos Internacionais	550012, 550014, 550017, 550019, 550021 e 550022	05.526.783/0001-65	Ativas Ativas Inativas	106868
Corregedoria	-	05.526.783/0001-65	Ativa	107378
Ouvidoria	-	05.526.783/0001-65	Ativa	77778
Coordenação-Geral da Central de Relacionamento	-	05.526.783/0001-65	Ativa	107650
Gabinete da Secretaria-Executiva	-	05.526.783/0001-65	Ativa	73608
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
LEI Nº 10.683, de 28 de Maio de 2003 (DOU 28.05.2003): Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;				

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de Janeiro de 2004 (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004) (DOU 23.01.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;																																																
LEI Nº 10.869, de 13 de Maio de 2004 (DOU 14.05.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;																																																
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas																																																
DECRETO Nº 5.074, de 13 de Maio de 2004 (DOU 12.05.2004, republicado DOU 14.05.2004): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;																																																
DECRETO Nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004) (DOU 23.09.2005): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;																																																
DECRETO Nº 7.079, de 26 de Janeiro de 2010 (Revoga o Dec. 5.550/2005) (DOU 27.01.2010): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;																																																
DECRETO Nº 7.492, de 02 de Junho de 2011 (DOU 03.06.2011): Institui o Plano Brasil sem Miséria;																																																
DECRETO Nº 7.493, de 02 de Junho de 2011 (Revoga o Dec. 7.079/2010) (DOU 03.06.2011): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências.																																																
DECRETO Nº 8.218, de 28 de março de 2014 (DOU de 31.3.2014): Altera o Anexo II ao Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e remaneja cargos em comissão.																																																
PORTARIA MDS Nº 416, de 12 de agosto de 2005 (DOU 15.08.2005): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.																																																
PORTARIA MDS Nº 330, de 11 de outubro de 2006 (Revoga a Port. 416/2005) (DOU 13.10.2006): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.																																																
PORTARIA MDS Nº 120, de 12 de junho de 2012 (Revoga a Port. 330/2006) (DOU 16.07.2012): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na forma dos anexos a esta Portaria.																																																
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas																																																
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: http://www.mds.gov.br/brasilsemismeria																																																
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas																																																
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Código SIAFI</th><th>Nome</th></tr> </thead> <tbody> <tr><td>110174</td><td>DIRETORIA DE GESTAO INTERNA/SE/CGU</td></tr> <tr><td>110245</td><td>FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC. ORC. FINANC</td></tr> <tr><td>114601</td><td>FUNDACAO IBGE-ADMINISTRACAO CENTRAL/RJ</td></tr> <tr><td>114702</td><td>FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA</td></tr> <tr><td>153114</td><td>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL</td></tr> <tr><td>170009</td><td>ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA</td></tr> <tr><td>180077</td><td>SETORIAL ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - DPGE</td></tr> <tr><td>201002</td><td>COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS</td></tr> <tr><td>240005</td><td>COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS</td></tr> <tr><td>240101</td><td>COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS</td></tr> <tr><td>240118</td><td>SECRETARIA DE CIENCIA E TECNOL. P/ INCL. SOCIAL</td></tr> <tr><td>254420</td><td>FUNDACAO OSWALDO CRUZ</td></tr> <tr><td>330013</td><td>FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</td></tr> <tr><td>364102</td><td>CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO</td></tr> <tr><td>393003</td><td>DEPART. NAC. DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE</td></tr> <tr><td>490002</td><td>SUBSEC. DE PLANEJ., ORCAMENTO E ADMINISTRAÇO</td></tr> <tr><td>540001</td><td>COORD.-GERAL DE PLANEJ. ORCAM. E FINANC.-CGPO</td></tr> <tr><td>550002</td><td>SETORIAL DE FINANÇAS / MDS</td></tr> <tr><td>550003</td><td>SECRETARIA-EXECUTIVA - MDSCF</td></tr> <tr><td>550005</td><td>COORDENACAO GERAL DE LOGISTICA E ADM/M.D.S.</td></tr> <tr><td>550006</td><td>COORDENACAO GERAL DE RECURSOS HUMANOS/ M.D.S.</td></tr> <tr><td>550007</td><td>SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA</td></tr> <tr><td>550008</td><td>SECRETARIA NACIONAL DE SEG.ALIM E NUTRICIONAL</td></tr> </tbody> </table>	Código SIAFI	Nome	110174	DIRETORIA DE GESTAO INTERNA/SE/CGU	110245	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC. ORC. FINANC	114601	FUNDACAO IBGE-ADMINISTRACAO CENTRAL/RJ	114702	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	153114	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	170009	ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA	180077	SETORIAL ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - DPGE	201002	COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS	240005	COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS	240101	COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	240118	SECRETARIA DE CIENCIA E TECNOL. P/ INCL. SOCIAL	254420	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	330013	FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	364102	CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO	393003	DEPART. NAC. DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE	490002	SUBSEC. DE PLANEJ., ORCAMENTO E ADMINISTRAÇO	540001	COORD.-GERAL DE PLANEJ. ORCAM. E FINANC.-CGPO	550002	SETORIAL DE FINANÇAS / MDS	550003	SECRETARIA-EXECUTIVA - MDSCF	550005	COORDENACAO GERAL DE LOGISTICA E ADM/M.D.S.	550006	COORDENACAO GERAL DE RECURSOS HUMANOS/ M.D.S.	550007	SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA	550008	SECRETARIA NACIONAL DE SEG.ALIM E NUTRICIONAL
Código SIAFI	Nome																																															
110174	DIRETORIA DE GESTAO INTERNA/SE/CGU																																															
110245	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC. ORC. FINANC																																															
114601	FUNDACAO IBGE-ADMINISTRACAO CENTRAL/RJ																																															
114702	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA																																															
153114	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL																																															
170009	ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA																																															
180077	SETORIAL ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - DPGE																																															
201002	COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS																																															
240005	COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS																																															
240101	COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS																																															
240118	SECRETARIA DE CIENCIA E TECNOL. P/ INCL. SOCIAL																																															
254420	FUNDACAO OSWALDO CRUZ																																															
330013	FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL																																															
364102	CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO																																															
393003	DEPART. NAC. DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE																																															
490002	SUBSEC. DE PLANEJ., ORCAMENTO E ADMINISTRAÇO																																															
540001	COORD.-GERAL DE PLANEJ. ORCAM. E FINANC.-CGPO																																															
550002	SETORIAL DE FINANÇAS / MDS																																															
550003	SECRETARIA-EXECUTIVA - MDSCF																																															
550005	COORDENACAO GERAL DE LOGISTICA E ADM/M.D.S.																																															
550006	COORDENACAO GERAL DE RECURSOS HUMANOS/ M.D.S.																																															
550007	SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA																																															
550008	SECRETARIA NACIONAL DE SEG.ALIM E NUTRICIONAL																																															

550011	SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
550017	II PROJETO DE APOIO AO PBF E AO CNDS

Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
00001	TESOURO NACIONAL
11301	FUNDACAO INSTITUTO BRAS.GEOGR. E ESTATISTICA
11401	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA
15235	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
25201	FUNDACAO OSWALDO CRUZ
36201	CONSELHO NAC. DE DESENV. CIENTIFICO TECNOLOGICO
39252	DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
110174	00001
110245	00001
114601	11301
114702	11401
153114	15235
170009	00001
180077	00001
201002	00001
240005	00001
240101	00001
240118	00001
254420	25201
330013	00001
364102	36201
393003	39252
490002	00001
540001	00001
550002	00001
550003	00001
550005	00001
550006	00001
550007	00001
550008	00001
550011	00001
550017	00001

Unidades Orçamentárias Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas

Código SIAFI	Nome
55101	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Secretaria-Executiva

A Secretaria-Executiva (SE), na condição de órgão de assistência direta e imediata da Ministra, exerceu em 2014 suas atribuições de supervisão e coordenação das atividades das demais unidades integrantes do Ministério. Participou ativamente do planejamento e da execução das diversas ações implementadas pelas Secretarias do Ministério, para potencializá-las e favorecer o alcance dos resultados desejados. Nesse sentido, a SE tem procurado fortalecer espaços de coordenação interna (com a criação de grupos de trabalho, comitês internos e realização de reuniões bilaterais de discussão), inclusive em suas áreas de sua competência, voltadas para a gestão das áreas administrativas e operacionais.

Conforme suas atribuições regimentais, a Secretaria Executiva assiste ao Ministério no sentido de prover os meios para que as áreas finalísticas possam cumprir sua missão institucional e programática. Essas atividades são desenvolvidas por meio de suas unidades: Gabinete, Corregedoria, Coordenação-Geral de Relacionamento, Ouvidoria, Diretoria de Projetos Internacionais, Diretoria de Tecnologia da Informação, Subsecretaria de Assuntos Administrativos e Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

Nesse sentido, a SE exerce função central no MDS nas atividades de formulação de estratégias de colaboração com organismos financeiros internacionais, na supervisão de atividades disciplinares e correição, como canal de participação e diálogo com o cidadão (por meio da Ouvidoria e da Central de Relacionamento) e como órgão setorial dos Sistemas de Pessoal, de Administração de Serviços Gerais (SISG), de Planejamento e Orçamento Federal, de Contabilidade Federal da Administração Federal, de Administração de Recursos Humanos e Informática (SISP) e de Organização e Inovação Institucional (SIORG).

Por oportuno, convém destacar a articulação estratégica promovida pela Secretaria Executiva com os demais órgãos federais e nas três esferas de governo, integrando o esforço do Governo Federal em prol do fortalecimento de ações intersetoriais de desenvolvimento social, especialmente com relação às ações envolvendo o Plano Brasil Sem Miséria, e das agendas temáticas transversais, que serão detalhadas neste relatório

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) é a unidade responsável pelo planejamento e gestão dos recursos orçamentários e financeiros necessários ao funcionamento do MDS, bem como pelos projetos de organização e de inovação institucional.

Em relação ao planejamento, atua em dois campos que auxiliam a Secretaria-Executiva na gestão integrada das políticas públicas do MDS:

- a) Planejamento Estratégico e Orçamento; e
- b) Avaliação e Monitoramento.

A Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação (CGPA) é unidade integrante do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, estabelecido pela Lei nº 10.180/2001 e atua como Unidade de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Avaliação e Monitoramento do PPA. A área é a responsável, no âmbito do MDS, pelo apoio à elaboração e à revisão do PPA e de outros planos de governo, em articulação com o órgão central do sistema federal de planejamento e orçamento nos assuntos pertinentes

ao processo de avaliação e monitoramento. Atua, ainda, apoiando as unidades administrativas do Ministério responsáveis pela execução dos programas, projetos e atividades em rotinas de acompanhamento e avaliação da sua programação.

Neste sentido, proposta institucional da CGPA é de avaliar, monitorar, planejar e estudar os planos, programas e ações do MDS, com apoio constante às áreas finalísticas e em articulação com o órgão central de planejamento e orçamento.

Em relação às finanças do MDS, compete à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF) a coordenação, o acompanhamento, a orientação e a supervisão das atividades orçamentárias, de programação financeira e de contabilidade relativas ao orçamento no âmbito da Pasta.

Dessa forma, está encarregada de participar, acompanhar e orientar, em conjunto com as Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional, os procedimentos necessários à elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual, bem como a sua execução orçamentária e financeira.

A CGOF, também, coordenou diversas atividades relacionadas ao seu campo de atuação como os créditos adicionais e disponibilizou informações sobre a execução do MDS. Efetuou a instrução processual das propostas orçamentárias dos serviços sociais, SEST, SESI e SESC, vinculados ao MDS. Na área contábil atuou no suporte das contas contábeis das áreas executoras da Pasta e, também, na elaboração dos processos de Tomadas de Contas Especiais (TCE).

A Coordenação-Geral de Organização e Inovação Institucional (CGOI) supervisionou as atividades relacionadas à modernização administrativa, estruturação organizacional, gestão dos sistemas de convênios e manutenção do cadastro de imóveis atualizado da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA).

Subsecretaria de Assuntos Administrativos

A Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) é a unidade responsável pela gestão dos recursos logísticos, humanos e administrativos necessários à execução das atividades-meio essenciais ao funcionamento administrativo do MDS.

Em razão da publicação do Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, alterado pelo Decreto nº 8.218, de 28 de março de 2014, a estrutura organizacional atual da SAA estabelece três áreas principais de atuação:

- Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH);
- Coordenação-Geral de Licitações e Contratos (CGLC);
- Coordenação-Geral de Logística e Administração (CGLA);

Como estratégia de atuação, busca instrumentalizar as Unidades do Ministério, fornecendo os meios necessários para a execução de suas políticas públicas, rotinas e procedimentos, além de agir de forma proativa nas situações que poderiam ocasionar risco de solução de continuidade às ações finalísticas do Ministério.

Diretoria de Tecnologia da Informação

Cabe à Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) o planejamento, a coordenação e a execução das atividades relacionadas à Tecnologia da Informação para todo o Ministério, além de atender a requisitos de desempenho do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática do Poder Executivo Federal (SISP), centralizado na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

A DTI também executa e implanta as políticas e diretrizes de segurança da informação, elabora normas internas, e utiliza procedimentos e padrões para aquisição e uso dos recursos de tecnologia da informação, coordena o desenvolvimento e implantação de sistemas de informação (aplicativos), realiza análises e modelagens de dados, define diretrizes e padrões de gerenciamento de projetos de software, elabora o Plano Diretor de TI em conjunto com o Comitê Gestor de Tecnologia e Informação (CGTI), visando ampliar, modernizar e adequar as soluções tecnológicas que suportam as políticas sociais do MDS.

No cumprimento de suas atribuições, a DTI realiza parcerias tecnológicas com outras entidades governamentais com vistas a garantir uma maior integração de soluções tecnológicas e uso mais racional de recursos informacionais. Ademais, a DTI atua na prospecção de necessidades, mapeamento, recebimento, encaminhamento e acompanhamento das demandas de TI, oriundas das diversas áreas gestoras do Ministério, bem como de entidades externas provenientes dos três entes da Federação.

Diretoria de Projetos Internacionais

A Diretoria de Projetos Internacionais (DPI) foi criada para coordenar técnica e administrativamente, os projetos financiados no todo ou em parte por recursos externos ou que sejam objeto de acordo de cooperação técnica com organismo internacional. Esta finalidade é atingida por meio de sua atuação na coordenação do processo de planejamento e na supervisão da execução das atividades relativas àqueles projetos, em conformidade com as diretrizes da Secretaria-Executiva.

Como competência institucional, nos termos da Portaria N.º 120, de 12 de junho de 2012, que aprova o Regimento Interno do MDS, cabe à DPI:

I – coordenar técnica e administrativamente os projetos financiados no todo ou em parte por recursos externos ou objeto de acordo de cooperação técnica com organismo internacional;

II – coordenar, planejar, supervisionar e efetuar a execução, inclusive orçamentária e financeira, das atividades relativas aos projetos referidos no inciso I, em conformidade com as diretrizes da Secretaria-Executiva;

III – assessorar a Secretaria-Executiva na articulação com agentes financeiros externos, organismos internacionais e órgãos da administração pública, quanto aos projetos e acordos referidos no inciso I;

IV – assessorar as unidades do Ministério em assuntos de natureza técnico-administrativa relativos aos projetos financiados com recursos externos e/ou objeto de cooperação técnica com organismo internacional;

V - preparar, em conjunto com as Secretarias beneficiárias dos projetos, os planos anuais de aquisições, suas modificações e relatórios demonstrativos de sua execução, para apresentação aos agentes financeiros externos;

VI – consolidar as informações necessárias à elaboração dos relatórios solicitados pelos agentes financeiros externos, pelos organismos internacionais de cooperação técnica e pelos órgãos de controle da administração pública federal;

VII - acompanhar, monitorar e avaliar o cumprimento das metas previstas nos projetos junto às áreas técnicas executoras; e

VIII – manter atualizados os dados e registros das contratações e aquisições realizadas com recursos dos projetos e acordos referidos no inciso I.

Corregedoria

A Corregedoria é uma Unidade Seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, sujeita à sua orientação normativa e à supervisão técnica de sua Unidade Setorial, nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto nº 5.480, de 2005.

A competência desta Unidade Seccional está inserida no contexto institucional deste Ministério e no seu regimento interno.

Compete-lhe orientar as atividades institucionais e a conduta funcional dos servidores desta Pasta, bem como planejar e coordenar as correições ordinárias e as extraordinárias e, quando for o caso, propor medidas para prevenir e corrigir falhas na prestação do serviço público, bem como examinar as representações contra servidores, arquivá-las ou propor sua apuração imediata, e, ainda, realizar o cadastro dos processos disciplinares no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da Controladoria-Geral da União.

Ouvidoria

A Ouvidoria do MDS, vinculada diretamente à Secretaria Executiva, atua como um mecanismo de participação e controle social, responsável por recepcionar, analisar e encaminhar denúncias, elogios, reclamações, solicitações e sugestões relacionadas aos programas e ações desenvolvidas por este Ministério.

Visando à excelência da qualidade dos serviços oferecidos e melhorias da gestão pública, a Ouvidoria busca o constante aprimoramento de suas atividades e procedimentos, por meio da formulação de propostas de ações e estratégias que garantam a efetividade de cada atendimento, assim como o estímulo à participação e à contribuição de cada cidadão no exercício de seus direitos.

A Ouvidoria coordena a atualização de uma Matriz de Informação, que tem como objetivo a contínua adaptação de conteúdo frente aos avanços das ações e dos programas do Ministério. Essa atualização ocorre em parceria com as áreas finalísticas do MDS, dada a complexidade e diversidade dos temas relacionados.

Cabe, ainda, à Ouvidoria coordenar, acompanhar e supervisionar o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), em atendimento ao disposto no inciso I do art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, bem como assessorar a autoridade de que trata o art. 40 do referido diploma legal.

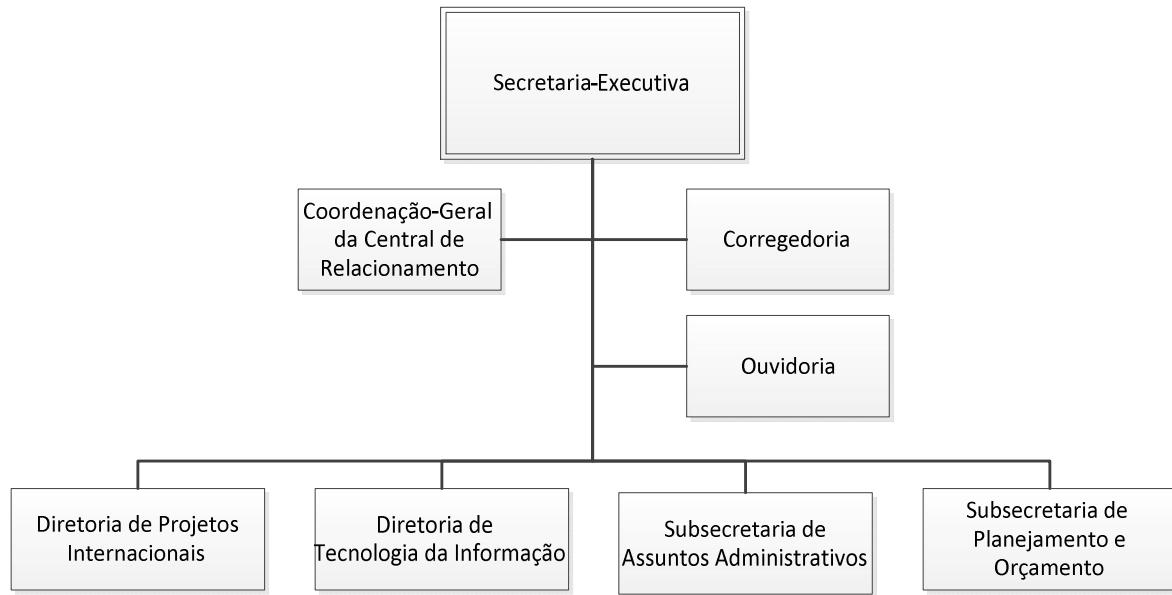
Coordenação-Geral da Central de Relacionamento

A operacionalização da Central de Relacionamento do MDS é realizada pela prestação de serviços especializados em telemarketing, incluindo serviços de Teleatendimento Receptivo, Teleatendimento Ativo, Help Desk e Multimeios, por meio de contrato celebrado com a empresa Call Tecnologia e Serviços Ltda., e de prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade Discagem Grátis (DDG), utilizando o prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, por meio de contrato celebrado com a empresa Oi S.A.

A sistemática de atendimento da Central de Relacionamento é efetuada em três níveis de atendimento, tendo como suporte o Sistema de Gestão de Demandas (SGD). Esse sistema, disponibilizado à empresa contratada para a prestação de serviços especializados em telemarketing, realiza o gerenciamento das demandas. Conta com uma interface operacional que provê o registro, o armazenamento, a classificação, o acompanhamento, e o processamento dos atendimentos ao público do MDS..

A CGCR realiza ciclos de capacitações para os três níveis de atendimento, em parceria com as áreas técnicas das Secretarias e da Comissão de Fiscalização, no sentido de qualificar o atendimento prestado aos cidadãos, gestores e técnicos. Também são realizadas reuniões mensais de alinhamento de informações para avaliar a qualidade e as condições do atendimento, incluindo a análise da base de conhecimento e a conformidade dos roteiros e scripts, denominada “Calibração”, com a presença de representante da CGCR, de representantes das áreas técnicas das Secretarias e da equipe de monitoria e qualidade da contratada.

1.3 Organograma Funcional



Quadro 2 - Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria-Executiva	<p>Supervisionar e coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de pessoal civil, de serviços gerais e de organização e inovação institucional;</p> <p>Assessorar os dirigentes dos órgãos do Ministério na formulação de estratégias de colaboração com os organismos financeiros internacionais;</p> <p>Supervisionar as atividades disciplinares e de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério;</p> <p>Receber, analisar, encaminhar e responder as denúncias, reclamações e sugestões da sociedade referentes às ações do Ministério;</p>	Marcelo Cardona Rocha	Secretário-Executivo	2014
Diretoria de Tecnologia da Informação	<p>Planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas com o Sistema de Administração de Recursos da Informação e Informática;</p> <p>Propor diretrizes e subsidiar a alta administração e o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação na implementação de política de tecnologia da informação e tomada de decisões referentes aos projetos de tecnologia da informação, bem como na implantação das políticas e diretrizes de segurança da informação no âmbito do Ministério;</p> <p>Responsabilizar-se pela prospecção de necessidades, mapeamento, recebimento, encaminhamento e acompanhamento das demandas de TI oriundas das diversas áreas gestoras do Ministério e de entidades externas ao Ministério;</p> <p>Representar institucionalmente o Ministério em assuntos de tecnologia da informação, junto a órgãos do governo e da sociedade civil;</p> <p>Elaborar e propor normas, procedimentos e padrões para aquisição e utilização dos recursos de tecnologia da informação do Ministério;</p>	Roberto Wagner da Silva Rodrigues	Diretor	01 jan. a 6 mar. de 2014
		Sérgio Matos de Andrade	Diretor	07 mar. a 02 jun. de 2014
		Marco Túlio de Vasconcelos	Diretor Substituto	02 jun. a 31 dez. 2014
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	Planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades de gestão de documentos e de arquivos, bem como as relacionadas com Sistemas Federais de Pessoal Civil da Administração Federal e de Serviços Gerais (SIPEC e SIASG).	Ione Cristina Françóes	Subsecretária	2014

Áreas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	<p>Supervisionar as atividades relacionadas à capacitação, saúde e seguridade social dos servidores do Ministério.</p> <p>Supervisionar as atividades relativas à avaliação de desempenho individual e progressão funcional dos servidores do Ministério.</p> <p>Supervisionar as atividades relativas à licitação e compras no âmbito do Ministério.</p>			
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	Planejar, coordenar e promover, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de gestão de convênios e contratos de repasse e de organização e inovação institucional; Realizar as tomadas de contas especiais dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa à perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário; Acompanhar a execução orçamentária e financeira dos recursos que compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza;	José Dirceu Galão Júnior	Subsecretário	1º a 23 Jan 2014
	Marco André de Oliveira Pedro Garbelotti	Subsecretário Substituto	24 Jan a 22 Abr 2014	
	Antônio José Gonçalves Henriques	Subsecretário	23 Abr a 31 Dez 2014	
Diretoria de Projetos Internacionais	<p>Coordenar, acompanhar e monitorar a execução técnica, administrativa e financeira os projetos financiados no todo ou em parte por recursos externos ou objeto de acordo de cooperação técnica com organismo internacional;</p> <p>Coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades relativas à administração e execução orçamentária e financeira dos projetos de cooperação técnica e de acordos de empréstimo;</p> <p>Gerir processos de contratação de pessoa física nas modalidades previstas pela legislação nacional e pelos organismos internacionais de cooperação técnica, bem como os respectivos processos de pagamento de produtos;</p> <p>Gerir o processo de emissão de passagens e concessão de diárias nacionais e internacionais para cumprimento de atividades previstas nos projetos de cooperação técnica internacionais;</p> <p>Gerir os processos de contratação de pessoa jurídica bem como os respectivos processos de pagamento de produtos e de recebimento de bens e serviços;</p>	Iara Cristina da Silva Alves	Diretora	2014
Corregedoria	Acolher e analisar denúncias de irregularidades praticadas por servidores, arquivando-as ou propondo apuração, quando for o caso, mediante	Maria Socorro de Castro	Corregedora Substituta	1º Jan a 2 fev 2014

Áreas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	processo disciplinar.	Miguel Ferreira Peres	Corregedor	3 Fev a 31 dez 2014
Ouvidoria	Receber, analisar, encaminhar e responder as denúncias, reclamações, sugestões, críticas e elogios referentes às ações do Ministério;	Mônica Vasconcelos Ribeiro	Ouvidora	2014
Coordenação-Geral da Central de Relacionamento	Gerir e manter a Central de Relacionamento do Ministério, inclusive quanto ao acompanhamento, supervisão e prestação de informações técnicas dos Programas, Projetos e Ações do MDS.	José Augusto Mello Athayde	Coordenador-Geral	2014

1.4 Macroprocessos finalísticos

Quadro 3 - Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalístico

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Secretaria-Executiva				
Agenda Socioambiental	<p>Elaboração e lançamento do Plano MDS Sustentável que integra a gestão das agendas, programas e normas socioambientais da Administração Pública Federal (Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P; Coleta Seletiva Solidária; Projeto Esplanada Sustentável – PES; Compras e Licitações Sustentáveis e o Plano de Logística Sustentável – PLS); e</p> <p>Membro do Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos.</p>	<p>Realização de reuniões, levantamento de dados, implementação e monitoramento das ações realizadas resultando na elaboração e lançamento do Plano MDS Sustentável.</p> <p>Encaminhamento de Relatório de Monitoramento da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P ao MMA, coordenador do Programa. Articulação com os Ministérios e Secretarias responsáveis pelo monitoramento da agenda socioambiental no governo federal.</p> <p>Participação na reunião de reativação do GT01 para conduzir a revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.</p>	MMA; SOF/MPOG; SG-PR	SE
Articulação e mobilização para inclusão social dos catadores de materiais recicláveis	<p>As ações são planejadas por meio do Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis – CIISC para o público de catadores de materiais recicláveis. São organizados seminários cujo objetivo é mobilizar e articular os governos locais a realizarem as ações para a inclusão social dos catadores que atuam nos lixões. A participação do MDS nos referidos seminários é sensibilizar sobre a priorização, busca ativa e cadastramento com a identificação/marcação no campo do CadÚnico como catador e, também, orientações de ingresso em outras ações geridas pelo MDS, como o ingresso em Programas Sociais como o Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e</p>	<p>Participação nos Seminários Estaduais do CIISC, conforme abaixo:</p> <p>PA – Março/2014</p> <p>BA – Abril/2014</p> <p>MA – Abril/2014</p> <p>AL – Maio/2014</p> <p>PB – Maio/2014</p> <p>PI – Maio/2014</p> <p>MS – Outubro/2014</p> <p>AC - Outubro/2014</p> <p>Bsb – Novembro/2014</p> <p>RO - Novembro/2014</p> <p>RN – Novembro/2014</p>	Secretaria Geral da Presidência da República e MMA (Coordenadores), MTE, SDH, MS, MEC	SE

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	<p>Qualificação Profissional.</p> <p>Integrante da Comissão Avaliadora da 2^a edição do Prêmio Cidade Pró-Catador, finalizado em dezembro de 2014.</p>	<p>GO – Dezembro/2014</p> <p>PB – Dezembro/2014</p> <p>Participação das reuniões de avaliação e realização de visita in loco em uma das cidades pré-selecionadas</p>		
Resíduos Sólidos	Fomento e fortalecimento de organizações de catadores de materiais recicláveis e resíduos sólidos.	Acompanhamento de 07 (sete) convênios que estão sendo executados pela SENAES/MTE, no âmbito do Termo de Cooperação nº 001/2011 – SE entre MDS e MTE.	MTE	SE
Levantamento de dados e informações do MDS relativos a políticas para as mulheres e de gênero.	<p>Foram realizadas reuniões na SNAS, SENARC e SAGI, respectivamente, para apresentação e discussão dos dados levantados relativos a ações nas áreas da proteção social básica e especial, do Programa Bolsa Família, CadÚnico e das ferramentas desenvolvidas pela SAGI que tenham interface com o tema da promoção dos direitos das mulheres e igualdade de gênero.</p> <p>Também foram apresentados relatórios com indicadores dos programas Cisternas, PAA, Fomento às Atividades Produtivas Rurais e das ações do Plano Brasil Sem Miséria que dialogam com questões de gênero.</p>	Relatório com dados consolidados	SNAS, SAGI, SESEP, SENARC, SESAN, GM.	SE
Promoção da integração de políticas públicas de atendimento às mulheres em situação de violência	Representantes do Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero têm apoiado as discussões junto à SNAS e à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) para elaborar protocolos e fluxos de atendimento entre a rede socioassistencial e a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Foram realizadas reuniões periódicas, nos meses de agosto a novembro de 2014, para levantamento de dados e propostas de construção de fluxos, ações e diretrizes para os serviços ofertados por ambas as redes.	<p>Apresentação feita à Comissão Intergestores Tripartite (CIT) sobre o tema, seguida de discussão;</p> <p>Plano de Trabalho para ampliação das ações de enfrentamento à violência contra a mulher; e</p> <p>Documento de referência sobre enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil.</p>	SPM/PR; SNAS; SE	SE

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Foram realizadas as 22 ^a e 23 ^a Reuniões Ordinárias da CNPCT e a 2 ^a Reunião Extraordinária. As reuniões além de discutirem os temas afetos à implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, também foi debatido e construído o II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais	Foram realizadas.	MMA, MDA, CONAB, ICMBIO, SEPPIR, SDH, SAE, FUNAI, MinC, SGP-PR, FCP, INCRA, SPU/MPOG, MS, MEC, MPF, MPA, MCTI. Conselho Nacional das Populações Extrativistas, Grupo de Trabalho Amazônico, Coordenação Estadual de Fundo de Pasto da Bahia, Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Rede Puxirão, Movimento Nacional dos Pescadores, Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu, Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação, Associação de Preservação da Cultura Cigana, Centro de Estudos e Discussão Romani, Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Brancas, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, Fórum de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, Movimento Interestadual de	SE

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
			Quebradeiras de Coco Babaçu, Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão, Rede Caiçara de Cultura, Forum de Cultura Caiçara, Rede Cerrado, Articulação Pacari, Movimento das Catadoras de Mangaba, Associação dos Retireiros do Araguaia.	
Encontros Regionais de Povos e Comunidades Tradicionais	<p>Foram realizadas quatro etapas regionais precedentes ao II Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais, ocorridas no Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.</p> <p>O tema norteador foi o acesso aos territórios tradicionais e a regularização fundiária.</p> <p>As cinco etapas regionais contaram com mais de 900 participantes de 28 segmentos de povos e comunidades tradicionais, representantes governamentais e membros da Academia.</p>	Encontros realizados.	<p>MMA, MDA, CONAB, ICMBIO, SEPPIR, SDH, SAE, FUNAI, MinC, SGP-PR, FCP, INCRA, SPU/MPOG, MS, MEC, MPF, MPA, MCTI.</p> <p>Conselho Nacional das Populações Extrativistas, Grupo de Trabalho Amazônico, Coordenação Estadual de Fundo de Pasto da Bahia, Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Rede Puxirão, Movimento Nacional dos Pescadores, Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu, Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação, Associação de Preservação da Cultura Cigana, Centro de Estudos e</p>	SE

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
			<p>Discussão Romani, Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Brancas, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, Fórum de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão, Rede Caiçara de Cultura, Forum de Cultura Caiçara, Rede Cerrado, Articulação Pacari, Movimento das Catadoras de Mangaba, Associação dos Retireiros do Araguaia.</p> <p>Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado da Bahia.</p> <p>Comissão Municipal para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais do Município de Salvador.</p>	

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais	<p>Realizado em Brasília, o II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais com 350 participantes. O tema norteador foi o acesso aos territórios tradicionais e a regularização fundiária; e Foram deliberadas 80 ações a serem prioritariamente desenvolvidas na implementação da PNPCT e a proposta de reestruturação da CNPCT.</p>	<p>Encontro Nacional realizado.</p>	<p>MMA, MDA, CONAB, ICMBIO, SEPPIR, SDH, SAE, FUNAI, MinC, SGP-PR, FCP, INCRA, SPU/MPOG, MS, MEC, MPF, MPA, MCTI.</p> <p>Conselho Nacional das Populações Extrativistas, Grupo de Trabalho Amazônico, Coordenação Estadual de Fundo de Pasto da Bahia, Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Rede Puxirão, Movimento Nacional dos Pescadores, Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu, Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação, Associação de Preservação da Cultura Cigana, Centro de Estudos e Discussão Romani, Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Brancas, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, Fórum de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, Movimento Interestadual de</p>	SE

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
			<p>Quebradeiras de Coco Babaçu, Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão, Rede Caiçara de Cultura, Forum de Cultura Caiçara, Rede Cerrado, Articulação Pacari, Movimento das Catadoras de Mangaba, Associação dos Retireiros do Araguaia.</p> <p>Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado da Bahia.</p> <p>Comissão Municipal para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais do Município de Salvador.</p>	
Diretoria de Tecnologia da Informação				
Garantia de integridade de dados e informações	Elaboração do Modelo de Entidades e Relacionamentos - MER das bases de dados; e Normalização do MER e segregação dos dados federados Documentação do MER.	Modelo de dados documentado; Dicionário de dados armazenado; e Dados e métodos segregados e documentados.	Parceiros internos: SENARC, SAGI, SESEP, SNAS, SESAN. Parceiros externos: Empresa contratada para prestação de serviços de administração de bancos de dados	CGBD
Documentação e Execução da Política de Segurança da Informação e Comunicações	Revisão das normas e procedimentos de SIC; Aprovação das normas e procedimentos de SIC pelo CSIC; e Publicação das normas e procedimentos de SIC.	Política de Segurança da Informação e Comunicações atualizada e divulgada; Normas e procedimentos de SIC atualizados e divulgados; Equipe de Tratamento de Incidentes de Segurança (ETIR) em atividade; e Comitê de Segurança da Informação e Comunicações em atividade.	Parceiros internos: Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC), Secretaria-Executiva, Gabinete da Ministra Parceiros externos: empresa contratada para prestação de serviços de monitoramento de redes de comunicação de dados, empresa contratada	CGSS

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
			para manutenção da central de serviços da DTI, Imprensa Nacional.	
Desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação	Levantamento de requisitos de sistemas de informação Projeto e implementação de sistemas de informação Homologação e produção de sistemas de informação Avaliação, correção e melhoria de sistemas de informação	Sistemas de informação documentados, em operação e em ciclo de melhoria contínua	Parceiros internos: SENARC, SAGI, SESEP, SNAS, SESAN Parceiros externos: empresa contratada para produção de software (fábrica de software)	CGS
Gestão e governança de TI	Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); Aprovação do PDTI pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação; e Acompanhamento da execução orçamentária do PDTI.	Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) atualizado e publicado; Comitê Gestor de Tecnologia da Informação em atividade; e Execução orçamentária vinculada ao PDTI.	Parceiros internos: Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, SPO	GM/DTI Assessoria/DTI
Aquisição de equipamentos de comunicação, processamento e armazenamento de dados	Elaboração dos artefatos definidos na Instrução Normativa no 4/2010/SLTI/MPOG; Elaboração do mapa estimativo de preços; Realização da licitação pela SAA; e Acompanhamento da execução contratual.	Equipamentos especificados e adquiridos de acordo com as necessidades do Ministério; e Equipamentos cobertos por contratos de manutenção e garantia.	Parceiros internos: SAA Parceiros externos: Empresas contratadas	Assessoria/DTI CGSS CGS CGBD
Gestão de contratos de TI	Recebimento de Relatórios de Atividades e Termos de Aceite; Inspeção dos serviços prestados; Ateste das notas fiscais; Pagamento das notas fiscais; Proposição de aditivos e revisões contratuais; e Atualização dos Termos de Referência.	Contratos aderentes aos padrões dos Órgãos de Controle; e Termos de Referência atualizados e compatíveis com o mercado.	Parceiros internos: SAA, CGTI Parceiros externos: Empresas contratadas, TCU, CGU	Assessoria/DTI CGSS CGS CGBD
Subsecretaria de Assuntos Administrativos				
Gestão Logística e de Administração	<ul style="list-style-type: none"> Supervisionar a manutenção das instalações prediais e serviços de engenharia; Gerenciar o recebimento, expedição, controle, classificação, distribuição e arquivo de documentos e processos; 	<ul style="list-style-type: none"> Instalações do MDS mantidas em perfeitas condições de funcionamento, com suas estruturas em estado de conservação e segurança; e Serviços diversos prestados em 	Parceiros Internos: CGLC, CGRH, DTI, SAGI, SENARC, SESAN, SNAS, SESEP, CONJUR, ASCOM. Parceiros Externos: MPOG,	Coordenação de Projetos, Manutenção Predial e Telecomunicações

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar os serviços de transporte de pessoas e documentos; • Gerenciar os serviços de limpeza, vigilância, e demais serviços gerais necessários ao funcionamento do Ministério; • Coordenar a gestão de material e patrimônio; e • Gerenciar os serviços de telefonia fixa e móvel. 	conformidade com as demandas do Ministério, sem interrupções.	Ministério do Esporte, DNIT, MPS	es /CPMT Coordenação de Serviços Gerais/COSEG Coordenação de Material e Patrimônio/CO MAP Coordenação de Documentação e Arquivo/CDA
Gestão de Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar atos de gestão de recursos humanos; Orientar as demais áreas do Ministério quanto aos assuntos relativos a recursos humanos; • Propor diretrizes gerais quanto à preparação de planos, programas e metas de aperfeiçoamento, desenvolvimento e gestão de recursos humanos; • Gerenciar os planos e programas de aperfeiçoamento, desenvolvimento e valorização relativos aos recursos humanos do Ministério; • Planejar, coordenar e acompanhar as atividades de recrutamento, seleção, capacitação, avaliação de desempenho, progressão funcional, cadastro, pagamento e legislação de pessoal, saúde e seguridade social; • Orientar as ações de adequação e distribuição dos servidores; • Subsidiar nas medidas necessárias para a realização de concursos públicos com o objetivo de prover o quadro de pessoal do Ministério; • Supervisionar o programa de estágio remunerado; e Gerenciar o pagamento de diárias e emissão de passagens. 	<ul style="list-style-type: none"> • Servidor admitido nomeado/designado; • Quadro de Pessoal remunerado; • Servidor com estágio probatório acompanhado; • Servidor progredido na carreira; • Estagiário selecionado e contratado. 	-Parceiros Internos: ASCOM, AECI, CGLA, CGLC, SPO, CONJUR -Parceiros Externos: CGU, SERPRO, MF, Presidência da República/Casa Civil, MPOG, ESAF, ENAP e demais Escolas de Governo, Universidades Públicas e Privadas, CIEE, Empresas prestadoras de serviços de Capacitação e Treinamento, SIASS, Ministério da Saúde, Anabim, Amil, ASSEFAZ	Coordenação de Gestão de Pessoas/COGEP Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas/CODEP
Gestão de Licitações e Contratos	• Condução, de forma operante e confiável, dos processos de alta relevância, por meio de procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico e	• Processos instruídos e desenvolvidos no prazo previsto pela Coordenação de Compras e Licitações.	Parceiros Internos: ASCOM, CONJUR, SE, CGLA, CEOF, SPO, DTI,	Coordenação de Compras e Licitações -

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	Concorrência, e Adesões a Atas de Registro de Preços.		SENARC, SESAN, SNAS, CNAS e CGRH. Parceiros Externos: MPOG, SERPRO, CGU, TCU, ENAP e ESAF.	CCLIC
	• Agilidade nos processos de compras, de pequena monta, com Dispensa de Licitação, em face do valor.	• Contratações realizadas por meio de adesões a várias Atas de Registro de Preços de outros órgãos públicos, contribuíram para a agilização processual de compras de grande vulto, bem como realização de eventos.		Coordenação de Compras e Licitações - CCLIC
	• Instrução efetiva, dentro das prescrições legais de processos de compras diretas, resultantes de licitações dispensáveis.	• Realização de Pregão Eletrônico na forma de Sistema de Registro de Preços para a realização de eventos de interesse do MDS, tais como: Bolsa Família, BPC, etc		Coordenação de Compras e Licitações - CCLIC
	• Análise criteriosa quanto aos aspectos legais, para a consecução de compras por Inexigibilidade de Licitação, em função do objeto.	• Otimização na rotina das atividades de compras e licitações.		Coordenação de Compras e Licitações - CCLIC
	• Reuniões com as áreas demandantes no auxílio à elaboração de instrumentos (TRs) para a licitação de processos de eventos, bem como auxiliando a Diretoria de Projetos Internacionais na condução de Licitações pelo Banco Mundial.	• Áreas demandantes orientadas em seus processos de contratação inclusive quanto à utilização de modelos da AGU para elaboração de Termos de Referência.		Coordenação de Compras e Licitações - CCLIC
	• Operacionalizar, aperfeiçoar e racionalizar a gestão e fiscalização dos contratos administrativos.	• Padronização dos procedimentos para formalização, acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do MDS.		Coordenação de Contratos - CCONT
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento				
Gestão do PPA	- Adequação dos atributos do Plano que necessitem de ajustes a fim de refletir a realidade das alterações efetivadas nas políticas públicas a que se referem; e - Atualização dos atributos do Plano em decorrência de mudanças promovidas pela alteração da Lei Orçamentária (LOA).	- Elaboração e Revisão do PPA realizada.	Parceiros Internos: SAGI, SENARC, SESAN, SESEP e SNAS. Parceiros Externos: Secretaria de Planejamento e Investimentos – SPI/MP e Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP	CGPA
Execução	- Elaboração da PLDO, da PLOA e suas alterações;	- LDO;	Parceiros Internos: SAGI,	CGOF

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Orçamentária e Financeira	<ul style="list-style-type: none"> - Assistência às demais UG's do Ministério na Execução Orçamentária e Financeira; - Efetuação dos registros contábeis; e - Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira. (Via SIAFI, SIOP e SISPOAD (sistema interno de informações e relatórios de execução orçamentária e financeira). 	<ul style="list-style-type: none"> - LOA; - Créditos adicionais; - Sistema SISPOAD; e - Relatórios de acompanhamento. 	<p>SENARC, SESAN, SESEP e SNAS.</p> <p>Parceiros Externos: Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP e Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF.</p>	
Tomada de Contas Especial	<ul style="list-style-type: none"> - Análise dos processos de Prestação de contas não aprovados, com posterior abertura e encaminhamento dos processos de TCE para a CGU e TCU; e - Registro na conta Diversos Responsáveis dos processos simplificados. 	<ul style="list-style-type: none"> - TCE instruídas. 	<p>FNAS e SESAN</p> <p>CGU e TCU</p>	CGOF

Diretoria de Projetos Internacionais

Aprovação e Planejamento dos Projetos de Cooperação Técnica e Projetos Financiados com recursos Externos (Acordos de Empréstimo)	<ul style="list-style-type: none"> - Início da execução do projeto de cooperação FAO UTF /085 em conjunto com as secretarias SESAN e SAGI; - Elaboração do termo aditivo do Acordo de Empréstimo 7841/BR como BIRD em conjunto com as Secretarias finalísticas; - Elaboração da revisão substantiva do Projeto UNESCO, que, além de ajustar o Projeto à agenda do Plano Brasil Sem Miséria, modifica seu valor e prazo de vigência; e - Análise dos planos de trabalho / planos de aquisições anuais dos projetos UNESCO/ BIRD/ PNUD/ FAO, elaborados pelas secretarias finalísticas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos iniciados, analisados e revisados; - Aditivos e revisões substantivas assinados; e - Planejamentos anuais e planos de aquisições elaborados e aprovados. 	<p>Externos: Organismos Internacionais Cooperantes (PNUD, FAO e UNESCO), Agentes Financiadores Externos: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE; Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN/MPOG, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN/MF, Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF.</p> <p>Internos: Secretarias Finalísticas cujas políticas e ações serão beneficiadas por meio do projeto de cooperação técnica ou pelo</p>	DPI

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
			acordo de empréstimo firmado.	
Gestão Técnica, Orçamentária e Financeira dos Projetos e Acordos de Empréstimo.	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão e monitoramento mensal da execução física, orçamentária e financeira dos projetos vigentes com UNESCO/BIRD, PNUD e FAO; - Elaboração de relatórios financeiros para prestação de contas de recursos do BIRD; - Gestão das UGs dos Projetos: UG 550017 e UG 550019 (para o Acordo de Empréstimo 7841/BR e o Projeto UNESCO 914BZ3002) e UG 550003 (nos casos dos Projetos PNUD BRA/12/006 e FAO UTF/BRA/085/BRA; e - gestão da conta designada com recursos externos do BIRD. 	<ul style="list-style-type: none"> - Execução técnica monitorada; e - Execução orçamentária e financeira acompanhadas. 	<p>Externos: Organismos Internacionais (PNUD, FAO e UNESCO) e Banco Mundial; Secretaria do Tesouro Nacional.</p> <p>Internos: Secretarias Finalísticas do MDS: SENARC, SAGI, SNAS, SESAN e SESEP.</p>	DPI
Gestão de contratos de pessoa física (via recursos externos e recursos do tesouro)	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria ao processo de elaboração de Termos de Referência (TR); - Análise dos termos de referência elaborados pelas Secretarias; - Verificação da adequabilidade e correição dos processos de seleção de candidatos; - Condução do processo de contratação; - Análise dos produtos entregues para verificação quanto ao cumprimento do contrato pelos consultores; e - Condução do processo de pagamento de produtos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Consultores contratados; e - Produtos recebidos e pagos. 	<p>Externos: Organismos Internacionais (PNUD, FAO e UNESCO) e Banco Mundial.</p> <p>Internos: Secretarias Finalísticas do MDS: SENARC, SAGI, SNAS, SESAN e SESEP.</p>	DPI
Gestão de contratos de pessoa jurídica (via recursos Externos e recursos do tesouro)	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria às Secretarias na elaboração do termo de referência ou especificação técnica; - Elaboração de edital/ solicitação de manifestação de interesse/ solicitação de proposta; - Condução do processo licitatório de acordo com as diretrizes do Banco financiador; - Condução do processo de contratação da empresa selecionada; e - Supervisão e gestão dos contratos. 	<ul style="list-style-type: none"> -Contratos de pessoa jurídica firmados; e -Produtos e serviços recebidos e pagos. 	<p>Externos: Organismos Internacionais (PNUD, FAO e UNESCO) e Banco Mundial.</p> <p>Internos: Secretarias Finalísticas do MDS: SENARC, SAGI, SNAS, SESAN e SESEP; Subsecretaria de Assuntos Administrativos; e Subsecretaria de</p>	DPI

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
			Planejamento e Orçamento.	
Gestão do processo de concessão de diárias e emissão de passagens (via recursos externos e recursos do tesouro)	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria às Secretarias na elaboração de planos de viagem; - Emissão de passagens e concessão de diárias; e - Análise e gestão da prestação de contas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Passagens emitidas; - Diárias concedidas; e - Prestação de contas realizada. 	<p>Externos: Organismos Internacionais (PNUD, FAO e UNESCO) e Banco Mundial;</p> <p>Internos: Secretarias Finalísticas do MDS: SENARC, SAGI, SNAS, SESAN e SESEP.</p>	DPI
Ouvidoria				
Serviços de Ouvidoria	<p>Receber, analisar, encaminhar e responder as denúncias, reclamações, sugestões, críticas e elogios referentes às ações do Ministério;</p> <p>Estabelecer canais de comunicação com o cidadão, que venham facilitar e agilizar o fluxo das informações e a solução dos pleitos; e</p> <p>Coordenar, acompanhar e supervisionar o serviço de informações ao cidadão, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, bem como assessorar a autoridade de que trata o art. 40 do referido diploma legal.</p>	<p>Capacitações;</p> <p>Seminário Lei de Acesso à Informação – LAI;</p> <p>Grupo de Trabalho – Carta de Serviços ao Cidadão; e</p> <p>Projeto Ouvidoria – Atendimento Humanizado na Comunicação com o Cidadão.</p>	<p>Cidadãos e Beneficiários dos Programas Sociais do Ministério</p>	Ouvidoria
Coordenação-Geral da Central de Relacionamento				
Serviço de atendimento ao Cidadão	Prestação de serviços especializados em <i>Telemarketing</i> , por meio dos canais 0800 707 2003 e e-mails/formulários eletrônicos.	Serviços de teleatendimento Receptivo, Ativo, Multimeios (<i>e-mail</i> /formulário eletrônico, carta, fax, <i>chat</i> e atendimento presencial), de suporte aos usuários de sistemas de informações do MDS (<i>Help Desk</i>).	<p>Secretarias finalísticas do MDS.</p> <p>Cidadãos</p> <p>Gestores e técnicos municipais</p> <p>Sociedade em geral</p>	<p>Coordenação-Geral da Central de Relacionamento</p>

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

A estrutura de governança desta Unidade Jurisdicionada é constituída pela Corregedoria, Ouvidoria e equipe que atua junto à Assessora Especial de Controle Interno, conforme Acordo de Cooperação Técnica CGU/MDS nº 03/2009; como estruturas externas de governança, a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

Compete à Corregedora as atividades institucionais e a conduta funcional dos servidores desta Pasta, planejar e coordenar as correições ordinárias e as extraordinárias, quando for o caso, propor medidas para prevenir e corrigir falhas na prestação do serviço público, bem como examinar as representações contra servidores, arquivá-las ou propor sua apuração imediata e realizar o cadastro dos processos disciplinares no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da Controladoria-Geral da União.

A Ouvidoria é responsável pelo acolhimento e tratamento de críticas, denúncias, elogios, reclamações e sugestões, pela prestação de atendimento à sociedade em geral, gestores, instituições e ao público interno por meio dos seguintes canais: carta, *e-mail*, formulário eletrônico, fax, atendimento presencial e mediante ligação gratuita para a Central de Relacionamento do MDS.

À Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) cabe orientar os administradores de bens e recursos públicos do Ministério nos assuntos pertinentes à área de competência do controle interno, acompanhar a implementação, pelos órgãos e unidades, das recomendações do Sistema de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União, bem como apoiar as unidades do Ministério nos assuntos pertinentes à legalidade e ao controle.

Finalmente, cabe destacar que a AECI criou, em conjunto com representantes das áreas meio e finalísticas do MDS, o Grupo de Interlocutores do Controle Interno, com o objetivo de acompanhar e aprimorar os mecanismos de controle externo e interno da Pasta.

Entendendo-se governança como conjunto de estruturas que auxiliam e dão suporte à gestão e execução das políticas públicas, esta Unidade Jurisdicionada possui em sua estrutura unidades responsáveis pelo planejamento, orçamento, execução financeira, contabilidade, administração, gestão de projetos internacionais, logística, recursos humanos e tecnologia de informações. As atribuições e funcionamentos destas unidades estão detalhadas ao longo deste Relatório.

Em relação a estrutura de governança no âmbito dos acordos internacionais, a DPI utiliza de vários procedimentos de monitoramento e controle, inclusive processual, dentre eles:

- reuniões de Ponto de Controle com as Secretarias finalísticas, para acompanhamento do planejamento e execução das atividades, verificação de pendências, etc.;
- missões de Implementação/Supervisão realizadas duas vezes ao ano com o Banco Mundial para monitoramento do 2º Acordo de Empréstimo;
- avaliação semestral dos projetos externos pela Coordenação-Geral de Programação Financeira (COFIN) da Secretaria do Tesouro Nacional; e
- elaboração de Relatórios de Progresso Anuais dos Projetos, conforme estabelecido na Portaria MRE N.º 717, de 2006.

2.3 Sistema de Correição

A Corregedoria é uma unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal sob a orientação normativa da Controladoria-Geral da União e, supervisão técnica de sua unidade setorial, de acordo com o § 2º do art. 2º do Decreto nº 5.480, de 2005. Tem como atividade principal a correição, utilizando como instrumentos a investigação preliminar, a inspeção, a sindicância e o processo administrativo disciplinar. É composta de um Corregedor e um Assessor Técnico, conforme disposto no Anexo II do Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, publicado no DOU de 3 de junho de 2011.

As atribuições desta unidade seccional estão descritas no art. 7º do Regimento Interno – Portaria MDS nº 120, de 12 de junho de 2012. Compete-lhe orientar as atividades institucionais e a conduta funcional dos servidores, planejar e coordenar as correições ordinárias e as extraordinárias, quando necessário, propor medidas para prevenir e corrigir falhas e omissões na prestação do serviço público, quando detectadas em processos administrativos, receber e examinar as denúncias em desfavor dos servidores, arquivá-las ou propor apuração, mediante processo disciplinar.

A Corregedoria, em 2014, deu continuidade à política de capacitação de servidores para integrar comissões disciplinares.

No desempenho de sua atribuição correcional, a Corregedoria propôs à autoridade competente e foram instaurados processos disciplinares, dos quais dois foram julgados e quatro estão em tramitação. Dos procedimentos instaurados na gestão anterior resultaram ações punitivas, como por exemplo, Sindicância Acusatória, que culminou com aplicação da penalidade de advertência ao servidor, Processo Administrativo Disciplinar, o qual o servidor foi absolvido, e Sindicância Investigativa, que a autoridade julgadora determinou a instauração de processo administrativo disciplinar.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Secretaria-Executiva

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: A estrutura da Unidade conta com o apoio de diversas áreas meio para auxiliar a Secretaria-Executiva no seu apoio às áreas finalísticas e à Ministra para melhor desempenhar suas competências.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

3.1 Canais de acesso do cidadão

A Ouvidoria, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e a Central de Relacionamento constituem os três canais formais de comunicação do MDS com os cidadãos. Como já mencionado, a Ouvidoria é responsável por recepcionar, encaminhar e tratar as manifestações provenientes da sociedade, tais como denúncias, elogios, reclamações, solicitações e sugestões, por meio dos seguintes canais de acesso:

- Carta;
- Formulário eletrônico da Ouvidoria, disponível no Portal do MDS;
- Atendimento presencial;
- Fax; e
- Ligação para o telefone 0800 707 2003 da Central de Relacionamento do MDS.

Ainda, em consonância com o disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18/11/2011), o MDS tem um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), que é vinculado regimentalmente à Ouvidoria. O SIC se relaciona com a sociedade mediante pedidos de acesso à informação, conforme o artigo 7º da referida lei. No MDS, os canais de acesso às solicitações ocorrem:

- Presencialmente, no Balcão SIC, localizado no térreo do Bloco C da Esplanada dos Ministérios; e
- Formulário eletrônico do sistema (E-SIC).

A Central de Relacionamento do MDS, por sua vez, presta informações e esclarece dúvidas acerca dos projetos, programas e políticas do Ministério, por meio dos seguintes canais:

- Ligação gratuita para o telefone 0800 707 2003; e
- Formulário eletrônico da Central de Relacionamento, também disponível no Portal do MDS.

Além dos canais acima, a Central de Relacionamento do MDS administra quinze caixas de *e-mails* institucionais e dois formulários eletrônicos, relacionados abaixo:

Caixas de <i>e-mails</i> Institucionais	Formulários Eletrônicos
fomezero@mds.gov.br – desde fevereiro de 2003;	Portal do MDS
bolsafamilia@mds.gov.br – desde setembro de 2004;	Brasil sem Miséria
suasweb@mds.gov.br – desde julho de 2007;	
protecaosocialbasica@mds.gov.br – desde setembro de 2007;	
paif@mds.gov.br – desde agosto de 2008;	
cadsuas@mds.gov.br – desde janeiro de 2009;	
juventude@mds.gov.br – desde outubro de 2009;	
cadastrounico@mds.gov.br – desde fevereiro de 2010;	
gestorpbf@mds.gov.br – desde março de 2010;	

sagi.dfd@mds.gov.br – desde novembro de 2011;	
contato@brasilsemmiseria.gov.br – desde fevereiro de 2012; e	
rede.suas@mds.gov.br – desde maio de 2012.	
falemds@mds.gov.br – desde abril de 2014.	
resposta_falemds@mds.gov.br – desde abril de 2014	
protecaosocialespecial@mds.gov.br – desde setembro de 2014	

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Objetivando facilitar o acesso do cidadão à informação e aos serviços oferecidos pelo Ministério, a Ouvidoria, em observância ao Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, o qual institui a Carta de Serviços ao Cidadão, coordena permanentemente o Grupo de Trabalho da Carta de Serviços, instituído pela Portaria nº 545, de 12 de novembro de 2013.

No intuito de aperfeiçoar a comunicação com o cidadão, o MDS lançou, no dia 11 de dezembro de 2014, o *Hotsite* da Carta de Serviços ao Cidadão, disponível no seguinte endereço: <http://mdspravoce.mds.gov.br/>. Trata-se de uma plataforma digital inovadora, de fácil navegação, com linguagem simples e direta, intitulada “O MDS pra Você”. O principal objetivo da Carta é informar aos cidadãos sobre todos os serviços oferecidos pelo MDS, por meio de uma linguagem clara e compreensível.

O desenvolvimento do *Hotsite* da Carta de Serviços ao Cidadão contou com um esforço conjunto de todas as áreas do Ministério e se baseou no acesso à informação, no fortalecimento da transparência pública, no incentivo à participação social e na aproximação do cidadão com o Estado.

A Carta de Serviços apresenta os programas, os serviços e as ferramentas do MDS de forma simples para o cidadão, agrupados por assuntos, e não por secretarias. Assim, o *Hotsite* foi desenvolvido em linhas temáticas para garantir mais eficiência no acesso ao conteúdo.

O *Hotsite* é uma ferramenta útil e fundamental para auxiliar os gestores e a sociedade em geral, considerando seu amplo conjunto de informações sobre os seguintes temas: Cadastro Único, Bolsa Família, Segurança Alimentar e Nutricional, Cursos de Qualificação Profissional, Assistência Social e Informações Sociais.

O “O MDS Pra Você” também é um instrumento de participação social, através da opção de acesso “Participe. É um direito seu.” É possível participar com sugestões, solicitações, elogios, reclamações ou denúncias para todas as áreas do MDS, pelos canais de comunicação da Ouvidoria.

A Carta de Serviços ao Cidadão do MDS inova ao ser a primeira carta no formato de plataforma digital entre os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Além disso, seu conteúdo também pode ser impresso e visualizado em *smartphones* e *tablets*, garantindo uma maior acessibilidade aos cidadãos.

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

No intuito de mensurar a qualidade do atendimento e a satisfação do usuário, a equipe de operação da Central de Relacionamento ao final de cada ligação telefônica, direciona-a, após consulta ao cidadão, à Pesquisa de Satisfação.

3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

Na perspectiva de interagir cada vez mais com a sociedade, ampliar a divulgação dos programas e ações do MDS, consolidar a transparência da informação e implementar mecanismos para aperfeiçoar a gestão dos serviços oferecidos, a Ouvidoria do MDS coloca à disposição de todos os cidadãos os canais de comunicação relacionados abaixo:

Atendimento presencial ou por carta

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco C, 9º andar, sala 936

CEP 70.046-900 – Brasília/DF

Horário de atendimento: das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira

Atendimento por telefone

0800 707 2003

Horário de atendimento: das 7h às 19h, de segunda a sexta-feira e durante os finais de semana do Calendário de Pagamento do Programa Bolsa Família das 10h às 16h.

Atendimento por Formulário Eletrônico

Disponibilizado no Portal do MDS, na página da Ouvidoria, pelo seguinte link:

http://www.mds.gov.br/form_ouvidoria

Atendimento por Fax

(061) 2030-1299

O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC realiza seus atendimentos pelos seguintes canais:

Formulário eletrônico: <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/>.

Atendimento Presencial: Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Térreo, sala T-21, CEP 70046-900 - Brasília/DF.

A Central de Relacionamento do MDS atende à sociedade pelos canais apresentados a seguir:

Atendimento por telefone

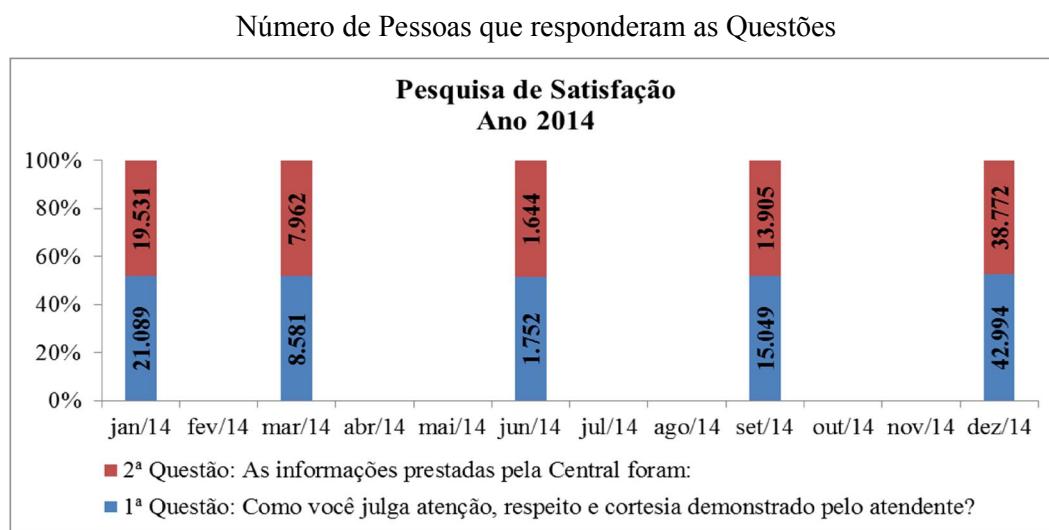
0800 707 2003

Horário de atendimento: das 7h às 19h, de segunda a sexta-feira e durante os finais de semana e feriados nacionais do Calendário de Pagamento do Programa Bolsa Família das 10h às 16h.

Formulário eletrônico: http://www.mds.gov.br/form_fale_conosco

3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

Conforme exposto no **item 3.3 - Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços**, apresenta-se abaixo, o resultado da Pesquisa de Satisfação no ano de 2014, cujo mecanismo contribui positivamente para o processo de aprimoramento das políticas públicas e do atendimento prestado pelo MDS com foco no cidadão.



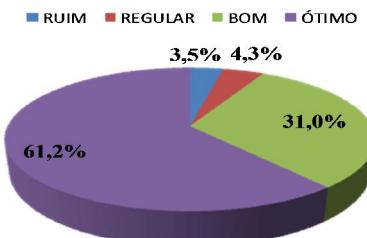
Fonte: Dados extraídos do Relatório de Pesquisa de Satisfação, realizada de janeiro a dezembro de 2014, consolidada em janeiro de 2015.

No primeiro gráfico, depreende-se que o número de pessoas que participaram da segunda pergunta foi menor do que as que responderam a primeira questão. A pesquisa ocorre trimestralmente, porém, no ano de 2014 foi realizada em 05 meses. Cabe ainda, informar que no mês de dezembro, foi solicitado que ao final de todo atendimento telefônico fosse oferecida a pesquisa, resultando num volume maior de participações.

Pesquisa de Satisfação - Consolidado ano de 2014

Resultado | 92,23%

1ª Questão: Como você julga atenção, respeito e cortesia demonstrado pelo atendente?



Fonte: Dados extraídos do Relatório Pesquisa de Satisfação, janeiro/2015.

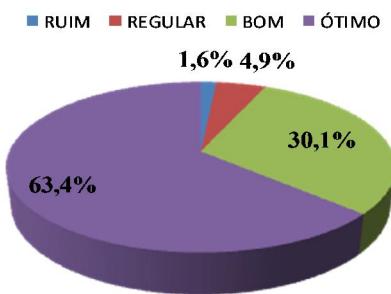
Observação: O percentual de satisfação é a mensuração de notas de bom é ótimo.

No que tange a questão 01 da Pesquisa de Satisfação realizada ao longo de 2014, quanto à qualidade do atendimento, obteve-se o percentual de 92,2% de satisfação, valor próximo ao dos últimos exercícios, sendo o melhor índice no mês de setembro de 2014, com 93%.

Pesquisa de Satisfação - Consolidado ano de 2014

Resultado | 93,51%

2ª Questão: As informações prestadas pela Central foram:



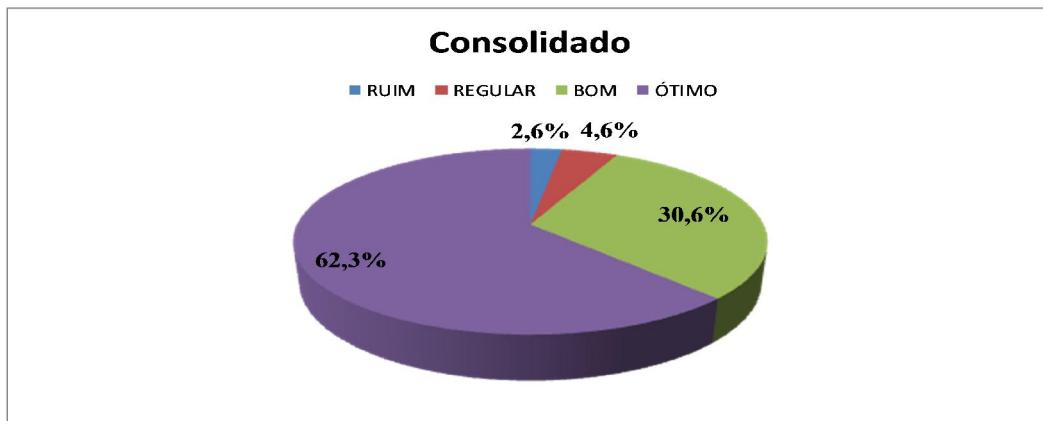
Fonte: Dados extraídos do Relatório Pesquisa de Satisfação, janeiro/2015.

Observação: O percentual de satisfação é a mensuração de notas de bom é ótimo.

Com relação à questão 02 da Pesquisa, que trata da avaliação sobre a informação prestada no atendimento, o percentual do período foi de 93,5% de satisfação, sendo o melhor índice no mês de junho de 2014, com 94,6% de satisfação do usuário que recorre à Central de Relacionamento do MDS.

Pesquisa de Satisfação - Consolidado ano de 2014

Resultado 92,80%



Fonte: Dados extraídos do Relatório Pesquisa de Satisfação, janeiro/2015.

Observação: O percentual de satisfação é a mensuração de notas de bom é ótimo.

O índice total da Pesquisa de Satisfação, que engloba as duas questões acima, demonstra que 92,8% dos usuários que responderam à pesquisa estão satisfeitos com o atendimento oferecido.

3.6 Medidas relativas à acessibilidade

O MDS não possui imóveis próprios, entretanto sempre se busca, em conjunto com os administradores ou proprietários dos imóveis utilizados pelo Ministério, que executem obras no sentido de garantir a acessibilidade a esses prédios.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

Além das funções institucionais descritas nos itens 1.2 e 1.3 do presente relatório, esta Secretaria Executiva atua ativamente em diversos espaços colegiados, como relatado abaixo. Coordena duas instâncias específicas (Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero), como será relatado na sequência, e articula a representação institucional do Ministério em diversos espaços colegiados (Comitês, Comissões, Grupos de Trabalho, Conselhos, etc).

O Gabinete da SE, em especial, é responsável pela representação do MDS em instâncias que envolvem temáticas transversais, o que requer diálogo mais constante e articulação com as demais áreas do Ministério. A esse respeito, vale destacar as agendas relacionadas à promoção da igualdade de racial, ações indigenistas, promoção e defesa de direitos humanos, direitos da juventude, promoção do trabalho decente (incluindo o combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil), proteção social dos trabalhadores rurais, além das já citadas agendas de povos e comunidades tradicionais e de políticas para mulheres e de gênero. Além disso, a SE, por integrar a Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais coordenada pela SG/PR, encaminha e acompanha as pautas dos movimentos sociais, relativas às demandas ao Ministério.

1. Presidência da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT

Tendo como sua principal missão orientar a formulação de políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais e às suas especificidades, foi criada, por meio do Decreto s/nº de 27 de dezembro de 2004, alterada por Decreto s/nº de 13 de julho de 2006, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (por meio da Secretaria Executiva), e com Secretaria Executiva exercida pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.

A partir de 2012, a CNPCT iniciou um processo de avaliação de sua atuação e da implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT. Nesse contexto, a CNPCT decidiu, então, realizar um processo de avaliação da sua atuação e da implementação da PNPCT por meio de Encontros Regionais de Povos e Comunidades Tradicionais, culminando com o II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, realizado em novembro de 2014. Os encontros, iniciados em 2013, foram realizados nos seguintes locais e datas Região Norte – Salvador/BA, de 16 a 19 de dezembro de 2013; Região Norte – Belém/PA, de 02 a 05 de junho de 2014; Região Centro-Oeste – Cuiabá/MT, de 12 a 15 de agosto de 2014; Região Sul – Curitiba/PR, de 25 a 28 de agosto de 2014; Região Sudeste – Vitória/ES, de 16 a 18 de setembro de 2014; e, Nacional – Brasília/DF, de 25 a 28 de novembro de 2014.

Com o propósito de fortalecer as representações da CNPCT e da sua missão de gestar e monitorar a implementação da PNPCT, os Encontros Regionais e o Encontro Nacional apresentaram importantes produtos, dos quais se destacam: proposta de reestruturação da própria Comissão Nacional e de suas representatividades; recomendações à construção do PPA 2016-2019,

além de documentos políticos elaborados pelos Povos e Comunidades Tradicionais para pautar a atuação governamental para os próximos anos.

2. Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero

A SE coordena as atividades do Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero, instituído pela Portaria GM nº 381, de 17 de novembro de 2009. Trata-se de um importante espaço de articulação das ações do MDS relacionadas ao tema, que envolve todas as unidades do Ministério.

Em 2014, o Comitê dedicou-se principalmente a discussões junto às Secretarias finalísticas no sentido de mapear, extrair e consolidar, de forma sistemática, dados e informações sobre as ações, projetos e programas do Ministério com recorte de gênero. A partir do segundo semestre, a coordenação do Comitê passou a organizar as reuniões ordinárias de forma descentralizada, em cada uma das unidades do Ministério, como forma de fortalecer o diálogo dos membros do grupo junto às áreas. Foi também elaborado e discutido o Regimento Interno do Comitê, já aprovado pelos membros do grupo.

Além dessas atividades, o Comitê também participou ativamente das reuniões e discussões conduzidas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como dos vários espaços colegiados afetos ao tema. Em 2014, o Comitê também organizou atividades específicas no MDS por ocasião do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

3. Participação no Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica e Social dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis – CIISC

O Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Recicláveis – CIISC, criado pelo Decreto s/nº de 11 de setembro de 2003, e assim denominado pelo Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, foi coordenado por esta SE, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, de 2011 a de 2012.¹ Neste ano, com a publicação do Decreto nº 7.851, 30 de novembro de 2012, a coordenação passou a ser exercida pela Secretaria-Geral da Presidência da República – SG/PR.

Desde então, este Ministério tem atuado como um dos membros do CIISC por intermédio da SE, participando de diversas atividades promovidas pelo Comitê voltadas à inclusão social, econômica e produtiva dos catadores. Em 2014, a SE participou dos seminários regionais Pró-Catador, realizados em 12 estados brasileiros, cujo objetivo foi discutir as ações necessárias à inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis e o encerramento dos lixões existentes. Além disso, foi integrante da Comissão Avaliadora da 2ª edição do Prêmio Cidade Pró-Catador, finalizado em dezembro de 2014, dirigido aos municípios para incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas que contribuem para a implementação de políticas de inclusão socioeconômica de catadores, em especial a implantação de coleta seletiva com a participação ativa desse público. Também tem articulado, junto a Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza – SESEP e o MMA, a construção do PRONATEC Catadores - Educação Profissional e

¹ Cabe registrar que a coordenação do CIISC foi feita pelo MDS (à época Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome) e pelo Ministério das Cidades de 2003 a 2010. Em 2010, com a publicação do Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, a coordenação passou a ser exercida pelo MDS (por intermédio da Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva) e o MMA e, em 2012, o tema foi incorporado à Secretaria-Geral da Presidência da República.

Tecnológica para Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis -, oferta gratuita de cursos para o público de catadores de materiais recicláveis, por meio da Bolsa-Formação Trabalhador.

Por fim, a SE também tem acompanhado os convênios que são executados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES/MTE, no âmbito da cooperação entre MDS e MTE para o fomento, apoio e organização de grupos de catadores.

4. Participação no Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS Xingu e coordenação da Câmara Técnica de Inclusão Social e Cidadania

Por meio do Decreto nº 7.340, de 21 de outubro de 2010, foi instituído o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS Xingu e criado o seu Comitê Gestor. Em 2011, na segunda reunião do Comitê Gestor, foram criadas Câmaras Técnicas, cabendo a coordenação da Câmara Técnica de Inclusão Social e Cidadania ao MDS, representado pela Secretaria Executiva.

Das principais atribuições do Comitê Gestor, destacam-se o acompanhamento e monitoramento da implementação do PDRS Xingu e a decisão sobre a destinação de recursos de compensação a serem pagos pelo Consórcio Norte Energia. Neste sentido, são lançados editais anuais para apresentação de projetos pelas prefeituras locais, governo do Estado e sociedade civil, para garantir o desenvolvimento sustentável da região afetada direta e indiretamente pela construção da Usina Hidrelétrica – UHE de Belo Monte. Os projetos são analisados por cada uma das Câmaras Técnicas e referendados em plenário do Comitê Gestor. Já foram investidos mais de 160 milhões em projetos desde 2012.

Em 2014, foi contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES uma consultoria responsável pela construção da Agenda de Desenvolvimento para o Território de Abrangência do PDRS – Xingu. Trata-se de um diagnóstico da situação atual da região, perspectivas com a UHE Belo Monte e proposta de carteira de projetos e ações governamentais a serem implementadas na região para garantir seu desenvolvimento e sustentabilidade. Nesse ano,

5. Agenda socioambiental e de sustentabilidade

Há que se destacar também a coordenação da SE, via Gabinete, em temas afetos à área socioambiental e de sustentabilidade. Quanto às ações de sustentabilidade relativas à Administração Pública Federal, a Secretaria Executiva, em conjunto com o Gabinete da Ministra, por meio da Comissão de Coleta Seletiva Solidária (criada pela Portaria nº 47, de 28 de março de 2012), também coordenou a elaboração e implementação de metas, objetivos e estratégias voltadas à gestão sustentável do Ministério, contribuindo para a obtenção de resultados efetivos de sustentabilidade no Governo Federal. Nesse contexto, implementou a Coleta Seletiva Solidária, conforme determina o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Aderiu ao Projeto Esplanada Sustentável – PES e ao Plano de Logística Sustentável e Compras Sustentáveis, ambos coordenados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, que consolidam o tema da sustentabilidade na agenda da administração pública. Como resultado, vale destacar que o MDS obteve 1º lugar em desempenho proporcional (%) e o 2º lugar em desempenho absoluto na etapa de 2012 do PES.

Em 2014, em função da adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P feita o ano anterior, o MDS recebeu o Selo de Sustentabilidade na Administração Pública, que confere o reconhecimento e a divulgação de práticas de gestão baseadas em conceitos de sustentabilidade, implantadas pelas administrações públicas.

Em 2014, voltado à sua estrutura organizacional e ao cotidiano dos servidores, a SE coordenou e lançou o Plano MDS Sustentável, cujo objetivo é integrar a gestão das agendas, programas e normas socioambientais da Administração Pública Federal.

6. Organização de eventos

Em 2014, a SE apoiou a organização dos eventos realizados pelo Ministério (conferências nacionais, seminários, oficinas, etc). Foi responsável por coordenar a participação do Ministério na “11ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2014”, organizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), realizada em Brasília, de 13 a 19 de outubro de 2014, com o tema “Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social”. A SE coordenou a participação do MDS no evento, que se deu com a montagem de dois estandes, em que foi apresentado o funcionamento de uma cisterna (tecnologia social de captação de água da chuva) e de uma lancha da assistência social.

5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da unidade

Secretaria-Executiva

As ações desenvolvidas no âmbito da Secretaria-Executiva visam fornecer as condições, meios e recursos necessários à viabilização da gestão das políticas públicas do Ministério, sendo sua estrutura regimental composta, fundamentalmente, por unidades cujas competências estão relacionadas ao suporte administrativo para o funcionamento da Pasta e apoio ao Gabinete da Ministra.

Em sua função institucional, de acordo com as atribuições definidas no Regimento Interno deste MDS, a Secretaria-Executiva tem o planejamento de suas diretrizes, objetivos e metas, de forma ampla orientadas para a coordenação do Ministério afim de que realize os objetivos de sua responsabilidade na forma atribuída pelo Plano Plurianual – PPA 2012-2015 “Mais Brasil”, que convergem para a superação do Macrodesafio 2 do Plano: “Erradicação da Pobreza Extrema: superar a pobreza extrema e prosseguir reduzindo as desigualdades sociais.”

O planejamento estratégico da SE dialoga, portanto, com a própria gestão do PPA 2012-2015 e com suas atribuições regimentais. Desta forma, no âmbito do PPA 2012-2015, assim como na Lei Orçamentária Anual – LOA, as ações da SE estão representadas no Programa 2122 – Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Neste Programa, estava alocada a maior parte dos recursos orçamentários geridos pela Secretaria-Executiva no exercício de 2014.

Cabe destacar, que o planejamento estratégico da Secretaria-Executiva visa à identificar as principais dificuldades para operacionalização das ações do MDS e criar meios para a superação de eventuais estrangulamento, garantindo, assim, o pleno funcionamento da instituição e possibilitando que as áreas finalísticas cumpram os objetivos inscritos no PPA.

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

Dentro do planejamento da Secretaria-Executiva a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) tem como função auxiliar o Secretário nas atividades de planejamento, inclusive o estratégico, o orçamento e a gestão governamental, sendo responsável pela gestão do ciclo inerente ao sistema de planejamento, orçamento, de contabilidade, de administração financeira e de organização e inovação federal no âmbito setorial. Tendo em vista sua atuação estar vinculada aos macroprocessos relativos aos referidos sistemas.

A SPO, assim como as unidades da Secretaria-Executiva em geral, tem sua atuação refletida no PPA por meio do Programa 2122 – *Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*, que se destina a um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação do Ministério, não possuindo Objetivos e Iniciativas.

As principais atribuições da SPO, compreendem a elaboração do Plano Plurianual e sua revisão periódica, encaminhamento de sugestões ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, da elaboração do Orçamento Anual do MDS e sua execução, no âmbito da gestão dos sistemas

federais, tomada de contas especiais e todos os instrumentos de avaliação e monitoramento desse ciclo.

Além disso, a SPO auxilia a SE nas atividades de modernização administrativa e gestão governamental, participando das discussões e implementação das políticas públicas do MDS, orientando-as quanto aos aspectos administrativos e gestão governamental afetos às suas atribuições.

Subsecretaria de Assuntos Administrativos

A Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) é a unidade responsável pela gestão dos recursos logísticos, humanos e administrativos necessários à execução das atividades-meio essenciais ao funcionamento administrativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

Em decorrência da publicação do Decreto nº 7.493, de 2011, alterado pelo Decreto nº 8.218, de 28 de março de 2014, a estrutura organizacional atual da SAA estabelece três áreas principais de atuação: Coordenação-Geral de Logística e Administração (CGLA), Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) e Coordenação-Geral de Licitações e Contratos (CGLC).

Em relação ao Plano Plurianual, a SAA insere-se no programa de gestão, na ação 2000, que compreende os serviços administrativos, recursos humanos, manutenção e uso de frota veicular (própria e de terceiros), manutenção e conservação de imóveis, tecnologia da informação (sob a ótica meio) incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, despesas com viagens e locomoção, sistemas de informações gerenciais internos, estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou fornecer subsídios à formalização de políticas públicas, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre a missão finalística e institucional do Ministério, e demais atividades meio necessárias à gestão.

Destaca-se, especialmente, a capacitação da equipe e revisão de práticas e procedimentos de planejamento, acompanhamento e fiscalização da execução de contratos.

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) exerce o papel de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, vinculado ao órgão central, a Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A SAA desenvolve suas atividades em consonância com os objetivos estratégicos do Ministério, de forma a prover, adequada e tempestivamente, as unidades finalísticas com os instrumentos necessários para operacionalizar suas políticas públicas, rotinas e procedimentos, além de agir de forma proativa na identificação e situações que poderiam causar risco de solução de continuidade em suas ações.

Nesse contexto, as ações da SAA se focam na adequação da infraestrutura física, tecnológica e de pessoal, aprimoramento dos fluxos processuais de formalização e de fiscalização de contratos, provendo, entre outros aspectos, estrutura necessária ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação, investimento na capacitação técnica dos servidores do MDS, na preparação para a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS e concurso público para provimento de cargos efetivos.

No tocante à adequação da infraestrutura física destaca-se, em especial, a ocupação e adequação dos espaços do Ministério. Quanto aos investimentos em infraestrutura tecnológica, são destaques a aquisição de novos computadores e a modernização de rede telefônica e lógica.

Em relação ao aprimoramento dos fluxos processuais de contratação e de fiscalização de contratos, destaca-se o foco da gestão de instituição de normativos internos para regulamentar os procedimentos e responsabilidades nos assuntos afetos ao tema.

No quesito sustentabilidade, o Ministério segue os programas sustentáveis com foco na implantação da coleta seletiva, redução de gastos nos contratos de energia elétrica, água, papel, telefonia, vigilância e limpeza.

Destaca-se as seguintes ações realizadas por meio de suas Unidades jurisdicionadas:

- a) Coordenação-Geral de Logística e Administração – CGLA - aperfeiçoamento do serviço de distribuição de documentos por meio de malote; fomento do uso do Programa Prático Acessível e Confiável – PAC/Correios para envio de correspondências, promoção do uso de papel reciclável com o apoio das Unidades e redução do consumo de água e energia elétrica.
- b) Coordenação-Geral de Licitações e Contratos – CGLC - implementa à normatização visando orientar gestores e fiscais contratuais, em face do desempenho de suas competências.
- c) Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH - elabora, divulga e executa o Plano Anual de Capacitação – PAC; realiza levantamento in loco da necessidade de cada Unidade na capacitação de seus servidores; acompanha o controle da frequência dos servidores; conduz a realização do Processo Seletivo Simplificado para o ingresso de novos contratados temporários e servidores de cargos efetivos; e elabora normas de capacitação, visando melhorar a qualificação dos servidores.

Diretoria de Tecnologia da Informação

O Planejamento da Diretoria de Tecnologia da Informação está materializado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que é o instrumento de planejamento dos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), cuja elaboração está prevista na Instrução Normativa nº 04 de 2010.

O plano tem como intuito registrar objetivos, diretrizes, metas e ações de planejamento e gestão dos recursos de Tecnologia da Informação (TI) alinhados com os objetivos institucionais, de forma a apoiar e suportar as políticas, programas e ações públicas de forma organizada, a saber:

Objetivos Estratégicos de TI:

Processos Internos

- Aprimorar os processos de gestão e governança de TI.
- Melhorar os controles da gestão de contratos e serviços de TI.
- Garantir a integridade dos dados e informações.
- Prover soluções de segurança da informação e infraestrutura tecnológica.
- Desenvolver e manter os sistemas de informações.

Pessoas, Aprendizado e Crescimento

- Desenvolver competências gerenciais e técnicas dos servidores.

Financeira

- Gerir os recursos orçamentários de TI.

O Comitê Gestor de Tecnologia e Informação (CGTI) é a instância responsável pela aprovação do PDTI. A criação desse Comitê, no âmbito do MDS, deu-se pela Portaria nº 556 de 11 de novembro de 2005 e tem por finalidade formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação de tecnologia, informação e conhecimento do MDS e, em especial, assessorar as suas unidades organizacionais na discussão e decisão a respeito desses temas. O CGTI possui um caráter de permanência com o registro de todas as decisões estratégicas tomadas e tem a missão de garantir uma memória persistente das discussões que balizam as ações previstas no plano.

O CGTI constitui-se em uma instância consultiva e deliberativa com o propósito de pronunciar-se a respeito de temas na área de Tecnologia e Informação no âmbito de interesse de todas as secretarias do Ministério, com suas decisões e deliberações referendadas pela Secretaria-Executiva (SE) e registradas por meio de recomendações, exposição de motivos, notas técnicas e outros documentos, conforme o tema em questão. Todas as Secretarias estão representadas no Comitê, cujo regimento interno está publicado à página 114 do DOU nº 234, de 7 de dezembro de 2006, e seus membros são formalmente nomeados pela Secretaria-Executiva.

O PDTI atual contempla todas as ações e metas de TI associadas às áreas das políticas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para os anos de 2013, 2014 e 2015, sintonizadas com as metas e diretrizes da estratégia geral estabelecidas pelo SISP, pelo Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) 2013-2015, e pelos referenciais estratégicos do MDS 2013-2015.

As necessidades consolidadas abaixo foram definidas através do CGTI em 2012 para 2013. As necessidades de 2014 e 2015 são decorrentes da necessidade de continuidade de serviços para atendimento das necessidades que são contínuas a cada exercício financeiro.

ID	Necessidades (problema/oportunidade)	2013	2014	2015
N1	Desenvolvimento e manutenção de software para operacionalização das políticas sociais.	X	X	X
N2	Manutenção dos enlaces de comunicação para transmissão de voz, dados e vídeo.	X	X	X
N3	Aquisição de equipamentos para transmissão de voz, dados e vídeo.	X		
N4	Ampliação da capacidade de processamento de dados.	X		
N5	Ampliação da capacidade de armazenamento de dados.	X	X	
N6	Aquisição de microcomputadores e periféricos.	X		X
N7	Aquisição e atualização de licenças para uso de software.	X	X	X

N8	Manutenção de ativos de TI.	X	X	X
N9	Serviços de impressão para todas as áreas do Ministério.	X		
N10	Migração do Datacenter.	X		
N11	Serviços de Apoio Técnico.	X	X	X
N12	Monitoramento dos sistemas de informação, rede de comunicação de dados e funcionamento dos equipamentos de processamento de dados.	X	X	X
N13	Serviço de tratamento, verificação, avaliação e análise de bases de dados sociais	X	X	X
14	Monitoramento de ativos de hardware e software			X

Diretoria de Projetos Internacionais

O trabalho da Diretoria de Projetos Internacionais no ano de 2014 foi guiado por ações prioritárias definidas internamente que visaram o aprimoramento dos processos desta diretoria. Serviram como base para a definição dessas ações desafios, entraves e soluções identificados/reconhecidos em discussões internas.

As ações prioritárias da DPI para o ano de 2014 são as seguintes:

- Meta 1 – Contratar equipe de gerenciamento do Acordo de Empréstimo com o BIRD;
- Meta 2 – Normatizar procedimentos de execução de projetos de cooperação internacional;
- Meta 3 – Automatizar os processos da DPI;
- Meta 4 – Qualificar a contratação de consultores;
- Meta 5 – Aperfeiçoar a comunicação e a disseminação de informação entre DPI e Secretarias finalísticas;
- Meta 6 – Aperfeiçoar a coordenação e gestão dos contratos.

Riscos para o alcance dos objetivos estratégicos:

- Meta 1 – Possíveis atrasos na avaliação e autorização da demanda pelo Ministério do Planejamento podem inviabilizar a contratação em 2014;
- Meta 2 – Possível atraso no trâmite interno necessário para a normatização;
- Meta 3
 - Possível dificuldade de promover uma cultura interna de empoderamento e construção de rotina de utilização das ferramentas adotadas;
 - Dificuldade de encontrar ou ter acesso a uma ferramenta que se adeque aos procedimentos de planejamento e execução dos projetos de cooperação internacional;
 - Não colaboração dos organismos internacionais e da ABC no que se refere ao aprimoramento da correlação dos sistemas com o SIAIN;

- Meta 4 – Aprimoramento junto às Secretarias Finalísticas no que diz respeito à alteração da forma de avaliação dos currículos e seleção dos consultores por parte da DPI, pois a etapa de entrevista é tida pelas Secretarias Finalísticas como de fundamental importância para a seleção do melhor candidato;
- Meta 5 – Aprimoramento junto às Secretarias Finalísticas no que diz respeito às sugestões da DPI sobre novos procedimentos na comunicação. Necessidade de que o ponto focal da Secretaria exerça de modo eficaz o seu papel como articulador, coordenador e disseminador;
- Meta 6 – Aprimoramento junto às Secretarias Finalísticas no que diz respeito às sugestões da DPI sobre novos procedimentos na gestão dos contratos. Há a necessidade de aprofundamento do papel das Comissões Técnicas das Comissões Técnicas, dos supervisores contratuais e dos gestores/fiscais.

Estratégias adotadas para o atingimento dos objetivos estratégicos:

- Meta 1
 - Entendimento jurídico conjunto com o órgão autorizador (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG);
 - Preparação prévia dos documentos e pactuação de procedimentos e cronograma inicial a serem providenciados e realizados quando da autorização do MPOG junto a possíveis partes envolvidas no processo interno no MDS;
- Meta 2
 - Seguimento rígido do cronograma de finalização dos manuais de contratação de consultores e de pessoa jurídica, assim como o de emissão de passagens e diárias, que serão objetos de portaria.
- Meta 3
 - Aprimoramento do SIAIN, visando à produção de outputs que subsidiem o processo de gestão, por meio de extração de informação que compõem relatórios gerenciais. Esses serão trabalhados de modo a permitir análises agregadas ou específicas considerando as informações das áreas de Planejamento, contratação de pessoa física, contratação de pessoa jurídica e emissão de passagens e concessão de diárias.
 - Busca por uma ferramenta que promova a automação do workflow dos procedimentos de execução no âmbito dos projetos de cooperação internacional;
 - Implementar a importação e exportação de dados entre os sistemas correlacionados ao SIAIN (sistemas dos organismos internacionais e o SIGAP), visando a diminuição do retrabalho de inserção dos mesmo dados em diferentes arquivos e sistemas.
- Meta 4
 - Realizar análise conjunta (Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento e Coordenação geral de Execução) do planejamento feito pelas Secretarias finalísticas a fim de identificar possíveis substituições de contratação de consultor individual por pessoa jurídica;
 - Realizar análise conjunta (responsável da Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento e responsável da Coordenação de Pessoa Física) no que diz respeito à utilização dos critérios de seleção e ao detalhamento do produto, confrontado com o valor atribuído ao mesmo;
 - Conferir maior importância para a análise da relevância das qualificações (profissionais e acadêmicas) do consultor;

- Meta 5
 - Conduzir reuniões de Ponto de Controle bimestralmente;
 - Realizar duas rodadas de capacitação sobre o planejamento e execução dos projetos com as secretarias: uma no início de cada semestre;
 - Reunir com representantes técnicos das Secretarias finalísticas em momentos estratégicos:
 - antes de iniciar o planejamento ou a revisão do mesmo, a fim de orientar quanto aos resultados e objetivos do projeto;
 - antes da revisão dos projetos, para entendimento quanto aos objetivos das Secretarias e ao que é possível revisar;
 - antes de iniciar a elaboração do Relatório de Progresso, para orientação quanto aos objetivos do relatório;
 - quando for o caso, reunir quando da necessidade de discussão sobre a análise da DPI quanto ao planejamento, quanto aos Termos de Referência elaborados pelas Secretarias para contratação de Consultor Individual ou Pessoa Jurídica, quanto aos planos de viagens recebidos, quanto aos eventos planejados ou em execução, entre outros.
- Meta 6
 - Acompanhamento presencial nos eventos, tanto de representante da Coordenação de Pessoa Jurídica quanto da Coordenação de Diárias e Passagens, visando, por um lado, melhor gestão sobre o trabalho da empresa organizadora do evento e, por outro lado, otimizando o processo de prestação de contas dos participantes;
 - Interlocução mais intensa junto aos servidores componentes de comissões técnicas;
 - Monitoramento mais rígido por parte das Coordenações de Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Passagens e Diárias da entrega dos produtos, dos termos de referência, dos planos de viagem e do cumprimento dos prazos em geral, visando execução de acordo com o que foi planejado;

Contexto e limitações que justificam a adoção da estratégia:

- Meta 1 – necessidade de aprimoramento do diálogo entre as áreas jurídicas do MDS e MPOG;
- Meta 2 – decidiu-se por agilizar o que cabia à DPI para evitar atrasos e acelerar o processo de normatização dos procedimentos de execução dos projetos de cooperação técnica internacional;
- Meta 3 – Como os procedimentos da DPI estão ligados a diferentes sistemas, de diferentes parceiros, a estratégia escolhida foi abordar cada ponto de dificuldade de forma diferente, pois cada um tem suas peculiaridades e limites próprios. Outra questão importante é a diminuição do retrabalho e a integração dos procedimentos internos, que são foco também da estratégia adotada, visto que se pretende automatizar o workflow e otimizar a relação entre os diferentes sistemas;
- Meta 4
 - A análise conjunta das duas coordenações-gerais da DPI possibilita um entendimento mais amplo e concreto das necessidades das Secretarias finalísticas, o que permite um diálogo mais produtivo no momento de proposições de mudanças, sejam estas no planejamento das ações ou nos procedimentos de execução;

- A maior importância dada à análise da relevância das qualificações é uma forma de buscar contratações de maior qualidade, o que trará melhores resultados ao projeto;
- Meta 5
 - Foi detectada a necessidade de modificar a periodicidade das reuniões de controle. A frequência anterior, mensal, foi percebida como não produtiva, pois é necessário mais tempo para avançar nas questões discutidas;
 - Necessidade de apresentar os fluxos e procedimentos da DPI a atores técnicos das Secretarias finalísticas que eventualmente irão dialogar com a DPI e ainda não entendem os procedimentos de planejamento e execução por meio dos Projetos;
- Meta 6
 - Foi detectada necessidade de acompanhamento de representante da DPI em todas as contratações, visando minimizar erros e esclarecer papéis e responsabilidades dos diferentes atores. Esta estratégia deverá ser avaliada posteriormente para se decidir por sua continuação ou modificação, visto que se espera uma maior participação ativa e planejada das áreas técnicas na execução.

Resultados obtidos quanto às ações prioritárias:

- Meta 1
 - Publicação da Portaria Interministerial Nº 409, de 21 de outubro de 2014 no D.O.U. de 24 de outubro de 2014, que autoriza a contratação de 6 (seis) profissionais, por tempo determinado, para formar equipe de gerenciamento do Acordo de Empréstimo 7841/BR com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);
 - Início dos trâmites internos do MDS para a contratação da equipe de gerenciamento do Acordo de Empréstimo 7841/BR, com a Publicação da Portaria Nº 140, de 29 de dezembro de 2014, por meio da qual a Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome delega competência ao Secretário Executivo para praticar atos referentes ao Processo Seletivo Simplificado, se dando no D.O.U. de 30 de dezembro de 2014.
- Meta 2 – Publicação da portaria Nº 135 de 17 de abril de 2014, que normatiza os procedimentos de contratação e de emissão de diárias e passagens no âmbito de projetos de cooperação internacional;
- Meta 3
 - Adoção da ferramenta Pentaho de software aberto, que permite a extração de informação para a produção de relatórios gerenciais. São produzidos atualmente controles e despachos de saldo, relatórios de progresso, relatórios de execução. Está prevista para 2015 a expansão da utilização da ferramenta para otimizar outros procedimentos internos;
 - Foram identificadas duas ferramentas que aperfeiçoaram os procedimentos da DPI:
 - O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que, por meio da instauração do processo eletrônico, permitirá a automação do workflow dos procedimentos desta DPI;
 - O Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) – com a cooperação do gestor do SCDP na SAA/MDS, esta ferramenta deverá ser incorporada aos procedimentos de controle de planos de viagens e de prestação de contas a partir de março de 2015;

- Com a colaboração da UNESCO, passou-se a realizar a utilização de carga de arquivos de dados;
- Com a colaboração da ABC, instituiu oficialmente a carga de dados gerada a partir do SIAIN para o SIGAP, no que diz respeito a passagens e diárias referentes aos projetos PNUD e UNESCO;
- Foram iniciadas negociações com o PNUD e a FAO para prosseguir com a utilização de carga de dados, porém, ela ainda não foi iniciada.
- Meta 4 – Após diálogos com especialista do Banco Mundial e com as Secretarias finalísticas, o processo de seleção de consultores individuais foi revisto e está previsto para 2015 o início de contratações obedecendo a novos procedimentos e novos formatos de documentos, como o Termo de Referência, o modelo de currículo e o formulário de avaliação na etapa da seleção;
- Meta 5 – ainda não foi possível
- Meta 6
 - Acompanhamento de membro da Coordenação de Pessoa Jurídica em todos os eventos realizados, o que permitiu uma melhor relação entre a empresa organizadora do evento e o MDS, aperfeiçoando a gestão do trabalho;
 - Acompanhamento da Coordenação de Diárias e Passagens pessoalmente, quando possível, e à distância do processo de prestação de contas dos participantes dos eventos, o que minimizou erros e otimizou a quantidade e a qualidade dos relatórios de prestação de contas recebidos;
 - Monitoramento mais rígido por parte das Coordenações de Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Passagens e Diárias da entrega dos produtos, dos termos de referência, dos planos de viagem e do cumprimento dos prazos em geral, visando execução de acordo com o que foi planejado;

Relativamente às **atribuições** da DPI/SE, as atividades principais previstas para o exercício de 2014, em linhas gerais, compreendiam:

- i) executar o Projeto “Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Plano Brasil Sem Miséria”, objeto do Acordo de Empréstimo do Banco Mundial N.º 7841/BR;
- ii) executar o Projeto de Cooperação Técnica com a UNESCO (914BRZ3002) – “Apoio ao Programa Bolsa Família e ao Plano para Superação da Extrema Pobreza”;
- iii) assinar o Acordo de Empréstimo com o BID para a implementação do Programa de Fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social – FORTSUAS”;
- iv) iniciar a execução do Projeto PNUD/BRA/12/006 – “Apoio à Gestão Descentralizada do Sistema Único da Assistência Social – SUAS”;
- v) iniciar a execução do Projeto FAO – “Apoio ao Aprimoramento e à Consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”; e

Dos itens acima elencados, o Acordo BID (item iii) não foi assinado, em razão da reavaliação interna sobre a continuidade da cooperação com o BID.

Relativamente ao **Plano Plurianual**, observa-se que as ações da DPI/SE não estão explicitamente inseridas no PPA, embora a Unidade esteja contemplada no Programa de Gestão da Secretaria-Executiva do MDS. Entretanto, as atividades desenvolvidas pelas secretarias finalísticas no âmbito dos projetos internacionais (com e sem recursos externos) são parte do Plano Plurianual. Os projetos são elaborados com base no planejamento das secretarias para até cinco anos, considerando-se as metas do PPA e o orçamento disponível para cada unidade.

Especificamente para os projetos vigentes, foram realizadas atividades em 2014 nos seguintes programas temáticos do MDS:

- Áreas temática dos Projetos: Segurança Alimentar, Assistência Social, Avaliação e Gestão da Informação, Programa Bolsa Família e Plano Brasil Sem Miséria.
- Programas e ações:
 - Programa 1049 - Acesso à Alimentação
 - Ação 8894 – Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias.
 - Programa 2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS
 - Ação 8893 – Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
 - Programa 2122 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 - Ação 4923 – Avaliação e monitoramento de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 - Programa 2019 – Bolsa Família
 - Ação 6414 – Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-alvo para os Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único.

Corregedoria

A Corregedoria, na condição de área meio cuja necessidade de existir independe da finalidade do Órgão, sua identificação no PPA 2012-2015 se dá por meio do respectivo Programa de Gestão, no caso do MDS, o Programa 2122 – Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A atuação da Corregedoria depende das ocorrências e constatações de irregularidades apontadas pelas autoridades que delas tenham conhecimento para desenvolver sua política preventiva ou corretiva.

A criação das Corregedorias Seccionais decorreu da necessidade antevista pela Controladoria-Geral da União – Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal – de constituir unidades responsáveis pelo controle das apurações de irregularidades no âmbito dos Ministérios, na forma institucionalizada pelo Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

Entre as estratégias adotadas no âmbito de atuação da Corregedoria para potencializar os resultados no desempenho de suas atribuições se encontram a adoção de medidas preventivas, tais como revisões de procedimentos e processos. Implementação da política de capacitação de servidores para integrar comissões disciplinares, o que traz ganhos de produtividade aos trabalhos em execução.

A partir da instalação da Corregedoria estão sendo armazenados em bancos de dados, e arquivos físicos as informações sobre os processos disciplinares concluídos e/ou em tramitação, bem como as denúncias passíveis de apuração, ocorridos desde a criação deste Ministério pela Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na Lei nº 10.683, de 29 de maio de 2003, até o momento.

Quanto à atuação da Corregedoria, foram instaurados seis processos disciplinares, duas Sindicâncias Investigativas e quatro Processos Administrativos Disciplinares, listados no Anexo 1deste Relatório. Entre os resultados das ações executadas ao longo do exercício, vale

destacar a manutenção atualizada de todos os processos disciplinares instaurados no MDS desde a sua criação no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares, administrado pela Controladoria-Geral da União (CGU-PAD), dentro do prazo estabelecido pela norma.

Dando prosseguimento ao seu papel institucional, cumpre registrar que, por meio de pareceres e notas, a Corregedoria orientou as autoridades do Órgão com relação às recomendações emanadas dos órgãos de Controle sobre indícios de irregularidades ocorridas em processos administrativos.

Ouvidoria

Os principais objetivos traçados para 2014 foram a elaboração de normas e procedimentos para a melhoria da qualidade dos serviços, o aperfeiçoamento dos serviços prestados pela empresa de *call center* e a instituição da Carta de Serviços ao Cidadão no âmbito do MDS.

No que tange ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), os objetivos se concentraram em reforçar o conhecimento e a internalização da Lei de Acesso à Informação (LAI), consolidando a cultura da transparência ativa.

A Ouvidoria busca colaborar para uma gestão ágil, propiciando um serviço dinâmico, ético e transparente, com a finalidade de oferecer um atendimento justo aos direitos de seus usuários, beneficiários e favorecer o controle social.

Quanto à elaboração de normas e procedimentos, a Ouvidoria planejou reuniões envolvendo as áreas finalísticas para realizar monitoria de qualidade nos canais de comunicação, para alcançar a excelência no atendimento. Em conformidade com essa ação, a Ouvidoria estabeleceu cronograma para o cumprimento das referidas calibrações.

Quanto à instituição da Carta de Serviços ao Cidadão, sob a coordenação da Ouvidoria, um Grupo de Trabalho, com representantes de várias áreas do Ministério, cumpre cronograma de ações, o qual já se encontra em execução, reforçando, com isso, a cultura de acesso à informação e o compromisso do MDS em garantir a transparência e a qualidade da prestação de seus serviços.

Coordenação-Geral da Central de Relacionamento

A Coordenação-Geral da Central de Relacionamento planejou para o ano de 2014 a reformulação das formas de contato com o MDS e aperfeiçoamento dos mecanismos de coletas de demandas, por meio da implantação do canal de chat, e de novo formulário eletrônico. Observou-se ainda a necessidade da construção de um desenho e fluxograma de comunicação para atualização da base de conhecimento e para atendimento das demandas no 3º nível de atendimento (que corresponde ao suporte aos profissionais das áreas do Ministério).

De forma geral, o planejamento da CGCR em 2014 voltou-se à melhoria do serviço prestado àqueles que demandam a Central de Relacionamento do MDS, e à boa fiscalização e execução dos contratos que suportam essa unidade.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

5.2.1 Programa Temático

A seguir são apresentados os quadros referente aos programas temáticos que apresentam recursos alocados pela Lei Orçamentária ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. É importante ressaltar que o MDS é responsável por objetivos no âmbito dos seguintes programas:

- Programa Bolsa Família (2019);
- Programa Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (2037);
- Programa Segurança Alimentar e Nutricional (2069).

No caso dos programas abaixo, cujos quadros estão reproduzidos por também haver recursos alocados ao MDS, destaca-se que se tratam de programas em que não há objetivos diretamente relacionados ao MDS e, nesse caso, o órgão contribui para seu desenvolvimento apenas por meio de ações orçamentárias:

- Programa Educação Básica (2030);
- Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Economia Solidária (2029);
- Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes (2062).

Cabe destacar, ainda, que a Secretaria-Executiva, na condição de órgão de assistência direta e imediata à Ministra de Estado, não executa diretamente programa temático do PPA, sendo responsável, no entanto pelo Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cujo quadro demonstrativo também está reproduzido a seguir.

Quadro 4 - Quadro A.5.2.1 – Programa Temático

R\$ 1,00

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2019			
Título	Bolsa Família			
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)				
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	(b) Acumulado Dotações/Posições 2012 e 2013	(c) Dotação/Posição - 2014	d) Remanescente (a-b-c)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	100.072.844.527	45.655.017.425	26.725.937.102	27.691.890.000
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0	0
Outras Fontes	0	0	0	0
Total	100.072.844.527	45.655.017.425	26.725.937.102	27.691.890.000
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014				(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014				
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento
e) Despesa	f) Despesa	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição)	i) Despesa

Empenhada	Liquidada		2014)		Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
026.719.664.523,48	26.521.024.367,17	26.499.003.331,19	22.021.035,98	198.640.156,31	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2014	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	108.054.707,66	90.852.134,75	89.138.082,94	-1.053.841,80	17.862.782,92
Processados	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS	26.725.937.102,00	Dotação OI		Outras Fontes	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

R\$ 1,00					
Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2029				
Título	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Acumulado Dotações/Posições 2012 e 2013	c) Dotação/Posição - 2014	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	30.731.726.652	19.494.863.321	5.985.606.983	5.251.256.348	
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0	0	
Outras Fontes	5.950.830.000	2.692.280.000	1.551.600.000	1.706.950.000	
Total	36.682.556.652	22.187.143.321	7.537.206.983	6.958.206.348	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2014)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
4.979.408.148,74	557.841.917,81	515.305.307,97	42.536.609,84	4.421.566.230,93	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2014	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	12.202.852.479,39	5.719.657.645,54	5.583.020.542,05	-1.830.839.359,41	4.788.992.577,93
Processados	48.424.350,76	-	30.166.166,49	-21.333,41	18.236.850,86
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS		Dotação OI		Outras Fontes	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

R\$ 1,00

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2030			
Título	Educação Básica			
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)				
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Acumulado Dotações/Posições 2012 e 2013	c) Dotação/ Posição - 2014	d) Remanescente (a-b-c)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	130.923.685,159	64.154.815.207	32.885.004.182	33.883.865.770
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0	0
Outras Fontes	0	0	0	0
Total	130.923.685,159	64.154.815.207	32.885.004.182	33.883.865.770
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014				(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014				
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2014)	
			h.1) Processados	h.2) Não Processados
29.939.539.835,93	21.353.130.067,22	21.278.036.778,68	75.093.288,54	8.586.409.768,71
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores				
Tipo	j) Posição em 1/01/2014	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado
Não processados	10.825.908.839,39	5.376.026.937,00	5.146.178.726,23	-1.371.360.064,99
Processados	1.283.732.669,37	-	1.142.740.662,18	-2.718.932,58
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014				
Dotação OFSS		Dotação OI		Outras Fontes

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

R\$ 1,00

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2037			
Título	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)			
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)				
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Acumulado Dotações/Posições 2012 e 2013	c) Dotação/ Posição - 2014	d) Remanescente (a-b-c)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	154.286.691.017	69.495.884.321	40.421.700.952	44.369.105.744
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0	0

Outras Fontes	0	0	0	0
Total	154.286.691,017	69.495.884,321	40.421.700,952	44.369.105,744
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014				(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014				
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2014)	
			h.1) Processados	h.2) Não Processados
40.328.650.552,23	39.494.392.229,10	38.051.865.653,83	1.442.526.575,27	834.258.323,13
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014				
Dotação OFSS	40.421.700,952,00	Dotação OI		Outras Fontes

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

R\$ 1,00				
Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2062			
Título	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes			
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)				
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Acumulado Dotações/Posições 2012 e 2013	c) Dotação/Posição - 2014	d) Remanescente (a-b-c)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	1.241.742.050	988.261.938	165.560.112	87.920.000
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0	0
Outras Fontes	0	0	0	0
Total	1.241.742.050	988.261.938	165.560.112	87.920.000
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014				(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014				
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2014)	
			h.1) Processados	h.2) Não Processados
110.597.924,65	22.303.747,12	22.283.656,26	20.090,86	88.294.177,53

Tipo	j) Posição em 1/01/2014	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	228.950.496,83	87.789.542,43	87.789.542,43	-102.981.161,25	38.179.793,15
Processados	1.360.057,51		1.073.704,99	-286.352,52	0,00
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS	7.000.000,00	Dotação OI		Outras Fontes	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2069				
Título	Segurança Alimentar e Nutricional				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Acumulado Dotações/Posições 2012 e 2013	c) Dotação/Posição - 2014	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	13.917.455,199	8.101.206.880	3.500.885.355	2.315.362.964	
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0	0	
Outras Fontes	0	0	0	0	
Total	13.917.455,199	8.101.206.880	3.500.885.355	2.315.362.964	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2014)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
2.944.057.029,82	1.207.091.330,10	1.136.191.242,77	70.900.087,33	1.736.965.699,72	0,00
Orçamento de Investimento					
Tipo	j) Posição em 1/01/2014	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	2.223.872.932,33	1.446.951.833,30	1.296.375.111,71	-93.771.592,07	833.766.383,37
Processados	174.555.377,55		167.763.036,47	-1.697.955,33	5.059.356,57
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS	3.462.865.355,00	Dotação OI		Outras Fontes	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

5.2.1.1 Análise Situacional

Os programas do Plano Plurianual 2012-2015 não tem responsabilidade atribuída formalmente a órgãos determinados. Assim, a análise situacional sobre a execução dos programas temáticos não é realizada ao nível do programa, sendo apresentada nos tópicos correspondentes aos seus objetivos, que possuem órgão legalmente responsável.

A atuação da Secretaria-Executiva tem caráter estratégico na condução de políticas públicas e esta UJ não é diretamente responsável pela execução de objetivos de responsabilidade do MDS no PPA 2012-1015. Dessa maneira, a análise quanto aos objetivos de programas está consignada no item seguinte (5.2.2), de modo a contemplar uma visão geral sobre os objetivos afetos ao Órgão e, por conseguinte, das políticas públicas, conforme orienta a Portaria TCU nº 175/2013 (item 2.2). Dessa forma, o detalhamento das informações referentes a objetivos e metas estão expresso nos relatórios de gestão da unidades jurisdicionadas a quem cumpra seu desenvolvimento de forma mais direta, a saber:

- Programa Bolsa Família (2019) - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania;
- Programa Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (2037) - Secretaria Nacional de Assistência Social;
- Programa Segurança Alimentar e Nutricional (2069) - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em relação ao Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de responsabilidade da Secretaria Executiva do Órgão, cabe esclarecer que se trata de um programa de gestão, não possuindo, portanto, objetivos, metas e iniciativas. Neste programa não existem também ações classificadas como prioritárias na LDO.

O Programa conta com rol de treze ações orçamentárias, sendo que onze estão detalhadas no relatório da UJ SE e duas ações no Relatório da Unidade Jurisdicionada agregada à UJ SE, a SAGI. A execução orçamentária das dotações consignadas a esse programa podem ser consideradas satisfatórias. Tendo em vista os percentuais de empenho de 90% e de liquidação e pagamento de 75%.

5.2.2 Objetivo

Este tópico tem por finalidade apresentar análise geral sobre o desenvolvimento dos objetivos afetos ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As informações detalhadas sobre cada objetivo dos Programas do PPA estão pormenorizadas nos relatórios de gestão das UJ mencionadas no subitem anterior.

O MDS é responsável pelas políticas de assistência social, renda de cidadania e segurança alimentar e nutricional, além de ter papel central na coordenação do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que conforma uma estratégia que visa alcançar os cidadãos em sua integralidade, articulando ações de garantia de renda com iniciativas de inclusão produtiva e de acesso aos serviços públicos.

Desde o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), 22 milhões de pessoas saíram da situação de extrema pobreza de 2010 a 2014. O País foi um dos que mais contribuiu para o alcance global do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, cuja meta foi reduzir a pobreza extrema e a fome pela metade até 2015 no mundo. Esse avanço nas políticas sociais permitiu, ainda, que o Brasil, a partir de 2014, tenha sido retirado do Mapa Mundial da Fome, de acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

A política de Transferência de Renda, que é coordenada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) se faz presente no Programa Bolsa Família (PBF), que até novembro de 2014, beneficiou aproximadamente 14,1 milhões de famílias em situação de pobreza. Destas, cerca de 1,38 milhão de famílias foram incluídas no Programa e no Cadastro Único por meio da estratégia de busca ativa, que objetiva alcançar aqueles que estão fora da rede de proteção social.

Além das transferências financeiras, o Bolsa Família tem como objetivo o reforço aos direitos sociais básicos e a ampliação do acesso aos serviços de saúde e educação, operacionalizados por meio das condicionalidades do Programa. Na área de educação, o acompanhamento da frequência escolar atingiu aproximadamente 89% do total de crianças e adolescentes beneficiários do Programa em idade escolar. Já na área de saúde, foram cerca de 8,9 milhões de famílias com acompanhamento nutricional, de vacinação das crianças e das gestantes com pré-natal em dia. Assim, O PBF está diretamente associado à redução do baixo peso ao nascer e, também, do percentual de crianças que nascem prematuras.

A política de Assistência Social, por sua vez, é organizada de forma descentralizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (Suas), possibilitando a realização de benefícios e serviços socioassistenciais em todo o Brasil. Conduzida pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e expressa no PPA pelo Programa Fortalecimento do SUAS, é também um importante componente da estratégia para combater a exclusão, a pobreza e as desigualdades, contribuindo para a promoção da cidadania por meio da proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

O Sistema se organiza em dois níveis de proteção social, a básica e a especial, e atua por meio das unidades de referência na prestação de serviços, o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), nos quais são ofertados ou referenciados os serviços socioassistenciais, entre os quais se destacam os de Atenção Integral à Família (Paif), de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e de Atenção Especializada às Famílias e Indivíduos (Paefi).

O Paif atendeu, em 2014, mais de 16 milhões de indivíduos, com a inserção de 700 mil novas famílias no serviço, apenas no primeiro semestre do ano, por meio dos 7.883 Cras em 5.394 Municípios e no Distrito Federal, responsáveis pela cobertura de mais de 26,7 milhões de famílias. No âmbito da Proteção Especial, estima-se em 2014 mais de 500 mil atendimentos no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi). Dados administrativos apuraram que, de 2009 a 2014, foram implantados 2.378 Creas, municipais e regionais, o que corresponde a um aumento percentual próximo a 100%.

O Suas engloba também a oferta de benefícios assistenciais prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Este é o caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC), direito garantido pela Constituição Federal de 1988, que consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos ou mais de idade e a pessoas com deficiência, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. Em ambos os casos, é necessário que a renda mensal bruta familiar per capita seja inferior a 1/4 do salário mínimo vigente. Em 2014 a cobertura do Benefício de Prestação Continuada (BPC) alcançou 4,12 milhões de beneficiários, sendo 2,25 milhões de pessoas com deficiência e 1,87 milhão de idosos, representando um investimento em R\$ 35,8 bilhões. Para 2015, estima-se que o BPC beneficiará aproximadamente 2,39 milhões de pessoas com deficiência e 1,95 milhão de idosos, com investimentos de R\$ 39,9 bilhões. A expansão do quantitativo de beneficiários reflete mudanças demográficas, sociais e legais, bem como os esforços para superação de barreiras de acesso ao benefício, visando à efetiva universalização para todos aqueles que atendam aos critérios estabelecidos legalmente.

Em relação à política de Segurança Alimentar e Nutricional, a cargo da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), é composta por objetivos que visam garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, e se compõe de atividades e projetos estruturantes que objetivam romper o círculo da miséria e gerar condições de emancipação socioeconômica para a população em situação de vulnerabilidade social, mediante incentivos à produção, aquisição e distribuição de alimentos e à expansão de atividades de desenvolvimento local.

Esta Política, estruturada no âmbito do PPA 2012-2015 pelo Programa Segurança Alimentar e Nutricional, que compõe o eixo inclusão produtiva do BSM, cujas ações buscam incentivar a produção e o acesso aos alimentos, assim como a promoção da pequena agricultura e o enfrentamento da pobreza rural. As principais ações são Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar (PAA), Acesso à Água para o Consumo Humano na Zona Rural, por meio da qual se executa a construção de cisternas (Primeira Água), e Acesso à Água para a Produção de Alimentos (Segunda Água). Destacam-se também os equipamentos públicos (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias, Bancos de Alimentos e Feiras e Mercados Populares), além das ações específicas para comunidades tradicionais.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) conta com a adesão de todos os Estados e do Distrito Federal, além de 89 Municípios. O Mapeamento das Ações Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN) implementado, em 2014, com a participação de 1.628 Municípios reuniu informações sobre as ações e programas, equipamentos públicos e estruturas existentes relacionadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. Também em 2014, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional revisou o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan 2012/2015) e publicou um balanço de suas ações. Para 2015, ressaltam-se as seguintes ações estratégicas previstas: a elaboração do Plansan 2016/2019, a criação e funcionamento do Fórum Tripartite e a definição de uma proposta de

financiamento tripartite para a gestão do Sisan, a realização do MapaSAN/2015 e a realização da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem duas categorias de beneficiários: os fornecedores de alimentos, aqueles aptos a vendê-los para o programa, e os consumidores, que são as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição. A aquisição de alimentos por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em 2014, contou com o fornecimento de 240.572 toneladas de alimentos que beneficiaram 10.525 entidades, totalizando o investimento de R\$ 293 milhões, envolvendo 88 mil agricultores familiares. Espera-se em 2015, atender aproximadamente 154 mil agricultores familiares.

Segmentos populacionais que se encontram em situação continuada de insegurança alimentar e nutricional tais como agricultores acampados, pescadores artesanais, agricultores atingidos por barragens, comunidades de terreiros, indígenas e quilombolas, contam com distribuição de alimentos de caráter emergencial e complementar. Essa ação também atende demandas da Defesa Civil nas catástrofes ambientais. Para a aquisição dos produtos das cestas de alimentos, foram realizadas em 2014, duas chamadas públicas na modalidade compra institucional de alimentos da agricultura familiar, no valor total de R\$ 25,2 milhões, tendo sido distribuídas, até dezembro cerca de 33,9 mil toneladas de alimentos em forma de cestas para aproximadamente 351 mil famílias. Para 2015, estão previstos recursos da ordem de R\$ 82 milhões para essa ação.

Outro importante destaque, para as populações que ainda não têm acesso à água, o Programa Água para Todos, integrante do BSM, constrói cisternas no semiárido. O ano de 2014 foi recorde na entrega de cisternas, tanto de consumo (16 mil litros) quanto de produção (52 mil litros). Foram entregues 300,8 mil cisternas de água para consumo humano em 2014, totalizando 781,8 mil cisternas, alcançando antes do previsto a meta de entregar 750 mil cisternas de 2011 a 2014. O total de cisternas para produção entregues em 2014 foi de 60,8 mil em 2014, aproximando-se de 100 mil unidades desde 2011. Para 2015, está planejada a implementação de 67,5 mil novas cisternas.

5.2.2.1 Análise Situacional

A análise situacional referente aos resultados alcançados pelos programas no exercício de 2014, bem como os principais fatores intervenientes que prejudicaram ou favoreceram o desempenho destes programas estão contidos nos relatórios de prestação de contas anuais das UJ que cumprem de forma direta o desenvolvimento de objetivos de programas temáticos, conforme explicado nos subitens anteriores.

5.2.3 Ações

5.2.3.1 Ações - OFSS

Quadro 5 - Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação																
Código	00M1	Descrição da Ação				Tipos: Operação Especial										
Título	Benefícios Assistências Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade															
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome															
Código: 2122	Tipos: Programa de Gestão															
Unidade Orçamentária	55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome															
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria															
Lei Orçamentária 2014																
Execução Orçamentária e Financeira																
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014											
Inicial	Final	Empenhada	Liquidação	Paga	Processados	Não Processados										
20.000	20.000	7.512	7.512	7.512	0	0										
Execução Física																
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante											
					Previsto	Reprogramado										
Não há			-		-	-										
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores																
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas												
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada										
0	0	0	Não há		-	-										

Fonte: SIAFI Gerencial

Valores em R\$ 1.00

Identificação da Ação		
Código	0536	_tipo: Operação Especial
Título	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais Código: 0909 tipo: Operações Especiais	
Unidade Orçamentária	55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria	

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
103.169	3.103.169	103.169	96.743	96.743	0	6.426
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante	
					Previsto	Reprogramado
Não há			-		-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Não há		-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação												
Código	09HB		Tipo: Operação Especial									
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais											
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Código: 2122 Tipo: Programa de Gestão											
Unidade Orçamentária	55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome											
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não		Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria									
Lei Orçamentária 2014												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
4.448.388	5.107.257	4.896.983	4.876.983	4.876.983	0	20.000						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante							
					Previsto	Reprogramado						
Não há			-		-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
172.853	0	172.853	Não há		-	-						

Fonte: SIAFI Gerencial

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação										
Código	2000	Tipo: Atividade								
Título	Administração da Unidade									
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Código: 2122 Tipo: Programa de Gestão									
Unidade Orçamentária	55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome									
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input checked="" type="checkbox"/>) Não	Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC		(<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014					
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados				
144.373.166	126.108.386	112.098.524	90.109.190	90.016.163	93.027	21.989.334				
Execução Física										
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante						
				Previsto	Reprogramado	Realizado				
Não há			-	-	-	-				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada				
25.906.993	14.577.386	5.613.728	Não há		-	-				

Fonte: SIAFI Gerencial

Valores em R\$ 1,00

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada	Unidade	565	679	669
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores				
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas	
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida
52.587	0	52.587	Pessoa Beneficiada	Unidade
3				

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação						
Código		2010		Tipo: Atividade		
Título		Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares				
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Código: 2122 Tipo: Programa de Gestão				
Unidade Orçamentária		55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome				
Ação Prioritária		() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC	() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
126.000	126.000	115.527	114.863	114.863	0	665
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante	
					Previsto	Reprogramado
Não há					-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.029	0	2.029	Criança Atendida	Unidade	-	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação				
Código		2011 Tipo: Atividade		
Título		Auxílio-transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares		
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Código: 2122 Tipo: Programa de Gestão		

Unidade Orçamentária		55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome								
Ação Prioritária		(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input checked="" type="checkbox"/>) Não	Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC			(<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014					
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados				
264.000	264.000	181.878	180.386	180.386	0	1.492				
Execução Física										
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante					
					Previsto	Reprogramado	Realizado			
Não há					-	-	-			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada				
25.696	0	25.696	Servidor Beneficiado		Unidade	-				

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação												
Código	2012			Tipo: Atividade								
Título	Auxílio-alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares											
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome											
Código: 2122 Tipo: Programa de Gestão												
Unidade Orçamentária	55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome											
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input checked="" type="checkbox"/>) Não	Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC			(<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
2.640.000	3.840.000	3.428.843	3.347.419	3.347.419	0	81.425						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante							
					Previsto	Reprogramado	Realizado					
Não há					-	-	-					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
135.426	0	135.426	Servidor Beneficiado		Unidade	-						

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação																
Código	20IY	Tipos: Atividade														
Título	Promoção Internacional de Políticas e Ações de Desenvolvimento Social e Combate à Fome															
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Código: 2122 Tipos: Programa de Gestão															
Unidade Orçamentária	55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome															
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria															
Lei Orçamentária 2014																
Execução Orçamentária e Financeira																
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014											
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados										
4.427.442	4.777.442	4.048.320	4.048.320	4.048.320	0	0										
Execução Física																
Descrição da meta			Montante													
							Unidade de medida		Previsto	Reprogramado	Realizado					
Cooperação Internacional Realizada			Unidade	12	12	4										
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores																
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas													
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada										
808.860	97.952	8.860	Cooperação Internacional Realizada		Unidade	1										

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação																
Código	20TP	Tipos: Atividade														
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União															
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Código: 2122 Tipos: Programa de Gestão															
Unidade Orçamentária	55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome															
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria															
Lei Orçamentária 2014																
Execução Orçamentária e Financeira																
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014											
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados										
65.609.457	65.609.457	65.594.560	64.896.826	64.868.505	28.321	697.734										

Execução Física					
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
Não há		-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
3.596.847	185.402	3.411.444	Não há	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação														
Código		4572		Tipo: Atividade										
Título		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação												
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Código: 2122 Tipo: Programa de Gestão												
Unidade Orçamentária		55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome												
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria												
Lei Orçamentária 2014														
Execução Orçamentária e Financeira														
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014									
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados								
450.000	475.000	427.278	315.131	315.131	0	112.148								
Execução Física														
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante										
				Previsto	Reprogramado	Realizado								
Servidor capacitado			Unidade	240	392	392								
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores														
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas											
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada									
58.268	28.853	21.076	Servidor Capacitado	Unidade	10									

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação							
Código		4641		Tipo: Atividade			
Título		Publicidade de Utilidade Pública					
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à					

		Fome Código: 2122 Tipo: Programa de Gestão									
Unidade Orçamentária		55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome									
Ação Prioritária		(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input checked="" type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria									
Lei Orçamentária 2014											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014						
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados					
27.532.696	22.026.157	11.304.539	4.187.648	4.187.648	0	7.116.891					
Execução Física											
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
				Previsto	Reprogramado	Realizado					
Não há			-	-	-	-					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
Valor em 1/1/2014	Valor Liquido	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
11.377.449	8.342.459	41	Não há	-	-						

Fonte: SIAFI Gerencial

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação										
Código	4907		Tipo: Atividade							
Título	Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome									
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Código: 2122 Tipo: Programa de Gestão									
Unidade Orçamentária	55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome									
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria									
Lei Orçamentária 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014					
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados				
14.360.644	14.360.644	12.860.644	11.169.175	11.169.175	0	1.691.469				
Execução Física										
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante						
				Previsto	Reprogramado	Realizado				
Pessoa Atendida			Unidade	3.700.000	3.700.000	3.343.957				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							

Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.471.222	970.075	714.590	Pessoa Atendida	Unidade	290.000

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Quadro 6 - Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	11JM				
Título	Construção do Anexo do Bloco C na Esplanada dos Ministérios				
Programa	Código: 1006				
Unidade Orçamentária	55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome				
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>)Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.581.673	0	0	Edifício construído	(% de execução física)	0

Fonte: SIAFI Gerencial

5.2.3.5 Análise Situacional

Segue a análise situacional das ações da Unidade Jurisdicionada Secretaria-Executiva, constantes do Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme:

00M1 - Benefícios Assistências Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade

A execução orçamentária e financeira desta ação não apresentou alterações significativas, estando de acordo com as metas estabelecidas.

0536 - Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais

Nesta ação, R\$ 3,0 milhões se referem ao benefício assistencial devido aos trabalhadores portuários avulsos de que trata o art. 73 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, o art.45 do Decreto nº 8.033, de 27 de julho de 2013.

09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

A execução orçamentária e financeira desta ação não apresentou alterações significativas, estando de acordo com as metas estabelecidas.

2000 – Administração da Unidade

O quadro abaixo sintetiza a ação 2000 executadas pela Subsecretaria e Assuntos Administrativos/SAA e parceiros distribuídos por áreas responsáveis pelos tipos de despesas:

Área Meio do MDS	Dotação (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	Pago (D)	% Emp. (B/A)	% Liq. (C/A)	% Pag. (D/A)
CGLA - Coordenação-Geral de Logística e Administração	75.386.672	67.528.737	57.207.330	57.207.330	90%	76%	76%
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação	20.874.702	18.085.463	9.823.711	9.823.711	87%	47%	47%
CGRH - Coordenação-Geral de Recursos Humanos	16.911.159	13.993.608	13.758.121	13.665.093	83%	81%	81%
ASCOM - Assessoria de Comunicação	12.809.306	12.374.169	9.203.480	9.203.480	97%	72%	72%
AI - Assessoria Internacional	126.548	116.548	116.548	116.548	92%	92%	92%
TOTAL	126.108.386	112.098.525	90.109.190	90.016.163	89%	71%	71%

Fonte: SISPOAD/MDS

As despesas constantes do quadro acima compreendem: serviços administrativos; pessoal temporário; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Em 2014 foi repassado à Coordenação de Patrimônio e Administração dos Blocos “A” e “C”, da Esplanada dos Ministérios, para composição de débito vinculado a Cotas Condominiais, para cobrir despesas com custeio e manutenção dos blocos:

- *Condomínio do Bloco “A” – UG 180077: 3.520.474,30 (PI 00200040536);*
- *Condomínio do Bloco “C” – UG 201002: 2.002.000,00 (PI 00200040537).*

Cabe registrar que as despesas necessárias para manutenção dos programas finalísticos constam do orçamento de ações dentro dos próprios programas finalísticos e não na ação 2000.

Quanto aos Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores no valor de R\$ 17.756.258,00 (dezessete milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e oito reais) foram sendo efetuados ao longo do exercício, restando aproximadamente 21,90% (vinte e um vírgula noventa por cento), para serem saldados no exercício de 2015.

Do valor inscrito na Ação 2000, tem-se a seguinte distribuição: Coordenação-Geral de Recursos Humanos R\$ 204.793,00, pagos R\$ 204.681,00, a pagar R\$ 112,00; Diretoria da Tecnologia da Informação – R\$ 10.392.054, pagos R\$ 8.863.951,00, a pagar R\$ 1.528.103,00; Assessoria de Comunicação – R\$ 1.362.029,00, pagos R\$ 902.701,00, a pagar R\$ 459.328,00 e Coordenação-Geral de Logística e Administração – R\$ 8.537.298,00, pagos R\$ 4.806.140,00, a pagar R\$ 3.731.158,00. Do total, R\$ 5.616.514 (cinco milhão, seiscentos e dezesseis mil, quinhentos e quatorze reais) foram cancelados e reinscritos no exercício de 2015.

R\$ 1,00

UNIDADE	INSCRITO/REINSCRITO	VALORES CANCELADOS	VALORES PAGOS	VALORES A PAGAR
CGRH	595.241	-390.448	204.681	112
DTI	12.951.145	-2.559.091	8.863.951	1.528.103
ASCOM	1.443.953	-81.924	902.701	459.328
CGLA	11.122.350	-2.585.051	4.806.140	3.731.158
TOTAL:	26.112.689	-5.616.514	14.777.473	5.718.702

Fonte: SISPOAD/MDS

No exercício de 2014, foram realizadas na **Coordenação de Compras e Licitações** 41 licitações - na modalidade Pregão Eletrônico, 1 Chamada Pública, 0 Concorrência, 27 dispensas de licitação, 11 inexigibilidades e 14 adesões a Atas de Registro de Preços. Na **Coordenação de Contratos** foram firmados 19 Contratos de Tecnologia da Informação, 62 Contratos na Ação 2000, 1 Contrato na Ação 0536, 1 Contrato na Ação 4907, 1 Contrato na Ação 4923, 1 Contrato na Ação 8893, 2 Contratos na Ação 6414 e 1 Contrato na Ação 20IT, conforme disponibilizados nos seguintes anexos a este Relatório de Gestão.

Anexo I – Relatório de Licitações/Pregão concluídas em 2014

Anexo II – Relatório Chamada Pública concluída em 2014

Anexo III – Relatório de Dispensa de Licitação - Artigo 24, da Lei nº 8.666/93

Anexo IV – Relatório de Adesões a Atas de Registro de Preços Finalizadas em 2014

Anexo V – Relatório de Inexigibilidade - Artigo 25 da Lei Nº 8.666/93

Anexo VI – Relatório dos Contratos Vigentes em 2014 exceto Tecnologia da Informação

Anexo VII – Relatório de Contratos de Tecnologia da Informação Vigentes em 2014

2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

A execução orçamentária e financeira desta ação não apresentou alterações significativas, estando de acordo com as metas estabelecidas.

2010 - Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares

A execução orçamentária e financeira desta ação não apresentou alterações significativas, estando de acordo com as metas estabelecidas.

2011 - Auxílio-transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

A execução orçamentária e financeira desta ação não apresentou alterações significativas, estando de acordo com as metas estabelecidas.

2012 - Auxílio-alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

A execução orçamentária e financeira desta ação não apresentou alterações significativas, estando de acordo com as metas estabelecidas.

20IY - Promoção Internacional de Políticas e Ações de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

A execução orçamentária e financeira desta ação não apresentou alterações significativas, estando de acordo com as metas estabelecidas.

20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União

A execução orçamentária e financeira desta ação não apresentou alterações significativas, estando de acordo com as metas estabelecidas.

4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

A execução orçamentária e financeira desta ação não apresentou alterações significativas, estando de acordo com as metas estabelecidas.

4641 – Publicidade de Utilidade Pública

A ação em pauta é regida pelo contrato com a empresa SLA Propaganda, no valor total de R\$ 18,75 milhões, com o objetivo de prestar serviços de publicidade, compreendendo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa, a compra de mídia e a distribuição de publicidade, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de difundir ideias ou de informar o público em geral.

Em 2014 também ocorreu execução da ação por meio de Termo de Cooperação com o Ministério do Turismo, no valor de R\$ 4 milhões, liquidado e pago o montante de R\$ 3,8 milhões.

4907 - Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

A execução orçamentária e financeira desta ação não apresentou alterações significativas, estando de acordo com as metas estabelecidas.

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Diretoria de Tecnologia da Informação

Os resultados obtidos pela Coordenação-Geral de Sistemas são decorrentes do desenvolvimento e manutenção de sistemas e de portais. Suas principais atividades foram o planejamento da contratação e a realização do pregão eletrônico 12/2014 para contratação da fábrica de software, o desenvolvimento de sistemas e de portais (quadros 1 e 2), a manutenção de sistemas e de portais (quadro 3), a auditoria de contagem de pontos de função e o planejamento da contratação e gestão de outros contratos (quadro 4).

Em virtude do novo contrato de fábrica de software, foi necessário adaptar processos existentes e criar novos processos para controle e fiscalização. Neste contexto, foram realizadas melhorias no processo de emissão e entrega de ordens de serviços, no processo de validação das entregas, homologação técnica, auditoria de contagem de pontos de função e faturamento.

O quadro 1, a seguir, informa os sistemas que tiveram seu desenvolvimento concluído no ano de 2014.

QUADRO 1: SISTEMAS CONCLUÍDOS NO ANO DE 2014

Nº	Secretaria	Sistemas/Ferramentas/ Aplicativos	Descrição	Data de Entrega
1	SENARC	SICON Arquitetura	Nova Sistema responsável pela gestão do cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.	JUL/2014
2	SNAS	SIGPC	Sistema responsável pela gestão e controle da prestação de contas, integrando todo o trabalho realizado pelos departamentos envolvidos na prestação de contas.	ABR/2014
3	SESAN	SIGCisternas	Sistema responsável pela gestão e centralização das informações de cisternas e identificação de novos beneficiários em potencial.	JAN/2014
4	SESAN	SISEPAN	Sistema para aperfeiçoar a execução, operacionalização e gestão dos Programas Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias, mantendo-se o acompanhamento e monitoramento dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.	AGO/2014
6	SENARC	AFAC	Aplicativo de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos	AGO/2014

O processo de desenvolvimento de sistemas, utilizado na construção dos sistemas citados no quadro 1, é baseado em melhores práticas de mercado e abrange as seguintes etapas: concepção, elaboração, construção e transição. De forma geral, a concepção consiste no entendimento inicial dos requisitos e dos processos de negócio, os quais serão suportados pelo sistema construído. A etapa elaboração compreende o detalhamento dos requisitos e projeto do sistema. A construção envolve a codificação e testes em ambientes controlados pelos demandantes.

Por fim, a transição compreende a instalação, configuração e testes do sistema em seu ambiente definitivo.

Essas etapas foram realizadas no trabalho de desenvolvimento de cada sistema mencionado no quadro 1.

O quadro 2 apresenta os sistemas de informação que foram iniciados em 2014 e que estão ainda em desenvolvimento. Estes estão em fase de levantamento de requisitos (concepção), de construção ou de transição. Entre eles, há sistemas para amparar a fiscalização do Programa Bolsa Família, o Programa de Fomento, a gestão da Coordenação Geral de Sistemas e o portal de informações do Ministério.

QUADRO 2: PROJETOS DE NOVOS SISTEMAS INICIADOS/EM CONSTRUÇÃO/EM TRANSIÇÃO

Nº	Secretaria	Sistemas/Ferramentas /Aplicativos	Descrição	% projeto realizado
1	SENARC	Sistema de Gestão e Acompanhamento e Fiscalização do Programa Bolsa Família (SIGAF)	Responsável por gerenciar, armazenar e operacionalizar as atividades de acompanhamento, fiscalização e controle previstos nas ações de sustentação do Programa Bolsa Família	30%
2	SESAN	SISFOMENTO	Início do desenvolvimento do sistema de gestão do programa de Fomento.	50%
3	SE	SISDTI	Início do desenvolvimento do sistema de gestão da Coordenação Geral de Sistemas.	50%
4	SE	Novo Portal do MDS	Início do desenvolvimento do novo portal do MDS	3%

O quadro 3, a seguir, apresenta as manutenções de softwares realizadas pela DTI no ano de 2014. Este quadro contém somente os sistemas que de fato a DTI realizou manutenções não englobando toda a sua carteira de sistemas. Entre as principais manutenções, pode-se destacar as realizadas nos seguintes sistemas: Sistema de Aquisição de Alimentos, Cadastro Nacional de Entidades Sociais, Plano demonstrativo, Sistema do Benefício de Prestação Continuada na Escola, Sistema de Prestação de Contas e o Cadastro do Sistema Único de Assistência Social.

QUADRO 3: MANUTENÇÕES REALIZADAS

Nº	Secretaria	Sistemas/Ferramentas/Aplicativos	Qtd. de Manutenções Realizadas
1	SE	Avaliação de Desempenho (AVADES)	8
2	SE	Portal MDS	2
3	SE	Portal Brasil sem Miséria	1
4	SE	Sistema de Controle de Contratos (SCC)	4
5	SE	Sistema de Envio de Informação (SEI)	1
6	SE	Sistema da Assessoria Internacional (SIAIN)	3
7	SE	SISCONTEL	44
8	SE	Sistema de Expedição e Protocolo (SIEXP)	1
9	SE	Sistema de Controle de Contratos	1
Total SE			65
10	SENARC	Sistema de Condicionalidades (SICON)	17
11	SENARC	Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF)	11
12	SENARC	Sistema de Monitoramento e Acompanhamento e Atualização Cadastral (SIMAC Questionário)	1
13	SENARC	Sistema de Fiscalização (SISFIS)	2
14		Guardião	1

		Total SENARC	32
15	SNAS	Sistema de Autenticação e Autorização (SAA)	4
		Sistema WEB de Gestão de Autenticação e Autorização (SAA WEB Gestão)	6
16	SNAS	Módulo de Acompanhamento dos Estados	1
17	SNAS	BPC na Escola	25
18	SNAS	Sistema de Gestão do ProJovem (SISJOVEM)	1
19	SNAS	SUASWEB NOB	8
20	SNAS	Novo SUASWEB	15
21	SNAS	Demonstrativo	24
22	SNAS	SUASPLANDEM	3
23	SNAS	SISDILIGENCIA	8
24	SNAS	Carteira do Idoso	5
25	SNAS	Sistema do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (SISPETI)	1
26	SNAS	Plano de Ação	3
27	SNAS	Sistema de Documentação (SISDOC)	7
28	SNAS	Sistema de Prestação de Contas (SIGPC)	16
29	SNAS	Cadastro do SUAS (CADSUAS)	12
30	SNAS	Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS)	32
31	SNAS	Sistema de Serviço e Convivência	1
32	SNAS	Sistema de Gestão do Programa de Benefício de Prestação Continuada (SIGBPC)	5
33	SNAS	SICNAS	2
34	SNAS	CNAS	1
		Total SNAS	180
35	SESAN	Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA)	29
36	SESAN	SISFOMENTO	4
37	SESAN	CISTERNAS	2
38	SESAN	SIEX CISTERNAS	1
		Total SESAN	36
		Total MDS	313

Os serviços mencionados nos quadros 1, 2 e 3 foram submetidos ao processo de auditoria da contagem de pontos de função, métrica prevista em contrato para quantificar e remunerar o trabalho de desenvolvimento e manutenção de sistemas. Este processo contribuiu significativamente para identificar necessidades de melhorias na documentação dos requisitos e soluções técnicas adotadas em cada sistema, as quais foram realizadas no ano de 2014.

O quadro 4 apresenta as atividades administrativas realizadas para dar suporte à execução das atividades dos quadros 1, 2 e 3. Entre as atividades realizadas no ano de 2014 estão a (i) finalização do contrato de fábrica de software, 11/2009, e gestão do atual contrato, 46/2014, (ii) a renovação do contrato da empresa especializada em contagem de pontos de função e (iii) a elaboração de documentos para realização de contratação de sistema para a gestão e suporte às atividades do gabinete ministerial.

QUADRO 4: GESTÃO DE CONTRATOS

Nº	Tipo de Contrato	Descrição das Atividades	
1	Fábrica de Software	(i)	Planejamento da contratação e realização do pregão eletrônico.
2	Contagem de Pontos de Função	(ii)	Gestão do contrato de fábrica de software Renovação do contrato e continuação da prestação dos serviços pela empresa de contagem de pontos de função.

3	Contratação de Sistema para Gestão e Suporte às atividades do gabinete ministerial	Elaboração dos documentos necessários ao Planejamento da contratação de acordo com IN4, a fim de contratar sistema para gestão e suporte às atividades do gabinete ministerial do MDS.
----------	--	--

A tabela a seguir apresenta os valores investidos por mês em desenvolvimento e manutenção de sistemas. Chegando ao total aproximado de R\$ 4.25 milhões.

QUADRO 5: VALORES INVESTIDOS POR MÊS

Mês	Valor Investido Aproximado
Janeiro	R\$ 1.046.216,08
Fevereiro	R\$ 43.639,98
Março	R\$ 153.192,54
Abril	-
Maio	R\$ 1.528.890,55
Junho	-
Julho	R\$ 648.100,68
Agosto	R\$ 662.941,99
Setembro	-
Outubro	R\$ 103.551,97
Novembro	-
Dezembro	R\$ 64.978,00

A Coordenação Geral de Banco de Dados (CGBD) trabalhou durante o ano de 2014 com atividades associadas à área de administração de dados e administração de banco de dados, além de cuidar da gestão e fiscalização de contratos correlatos.

Dentre suas diversas atividades, em 2014 foram executados o planejamento da contratação, a realização de pregão eletrônico, acompanhamento e gestão das novas contratações, listadas abaixo:

- Planejamento da contratação e realização do Pregão Eletrônico (SRP) 08/2014 para Prestação de serviços continuados de Administração de Dados e de Bancos de Dados para o MDS;
- Planejamento da contratação e adesão a SRP para aquisição de licenças do SGBD Oracle, juntamente com serviços de atualização de versões e suporte técnico;
- Planejamento da contratação e adesão a SRP para aquisição de licenças de uso permanente escalável de uma plataforma tecnológica para modelagem de Banco de Dados e administração de dados/Banco de Dados e respectivos serviços de suporte técnico, atualização de versões e garantia desta plataforma tecnológica;
- Planejamento da contratação e adesão a SRP para fornecimento de solução de TI do tipo Data Discovery, incluindo fornecimento de licenças de software, serviços de implantação, suporte técnico, atualização de versão, treinamento e suporte especializado.

Ainda durante o ano de 2014, a CGBD também foi responsável pela implantação da ferramenta de Data Discovery QlikView, com o intuito de atender a constante demanda das secretarias que careciam de uma solução de visualização de dados a fim de apoiar a tomada de decisão. Para a efetiva adoção da ferramenta, recursos das áreas finalísticas foram capacitados.

A CGBD continuou a analisar, gerar e enviar mensalmente dados e cópias de bancos de dados, solicitados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) referentes ao Cadastro Único para Programas Sociais (CADUNICO), Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF), das folhas de pagamento do Programa Bolsa Família do Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC) e do Sistema Integrado de Gestão do BPC (SIGBPC).

Foi definido e consolidado um repositório único (centralizado) para os arquivos gerados pela ferramenta de modelagem de dados PowerDesigner e promovido treinamento para utilização dessa ferramenta.

Todas as bases de dados cujo Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) é o DB2 foram atualizadas da versão 9.7 para a versão 10.2.

Foi melhorado o poder de processamento dos servidores Oracle, quadruplicando a saída de rede e aumentando de 24GB para 56GB a memória RAM. Foi realizado, também, um estudo para a migração da versão 10 para a versão 11 do SGBD Oracle.

O procedimento de *moving* do Data Center de Uberlândia (CTBC) para o Data Center do SERPRO-DF foi finalizado e realizado planejamento para o *moving* dos servidores de banco de dados situados no SERPRO-SP para o SERPRO-DF.

O documento de Padrões e Normas para Banco de Dados foi revisado, reestruturado e publicado na Intranet, a fim de se consolidar como fonte única normativa-orientativa para elaboração e execução de procedimentos que afetem as bases de dados.

A política de backup foi atualizada e realizado um estudo para implementação da ferramenta de backup *Tivoli Storage Manager* (TSM).

O procedimento de envio e recebimento dos arquivos para a carga de dados foi melhorado e centralizado em um único local.

As bases de dados do Cadastro Único foram adequadas, a fim de atender as alterações de leiaute das versões 5.39 e 5.41 e implantados, também, no banco de dados Teradata.

Houve aumento na quantidade de cargas que deixaram de ser manuais e passaram a ser automatizadas com a ferramenta *DataStage*.

No fim de janeiro de 2014, o contrato para a prestação de serviços de administração de dados e de banco de dados encerrou-se. Com isso, foi realizada licitação para terceirização desses serviços e novo contrato foi firmado em maio de 2014.

A tabela abaixo representa a quantidade de serviços executados (tickets), quantidade de Unidades de Prestação de Serviço Técnico (UPST) e valor total faturado mensalmente. É importante ressaltar que o valor da UPST do contrato vigente até janeiro de 2014 era de R\$23,28 e do contrato vigente a partir de maio de 2014 é de R\$26,20.

QUADRO 6: QUANTITATIVO DE SERVIÇOS EXECUTADOS PELA EQUIPE DE BANCO DE DADOS EM 2014

Mês	Nº tickets	UPST	Valor Faturado
JAN/14	530	2096	R\$ 48.794,88
FEV/14			
MAR/14			
ABR/14			
MAI/14	121	492	R\$ 12.890,40
JUN/14	1178	3197	R\$ 83.761,40
JUL/14	1382	4623	R\$ 121.122,60

AGO/14	1580	6202	R\$ 162.492,40
SET/14	1338	4629	R\$ 121.279,80
OUT/14	1250	6615	R\$ 173.313,00
NOV/14	1483	6545	R\$ 171.479,00
DEZ/14	1387 ¹	5823 ²	R\$ 152.562,60 ¹
TOTAL	9719	40222	R\$ 1.047.696,08

Com o encerramento do contrato anterior, o catálogo de serviços foi aprimorado e o quantitativo mensal desses serviços executados pela nova contratada é apresentado na tabela seguinte:

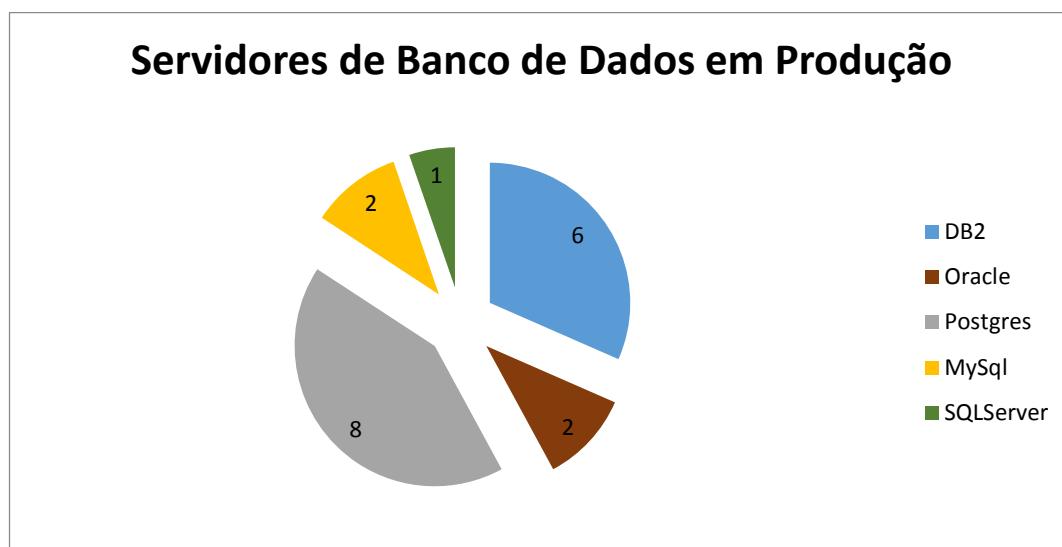
**QUADRO 7: QUANTITATIVO DE TICKETS EXECUTADOS POR TIPO DE SERVIÇO
EM 2014**

Serviço	Nº	Atividade	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	Nov./14	dez/14 ¹
AD	1	Elaboração de modelo de dados e dicionário de dados	0	0	0	0	1	1	0	1
AD	2	Alteração de modelo de dados e dicionário de dados	0	0	0	70	0	2	2	23
AD	3	Validação de modelo de dados e dicionário de dados	1	0	3	7	12	6	10	1
AD	4	Manutenção de dicionário de dados	0	0	0	1	0	0	50	0
AD	5	Elaboração e execução de scripts	29	41	85	182	110	110	111	108
AD	6	Geração de modelo de dados físico (Engenharia Reversa)	0	1	28	24	20	0	42	71
AD	7	Elaboração de procedimento de automatização para carga ou para extração de dados	0	1	0	8	5	15	3	12
AD	8	Alteração de procedimento de automatização para carga ou para extração de dados	0	1	4	1	2	3	3	2
AD	9	Extração de dados	8	30	108	74	26	66	56	93
AD	10	Melhoria de desempenho em procedimentos e transações no SGBD	1	1	10	3	5	0	3	3
AD	11	Integração de dados	0	0	0	0	0	0	0	0
AD	12	Construção de modelo multidimensional	0	0	0	0	0	0	0	0
AD	13	Alteração de modelo multidimensional	0	0	0	0	0	0	0	0
AD	14	Criação de relatório analítico	0	1	0	3	5	10	0	1
AD	15	Alteração de relatório analítico	0	0	0	0	0	0	0	0
BD	1	Manutenção preventiva do banco de dados	0	32	44	46	62	36	49	46
BD	2	Manutenção corretiva do banco de dados	2	12	4	22	20	12	33	23
BD	3	Monitoramento de banco de dados, cluster e	22	564	642	648	614	561	649	550

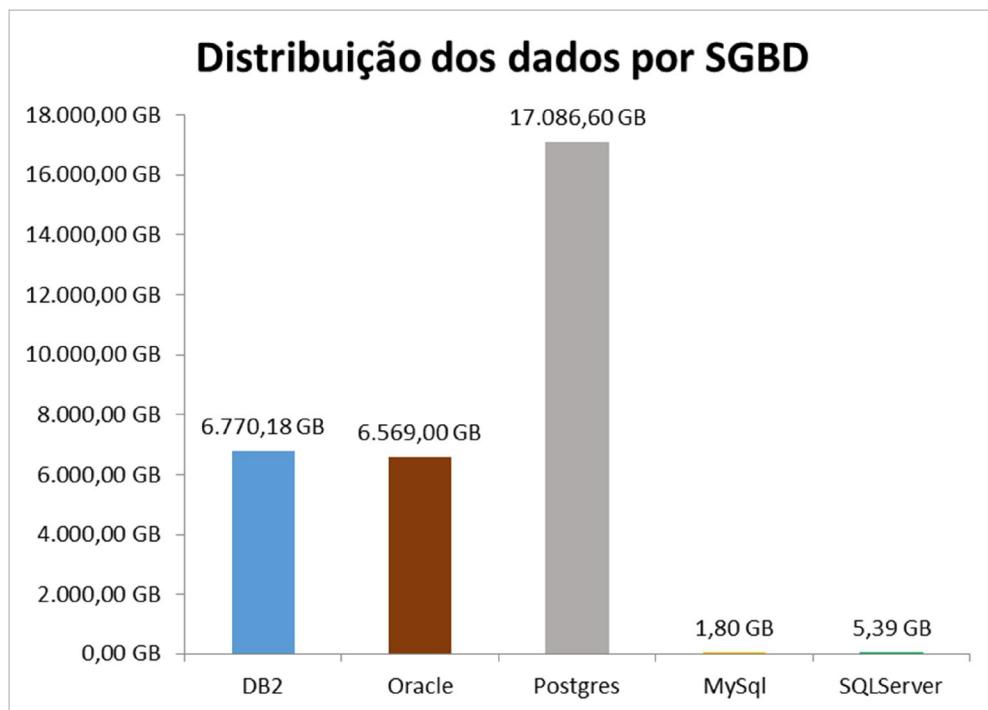
¹ Valores estimados (ainda não faturado)

Serviço	Nº	Atividade	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	Nov./14	dez/14 ¹
		servidor								
BD	4	Monitoramento específico de banco de dados	5	11	6	0	7	13	13	4
BD	5	Documentação de arquitetura e processos do banco de dados	0	0	1	1	3	0	0	0
BD	6	Restauração de backup	2	3	2	14	2	7	9	1
BD	7	Permissão de acesso ao banco de dados	2	54	16	13	15	12	5	22
BD	8	Análise de implementação de serviços	0	3	3	9	4	3	15	9
BD	9	Implementação de projetos de banco de dados	0	0	0	0	0	0	1	0
BD	10	Migração de dados e/ou estrutura	0	3	4	4	6	4	8	3
BD	11	Aplicação de patches e/ou atualização de SGBD	0	0	3	1	5	1	0	1
BD	12	Instalação/Atualização e configuração de banco de dados	0	1	3	11	9	7	7	4
BD	13	Instalação/Atualização e configuração de ferramentas de banco de dados	0	0	7	0	0	0	5	0
BD	14	Backup de banco de dados	5	315	316	329	307	308	317	271
BD	15	Validação de script de rollup	11	21	13	14	6	4	15	27
BD	16	Execução de script de rollup	23	36	29	25	26	9	18	31
BD	17	Execução de carga de dados	9	16	26	49	46	41	45	60
BD	18	Otimização de ambiente de banco de dados	0	1	1	1	0	2	2	0
BD	19	Investigação de incidente	1	30	24	20	20	17	12	20
Total			121	1178	1382	1580	1338	1250	1483	1387

O gráfico abaixo representa a quantidade de servidores de bancos de dados custodiados pela CGBD por SGBD.



O gráfico abaixo mostra o volume de dados distribuídos por SGBD (**dados dos ambientes de Produção**) custodiados pela CGBD.



A Coordenação Geral de Sustentação e Segurança (CGSS), atendendo ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MDS para o triênio 2013/2014/2015 e em cumprimento às obrigações regimentais da DTI, desempenhou em 2014 as atividades a seguir elencadas.

1) Central de Serviços

Ao longo de 2014 foram registradas aproximadamente 38.399 demandas na Central de Serviços em diversas categorias, compreendendo desde suporte técnico em microinformática a comunicação de dados, sustentação de TI e produção de sistemas.

Em 2014 foram investidos R\$ 543.000,00 na aquisição de 69 Notebooks e 08 Estações de Trabalho de alto desempenho.

O parque de computadores do MDS possui cerca de 1.900 estações de trabalho, todos com garantia até 2016.

2) Sustentação de Sistemas Operacionais e Rede

Foram consumidas aproximadamente 130.000 Unidades de Serviço Técnico para sustentação dos ambientes de comunicação (rede) e processamento de dados (produção, homologação, desenvolvimento e treinamento) do Ministério. O parque computacional atual do Ministério possui 500 servidores físicos ou virtuais de processamento de dados e aproximadamente 850 equipamentos de comunicação de dados.

3) Comunicação de Dados

Foram instalados 82 comutadores/switches de borda e 10 comutadores/switches centrais para reestruturar e adequar o aumento no tráfego das redes locais do Ministério e substituir equipamentos obsoletos e sem garantia.

4) Centro de Dados (Datacenter)

O MDS hospeda seus ativos de TIC no SERPRO em Brasília por meio do contrato 25/2013.

5) Segurança da Informação

O Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério está instituído desde 2013 pela Secretaria-Executiva e após a publicação da Política de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério (POSIC) no final do ano, vem normatizando as principais diretrizes emanadas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI).

Não obstante as normatizações, o MDS adquiriu solução de segurança de perímetro (Firewall), com investimentos que chegaram a quase R\$ 2.000.000,00, objetivando implementar políticas e controles seguros de acesso à informação, no âmbito interno e externo do ambiente computacional do MDS.

6) Ampliação da Capacidade de Armazenamento de Dados

O constante crescimento do volume de dados é observado em todos os entes públicos. Em atendimento a esta necessidade o MDS adquiriu solução de armazenamento de dados, totalizando mais de 320 TeraBytes de dados líquidos e investimentos que chegaram a R\$ 5.500.000,00.

7) Virtualização e Consolidação de Servidores da Infraestrutura Computacional

O MDS está direcionado a investir em solução e consolidação de servidores para atender a demanda crescente, não só com sistemas que suportam as áreas de negócio do MDS, como também a infraestrutura computacional que suporta os demais serviços críticos de tecnologia.

Nesta direção, o MDS adquiriu solução de virtualização VMware com investimentos de R\$3.100.000,00, entre licenças de softwares e transferência de conhecimento para seu corpo técnico de servidores.

Diretoria de Projetos Internacionais

No exercício do relatório, a Diretoria de Projetos Internacionais (DPI) realizou gestão e execução de um acordo de empréstimo e de três acordos de cooperação técnica executados por meio de três organismos internacionais, relacionados a seguir:

- a) acordo de empréstimo com agente financiador externo com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) (N.º 7841/BR); e
- b) Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais:
 - 1 Projeto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (BRA/12/006);
 - 1 Projeto com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (914BRZ3002);
 - 1 Projeto com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (UTF/BRA/085/BRA)

Considerando a execução positiva das ações planejadas nos projetos, a DPI avalia que os objetivos previstos para o ano, em correlação com os objetivos estratégicos da unidade, foram alcançados, à exceção da assinatura do Acordo de Empréstimo com o BID.

Além das atividades efetivas de gestão e monitoramento dos projetos de cooperação vigentes, e do apoio à elaboração dos novos projetos, foram realizadas ações relevantes da DPI para a consecução dos seus objetivos estratégicos, tais como:

- atendimento à auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) do Projetos PNUD BRA/04/046;
- duas Missões do Banco Mundial de implementação do Acordo de Empréstimo N.º 7841/BR, nos meses de março e novembro de 2014 (com duração de uma semana, cada uma);
- apoio às secretarias executoras dos Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCTI) na elaboração da proposta orçamentária para 2015 ; e
- capacitação/reciclagem nas normas de aquisições do BIRD, realizada de 20 a 24 de outubro de 2014, em Fortaleza, com a participação dos servidores da DPI.

Relativamente às ações realizadas no âmbito do acordo de empréstimo do Banco Mundial e de cada projeto de cooperação técnica, é importante destacar:

Projeto BIRD – Acordo de Empréstimo 7841-BR - Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Plano Brasil Sem Miséria

Objetivo BIRD 7841-BR: Fortalecer a capacidade do Programa Bolsa Família de alcançar seus objetivos de redução da pobreza e desigualdade e promover o desenvolvimento do capital humano pela melhoria da situação de escolaridade e de saúde das crianças e pela redução da incidência de desnutrição entre a população pobre.

Termo aditivo: Assinado em 03/09/2014, o termo aditivo alterou a parte E do Acordo de Empréstimo, adaptando-a a agenda do Plano Brasil Sem Miséria, e estendeu o prazo de vigência, que passou a ser 30/06/2017.

Áreas executoras: SAGI, SE, SENARC, SESAN, SESEP e SNAS.

Vigência BIRD 7841-BR: 21/09/2011 a 30/06/2017

Estrutura/Resultados esperados:

Parte A: Transferências Condicionais de Renda (Benefícios do Bolsa Família)

Parte B: Fortalecimento do Cadastro Único como o Principal Instrumento de Identificação para Programas Sociais

Parte C: Fortalecimento Institucional para a Consolidação do Programa Bolsa Família

Parte D: Consolidação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do MDS

Parte E: Apoio ao Plano Brasil sem Miséria

Arranjo de Execução:

A execução dos componentes técnicos e de fortalecimento institucional cabe às Secretarias finalísticas do MDS além da Diretoria de Projetos Internacionais (DPI) e das Subsecretarias de Planejamento e Orçamento (SPO) e de Assuntos Administrativos (SAA). Para implementar o Projeto, foi criada uma Comissão Especial de Licitação no âmbito da DPI. O organismo internacional UNESCO foi selecionado para a execução de algumas atividades do Projeto: contratação de pessoa física, emissão de passagens e diárias e contratação de eventos, tendo este projeto o valor total de R\$ 39.900.000,00.

Contratações pela Comissão Especial de Licitação desde o início do Projeto

Contratação de Pessoa Jurídica: 2011 a 2014 (excluindo eventos)*										
	2011		2012		2013		2014		Total	
	Nº contratações	Em R\$ (contratado)								
SAGI	0	0	0	0	0	0	2	5.870.559,21	2	5.870.559,21
SENARC	0	0	0	0	1	552.000,00	2	164.698,00	3	716.698,00
SESAN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SESEP	0	0	0	0	0	0	1	8.151,00	1	8.151,00
SNAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	1	552.000	5	6.043.408,21	6	6.595.408,21

*Excluindo pagamentos referentes a passagens e publicações.

Contratações pela CEL em andamento						
	Consultorias	Valor estimado	Serviços	Valor estimado	<u>Total</u> Nº de Contratações	<u>Total</u> Valor estimado
SAGI	-	-	-	-	-	-
SENARC	3	2.823.270,13	1	1.541.831,67	4	4.365.101,80
SESAN	-	-	-	-	-	-
SESEP	-	-	-	-	-	-
SNAS	-	-	1	758.284,00	1	758.284,00
Total	3	2.823.270,13	2	2.300.115,67	5	5.123.385,80

Contratações realizadas por meio do Projeto UNESCO 914BRZ3002 desde o início do Projeto

Contratação de consultores								
	2012		2013		2014		Total	
	Consultores contratados	Valor em R\$ das contratações	Consultores contratados	Valor em R\$ das contratações	Consultores contratados	Valor em R\$ das contratações	Consultores contratados	Valor em R\$ das contratações
SAGI	11	809.148,00	27	1.935.465,00	13	1.281.435,00	51	4.026.048,00
SENARC	16	1.934.106,80	18	1.523.313,20	31	2.879.202,55	65	6.336.622,55
SESAN	-	0	17	1.487.725,00	7	524.914,80	24	2.012.639,80
SESEP	1	28.539,00	-	0	-	0	1	28.539,00
SNAS	-	0	-	0	4	401.000,00	4	401.000,00
Total	28	2.771.793,8	62	4.946.503,20	55	5.086.552,55	145	12.804.849,35

Produtos pagos a consultores individuais				
Produtos pagos				
	2012	2013	2014	TOTAL
SAGI	10	93	67	170
SENARC	18	92	113	223
SESAN	0	24	69	93
SESEP	1	0	0	1
SNAS	0	0	3	3
Total	29	209	252	490

Quantidade de produtos devolvidos à Secretaria por necessidade de complementação de conteúdo				
	2012	2013	2014	TOTAL
SAGI	1	9	5	15
SENARC	2	5	4	11
SESAN	0	0	6	6
SESEP	0	0	0	0
SNAS	0	0	0	0
Total	3	14	15	32

Quantidade de publicações de editais para seleção de consultores (inclui republicações)				
	2012	2013	2014	TOTAL
SAGI	14	11	18	43
SENARC	21	11	24	56
SESAN	0	3	7	10
SESEP	0	0	0	0
SNAS	0	0	4	4
Total	35	25	53	113

Quantidade de aditivos de prazo processados em contratos de consultores				
	2012	2013	2014	TOTAL
SAGI	2	13	2	17
SENARC	2	3	3	8
SESAN	0	1	2	3
SESEP	0	0	0	0
SNAS	0	0	0	0
Total	4	17	7	28

Quantidade de rescisões de consultores processadas				
	2012	2013	2014	TOTAL
SAGI	1	4	0	5
SENARC	0	1	5	6
SESAN	0	1	2	3
SESEP	0	0	0	0
SNAS	0	0	0	0
Total	1	6	7	14

Contratação de Pessoa Jurídica-EVENTOS: 2011 a 2014						
	2013		2014		TOTAL	
	Nº de eventos	Valor contratado (em R\$)	Nº de eventos	Valor contratado (em R\$)	Nº de eventos	Valor contratado (em R\$)
SAGI	1	56.534,40	2	121.025,50	3	177.559,90
SE	1	1.079.907,00	-	-	1	1.079.907,00
SENARC	2	43.448,50	10	536.036,40	12	579.484,90
SESAN	2	847.985,94	5	1.369.559,77	7	2.217.545,71
SESEP	1	88.535,00	5	754.042,	6	842.577,56
SNAS	1	4.270,00	12	3.408.950,24	13	3.413.220,24
Total	8	2.120.680,84	34	6.189.613,91	42	8.310.295,31

*Excluindo pagamentos referentes a passagens e publicações.

OBS: Não houve realização de eventos em 2011 e 2012

Concessão de diárias e passagens (em R\$)								
	2012		2013		2014*		TOTAL	
	Diárias Concedidas	Passagens Emitidas	Diárias Concedidas	Passagens Emitidas	Diárias Concedidas	Passagens Emitidas	Diárias Concedidas	Passagens Emitidas
SAGI	2.885,41	5.092,72	152.136,55	84.989,12	20.995,88	39.475,76	176.017,84	129.557,60
SENARC	84.641,62	124.172,38	492.463,86	804.157,58	572.129,76	713.478,59	1.149.235,24	1.641.808,55
SESAN	0	0	19.331,28	109.144,08	98.895,63	361.378,38	118.226,91	470.522,46
SESEP	0	0	22.295,45	184.891,06	37.521,80	352.797,46	59.817,25	537.688,52
SNAS	0	0	83,25	0	12.162,10	1.573.702,82	12.245,35	1.573.702,82
Total	87.527,03	129.265,1	686.310,39	1.183.181,84	741.705,17	3.040.833,01	1.515.542,59	4.353.279,95
Total geral	216.792,13		1.869.492,23		3.782.538,18		5.868.822,54	

*Os valores de 2014 não incluem o mês de dezembro. Os dados deste mês não estavam disponíveis para confirmação no momento do fechamento deste relatório.

Contratações pelo Projeto UNESCO previstas para os próximos 4 meses						
	Consultores individuais		Eventos		Total de ações	
	Quantidade de contratações	Valor das contratações (em R\$)	Quantidade de Eventos	Valor estimado total (em R\$)	Quantidade de ações	Valor estimado das ações (em R\$)
SAGI	25	R\$ 2.503.920,00	-	-	25	R\$ 2.503.920,00
SENARC	35	R\$ 3.452.594,78	6	1.436.600,00	41	R\$ 4.889.194,78
SESAN	0	R\$ 0,00	-	-	0	R\$ 0,00
SESEP	0	R\$ 0,00	-	-	0	R\$ 0,00
SNAS	2	R\$ 146.831,78	-	-	2	R\$ 146.831,78
Total	62	R\$ 6.103.346,56	6	1.436.600,00	68	R\$ 7.539.946,56

*No quantitativo e valor das consultorias individuais, consideram-se, além das ações previstas para os próximos quatro meses, aquelas de 2014 que não foram iniciadas.

Principais ações realizadas desde o início do Projeto:

- **100% de execução do componente 1-** Reembolso de 1,85% das Transferências Condicionadas de Renda (Benefícios do Programa Bolsa Família) até o limite de US\$ 185.000.000,00. Do valor comprovado (R\$ 412.812.723,35), o Banco reembolsou a STN US\$ 185.000.000,00, estando o componente encerrado. Os benefícios mensais do PBF pagos no período e comprovados ao Banco Mundial foram sacados por mais de 13,6 milhões de famílias pertencentes aos vinte e seis estados brasileiros, além do Distrito Federal;
- Contratação de empresa para realização **da Pesquisa Painel de Pobreza (PPP)** – pesquisa em andamento, que tem como objetivo o levantamento e análise de dados que permitam a caracterização ao longo do tempo da população em situação de pobreza em dois contextos – Semiárido brasileiro e Sudeste metropolitano –, particularmente no que se refere à composição e volatilidade da renda das famílias, às estratégias de inserção produtiva e ao acesso a serviços públicos;
- Aprimoramento do **Sistema de Gestão do Bolsa Família (SIGPBF)** em andamento, por meio de contratações de consultores individuais realizadas e contratação de empresa de consultoria em andamento;
- Uma série de **iniciativas de capacitação referentes ao Programa Bolsa Família:**
 - Contratação de empresa para criação e desenvolvimento de uma série educativa de vídeos de capacitação com uma abordagem criativa e um vídeo institucional, objetivando promover a

- disseminação de conceitos e orientações sobre processos de trabalho na atuação do Programa Bolsa Família e Cadastro Único;
- Contratação de empresa para serviços gráficos, visando à impressão Material de Capacitação de Gestão PBF
 - Oficinas de capacitação de técnicos em nível federal, estadual/distrital e municipal;
 - Realização de consultorias para **avaliação do Programa Bolsa Família junto a comunidades indígenas**;
 - Realização de consultorias individuais para o **aprimoramento das ferramentas de monitoramento** e avaliação dos programas sociais;
 - **Encontros regionais e Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais**, visando discussão da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT);
 - **Encontros regionais e Encontro Nacional sobre Trabalho Social** com Famílias na Política Nacional de Assistência Social;
 - **1ª Oficina WWP** – Experiências, Projetos e Boas Práticas em Inclusão Produtiva e Transferências de Renda, evento que apoiou a Iniciativa Brasileira de um Mundo Sem Pobreza – World Without Poverty (WWP) e a divulgação internacional de experiências brasileiras;
 - **Painel Internacional sobre Participação Social e Trabalho com Famílias** na Proteção Social Não Contributiva;
 - **Desafios Brasil Sem Miséria**, evento que teve como objetivo debater os desafios da estratégia brasileira para avançar na superação da extrema pobreza, aprofundando o processo de participação social em torno do Plano Brasil Sem Miséria. Ele foi composto pelo Seminário de Inclusão Produtiva Rural e pelos Diálogos Governo e Sociedade Civil: Plano Brasil Sem Miséria, assim como pelo Lançamento do Livro “O Brasil Sem Miséria”.

Projeto UNESCO 914BRZ3002

Apoio ao Programa Bolsa Família e ao Plano para Superação da Extrema Pobreza

Objetivo: Contribuir para a consolidação da política de desenvolvimento social no Brasil, fortalecendo programas, ações sociais e serviços sob responsabilidade do MDS.

Áreas executoras: SAGI, SE, SENARC, SESAN, SESEP e SNAS.

Particularidade da execução: O Projeto UNESCO 914BRZ3002 é executado inteiramente com recursos do Projeto BIRD – Acordo de Empréstimo 7841/BR. Sua execução está, portanto, contida nas informações de execução do Projeto BIRD, acima.

Vigência: 15/12/2011 a 14/06/2017

Estrutura/Resultados esperados:

Objetivo Imediato 1 – Desenvolver, aperfeiçoar e monitorar aspectos conceituais, metodológicos e de planejamento gerencial e operacional necessários ao aprimoramento do Cadastro Único.

Objetivo Imediato 2 – Capacitar gestores e desenvolver aspectos metodológicos, de planejamento gerencial e operacional necessários ao fortalecimento do Programa Bolsa Família e da gestão de condicionalidades.

Objetivo Imediato 3 – Fortalecer e aprimorar o Sistema de Avaliação e Monitoramento do MDS

Objetivo Imediato 4 – Desenvolver, aperfeiçoar e implantar aspectos conceituais, metodológicos e de planejamento gerencial e operacional necessários à implementação do Plano para Superação da Extrema Pobreza.

Principais ações do Projeto:

- Contratação de consultores individuais para aprofundar os conhecimentos e aprimorar as políticas sociais do MDS, principalmente nas áreas ligadas à Gestão Bolsa Família, à Segurança Alimentar e Nutricional e ao Monitoramento e Avaliação das políticas sociais;
- Realização de eventos de suma importância para a realização dos objetivos das políticas sociais do MDS, contemplando capacitações de técnicos, discussões temáticas e participação da sociedade civil. Vale a pena ressaltar a realização dos seguintes eventos: Encontros regionais e Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais; Encontros regionais e Encontro Nacional sobre Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social; Oficinas Regionais de Inclusão Produtiva Urbana; Painel Internacional sobre Participação Social e Trabalho com Famílias na Proteção Social Não Contributiva; e o Desafios Brasil Sem Miséria.

Projeto PNUD BRA/12/006 - Projeto de Apoio à Gestão Descentralizada do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)

Objetivo: Ampliar e consolidar o apoio do MDS aos entes federados na gestão descentralizada da política nacional de assistência social e assim permitir a efetivação do pacto entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando à implementação e consolidação do SUAS no Brasil.

Áreas executoras: SAGI e SNAS

Vigência: 14/01/2013 a 31/12/2017

Estrutura/Resultados esperados:

Resultado 1. Implantação da Vigilância Socioassistencial no âmbito estadual, do DF e municipal fomentada

Resultado 2. Melhorias no Sistema Nacional de Informação do SUAS desenvolvidas

Resultado 3. Planejamento e Gestão Descentralizada do SUAS aprimorados

Resultado 4. Gestão do Trabalho consolidada

Resultado 5. Serviços Socioassistenciais qualificados e consolidados

Resultado 6. Gestão dos Benefícios Socioassistenciais aprimorada

Resultado 7. Integração de Serviços e Benefícios fortalecida

Resultado 8. Avaliação e Produção de dados para Gestão Descentralizada da Assistência Social ampliada

Os beneficiários previstos destas ações são:

- A sociedade brasileira em geral;
- O MDS, a SNAS e a SAGI;
- Os órgãos gestores e executores da política de Assistência Social no Brasil; e
- Os beneficiários/usuários dos serviços e benefícios da Assistência Social.

Contratações realizadas desde o início do Projeto (físico-financeiro):

Contratação de consultores						
	2013		2014		Total	
	Consultores contratados	Valor em R\$ das contratações	Consultores contratados	Valor em R\$ das contratações	Consultores contratados	Valor em R\$ das contratações
SAGI	1	85.025,20	4	464.640,00	5	549.665,20
SNAS	32	2.109.629,00	23	1.828.685,68	55	3.938.314,68
Total	33	2.194.654,20	27	2.293.325,68	60	4.487.979,88

Produtos pagos a consultores			
	2013	2014	TOTAL
SAGI	1	12	13
SNAS	18	114	132
Total	19	126	145

Quantidade de produtos devolvidos à Secretaria para complementação			
	2013	2014	TOTAL
SAGI	-	-	-
SNAS	-	6	6
Total	-	6	6

Quantidade de aditivos de prazo de contratos de consultores processados			
	2013	2014	TOTAL
SAGI	-	-	-
SNAS	9	19	28
Total	9	19	28

Quantidade de publicações de editais (incluindo republicações) para contratação de consultores			
	2013	2014	TOTAL
SAGI	-	5	5
SNAS	22	32	54
Total	22	37	59

Quantidade de rescisões de consultores processadas			
	2013	2014	TOTAL
SAGI	-	1	1
SNAS	-	9	9
Total		10	10

Concessão de diárias e passagens									
	2013			2014*			Total		
	Quantidade de PV*	Valor em R\$ de Diárias Concedidas	Valor em R\$ de Passagens Concedidas	Quantidade de PV*	Valor em R\$ de Diárias Concedidas	Valor em R\$ de Passagens Concedidas	Quantidade de PV*	Valor em R\$ de Diárias Concedidas	Valor em R\$ de Passagens Concedidas
SAGI	1	228,95	464,60	-	-	-	1	228,95	464,60
SNAS	146	121.393,44	215.031,00	110	101.953,15	137.307,84	256	223.346,59	352.338,84
Total	147	121.622,39	215.495,60	110	101.953,15	137.307,84	257	223.575,54	352.803,44
Total	337.264,99			239.270,99			576.639,98		

* Atualizado em 31/12/2014

Principais contribuições das consultorias durante o período:

- Aprimoramento do entendimento sobre a prestação de benefícios eventuais pelas entidades privadas de Assistência Social: articulação com o SUAS e articulação federativa;
- Aprimoramento das ferramentas de monitoramento do SUAS, particularmente do Censo SUAS; dos sistemas da Rede SUAS; da Gestão e da Comunicação com o Controle Social do SUAS;
- Maior visibilidade das ações de gestão e de controle social do SUAS para os atores da política de assistência social e para a população em geral;
- Análise do Censo SUAS com intuito de esclarecer e aproximar conceitos normativos, acadêmicos e da política de assistência social, para subsidiar orientações técnicas aos municípios;
- Análise de fluxos e procedimentos de gestão na oferta dos benefícios eventuais;
- Construção de propostas de ação e orientações técnicas com vistas à consolidação, ao fortalecimento e à difusão do Programa BPC Trabalho nos estados, municípios e no Distrito Federal;
- Subsídios à organização da X Conferência Nacional de Assistência Social, a ser realizada em 2015.

Projeto FAO UTF/BRA/085/BRA - Apoio ao Aprimoramento e à Consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivo: Fortalecer e consolidar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e avaliar e monitorar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Vigência: 10/12/2013 a 09/12/2017 (execução **iniciada em abril de 2014**)

Áreas executoras: SAGI e SESAN.

Estruturas/Resultados esperados:

(1) metodologias específicas para a efetivação do modelo de gestão descentralizada do sistema, envolvendo os entes federados, e para o incentivo à participação social por meio da atuação dos conselhos;

(2) estratégias para o fomento, a estruturação e a inclusão da produção de alimentos por agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais e para o acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos em áreas rurais de diferentes regiões do país;

(3) metodologias que subsidiem a implantação do novo modelo de operacionalização do PAA e a ampliação de sua base social, enfatizando a maior inserção de agricultores familiares pobres, mulheres rurais e povos e comunidades tradicionais;

(4) estratégias para a qualificação e ampliação dos serviços ofertados pelos equipamentos de abastecimento, alimentação e nutrição, para a elaboração de ações de educação alimentar e nutricional integradas aos programas já existentes e às redes de serviços de saúde, assistência social e educação e para a aperfeiçoamento das ações de agricultura urbana e periurbana, e

(5) materiais educativos e programas de capacitação e formação para a qualificação de beneficiários, gestores públicos e representantes da sociedade civil. No que se refere à avaliação e ao monitoramento da PNSAN, particularmente das ações que integram o plano brasil sem miséria

Contratações realizadas desde o início do Projeto:

Contratação de consultores		
2014		
	Contratos vigentes (contratados em 2014)	Valor em R\$ das contratações
SAGI	1	116.161,00
SESAN	30	2.615.608,00
Total	31	2.731.769,00

Produtos pagos a consultores		Produtos devolvidos pela DPI para complementação		Publicações de editais para contratação de consultores	
2014		2014		2014	
SAGI	1	SAGI	-	SAGI	1
SESAN	29	SESAN	7	SESAN	32
Total	30	Total	7	Total	33

Concessão de Diárias e Passagens				
	2014*			
	Quantidade de PV*	Valor em R\$ de Diárias Concedidas	Valor em R\$ de Passagens Concedidas	
SAGI	-	-	-	-
SESAN	18	17.295,55	19.723,15	
Total	18	17.295,55	19.723,15	

* Atualizado em 19/12/2014

Principais ações do Projeto:

Contratação de consultores individuais para trabalho em áreas estratégicas da PNSAN, como, por exemplo: Aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN); Aprimoramento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa de Acesso à Água.

Ouvidoria

A ação 4907 – Ouvidoria-Geral do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome comporta recursos para manutenção de canais a fim de executar o serviço de atendimento ao cidadão, o qual compreende: esclarecimentos de dúvidas; orientações acerca dos programas, projetos e ações do Ministério; registros de manifestações de denúncias, reclamações, sugestões, solicitações e elogios. Para tanto, possui dois contratos vigentes, cujos objetos são:

- Prestação de serviços especializados em Telemarketing destinados à Central de Relacionamento do MDS, incluindo os serviços de Teleatendimento Receptivo, Ativo, Multimeios (e-mail/formulário eletrônico, carta, fax, *chat* e atendimento presencial), de suporte aos usuários de

sistemas de informações do MDS (Help Desk) e de apoio à Ouvidoria, abrangendo todos os recursos necessários à execução e manutenção dos serviços, em especial: infraestrutura, recursos humanos, gestão e tecnologia; celebrado com a empresa Call Tecnologia e Serviços Ltda., no âmbito do Contrato Administrativo nº 17/2013, o qual teve início em 16.05.2013; e

- b) Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade Discagem Grátis (DDG), utilizando o 0800 707 2003, no sistema de tarifação reversa, para atender aos usuários da Central de Relacionamento do MDS, celebrado com a empresa Oi S.A, no âmbito do Contrato Administrativo nº. 29/2012, o qual teve seu término em 15 de junho de 2014 Para continuidade da prestação do serviço, houve novo processo licitatório, por meio do Edital de Pregão Eletrônico nº. 19/2014, e foi firmado o Contrato Administrativo nº. 48/2014 com a empresa Oi S.A, em 16 de junho de 2014, com prazo de vigência de 24 meses.

A tabela a seguir elenca os contratos vinculados à Central de Relacionamento e ao prefixo 0800 do MDS.

Contrato Vinculado à Ação 4907 - Ouvidoria Geral do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Contrato			Contratada	Objeto	Início Data	Término Data	Valor global
Nº	Ano	Número	Empresa				
29	2012	71000.000483/2012-32	Oi S.A.	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade Discagem Grátis (DDG), utilizando o prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, para atender aos usuários da Central de Relacionamento do MDS	11/07/2012	11/07/2014	425.360,52
17	2013	71000.025149/2013-72	Call Tecnologia e Serviços Ltda.	Telemarketing destinados à Central de Relacionamento do MDS	16/05/2013	16/05/2015	16.012.425,03
48	2014	71000.093075/2013-05	Oi S.A.	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade Discagem Grátis (DDG), utilizando o prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, para atender aos usuários da Central de Relacionamento do MDS	16/06/2014	15/06/2016	3.447.484,82

O resultado da meta física de pessoas atendidas realizada no período de janeiro a dezembro de 2014 foi de 3.343.957, ou seja, esse é o número total de atendimentos relativo ao serviço de Call Center e de Ouvidoria. Desta forma, o número de atendimentos realizados referente à ação 4907 teve uma redução de aproximadamente 9,62% em relação à meta física inicialmente planejada. Informa-se ainda que a execução financeira do Contrato nº. 17/2013 foi de R\$ 11.348.189,11. Os serviços prestados no âmbito do Contrato nº 17/2013 abrangem o atendimento aos beneficiários, gestores e técnicos municipais dos programas sociais, bem como a todos os demandantes do MDS.

Os dois contratos de telefonia acima citados totalizaram, ao longo do ano de 2014, 4,261 milhões de chamadas atendidas pela Central de Relacionamento do MDS, em média 355 mil ligações/mês, sendo 14,267 milhões de minutos falados, em média 1,188 milhões de minutos falados/mês, conforme relatório detalhado das faturas apresentadas pela concessionária de telefonia. Destaca-se que sua execução financeira foi de R\$ 563.938,19.

Volume de ligações recebidas pelo 0800 707 2003 na Ouvidoria

Abaixo, apresenta-se o volume de demandas registradas na Ouvidoria, no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e na Central de Relacionamento, durante o ano de 2014, a partir do 0800 707 2003.

Vale salientar que o 0800 da Central de Relacionamento do MDS não é o único canal de atendimento da Ouvidoria. Este é o canal que mais recebe demandas. No entanto, ainda têm-se recepção, análise, encaminhamento e tratamento de manifestações por meio de carta, formulário eletrônico, atendimento presencial e fax.

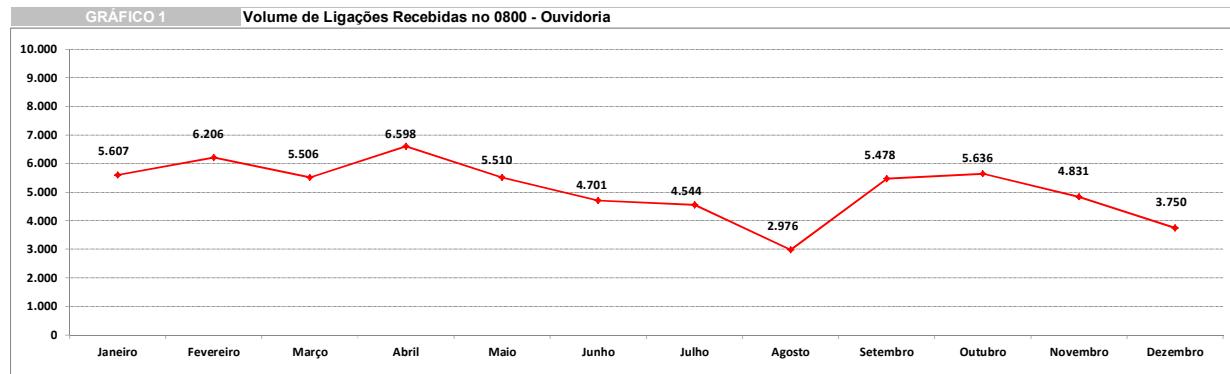
Tabela 1

Volume de Ligações Recebidas no 0800 - Ouvidoria

Volume de Ligações	2014												Total
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
	5.607	6.206	5.506	6.598	5.510	4.701	4.544	2.976	5.478	5.636	4.831	3.750	61.343

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

No mês de abril, a Ouvidoria recebeu o maior volume de ligações que totalizou em 6.598, conforme demonstrado graficamente:



Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

Demandas registradas por Módulo – Ouvidoria

Na Tabela 2, destaca-se o Módulo Telefonia, sendo este o canal da Ouvidoria mais acessado.

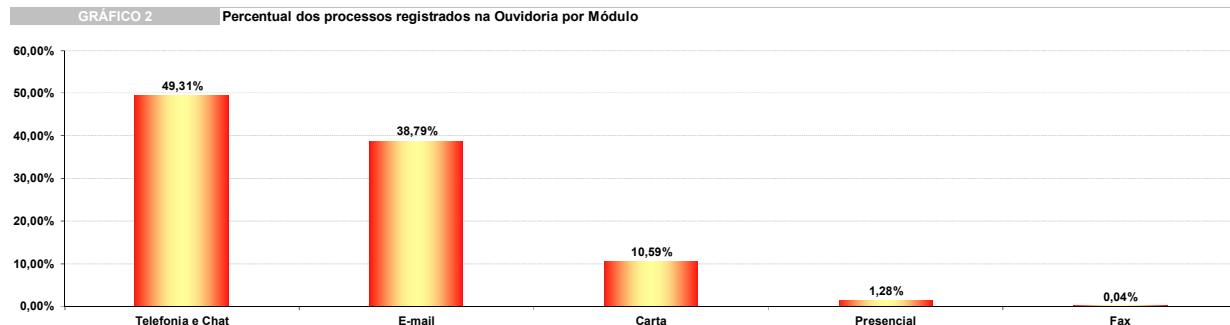
Tabela 2

Demandas registradas por Módulo

Módulo	2014												Total	%
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
Telefonia e Chat	593	603	709	788	773	596	548	565	812	784	720	506	7.997	49,31%
E-mail	986	768	451	396	260	735	592	488	417	398	428	373	6.292	38,79%
Carta	146	122	215	161	44	15	82	88	53	530	96	165	1.717	10,59%
Presencial	16	20	20	15	29	11	25	9	11	20	17	14	207	1,28%
Fax	0	0	0	0	3	0	0	0	0	1	2	0	6	0,04%
Total	1.741	1.513	1.395	1.360	1.109	1.357	1.247	1.150	1.293	1.733	1.263	1.058	16.219	100,00%

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

No gráfico 2, observa-se que o módulo Telefonia representa 49,31% das demandas registradas na Ouvidoria.



Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

Demandas registradas na Ouvidoria por Classificação

No ano de 2014, a Ouvidoria recebeu 16.219 manifestações da sociedade. Observa-se na abaixoo que a classificação “Reclamação” possui o maior índice de manifestações, totalizando 9.827,

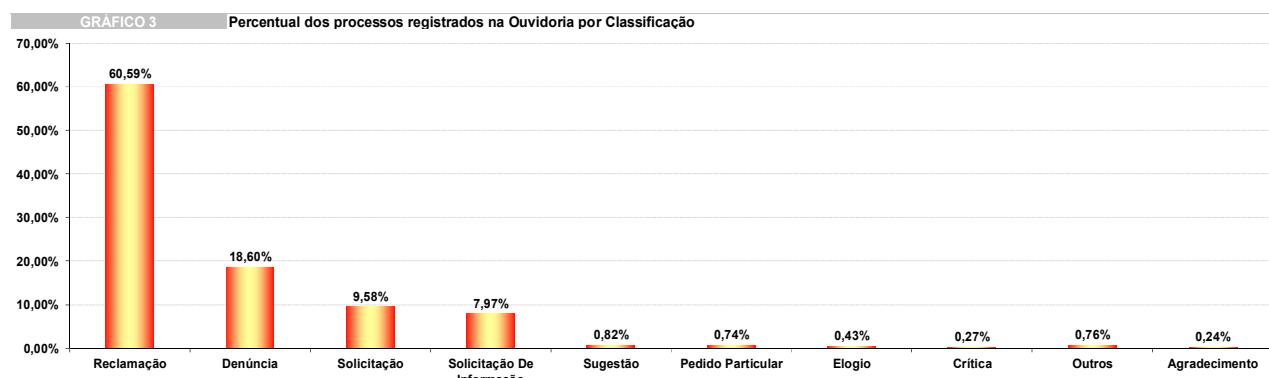
Tabela 3

Demandas registradas na Ouvidoria por Classificação

Classificação	2014												Total	%
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
Reclamação	1.034	868	858	884	798	905	764	601	795	977	736	607	9.827	60,59%
Denúncia	330	263	216	211	175	233	213	280	265	302	297	232	3.017	18,60%
Solicitação	141	171	159	109	52	99	118	129	77	250	110	138	1.553	9,58%
Solicitação De Informação	167	166	124	118	71	85	98	85	119	131	79	49	1.292	7,97%
Sugestão	15	15	5	8	7	5	16	9	13	20	11	9	133	0,82%
Pedido Particular	11	7	8	18	3	4	6	12	14	19	13	5	120	0,74%
Elojio	4	3	5	3	2	13	10	9	4	5	3	9	70	0,43%
Critica	20	5	2	1	0	1	3	2	1	3	5	1	44	0,27%
Outros	17	9	8	3	0	12	17	21	4	22	5	6	124	0,76%
Agradecimento	2	6	10	5	1	0	2	2	1	4	4	2	39	0,24%
Total	1.741	1.513	1.395	1.360	1.109	1.357	1.247	1.150	1.293	1.733	1.263	1.058	16.219	100,00%

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

A classificação “Reclamação” representa 60,59% dos processos registrados na Ouvidoria, de acordo com o gráfico a seguir:



Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

Demandas Registradas na Ouvidoria por Estado

Na tabela 4, demonstra-se o número de demandas registradas por Estado. Os maiores índices de manifestações concentram-se nos Estados de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro.

Tabela 4

Demandas registradas na Ouvidoria por Estado

Estado	Total	%	Proporção
SP	2.437	15,03%	61,19
BA	2.049	12,63%	145,52
RJ	1.803	11,12%	116,92
MG	1.572	9,69%	81,56
PE	1.225	7,55%	144,37
CE	734	4,53%	89,67
DF	671	4,14%	273,22
PB	600	3,70%	164,77
RS	602	3,71%	56,88
MA	408	2,52%	66,68
RN	411	2,53%	136,38
GO	418	2,58%	74,02
PR	340	2,10%	33,06
PI	456	2,81%	150,37
AL	326	2,01%	107,34
PA	402	2,48%	56,90
ES	263	1,62%	78,47
SE	316	1,95%	162,93
SC	185	1,14%	31,54
TO	131	0,81%	105,34
MT	109	0,67%	38,18
MS	98	0,60%	43,26
AM	165	1,02%	51,21
RO	71	0,44%	48,84
RR	27	0,17%	68,23
AC	40	0,25%	61,03
AP	41	0,25%	69,81
NI	313	1,93%	NP
IN	6	0,04%	NP
Total	16.219	100,00%	



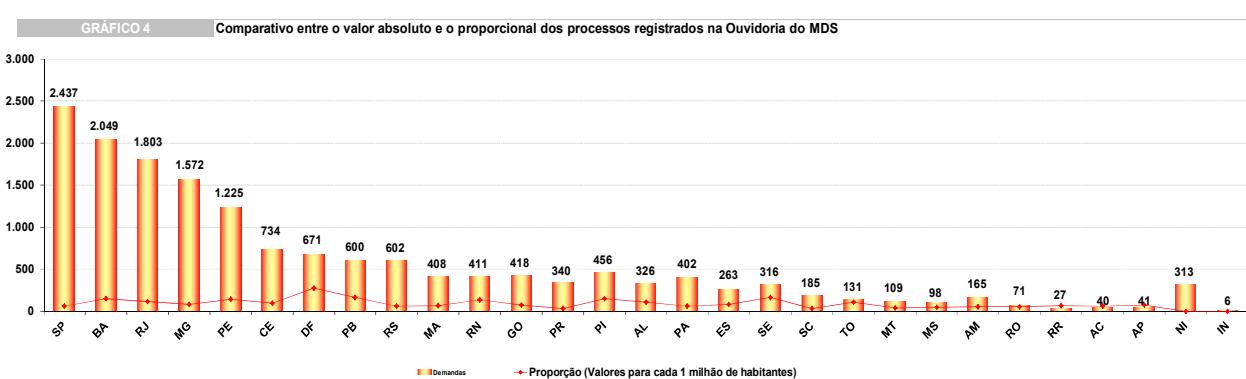
Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

NI - Não Informado

IN - Internacional

NP - Não possui proporção

Conforme apresentado no Gráfico 4, o Estado de São Paulo destaca-se com 2.437 manifestações registradas na Ouvidoria.



Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

Demandas registradas na Ouvidoria por Secretaria

Na Tabela 5, expõem-se os processos registrados na Ouvidoria por Secretaria e observa-se que o maior índice de manifestações concentrou-se na Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC).

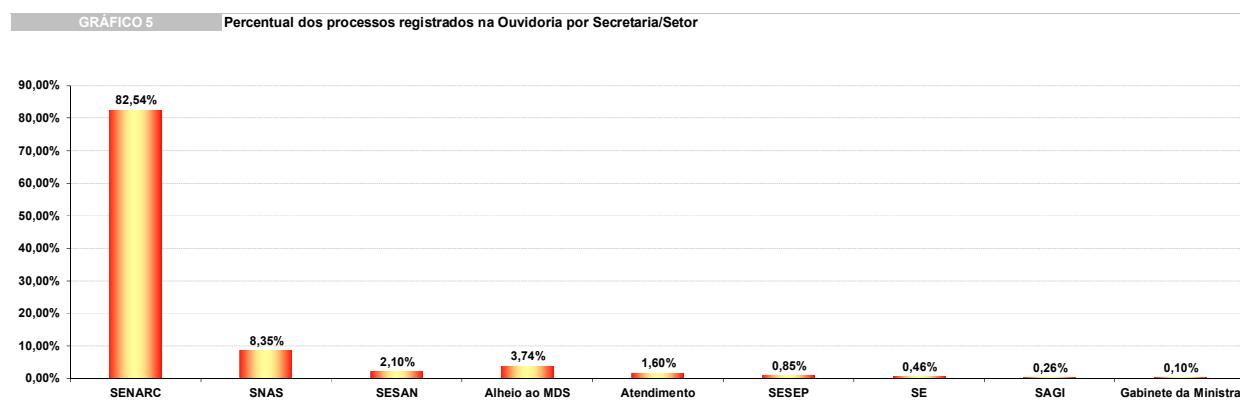
Tabela 5

Demandas registradas por Secretaria/Setor

Secretaria/Setor	2014												Total	%
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
SENARC	1.459	1.215	1.137	1.124	928	1.135	1.052	934	1.064	1.421	1.077	841	13.387	82,54%
SNAS	133	136	120	103	109	140	89	92	119	122	99	93	1.355	8,35%
SESAN	28	35	36	28	14	18	22	33	37	41	20	28	340	2,10%
Alheio ao MDS	51	41	50	54	25	30	42	55	40	123	36	59	606	3,74%
Atendimento	24	48	25	28	21	17	22	17	15	10	16	16	259	1,60%
SESEP	18	24	10	9	3	8	10	10	10	9	10	17	138	0,85%
SE	17	7	9	5	7	2	8	6	3	6	1	4	75	0,46%
SAGI	4	7	8	7	2	7	2	1	1	0	3	0	42	0,26%
Gabinete da Ministra	7	0	0	2	0	0	0	2	4	1	1	0	17	0,10%
Total	1.741	1.513	1.395	1.360	1.109	1.357	1.247	1.150	1.293	1.733	1.263	1.058	16.219	100,00%

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

No Gráfico abaixo, 82,54% representam o número de demandas registradas na Ouvidoria relacionadas à SENARC.



Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

Atendimento do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC

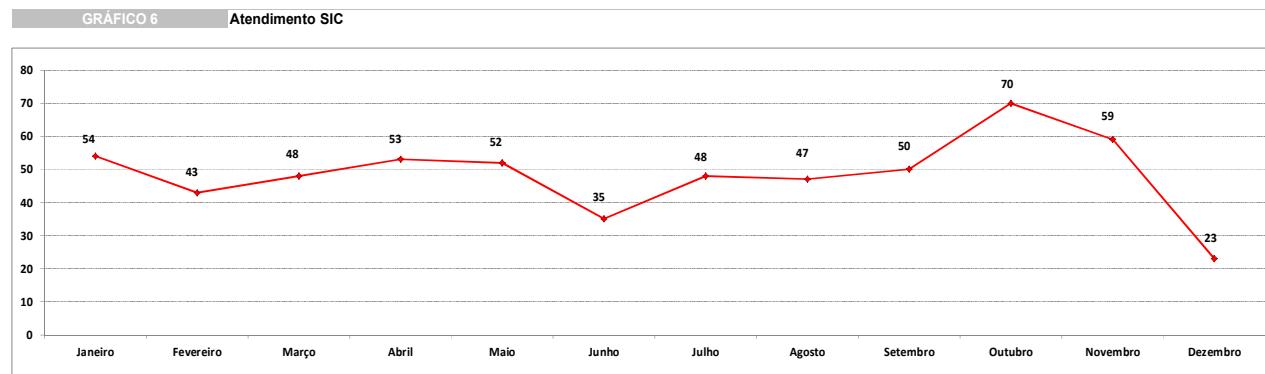
O número de atendimentos realizados pelo SIC está representado na Tabela 6 e Gráfico 6, com 582 solicitações de informação no ano de 2014, destacando-se o mês de outubro com o total de 70.

Tabela 6

Serviço de Informações ao Cidadão - SIC

Atendimento SIC	2014												Total
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
	54	43	48	53	52	35	48	47	50	70	59	23	582

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD)



Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

Atendimento SIC detalhado por Secretaria

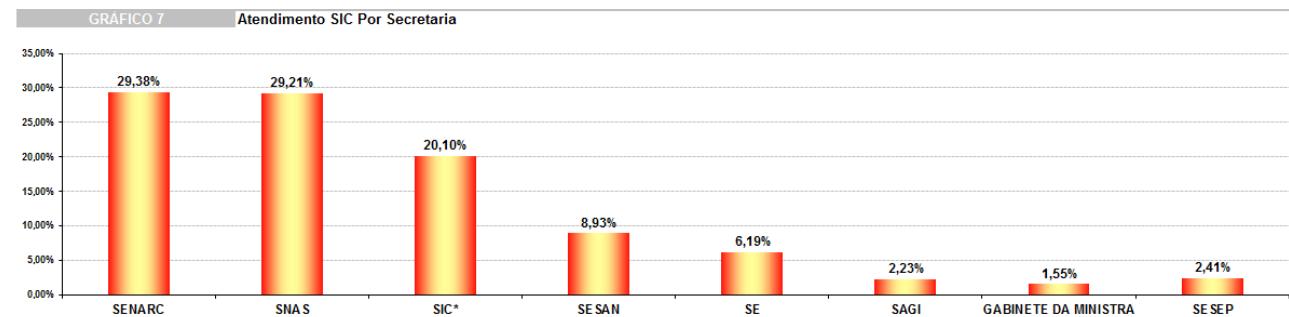
Na Tabela e Gráfico 7, expõe-se o número de atendimentos realizados por Secretaria no SIC. Destaca-se a SENARC com o índice de 29,38% do total das solicitações.

Tabela 7

Serviço de Informações ao Cidadão - SIC por Secretaria

Secretaria	2014												Total	%
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
SENARC	11	17	15	19	18	18	17	12	8	22	11	3	171	29,38%
SNAS	17	11	17	12	13	10	15	12	21	21	16	5	170	29,21%
SIC*	19	9	4	10	10	1	7	9	9	16	18	5	117	20,10%
SESAN	4	4	6	3	4	3	3	5	7	1	7	5	52	8,93%
SE	3	2	2	3	3	1	5	2	3	5	3	4	36	6,19%
SAGI	0	0	2	2	0	0	0	5	1	1	2	0	13	2,23%
GABINETE DA MINISTRA	0	0	0	1	4	2	0	1	1	0	0	0	9	1,55%
SESEP	0	0	2	3	0	0	1	1	0	4	2	1	14	2,41%
Total	54	43	48	53	52	35	48	47	50	70	59	23	582	100,00%

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD)



Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

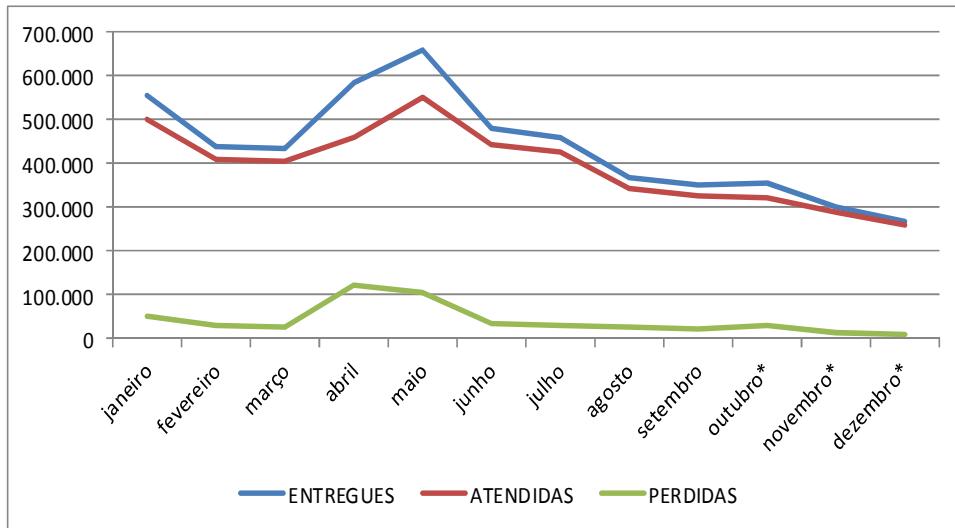
Coordenação-geral da Central de Relacionamento

Volume de Ligações Recebidas pelo 0800 707 2003 na Central de Relacionamento do MDS

Informa-se que o atendimento telefônico da Central de Relacionamento do MDS, 0800 707 2003, pode ser realizado por atendimento eletrônico na Unidade de Resposta Audível (URA) (autoatendimentos) ou pela transferência das ligações para o atendimento humano. A seguir apresentam-se os dados da concessionária de telefonia e da empresa de telemarketing contratadas para manter os canais de relacionamento com o cidadão:

Dados da concessionária de telefonia em 2014

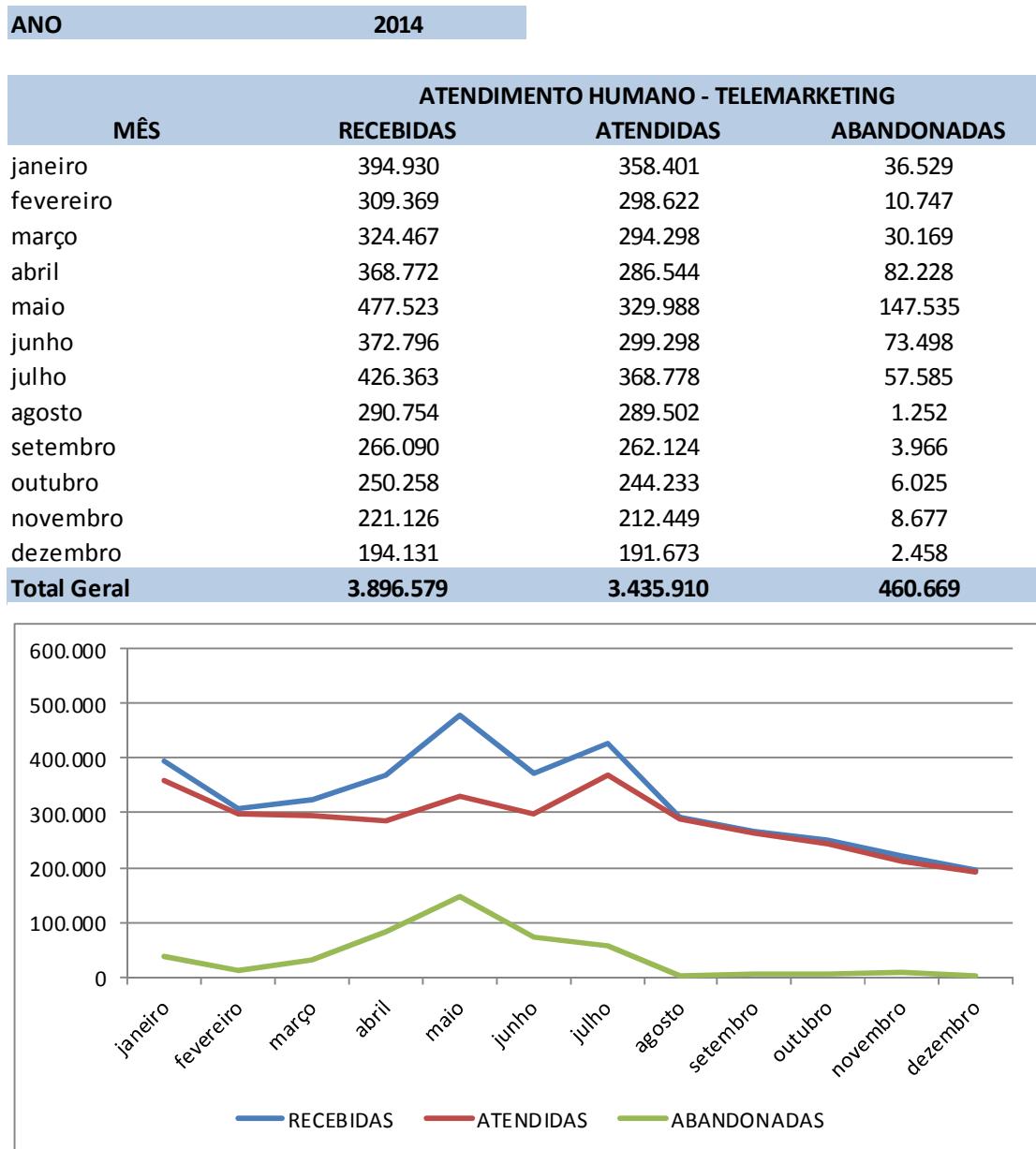
ANO	2014		
MÊS	VOLUME DE LIGAÇÕES - TELEFONIA		
	ENTREGUES	ATENDIDAS	PERDIDAS
janeiro	553.721	502.894	50.827
fevereiro	437.817	408.014	29.803
março	435.695	406.959	28.736
abril	584.049	459.536	124.513
maio	660.793	552.972	107.821
junho	479.593	443.014	36.579
julho	458.778	428.143	30.635
agosto	367.592	342.740	24.852
setembro	351.414	326.845	24.569
outubro*	354.028	323.503	30.525
novembro*	302.618	288.371	14.247
dezembro*	269.863	259.084	10.779
Total Geral	5.255.961	4.742.075	513.886



* O volume de ligações pode sofrer alteração devido o prazo de 90 dias para faturamento (bilhetagem das ligações) da concessionária de telefonia.

Fonte: Dados extraídos do sistema de VIPCNG da concessionária de telefonia: OI S.A, janeiro/2015. Consolidado na Série histórica da Central de Relacionamento do MDS.

Dados da empresa de *telemarketing*



Fonte: Dados extraídos do sistema de telefonia da empresa de telemarketing: Extend Voip Comunix, janeiro/2015. Consolidado na Série histórica da Central de Relacionamento do MDS.

Total de atendimentos registrados no Sistema de Gestão de Demandas (SGD) na Central de Relacionamento do MDS

Todos os atendimentos da Central de Relacionamento são registrados no Sistema de Gestão de Demandas (SGD) tanto para o canal de e-mail quanto de telefonia. A tabela abaixo representa o total de atendimentos registrados por canal durante o ano de 2014.

Desempenho Comparativo de Demandas Válidas da Central por mês													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	MÉDIA / ACUMULADO
Demandas Válidas de E-mail	4.990	6.056	6.366	6.388	6.845	7.863	6.939	5.268	6.609	6.192	4.542	3.719	71.777
Demandas Válidas de Telefonia	325.529	226.197	283.397	191.312	328.404	334.214	380.546	297.822	280.520	220.998	144.968	111.834	3.125.741
Total	330.519	232.253	289.763	197.700	335.249	342.077	387.485	303.090	287.129	227.190	149.510	115.553	3.197.518

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD), janeiro/2015. Consolidado na Série histórica de atendimentos da Central de Relacionamento do MDS.

Demandas de Telefonia

Quantidade de Demandas Registradas - Telefonia- CENTRAL													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	MÉDIA / ACUMULADO
Demandas Válidas	325.529	226.197	283.397	191.312	328.404	334.214	380.546	297.822	280.520	220.998	144.968	111.834	3.125.741
Diversos	78.068	43.374	53.700	42.068	71.225	55.276	66.339	46.111	59.875	59.771	67.453	19.354	662.614
Total de Registros de Demandas	403.597	269.571	337.097	233.380	399.629	389.490	446.885	343.933	340.395	280.769	212.421	131.188	3.788.355
Chamadas Atendidas	358.401	298.622	294.298	286.544	329.988	299.298	368.778	289.502	262.124	244.233	212.449	191.673	3.435.910
Índice de Atendimentos Registrados - CENTRAL (%)	112,61	90,27	114,54	81,45	121,10	130,13	121,18	118,80	129,86	114,96	99,99	68,44	108,61

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD), janeiro/2015. Consolidado na Série histórica de atendimentos da Central de Relacionamento do MDS.

Demandas de Telefonia por Secretaria

Demandas de Telefonia por Secretaria/Setor													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC	307.305	213.957	267.483	181.400	309.245	312.042	340.877	268.787	259.443	206.638	135.909	106.936	2.910.022
Demandas de Outros Órgãos	15.029	9.561	11.624	7.026	13.782	16.914	34.399	25.437	17.082	10.403	3.329	2.053	166.639
Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS	2.392	2.078	3.418	2.373	4.858	4.352	4.624	3.119	3.554	3.398	4.490	2.537	41.193
Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza - SESEP	470	305	459	296	299	591	344	269	146	289	997	144	4.609
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN	174	210	204	138	108	154	191	131	223	196	153	131	2.013
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI	82	20	69	32	36	30	43	29	18	19	39	10	427
Programas Parceiros	53	29	58	24	50	35	37	34	21	28	22	12	403
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS	20	16	53	20	16	52	23	15	28	21	27	11	302
Fome Zero	4	21	29	3	10	44	8	1	5	6	2	0	133
Total	325.529	226.197	283.397	191.312	328.404	334.214	380.546	297.822	280.520	220.998	144.968	111.834	3.125.741

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD), janeiro/2015. Consolidado na Série histórica de atendimentos da Central de Relacionamento do MDS.

Demandas de Telefonia por tipo de público

Demandas por Tipo de Público - Telefonia													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Beneficiário	202.337	136.586	176.503	126.036	230.180	245.691	291.434	233.945	206.639	159.975	96.513	77.466	2.183.305
Não Beneficiário	114.636	83.636	97.132	58.121	86.521	76.542	77.887	55.603	65.431	53.034	39.711	29.162	837.416
Gestor	7.211	5.287	8.120	5.938	9.908	10.362	9.504	7.036	7.862	7.186	7.639	4.661	90.714
Instituição	942	492	1.372	1.002	1.398	1.187	1.269	824	346	403	459	121	9.815
Público Interno	403	196	270	215	397	432	452	414	242	400	646	424	4.491
Total	325.529	226.197	283.397	191.312	328.404	334.214	380.546	297.822	280.520	220.998	144.968	111.834	3.125.741

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD), janeiro/2015. Consolidado na Série histórica de atendimentos da Central de Relacionamento do MDS.

Demandas de E-mail

Quantidade de Demandas Registradas - E-mail - Central													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	MÉDIA / ACUMULADO
Demandas Válidas	4.990	6.056	6.366	6.388	6.845	7.863	6.939	5.268	6.609	6.192	4.542	3.719	71.777
Diversos	2.960	2.648	2.901	2.788	3.411	3.761	4.149	3.851	4.212	5.674	4.078	5.733	46.166
Índice de Demandas Registradas (%) - E-MAIL CENTRAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total	7.950	8.704	9.267	9.176	10.256	11.624	11.088	9.119	10.821	11.866	8.620	9.452	117.943

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD), janeiro/2015. Consolidado na Série histórica de atendimentos da Central de Relacionamento do MDS.

Demandas de E-mail por Secretaria

Demandas de E-mails por Secretaria/Setor	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC	2.656	3.130	3.096	3.050	2.758	2.984	3.146	2.430	2.344	2.628	1.876	1.434	31.532
Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS	1.070	1.254	1.558	1.709	2.552	3.044	2.063	1.482	2.743	2.248	1.629	1.464	22.816
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS	1.052	1.456	1.410	1.440	1.399	1.670	1.542	1.195	1.366	1.104	850	743	15.227
Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza - SESEP	54	69	193	91	54	67	97	86	66	118	119	29	1.043
Demandas de Outros Órgãos	72	87	54	52	50	56	33	38	30	37	23	21	553
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN	85	48	48	36	26	35	51	35	54	51	42	28	539
Programas Parceiros	0	5	4	4	4	6	2	2	3	5	1	0	36
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI	1	6	2	6	2	1	5	0	2	1	2	0	28
Fome Zero	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3
Total	4.990	6.056	6.366	6.388	6.845	7.863	6.939	5.268	6.609	6.192	4.542	3.719	71.777

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD), janeiro/2015. Consolidado na Série histórica de atendimentos da Central de Relacionamento do MDS.

Demandas de E-mail por tipo de público

Demandas por Tipo de Público - E-mail	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Gestor	2.868	3.228	3.247	3.632	4.172	4.972	3.997	3.114	4.341	3.635	2.641	2.523	42.370
Não Beneficiário	1.611	2.191	2.306	2.096	1.923	1.828	2.068	1.552	1.678	2.028	1.509	886	21.676
Beneficiário	506	633	793	649	739	1.057	873	599	581	523	381	309	7.643
Público Interno	5	4	20	11	11	6	1	3	9	6	11	1	88
Instituição	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	4.990	6.056	6.366	6.388	6.845	7.863	6.939	5.268	6.609	6.192	4.542	3.719	71.777

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD), janeiro/2015. Consolidado na Série histórica de atendimentos da Central de Relacionamento do MDS.

Por fim, ressalta-se que os canais de comunicação do MDS são relevantes instrumentos de participação e apoio ao cidadão, especialmente, porque refletem mais do que números e representações gráficas elencados neste relatório, dado o esforço conjunto de todas as áreas e o comprometimento em aperfeiçoar, ampliar e consolidar, a cada ano, a democracia participativa, a transparência da informação e a efetividade das respostas à sociedade.

Os resultados estatísticos da Ouvidoria, do Serviço de Informação ao Cidadão e da Central de Relacionamento representam verdadeiros subsídios para que se possa monitorar e avaliar o desempenho dos serviços oferecidos, assim como orientar os rumos para o aperfeiçoamento das políticas públicas geridas pelo MDS.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

No tocante à área de Compras e Licitações, a partir do exercício de 2013 foram criados 4 (quatro) indicadores para avaliar e monitorar a gestão, acompanhar o alcance de metas, identificar os avanços e melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças. Seguem as informações referentes a exercício de 2014.

Quadro 7 - Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto ¹	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
TMRPL² - Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório	247,59 dias	*	165,90 dias	ANUAL	TMRPL = (Prazos de realização dos processos licitatórios, desde a chegada do processo na CCLIC) / (Número de procedimentos licitatórios realizados no período).
TMDL³ - Tempo Médio de Dispensa de Licitação	69,4 dias	*	67,52 dias	ANUAL	TMDL = (Prazos de realização dos processos de dispensa de licitação) / (Número de dispensas de licitação realizadas no período).
IRAJ⁴ - Indicador de Representações junto ao TCU/Ações Judiciais	9,09%	*	9,76%	ANUAL	IRAJ = (Nº de representações junto ao TCU/Ações Judiciais) / (Nº total de licitações realizadas)
IATR⁵ - Índice de Alteração do Termo de Referência	81%	*	41%	ANUAL	IATR = (Nº de alterações no TR) / (Nº de processos)
Postagem de SEDEX	75,90%	50%	51,46%	12 meses	Valor Total Anual/Valor Total Mensal = Quantidade Mensal
Serviço de Desarquivamento e Arquivamento de Processos	100%	100%	100%	12 meses	Todas as solicitações de desarquivamento e/ou arquivamento foram atendidas conforme solicitado.
ICAS - Índice de Consumo de Água por Servidor	0,90	0,90	0,88	Mensal	((Metros cúbicos mensais de água consumidos nos imóveis alugados))/((quantitativo de servidores nos imóveis alugados))
ICES - Índice de Consumo de Energia Elétrica por Servidor	142,74	142,74	139,01	Mensal	((Kilowatts mensais de energia elétrica consumida no conjunto de imóveis alugados))/((quantitativo de servidores nos imóveis alugados))
Consumo de papel	9626	9626	10425	Mensal	Quantidade de resmas consumidas
Quantidade de cartuchos toner utilizados	802	*****	*****	*****	*****
Monitoramento	300 mil	210 mil	320 mil	Mensal	Quantidade média mensal de papel

¹ Não foram estabelecidas previsões de valores para os índices, no inicio do exercício.

² No cálculo no TMRLP de 2014 foram considerados 42 (quarenta e dois) processos autuados em 2013/2014, finalizados em 2014 sendo considerado apenas um revogado (Pregão SRP 32/2014) para o cálculo. Obs.: Este indicador foi apurado a partir do momento em que o processo chegou a esta CCLIC, ou seja, incluindo o prazo da pesquisa de mercado.

³ No cálculo do TMDL de 2014 foram levados em conta os 27 (vinte e sete) processos autuados no ano de 2013/2014 e finalizados no ano de 2014.

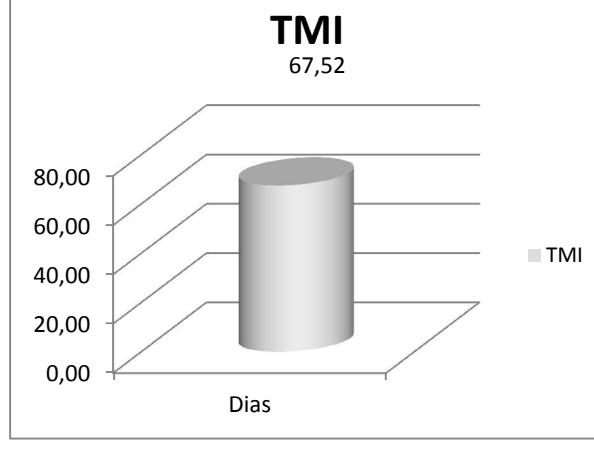
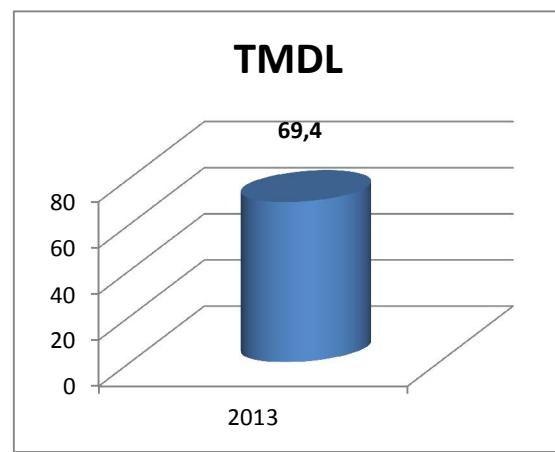
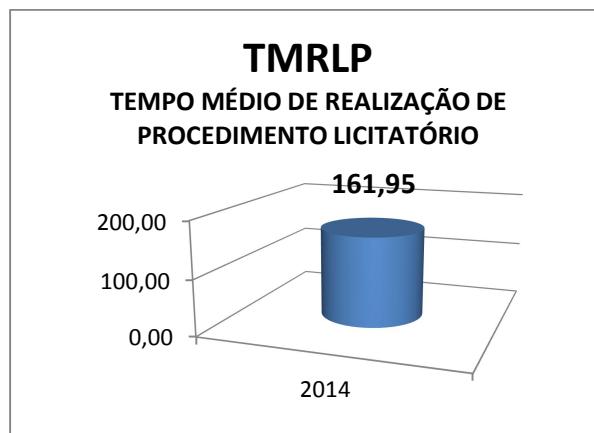
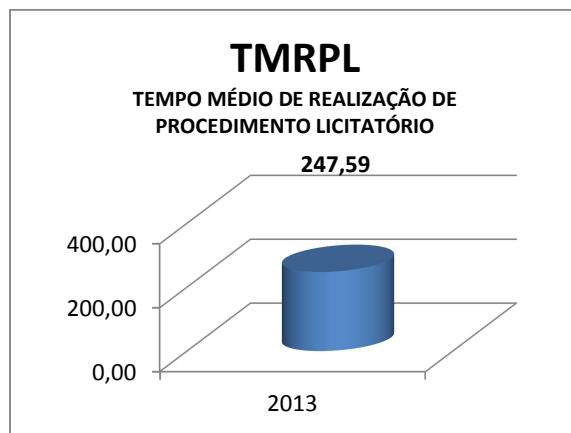
⁴ No exercício de 2014 tivemos 03 (três) ações judiciais e 01 (uma) representação junto ao TCU.

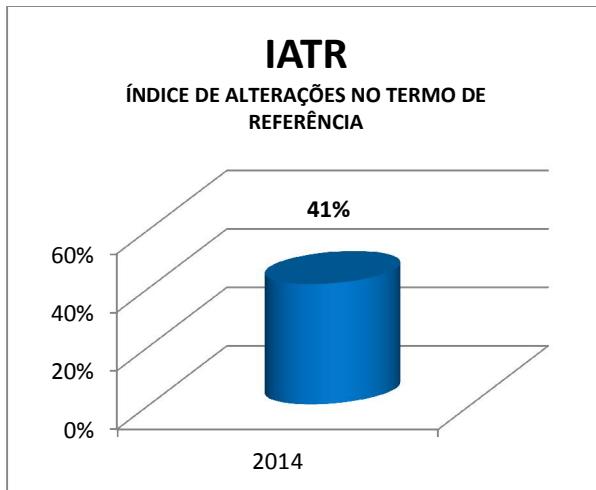
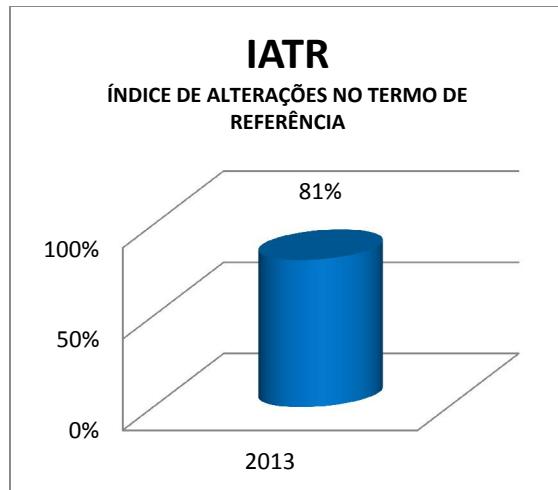
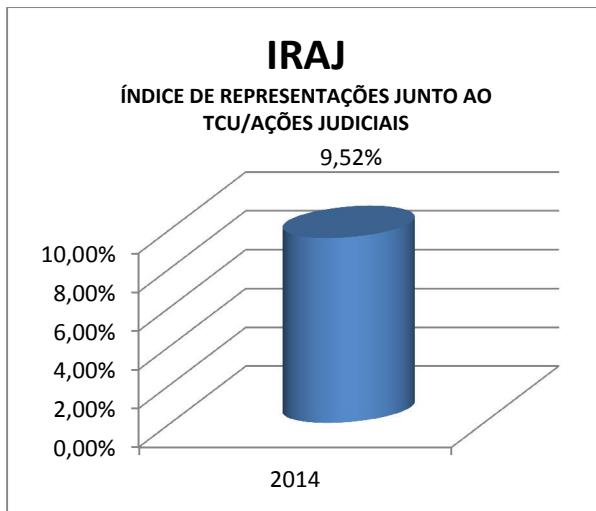
⁵ Excluem-se do cálculo as alterações propostas pela Consultoria Jurídica quando da análise do processo

de gastos dos insumos de limpeza	unidades mensais.	unidades mensais (Redução de 30%)	unidades mensais (-6,6%)		toalha utilizada pelos servidores e demais usuários. (média aferida pela soma de todos os papeis consumidos durante o ano dividido por 12 meses)
Substituição de copos plásticos por copos ecológicos	100 mil unidades mensais	50 mil unidades mensais (50%)	60 mil unidades mensais (Redução de 40%)	Mensal	Quantidade média mensal de copos de 200 ml utilizada pelos servidores e demais usuários. (média aferida pela soma de todos os copos consumidos durante o ano dividido por 12 meses)

Observação:

- 1) Nos indicadores ICAS E ICES é considerada a média nas unidades alugadas do Ômega, SAF e SAAN.
- 2) Em 2013 havia um Indicador que aferia a quantidade de cartuchos de toner utilizados. O acompanhamento desse indicador foi descontinuado em 2014, visto que o Ministério contratou empresa para prestação de serviço continuado de impressão corporativa e outsourcing de impressão. Pelo Contrato Administrativo 20/2013, prorrogado por doze meses em 11/06/2014, a empresa é responsável pelo serviço de impressão e pelo fornecimento e gestão dos cartuchos.





INDICADOR 1 - Postagem de SEDEX

Fórmula do Indicador:

Quantitativo de SEDEX enviados, comparando os anos de 2013 e 2014, levando em consideração a quantidade e o valor. Foi divido o valor total anual pela quantidade total anual, chegando a um quantitativo mensal.

$$\text{Quantidade Mensal} = \frac{\text{Valor total anual}}{\text{Valor total mensal}}$$

Objetivo do indicador:

Aferir o percentual de postagens de SEDEX enviados pelo MDS, com a finalidade de economia, observando prazos e mantendo o padrão de qualidade e satisfação dos usuários, levando as unidades a terem um planejamento eficaz, pelo que mantivemos uma redução. Cabe ressaltar que estamos trabalhando com uma margem mínima considerada nas postagens via SEDEX.

Meta do indicador: 51,46%

Frequência da apuração: Mensal

Percentuais apurados em 2013/2014:

Enviado 51,46% de Sedex a menos em 2014, comparando-se com 2013.

Percentual de Sedex enviado em 2014 foi -51,35%. (meta superada)

Ano	Quantidade de Sedex	Valor Anual	Valor Mensal	Quantidade de Sedex enviado
2011	10.269	R\$ 710.052,01	R\$ 69.145,19	855,75
2012	5.953	R\$ 466.689,75	R\$ 38.890,81	496,1
2013	2.664	R\$ 112.460,71	R\$ 9.371,73	222
2014	1.293	R\$ 66.527,83	R\$ 5.543,98	107,75
Percentual				-51,46%

Fonte: SAA/SE/MDS

TABELA DE SEDEX ENVIADOS MENSALMENTE EM 2014

Mês	Quantidade de Sedex	Valores	Percentual utilizado em 100%
Janeiro	120	R\$ 4.010,27	9,28 %
Fevereiro	122	R\$ 4.283,63	9,43 %
Março	90	R\$ 4.178,61	6,96 %
Abril	139	R\$ 11.099,30	10,75%
Maio	133	R\$ 6.512,83	10,29%
Junho	151	R\$ 14.270,63	11,69%
Julho	134	R\$ 4.746,37	10,36%
Agosto	57	R\$ 1.970,61	4,40%
Setembro	88	R\$ 3.151,87	6,80%
Outubro	71	R\$ 2.375,25	5,49%
Novembro	114	R\$ 7.578,05	8,83%
Dezembro	74	R\$ 2.350,41	5,72%
Total	1.293	R\$ 66.527,83	100%

Fonte: SAA/SE/MDS

Obs.: A meta do indicador de 50% com referência a utilização de SEDEX, foi superada em 1,46%.

INDICADOR 2 - Serviço de Desarquivamento e Arquivamento de Processos

Fórmula do Indicador: Estimativa

Objetivo do indicador:

Redução de tempo das atividades que requerem a análise de documentos, visando à otimização de espaço físico, mantendo a agilidade e eficiência no atendimento das demandas.

Meta do indicador: 100%

Frequência da apuração: Mensal

Percentuais apurados em 2013

Mês	Mês Quantidade de Processos Recebidos e Desarquivados	Percentual utilizado em 100%
Janeiro	111	1,42%
Fevereiro	382	4,91%
Março	2.205	28,34%
Abril	246	3,16%
Maio	246	3,16%
Junho	1.379	17,72%
Julho	961	12,35%
Agosto	407	5,23%
Setembro	549	7,05%
Outubro	765	9,83%
Novembro	393	5,05%
Dezembro	135	1,73%
Percentual total atendido	7.779	100,00%

Percentuais apurados em 2014

Mês	Mês Quantidade de Processos Recebidos e Desarquivados	Percentual utilizado em 100%
Janeiro	4.793	18,89%
Fevereiro	2.700	10,64%
Março	1.782	7,02%
Abril	2.320	9,14%
Maio	3.445	13,58%
Junho	3.357	13,23%
Julho	1.526	6,01 %
Agosto	1.033	4,07%
Setembro	388	1,53%
Outubro	962	3,79%
Novembro	2.028	7,99%
Dezembro	1.045	4,11%
Total	25.379	100,00%

Obs.: O considerado aumento do quantitativo de 2014 refere-se ao desarquivamento dos processos que estão sendo enviados a empresa que presta serviço de digitalização e higienização, contratada em 2014. A meta do indicador foi atingida, tendo em vista que todas as solicitações foram atendidas a contento.

No ano de 2014, tivemos uma melhoria no atendimento devido à contratação de empresa especializada na digitalização e higienização dos processos/documentos tendo em vista que já foram tratados aproximadamente 98.856 (noventa e oito mil, oitocentos e cinquenta e seis) processos.

INDICADOR 3 - ICAS – Indicador de Consumo de Água por Servidor

Objetivo do Indicador:

Mensurar, no conjunto de imóveis locados, as variações de consumo de água, possibilitando aferir a ocorrência de desperdícios, que podem decorrer de problemas nas instalações hidráulicas (vazamentos, defeitos em torneiras, etc.) e, até mesmo, do uso indevido pelos consumidores dos edifícios.

Fórmula de Cálculo:

ICAS = Metros cúbicos de água consumidos nos imóveis alugados

Quantitativo de servidores em imóveis alugados

Unidade de Medida: Metros Cúbicos Mês por Servidor (m³ mês / servidor).

Mês de referência	Total		
	m ³	pessoas	ICAS
jan/13	723	845	0,86
fev/13	744	845	0,88
mar/13	760	845	0,9
abr/13	773	845	0,91
mai/13	770	845	0,91
jun/13	773	845	0,91
jul/13	744	845	0,88
ago/13	952	956	1
set/13	1049	956	1,1
out/13	862	956	0,9
Nov./13	829	956	0,87
dez/13	674	956	0,71
jan/14	674	865	0,78
fev/14	808	865	0,93
mar/14	734	865	0,85
abr/14	665	865	0,77
mai/14	643	865	0,74
jun/14	886	865	1,02
jul/14	880	865	1,02
ago/14	961	865	1,11
set/14	760	865	0,88
out/14	745	865	0,86
Nov./14	786	865	0,91
dez/14	624	865	0,72

Índice de Referência (2013)	Índice Previsto (2014)	Índice Observado (2014)
0,90	0,90	0,88

Foram implementadas ações para redução no consumo, que geraram impacto nos índices observados. Ao longo do ano de 2014 foram implantadas rotinas de manutenção no sistema hidrossanitário para a identificação e eliminação de desperdícios, além de maior acompanhamento do padrão de consumo (verificação do relógio) para identificação e correção de anormalidades.

INDICADOR 4 - ICES – Indicador de Consumo de Energia Elétrica por Servidor

Objetivo do Indicador:

Mensurar, no conjunto de edificações alugadas, as variações de consumo de energia elétrica, possibilitando aferir a ocorrência de desperdícios desse recurso, que podem decorrer de falhas nas instalações (instalações antigas e ineficientes) ou de mau uso pelos consumidores das edificações (lâmpadas e equipamentos elétricos que são deixados ligados após o expediente).

Fórmula de Cálculo:

ICES = Kilowatts mensais de energia elétrica consumida no conjunto de imóveis alugados

Quantitativo de servidores nos imóveis alugados

* Potência Ativa (kW)

Unidade de Medida: Kilowatt mês por servidor (kW mês / servidor).

Mês de referência	Total		
	Kw	pessoas	ICES
jan/13	126419	845	149,61
fev/13	125890	845	148,98
mar/13	125509	845	148,53
abr/13	151293	845	179,04
mai/13	130426	845	154,35
jun/13	115837	845	137,09
jul/13	112253	845	132,84
ago/13	103114	956	107,86
set/13	120615	956	126,17
out/13	135310	956	141,54
nov/13	132311	956	138,4
dez/13	141962	956	148,5
jan/14	131044	865	151,496

fev/14	148008	865	171,1075
mar/14	126543	865	146,2925
abr/14	116527	865	134,7133
mai/14	118265	865	136,7225
jun/14	91289	865	105,5364
jul/14	82835	865	95,76301
ago/14	111571	865	128,9838
set/14	139114	865	160,8254
out/14	134761	865	155,7931
nov/14	134772	865	155,8058
dez/14	108220	865	125,1098

Índice de Referência (2013)	Índice Previsto (2014)	Índice Observado (2014)
142,74	142,74	139,01

Foram implementadas ações para redução no consumo que geraram impacto nos índices observados. Ao longo do ano de 2014 foram implantadas rotinas de manutenção para a identificação e eliminação de desperdícios. A CETEL buscou programar o desligamento dos disjuntores dos circuitos de iluminação após determinado horário, orientar o fechamento das janelas para não prejudicar o funcionamento do ar condicionado e minimizar a interferência dos usuários no funcionamento do sistema de ar condicionado.

INDICADOR 5 - Consumo de Papel

Fórmula do Indicador:

Quantitativo de PAPEL utilizado, comparando o ano de 2013 e 2014

Objetivo do indicador:

Reducir o consumo de papel A4, visando às ações de sustentabilidade que estão sendo implantadas no MDS.

Meta do indicador: Manter o consumo atual sem que haja aumento.

Frequência da apuração: Mensal

Quantitativos de Resmas de Papéis A4 CLORADO apurados em 2013

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
354	217	264	321	295	0	0	4	18	2	11	0	1.486

Quantitativos de Resmas de Papéis A4 RECICLADO apurados em 2013

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
121	354	210	350	385	565	1.149	848	1.101	900	1.509	648	8.140

Soma dos papeis – Clorado e Reciclado – Exercício 2013

475	571	474	671	680	565	1.149	852	1.119	902	1.520	648	9.626
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-------	-----	-------	-----	-------	-----	--------------

Quantitativos de Resmas de Papéis A4 CLORADO apurados em 2014

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
0	0	10	3	0	0	5	8	21	0	3	0	50

Quantitativos de Resmas de Papéis A4 RECICLADO apurados em 2014

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
417	977	925	1.006	897	985	910	853	577	1.065	953	810	10.375
Soma dos papeis – Clorado e Reciclado – Exercício 2014												
417	977	935	1.009	897	985	915	861	598	1.065	956	810	10.425

Percentual de redução ou aumento no consumo de **Papéis A4 RECICLADO** e **A4 CLORADO** - relativo exercício de 2013 para 2014:

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL	
- 12%	+	+	+	+	+	- 20%	+	- 1%	+	- 18%	+	+	8%

Comparando os exercícios de 2013 a 2014, tivemos um aumento no consumo de papel anual em 8%. Estima-se que o aumento se deve ao contrato de *outsourcing* de impressão, no qual o MDS passou a fornecer papel para impressão durante todo o ano de 2014.

INDICADOR 6 - Monitoramento dos gastos

Fórmula do Indicador:

Monitoramento dos gastos com insumos utilizados nos serviço de limpeza, asseio conservação e higienização nas unidades do MDS.

Objetivo:

Reducir os gastos com a aquisição de papel toalha.

Método:

Redução dos valores gastos com depósito, armazenagem e descarte de papel toalha, diminuir o desperdício de papel, diminuir a utilização de sacos de lixo e ainda contribuir com a preservação do meio ambiente.

Frequência de apuração: Mensal

Meta: Redução de gastos em até 30%

Avaliação:

- Foram realizados esforços para o acompanhamento e monitoramento junto à empresa prestadora dos serviços de limpeza, Rover Administração e Serviços Ltda., visando à conscientização e maior controle de gastos de insumo.

- O acompanhamento foi realizado por meio da solicitação de Notas Fiscais que comprovassem a aquisição junto aos fornecedores e controle da entrega e distribuição dos mesmos.

- Foram realizados estudos para substituição de *dispensers* de papel toalha por secadores elétricos no âmbito do programa esplanada sustentável. Essa medida permitiria alcançar a redução proposta. Ocorre que, essas propostas não foram implementadas no MDS e o papel toalha continuou a ser fornecido integralmente pela empresa prestadora de serviços de asseio, limpeza e conservação.

INDICADOR 7 - Soluções ecologicamente sustentáveis

Fórmula do Indicador:

Implementação de soluções economicamente viáveis que atentem a critérios de sustentabilidade ambiental e possibilitem redução de custos, nos termos da Instrução Normativa nº 1 de 19/01/2010, Decreto nº 7.746 de 05/06/2012 e Decreto nº 5.940 de 25/10/2006.

Objetivo:

Apresentar soluções ecologicamente corretas para utilização de materiais biodegradáveis e insumos que não agridam o meio ambiente nos serviços de copa no âmbito do MDS.

Método:

Substituição de copos plásticos por copos ecológicos e/ou copos de vidro reduzindo o alto custo de aquisição dos copos descartáveis, reduzindo impacto ambiental.

Frequência de apuração: Mensal

Meta: Redução de 50% na aquisição de copos descartáveis.

Avaliação:

- Realizado trabalho em conjunto com a Secretaria-Executiva, por meio do Projeto Esplanada Sustentável (PES), propondo estudos e soluções ecologicamente sustentáveis.
- Os trabalhos foram direcionados na busca de soluções ecologicamente sustentáveis que atendessem aos critérios de sustentabilidade e que ofereçam possibilidades de redução do consumo de copos descartáveis.
- Paralelamente foi realizado monitoramento da distribuição e consumo dos copos nas diversas unidades do MDS mês a mês. Por meio deste controle, verificamos uma redução considerável. A média mensal de copos passou para 60 mil copos em 2014, uma redução de aproximadamente 40%.
- Essa redução ocorreu por conta de iniciativas de conscientização dos servidores, desligamento de bebedouros em alguns corredores, afixação de cartazes do Projeto Esplanada Sustentável, etc.

5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços

Quadro 8 - Quadro A.5.5 – Variações de Custos

Produtos/Serviços	Custo Total de 2014	Custo Unitário			Variação % Custo Unitário		Economia Total em 2014 com base em 2013	Economia Total em 2014 com base em 2012
		2014	2013	2012	2014/2013	2014/2012		
Atendimento 0800 (Ouvidoria)	602.688	0,18	0,14	0,56	28,57%	-67,86%	133.758	-1.270.703
Call Center	11.347.990	3,39	3,00	2,12	13,00%	59,91%	1.304.143	4.246.825

O quadro acima retrata os valores constantes no orçamento da ação 4907 – Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que trata dos canais de atendimento que o MDS disponibiliza ao cidadão para saneamento de dúvidas, registro de reclamações, denúncias, elogios referente aos serviços e benefícios prestados pela Pasta.

Cabe registrar que os valores não são os constantes dos relatórios do Sistema de Informações de Custo (SIC), em face de que no SIC os restos a pagar de anos anteriores foram somados as despesas do exercício e não ao ano em que efetivamente ocorreram tais despesas. Neste relatório os valores de restos a pagar foram adicionados como custo do ano do contrato em que serviço foi prestado, mesmo que pago no exercício seguinte.

Neste sentido, a ação abrange dois custos acompanhados por Planos Internos, no SIAFI, e refletem o custo das empresas responsáveis pelas ligações telefônicas (0800) e equipe de atendimento, sendo que 95% do custo refere-se ao Call Center.

No que se refere ao Atendimento 0800, o custo tem diminuído ao longo do tempo, especialmente nos exercícios anteriores a 2013, em face dos valores das ligações terem diminuído ano a ano. Atualmente os valores vêm se adequando ao mercado, com tendência de se estabilizar.

Em relação ao Call Center, teve seu contrato ampliado para atender, especialmente, ao maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família e demais ações da Assistência Social.

GESTAO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUACAO DA UNIDADE

Não se aplica.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

6.1 Programação e Execução das despesas

6.1.1 Programação das despesas

Quadro 9 - Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Em \$ 1,00

Unidade Orçamentária: Ministério do Desenvolv. Social e Combate à Fome			Código UO: 55.101	UGO: 550002	
CRÉDITOS	Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes		
	DOTAÇÃO INICIAL		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
	Suplementares		70.187.845	0	28.035.750.376
	Especiais	Abertos	658.869	0	1.770.894.265
		Reabertos	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0
		Reabertos	0	0	0
	Créditos Cancelados		0	0	-480.558.602
	Outras Operações		0	0	0
	Dotação final 2014 (A)		70.846.714	0	29.326.236.039
	Dotação final 2013(B)		58.148.036	1.260.000	27.006.071.780
	Variação (A/B-1)*100		22	-	9
CRÉDITOS	Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital		
	DOTAÇÃO NICIAL		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
	Suplementares		732.713.398	0	0
	Especiais	Abertos	39.938.780	0	0
		Reabertos	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0
		Reabertos	0	0	0
	Créditos Cancelados		-127.696.144	0	0
	Outras Operações		0	0	0
	Dotação final 2014 (A)		644.956.034	0	0
	Dotação final 2013(B)		806.252.152	0	0
	Variação (A/B-1)*100		-20	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

6.1.1.1 Análise Crítica

- **Compatibilidade das dotações com as necessidades da UJ:**

Os dados constantes da UJ SE são originários da Unidade Orçamentária 55.101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cujo orçamento final de 2014 foi de R\$ 30,0 bilhões, 8% superior aos valores de 2013, tendo empenhado 99% dos recursos disponibilizados, e liquidado e pago o percentual de 94%.

Quando da elaboração da proposta orçamentária o Governo Federal atendeu praticamente todas as demandas orçamentárias da proposta originária da UO do MDS, especialmente em face do Plano Brasil Sem Miséria, instituído pelo Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011.

A principal ação orçamentária da UO é o benefício do Programa Bolsa Família - PBF, ação 8442, com valores de R\$ 26,2 bilhões, que representa 87% do orçamento da Unidade, beneficiando 14 milhões de famílias sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC.

No que se refere aos créditos adicionais aprovados, no montante de R\$ 1,8 bilhão, ocorreram principalmente no benefício do Programa Bolsa Família, no montante de R\$ 1,5 bilhão, que equivale a 83% dos créditos aprovados para a UO; no Brasil Carinhoso – Primeira Infância, no valor de R\$ 135 milhões, benefício em que é destinado a ampliar em 50% mais recursos por vaga às crianças beneficiárias do Bolsa Família em creches públicas ou conveniadas, instituído pela Lei nº 12.272, de 03 de outubro de 2012, a cargo da Secretaria Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza – SESEP.

Registra-se, ainda, que a Unidade Orçamentária reprogramou suas despesas em diversas ações no sentido de liberar recursos, especialmente, para as duas suplementações supracitadas, que são imprescindíveis para a Pasta, cujo montante suplementado por remanejamento foi de R\$ 342 milhões, que equivale 56% do total dos recursos cancelados. Isto ocorreu, também, em face do contingenciamento imposto pelo governo nas ações discricionárias da UO.

Por último, houve o PLN 27 que não foi aprovado pelo Congresso Nacional em 2014, e sua não aprovação acabou influenciando negativamente na execução da UO, especialmente nos recursos cancelados e não suplementados, pois acabaram ficando bloqueados e não puderam ser reaproveitados, além de estarem contingenciados.

- **Créditos extraordinários:**

Não ocorreram solicitações de crédito extraordinário no exercício.

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 10 - Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

R\$ 1,00

Origem da Movimentação	Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas			Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
				UG		
Concedidos	550006	550007	55.101.08.122.2122.2000	0	0	273.939,00
	550006	550008	55.101.08.122.2122.2000	0	0	608.661,00
	550002	550007	55.101.08.244.2019.20IT	0	0	12.412.000,00
	550002	550007	55.101.08.126.2019.6414	0	0	4.237.576,24
	550002	550007	55.101.08.244.2019.8442	0	0	26.155.890.000,00
	550002	550007	55.101.08.244.2019.8446	0	0	529.135.100,19
	550002	550011	55.101.08.244.2037.8893	0	0	2.046.502,02
	550002	550008	55.101.08.244.2069.20GD	0	0	281.222.167,88
	550002	550008	55.101.08.212.2122.20IY	0	0	3.943.000,00
	550002	550008	55.101.08.244.2069.2792	0	0	67.920.095,59
	550002	550008	55.101.08.244.2069.8929	0	0	12.079.264,35
	550002	550008	55.101.08.306.2069.2784	0	0	3.921.979,83
	550002	550008	55.101.08.306.2069.2798	0	0	749.856.096,41
	550002	550008	55.101.08.306.2069.8624	0	0	6.517.504,48
	550002	550018	55.101.08.365.2030.20TR	0	0	808.062.040,45
Recebidos	550002	550008	55.101.08.511.2069.8948	0	0	165.176.873,96
	550007	550006	55.101.08.122.2122.2000	0	0	70.438,00
	550007	550005	55.101.08.126.2019.6414	0	0	2.944.501,54
	550007	550005	55.101.08.244.2019.20IT	0	0	12.412.000,00
	550008	550003	55.101.08.244.2069.20GD	0	0	3.466.665,45
	550008	550005	55.101.08.244.2069.20GD	0	0	3.136.776,89

	550008	550017	55.101.08.121.2122.4923	0	0	1.000.000,00
	550008	550005	55.101.08.306.2069.2784	0	0	2.726.858,33
	550008	550005	55.101.08.244.2069.8929	0	0	364.882,60
	550008	550005	55.101.08.306.2069.2798	0	0	279.085,60
	550008	550005	55.101.08.306.2069.8624	0	0	2.617.793,81
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	550002	550007	55.101.08.126.2019.6414	376.200,00	0	0
	550002	550011	55.101.08.244.2037.8893	22.990,00	0	0
	550002	550008	55.101.08.244.2069.20GD	350.756,36	0	0
	550002	550008	55.101.08.244.2069.8929	73.651.790,00	0	0
	550002	550008	55.101.08.306.2069.2798	54.897.122,52	0	0
	550002	550008	55.101.08.306.2069.8624	337.302,97	0	0
	550002	550008	55.101.08.511.2069.8948	407.823.126,00	0	0
Recebidos	550007	550005	55.101.08.126.2019.6414	376.200,00	0	0
	550011	550002	55.101.08.244.2037.8893	22.990,00	0	0
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	550002	330013	55.101.08.244.2037.8893	0	0	6.228.652,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL E OPERACIONAL

Quadro 11 - Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			R\$ 1,00
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Concedidos	550017	114601	55.101.08.121.2122.4923	0	0	1.000.000,00	
	550003	240005	55.101.08.212.2122.20IY	0	0	29.088,00	
	550005	490002	49.101.21.606.2034.210Y	0	0	9.975,38	
	550005	490002	49.101.21.122.2120.2000	0	0	143.423,45	
	550005	114601	55.101.08.121.2122.4923	0	0	4.556.497,00	
	550005	114702	55.101.08.121.2122.4923	0	0	120.282,50	
	550005	153114	55.101.08.121.2122.4923	0	0	490.250,00	
	550005	254420	55.101.08.121.2122.4923	0	0	384.000,00	
	550005	364102	55.101.08.121.2122.4923	0	0	1.238.180,75	
	550005	364102	55.101.08.244.2037.8893	0	0	417.976,23	
	550005	153114	55.101.08.122.2037.8249	0	0	700.000,00	
	550005	110245	55.101.08.122.2122.2000	0	0	2.611,20	
	550005	114702	55.101.08.122.2122.2000	0	0	194.400,00	
	550005	170085	55.101.08.122.2122.2000	0	0	3.403,54	
	550005	180077	55.101.08.122.2122.2000	0	0	3.520.474,30	
	550005	201002	55.101.08.122.2122.2000	0	0	2.002.000,00	
	550005	240101	55.101.08.122.2122.2000	0	0	300.000,00	
	550005	240118	55.101.08.122.2122.2000	0	0	300.000,00	
	550005	110174	55.101.08.122.2122.2000	0	0	7.393,62	
	550005	114601	55.101.08.126.2019.6414	0	0	1.000.000,00	
	550005	114601	55.101.08.306.2069.8624	0	0	1.600.000,00	
	550005	153114	55.101.08.244.2037.8893	0	0	200.000,00	
	550005	393003	55.101.08.122.2122.2000	0	0	1.053.544,21	
	550005	540001	55.101.08.131.2122.4641	0	0	4.000.000,00	
	550006	114702	55.101.08.128.2122.4572	0	0	14.280,00	

	550006	170009	55.101.08.128.2122.4572	0	0	21.000,00	
Recebidos	490002	550005	49.101.21.606.2034.210Y	0	0	240.000,00	
	490002	550006	49.101.21.606.2034.210Y	0	0	160.000,00	
	490002	550005	49.101.21.122.2120.2000	0	0	200.000,00	
	114601	550017	55.101.08.121.2122.4923	0	0	104.696,96	
	110174	550005	55.101.08.122.2122.2000	0	0	4.308,58	
	114601	550005	55.101.08.126.2019.6414	0	0	364.429,80	
	114601	550005	55.101.08.306.2069.8624	0	0	130.026,85	
	114601	550005	55.101.08.121.2122.4923	0	0	485.263,10	
	114702	550005	55.101.08.122.2122.2000	0	0	86.400,00	
	114702	550005	55.101.08.121.2122.4923	0	0	40.217,08	
	240101	550005	55.101.08.122.2122.2000	0	0	300.000,00	
	254420	550005	55.101.08.121.2122.4923	0	0	192.000,00	
	364102	550005	55.101.08.121.2122.4923	0	0	1.715,10	
	364102	550005	55.101.08.244.2037.8893	0	0	83.333,26	
	170009	550006	55.101.08.128.2122.4572	0	0	7.500,00	
Origem da Movimentação	UG		Despesas de Capital				
	Concedente	Recebbedora	Classificação da ação		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	550005	153114	55.101.08.121.2122.4923		145.000,00	0	0

Fonte: Siafi Gerencial e Operacional

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro 12 - Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Código UO: 55101		UGO: 550002	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquida		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	145.992.485	161.564.032	132.981.152	149.129.715
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	225.021	174.108	222.852	173.792
c) Concorrência	13.567.438	24.090.714	13.567.438	24.090.714
d) Pregão	132.103.410	137.279.998	119.094.246	124.845.997
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públ.	96.616	19.213	96.616	19.213
2. Contratações Diretas (h+i)	299.542.064	203.166.860	287.038.851	196.971.120
h) Dispensa	281.519.558	170.169.813	269.202.210	164.442.817
i) Inexigibilidade	18.022.506	32.997.048	17.836.641	32.528.302
3. Regime de Execução Especial	10.561	98.649	10.561	98.649
j) Suprimento de Fundos	10.561	98.649	10.561	98.649
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	74.729.848	58.571.105	74.699.773	57.713.085
k) Pagamento em Folha	69.773.809	53.554.103	69.745.488	52.696.646
l) Diárias	4.956.039	5.017.003	4.954.285	5.016.439
5. Outros (Não se aplica)	27.861.924.969	25.123.255.190	27.832.993.388	25.122.130.123
6. Total (1+2+3+4+5)	28.382.199.927	25.546.655.838	28.327.723.725	25.526.042.691

Fonte: Siafi Gerencial

6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Quadro 13 - Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Código UO: 55101		UGO: 550002	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Llicitação (a+b+c+d+e+f+g)	71.686.827	79.703.473	71.686.827	79.700.892
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	13.219.691	15.966.353	13.219.691	15.966.353
d) Pregão	58.467.135	63.737.121	58.467.135	63.734.539
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (h+i)	8.693.078	18.082.740	8.693.078	18.082.740
h) Dispensa	5.983.749	13.300.727	5.983.749	13.300.727
i) Inexigibilidade	2.709.329	4.782.013	2.709.329	4.782.013
3. Regime de Execução Especial	1.741	6.313	1.741	6.313
j) Suprimento de Fundos	1.741	6.313	1.741	6.313
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	69.918.792	53.682.740	69.890.471	52.825.284
k) Pagamento em Folha	69.773.809	53.554.103	69.745.488	52.696.646
l) Diárias	144.983	128.637	144.983	128.637
5. Outros	23.135.119	23.195.131	23.042.092	22.997.625
6. Total (1+2+3+4+5)	173.435.557	174.670.397	173.314.208	173.612.853

Fonte: Siafi Gerencial

6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro 14 - Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome				Código UO: 55101		UGO: 550002		
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidação		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal	70.491.543	57.110.211	69.773.809	53.554.103	717.734	3.556.108	69.745.488	52.696.646
Venc. E Vantagens Fixas – Pessoal Civil	55.111.903	45.188.616	55.058.978	43.832.619	52.925	1.355.997	55.058.978	43.642.814
Obrigações Patronais	8.891.898	6.767.178	8.859.501	5.613.516	32.397	1.153.662	8.859.501	4.978.230
Ressarc. de Desp. de Pessoas Requisitadas	3.126.197	2.508.554	2.495.654	1.880.035	630.543	628.519	2.495.654	1.880.035
Demais elementos do grupo	3.361.545	2.645.863	3.359.676	2.227.934	1.869	417.930	3.331.355	2.195.567
2. Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Outras Despesas Correntes	29.002.391.569	26.288.973.196	28.118.713.835	25.440.605.028	883.677.734	848.368.169	28.065.089.154	25.424.332.731
Outros Auxílios Financeiros a PF	26.424.809.400	24.170.818.600	26.221.784.198	24.055.212.180	203.025.202	115.606.420	26.221.784.198	24.055.212.180
Contribuições – Fundo a Fundo	1.574.965.373	1.319.056.464	1.311.014.953	904.010.422	263.950.420	415.046.042	1.283.043.842	903.679.473
Material, Bem ou Serviço p/ Distrib. Grat.	632.532.022	471.354.625	373.222.089	278.783.797	259.309.933	192.570.828	348.822.270	263.702.274
Demais elementos do grupo	370.084.774	327.743.508	212.692.595	202.598.629	157.392.179	125.144.879	211.438.845	201.738.803
DESPESAS DE CAPITAL								
4. Investimentos	552.638.125	726.194.306	193.712.282	52.496.707	358.925.843	673.697.598	192.889.082	52.395.212
Contribuições – Fundo a Fundo	227.584.621	422.507.767	30.663.200	0	196.921.422	422.507.767	29.840.000	0
Obras e Instalações	184.160.775	187.327.874	128.916.801	43.132.582	55.243.974	144.195.292	128.916.801	43.132.582
Rateio pela Partic. em Consórcio Públco	115.975.026	55.720.712	26.558.421	0	89.416.605	55.720.712	26.558.421	0
Demais elementos do grupo	24.917.702	60.637.952	7.573.861	9.364.125	17.343.841	51.273.827	7.573.861	9.262.630
5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Quadro 15 - Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome				Código UO: 55101		UGO: 550002		
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidaada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal	70.491.543	57.110.211	69.773.809	53.554.103	717.734	3.556.108	69.745.488	52.696.646
Venc. E Vantagens Fixas – Pessoal Civil	55.111.903	45.188.616	55.058.978	43.832.619	52.925	1.355.997	55.058.978	43.642.814
Obrigações Patronais	8.891.898	6.767.178	8.859.501	5.613.516	32.397	1.153.662	8.859.501	4.978.230
Ressarc. de Desp. de Pessoas Requisitadas	3.126.197	2.508.554	2.495.654	1.880.035	630.543	628.519	2.495.654	1.880.035
Demais elementos do grupo	3.361.545	2.645.863	3.359.676	2.227.934	1.869	417.930	3.331.355	2.195.567
2. Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Outras Despesas Correntes	128.171.702	147.422.196	101.902.368	120.982.516	26.269.334	26.439.680	101.809.340	120.782.429
Outros Serviços de Terceiros - PJ	60.462.614	77.082.734	40.711.578	55.604.411	19.751.037	21.478.323	40.711.578	55.604.411
Locação de Mão-de-Obra	33.726.226	41.373.752	32.765.013	38.987.996	961.213	2.385.756	32.765.013	38.987.996
Contratação por Tempo Determinado	11.058.572	15.479.340	10.979.532	15.115.979	79.041	363.361	10.886.504	14.918.473
Demais elementos do grupo	22.924.290	13.486.371	17.446.246	11.274.130	5.478.044	2.212.240	17.446.246	11.271.549
DESPESAS DE CAPITAL								
4. Investimentos	7.918.755	4.546.730	1.759.380	133.778	6.159.375	4.412.952	1.759.380	133.778
Equipamentos e Material Permanente	7.409.656	4.444.230	1.318.405	133.778	6.091.250	4.310.452	1.318.405	133.778
Outros Serviços de Terceiros - PJ	440.975	102.500	440.975	0	0	102.500	440.975	0
Obras e Instalações	68.124	0	0	0	68.124	0	0	0
5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 16 - Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	9.391.525	15.877.451	9.391.525	15.877.451
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	121.931	1.672.531	121.931	1.672.531
d) Pregão	9.269.594	14.204.920	9.269.594	14.204.920
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (h+i)	6.253.314	5.312	6.253.314	5.312
h) Dispensa	6.253.314	5.312	6.253.314	5.312
i) Inexigibilidade	0	0	0	0
3. Regime de Execução Especial	0	0	0	0
j) Suprimento de Fundos	0	0	0	0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0	0	0	0
k) Pagamento em Folha	0	0	0	0
l) Diárias	0	0	0	0
5. Outros (Não se aplica)	7.331.375	5.000	7.331.375	5.000
6. Total (1+2+3+4+5)	22.976.214	15.887.763	22.976.214	15.887.763

Fonte: Siafi Gerencial

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 17 - Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	DESPESAS CORRENTES							
	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Outras Despesas Correntes	45.824.474	26.665.366	21.730.939	12.189.523	24.093.535	14.475.844	21.730.939	12.189.523
Outros Serviços de Terceiros - PJ	43.975.412	26.061.569	20.326.834	11.604.760	23.648.578	14.456.809	20.326.834	11.604.760
Material de Consumo	1.452.985	0	1.048.609	0	404.376	0	1.048.609	0
Passagens e Despesas de Locomoção	325.659	593.494	285.078	579.763	40.581	13.731	285.078	579.763
Demais elementos do grupo	70.418	10.304	70.418	5.000	0	5.304	70.418	5.000
DESPESAS DE CAPITAL								
4. Investimentos	2.445.275	3.698.240	1.245.275	3.698.240	1.200.000	0	1.245.275	3.698.240
Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.445.275	3.698.240	1.245.275	3.698.240	1.200.000	0	1.245.275	3.698.240
5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Alterações significativas ocorridas no exercício:

Não ocorreram alterações significativas neste exercício em relação ao exercício anterior tanto nos créditos originários da UJ, assim como nos créditos executados diretamente pela UJ e os executados por movimentação.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:

Dos créditos originários da UJ estas modalidades de contratação representou apenas 1% dos recursos liquidados e pagos no exercício, mesmo quando se considerando apenas as ações executadas diretamente pela UJ este percentual é de apenas 5% do total dos recursos diretamente contratados pela UJ.

A principal modalidade de licitação da UO 55101 é a classificada como “não se aplica” em face da ação 8442 – *Transferência de Renda Diretamente às Famílias Em Condição de Pobreza Extrema (Lei nº 10.836, de 2004)*, com R\$ 26,1 bilhões, que representa 92% dos recursos liquidados e pagos da UO, ação responsável pelo pagamento do benefício do Programa Bolsa Família sob gestão da SENARC.

Mesmo considerando apenas os recursos da UO executados diretamente pela UJ, as principais características de contratação são o pregão e a concorrência com 41% do total de recursos contratados e, ainda, 40% dos recursos foram utilizados para pagamento dos servidores do MDS.

Contingenciamento no exercício:

Neste exercício os efeitos na gestão orçamentária provocados pelas limitações de empenho e de movimentação financeira, tiveram consequências sobre os resultados planejados, o que fez com que o MDS reprogramasse a execução orçamentária e financeira para se adequar a essa nova realidade.

Cabe registrar que parte do saldo de orçamento não utilizado, em face do contingenciamento, foi utilizado como crédito para suplementar, especialmente, a ação do benefício do Programa Bolsa Família.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:

O evento positivo em 2014 foi que, apesar do contingenciamento que atingiu o MDS, as políticas sob responsabilidade da Pasta não foram prejudicadas substantivamente em relação à execução orçamentária, tendo sido necessário um novo planejamento das ações inicialmente programadas.

Praticamente a totalidade dos recursos orçamentários disponibilizados foram executados, levando ao maior percentual de execução dos últimos exercícios, o que demonstra o comprometimento de todas a Administração da Pasta e alinhamento com os objetivos estratégicos .

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro 18 - Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos	R\$ 1,00
Institucional				
Legal				
Mercadológica				
Utilidade pública	2122 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 4641 – Publicidade de Utilidade Pública	11.304.539,27	4.187.648,48	

Fonte: Siafi Gerencial

Cabe esclarece que do montante empenhado, R\$ 4,0 milhões referem-se à descentralização de recursos ao Ministério do Turismo – Mtur. Esta colaboração entre o MDS e o MTur tem por objetivo atender despesas com o Termo de Cooperação nº 003/2014, para campanha publicitaria destinada a divulgar informações sobre o programa bolsa família, conforme despacho nº 284/2014/SNPTUR/MTUR, com vigência de 03 de março de 2014 a 05 de março de 2015. A campanha em pauta será executada pela BEES Publicidade, Comunicação & Marketing.

O MDS mantém desde 20 de outubro de 2011 o contrato nº 27/2011 com a agência de publicidade SLA Propaganda Ltda., para execução das ações de Publicidade de Utilidade Pública. Em outubro de 2014 foi celebrado o 4º Aditivo de renovação do contrato, com vigência de 15/10/2014 a 20/10/2015, no valor estimado de R\$ 18.750.000,00 (dezoito milhões setecentos e cinquenta mil reais).

Segue abaixo resumo da execução orçamentaria em publicidade durante o exercício de 2014 com o demonstrativo das despesas com ações de publicidade de utilidade pública em 2014 do MDS:

SERVIÇOS DE PRODUÇÃO			R\$ 1,00
PEÇA / SERVIÇO	CAMPANHAS	VALOR (R\$)	
Criação e Finalização folders - Grupos Tradicionais	Cadastro Único	8.901,46	
Ilustrações folders – Grupos Tradicionais	Cadastro Único	26.308,30	
Criação e Finalização de spot “Revisão Cadastral”	Revisão Cadastral – Bolsa Família	9.226,87	
Produção Multimídia - Ajustes	Sistema de Gestão da Informação	535	
Produção de Banco de Imagens	Brasil Sem Miséria	288.514,80	
Produção de 5 Radionovelas	Bolsa Família	62.703,23	
Produção de Ajustes na Apresentação Multimídia MDS	Multimídia MDS	8.906,68	
3 Radionovelas 60" - 1 spot 30" - Revisão Cadastral	Recadastramento BF 2014	40.728,16	
Direito do Cidadão – Hot Site – Ação Complementar	Direito do Cidadão	9.592,55	
Produção de Hot Site In Oito Digital	Direito Cidadão	75.220,21	
Produção de 2 vídeos de 2 min. cada	Brasil Sem Miséria	75.445,70	
Total Produção			606.082,96

MÍDIA – VEICULAÇÃO RÁDIO		
VEÍCULO	CAMPANHA	VALOR(R\$)
Rio de Janeiro - RJ - Sociedade RD Tupi	Revisão Cadastral 2014	R\$ 80.582,04
São Paulo - SP - Rádio Vida FM ltda	Revisão Cadastral 2014	R\$ 34.319,79
São Paulo - SP - Planalto FM Stereo Som S.A	Revisão Cadastral 2014	R\$ 77.007,66
São Paulo - SP - Rádio Vida FM LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 39.300,72
Rádio Televisão Verdes Mares	Revisão Cadastral 2014	R\$ 24.897,60
Brasília - DF - Rádio Atividade FM LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 31.053,60
São Paulo - SP - Rádio e Televisão Bandeirantes LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 64.191,50
São Paulo - SP - Rádio Imprensa S.A	Revisão Cadastral 2014	R\$ 60.756,30
Rio de Janeiro - RJ - Sociedade RD Tupi	Revisão Cadastral 2014	R\$ 54.925,20
Rádio Saiuqze LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 15.746,53
Rio de Janeiro - RJ - Sociedade RD Tupi	Revisão Cadastral 2014	R\$ 92.791,44
Rádio Fundação Paraense de Radiodifusão - Funtelpa	Revisão Cadastral 2014	R\$ 7.710,39
Brasília - DF - SA Correio Braziliense	Revisão Cadastral 2014	R\$ 31.047,90
Rádio Televisão Liberal Limitada	Revisão Cadastral 2014	R\$ 7.085,10
Sistema Integrado de Comunicação LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 5.800,15
Belem Radio Difusão LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 9.910,83
Media Firme Representações LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 25.008,75
Nossa Radio de Teresina FM LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 1.764,72
Rádio Verdes Campos LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 4.206,12
Rádio 105 FM LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 79.131,20
Rádio Alpha FM LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 178.986,08
Rádio Imprensa S.A	Revisão Cadastral 2014	R\$ 69.584,46
Nossa Radio de Teresina FM LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 2.205,90
Rádio Itatiaia Limitada	Revisão Cadastral 2014	R\$ 28.892,16
Rádio Cidade Morena FM Limitada	Revisão Cadastral 2014	R\$ 9.593,10
Frequencia Maxima Radiodifusão	Revisão Cadastral 2014	R\$ 13.266,75
Rádio FM Jangadeiro LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 28.977,37
Rádio Mundo Jovem S/S LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 68.745,04
Rádio Melodia LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 97.289,50
Rádio Piatã de Salvador LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 14.264,25
Rádio FM Iemanjá LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 15.800,40
Planalto - FM Stereo Som S.A	Revisão Cadastral 2014	R\$ 88.046,53
Rádio SP-UM LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 130.566,48
Rádio Globo Eldorado	Revisão Cadastral 2014	R\$ 32.566,18
Rádio Betim Sociedade de Radiodifusão LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 61.987,50
Sociedade Rádio Alvorada LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 47.238,75
Rádio Clube de Pernambuco S/A	Revisão Cadastral 2014	R\$ 21.489,00
Rádio Saiuqze LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 19.664,32
R L Torres Comunicação Eireli - ME	Revisão Cadastral 2014	R\$ 23.547,55
Rádio Pajeú FM LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 11.514,00
Sociedade Rádio Tupi	Revisão Cadastral 2014	R\$ 64.079,40
AS Correio Braziliense	Revisão Cadastral 2014	R\$ 38.809,87
Rádio JK FM LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 19.223,25
Fundação Rádio Educativa Quadrangular	Revisão Cadastral 2014	R\$ 38.712,02
Carajas FM Limitada	Revisão Cadastral 2014	R\$ 10.431,19
Rádio Verdes Mares LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 17.038,87
Rádio Belo Horizonte LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 49.124,48
Rádio Globo Sociedade Anonima	Revisão Cadastral 2014	R\$ 273.424,67
Rádio JK FM LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 15.378,60
Belem Rádio Difusão LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 7.928,46
Carajas FM Limitada		R\$ 8.345,75

Fundação Educacional Salesiano Dom Bosco	Revisão Cadastral 2014	R\$ 10.268,65
Rádio Top FM LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 139.520,80
Recc Radiodifusão e Comunicação LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 135.660,00
Rádio Verdes Campos LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 5.261,57
Rádio 99 Stereo LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 3.591,00
Rádio Top FM LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 122.208,00
Sigma RadioDifusão LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 12.534,30
Cidade Mídia Serviços e Locações LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 7.469,28
Rádio 99 Stereo LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 5.985,00
Rádio 99 Stereo LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 4.104,00
Rádio Poty LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 4.161,85
Rádio Difusora FM de Timon LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 4.448,87
Sistema Nordeste de Comunicação LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 6.766,37
Fundação Educacional Salesiano Dom Bosco	Revisão Cadastral 2014	R\$ 8.214,51
Recc Radiodifusão e Comunicação LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 154.878,50
Rádio Tamandaré LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 8.866,35
Fund Cult Educ e de Radiodif Catedral São Sebastião	Revisão Cadastral 2014	R\$ 9.336,60
Frequencia Maxima Radiodifusão LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 10.613,40
Sociedade Rádio Alvorada LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 37.791,00
Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 19.174,45
Sistema Integrado de Comunicação LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 4.638,37
Fundação Nazaré de Comunicação	Revisão Cadastral 2014	R\$ 4.327,15
Fundação Graça de Deus de Minas Geras - FUNGRAÇA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 9.012,18
Rádio e TV do Maranhão LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 4.158,72
Emissoras Rádio Marajoara LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 7.034,94
Fundação Rainha da Paz	Revisão Cadastral 2014	R\$ 9.302,40
Fund. Dom Avelar Brandão Vilela - RD Excelsior	Revisão Cadastral 2014	R\$ 10.024,87
Fundação Nazaré de Comunicação	Revisão Cadastral 2014	R\$ 5.408,56
Fundação Rádio Educativa Quadrangular	Revisão Cadastral 2014	R\$ 48.202,71
Rádio Atividade FM LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 38.817,00
GC Comunicação LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 7.437,85
Televisão Liberal Limitada	Revisão Cadastral 2014	R\$ 8.856,37
Fundação Casper Libero	Revisão Cadastral 2014	R\$ 91.377,84
Fundação Casper Libero	Revisão Cadastral 2014	R\$ 104.323,03
Sistema Nordeste de Comunicação LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 8.458,32
Rádio Belo Horizonte LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 39.257,89
Rádio Globo Sociedade Anonima	Revisão Cadastral 2014	R\$ 209.022,99
Rádio 105 FM LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 69.312,00
Rádio Pajeú FM LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 9.211,20
Hape - Promoções e Eventos LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 5.130,00
GC Comunicação LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 5.943,97
Fundação Rainha da Paz	Revisão Cadastral 2014	R\$ 11.628,00
E.C Alegria Produções LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 6.250,63
Rádio Arca LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 97.539,54
Rádio Verdes Mares LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 7.797,60
Rádio Verdes Mares LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 13.630,84
Rádio Clube de Pernambuco S/A	Revisão Cadastral 2014	R\$ 17.191,20
Rádio FM Iemanjá LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 12.640,32
Rádio Novo Mundo LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 119.249,13
Rádio Globo de São Paulo LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 162.140,83
Rádio Mundo Jovem S/S LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 58.924,32
Rádio Empresa de Radiodifusão a Tarde LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 10.602,09
Rádio Arca LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 83.605,32

Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 23.980,40
Hape - Promoções e Eventos LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 6.412,50
R L Torres Comunicação Eireli - ME	Revisão Cadastral 2014	R\$ 18.857,02
Fundação Paraense de Radiodifusão - Funtelpa	Revisão Cadastral 2014	R\$ 6.168,31
Rádio Piatã de Salvador LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 11.411,40
Rádio Mirante LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 6.873,42
Rádio FM Bahia Sol LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 11.326,01
E.C Alegria Produções LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 7.802,89
Televisão Verdes Mares LTDA RD Recife	Revisão Cadastral 2014	R\$ 31.122,00
Fundação Sousandrade de Apoio ao Desenvol. Da UFMA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 5.016,00
Rádio 99 FM Stereo LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 4.788,00
Rádio 99 FM Stereo LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 9.975,00
Rádio 99 FM Stereo LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 29.393,00
Rádio 99 FM Stereo LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 4.702,50
Rádio 99 FM Stereo LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 3.283,20
Rádio 99 FM Stereo LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 3.762,00
Rádio 99 FM Stereo LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 2.872,80
Rádio Mirante LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 5.506,58
TV e Jornal do Commercio LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 14.220,36
Rádio Monte da Gávea LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 42.525,80
Rádio Sociedade da Bahia S/A	Revisão Cadastral 2014	R\$ 21.628,08
Sucesso 103 FM Serviços e Comunicação LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 18.198,67
Rádio Cidade Morena FM Limitada	Revisão Cadastral 2014	R\$ 7.674,48
Rádio FM Jangadeiro LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 23.181,90
Emissoras Rádio Marajoara LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 8.793,67
Fundação Sousandrade de Apoio ao Desenvol. Da UFMA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 5.726,60
Rádio 99 FM Stereo LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 7.980,00
Rádio 99 FM Stereo LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 6.671,28
Rádio Monte da Gávea LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 107.787,00
Sigma RadioDifusão LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 69.635,00
Rádio Monte da Gávea LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 118.218,00
Rádio Itatiaia Limitada	Revisão Cadastral 2014	R\$ 34.429,82
Rádio FM Bahia Sol LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 6.959,36
Rede Planeta de Comunicações LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 13.357,00
Rádio Monte da Gávea LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 46.641,20
Rádio e Televisão Bandeirantes LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 73.393,20
Rádio Cidade São Luis LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 5.116,32
Rádio Poty LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 4.475,44
Rádio Betim Sociedade de Radiodifusão LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 49.590,00
Rede Feliz de Comunicação RTV LTDA - ME	Revisão Cadastral 2014	R\$ 4.678,67
Associação Cultural e Radiodifusão Novo Dia	Revisão Cadastral 2014	R\$ 1.176,53
Associação Cultural e Radiodifusão Novo Dia	Revisão Cadastral 2014	R\$ 1.476,01
Rádio e TV do Maranhão LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 5.198,40
Radio Cidade São Luis LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 6.395,40
Rádio Difusora FM de Timon LTDA	Revisão Cadastral 2014	R\$ 4.784,10
Total veiculação rádio		R\$ 5.168.437,42

6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro 19 - Quadro A.6.3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
2.1.2.1.1.11.00	Fornecedores por insuficiência créditos ou recursos				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
550005	66811570253	120,00	0	0	120,00
550005	22224023871	0	1.290,14	1.290,14	0
550005	01476590516	0	142,25	142,25	0
550005	83451323168	0	50,00	50,00	0
550005	08220952000122	0	7.143,00	7.143,00	0
550005	110245	0	78.783,28	78.783,28	0
550005	21246699003160	0	175.801,94	175.801,84	0
550005	28712123000336	0	88.200,00	88.200,00	0
550005	33372251000156	0	43.499,96	43.499,96	0
550005	33530486000129	0	77.501,16	77.501,16	0
Código SIAFI		Denominação			
2.1.2.1.2.11.00	Pessoal a pagar por insuficiência de créditos ou recursos				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
550006	20429437000152	0	5.447,69	5.447,69	0

Fonte: Siafi Gerencial

6.3.1 Análise Crítica

UG 55006 - Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Em relação à conta contábil 21.212.11.00 - *Pessoal a pagar por insuficiência de créditos/recursos*, no valor de R\$ 5.447,69, refere-se a reconhecimento de despesa de exercícios anteriores correspondente a reembolso à Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, referente à cessão de servidora, conforme nota de empenho 2014NE000185.

UG 55005 - Coordenação-Geral de Logística e Administração

Em relação à UG 55005, os maiores montantes são reconhecimento de passivos de fornecedores que foram reconhecidos após o encerramento do exercício. E o saldo no final de 2014, no valor de R\$ 120,00, refere-se a resarcimento de viagem terrestre de colaborador a serviço do MDS ainda não solucionado.

6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 20 - Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	62.127.908	43.571.814	-4.863.997	13.692.097
2012	11.883.918	2.919.252	-8.581.094	383.573
2011	5.434.740	763.032	0	4.671.709
2010	2.178.817	0	0	2.178.816
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	1.054.962	1.053.692	-1.270	0
2012	2.711	0	0	2.711
2011	1.401	1.401	0	0
2010	0	0	0	0
2009	1.213	1.213	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

6.4.1 Análise Crítica

Restos a Pagar Processados

Percebe-se pela tabela anterior que os saldos de restos a pagar processados da Unidade Gestora são mínimos. Quanto ao exercício de 2012, o valor de R\$ 2.711,00 permanece com saldo a pagar até 31 de dezembro de 2014. Foram realizadas ordens bancárias para pagamento de serviços de recepcionistas, indenizações/restituições e vigilância ostensiva nos valores de: R\$ 2.318,80; R\$ 120,00; e R\$ 272,00, respectivamente e enviadas ao banco, não houve manifestação dos beneficiários, as ordens bancárias foram canceladas automaticamente. Como não houve solicitação do gestor contratual para cancelamento das ordens por tratar-se de pagamento de pessoal, o valor de R\$ 2.710,80 continua inscrito.

Os valores de R\$ 1.213,37 e R\$ 1.401,40, referem-se a cursos que foram executados, mas não foram pagos, em 2009 e 2011, respectivamente. No caso em tela foi analisado e a Coordenação-Geral de Recursos Humanos-CGRH providenciou o pagamento dos mesmos no início de 2014.

Em 2013 os pagamentos referem-se, especialmente, a pagamento de pessoal nas ações *20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União*, no valor de R\$ 525.737,88; *09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais*, no montante de R\$ 330.448,22; e na ação *2000 – Administração da Unidade* para pagamento de servidores contratados por tempo determinado cujo valor foi de R\$ 197.505,96.

Restos a Pagar Não Processados

No âmbito dos não processados inscritos e reinscritos ao longo de 2010 até 2013, o quadro demonstra que foram pagos 58% desse total em 2014, restando 26% para serem saldados no exercício de 2015.

Quanto ao exercício de 2010, a pendência do pagamento se deve ao fato de validação do projeto para a construção do Edifício Anexo do Bloco C ainda não ter sido concluída, no valor de R\$ 1.581.673,00, uma vez que a análise dos trabalhos apresentados pela contratada depende de contratação de consultoria técnica para ser efetivada.

Em 2011, os restos a pagar não processado da UJ ocorreram, principalmente, na *ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública*, no valor de R\$ 2.986.496,07, o que equivale a 64% do total de RAP no ano. Cabe esclarecer que este montante será cancelado em 2015, uma vez que todos os serviços foram prestados.

Os restos a pagar do exercício de 2012 da UJ, no total de R\$ 11,9 milhões, foram objeto de análise cuidadosa da SAA junto com as áreas responsáveis pelos recursos, que resultou no cancelamento de R\$ 8,6 milhões e pagamento de R\$ 2,9 milhões, que representou 72% e 25% do total dos RAP neste ano respectivamente.

Finalmente, os valores inscritos em restos a pagar em 2013 são decorrentes, principalmente, das ações 2000 – *Administração da Unidade*, no valor de R\$ 17,5 milhões, 8893 – *Apoio a Organização, a Gestão e a Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS*, na parcela de R\$ 9,0 milhões e 4641 - *Publicidade de Utilidade Pública*, no montante de R\$ 7,6 milhões, em face, principalmente, da conclusão de procedimentos licitatórios no final do exercício, sem reunir condições de liquidação em 2014.

6.5 Transferências de Recursos

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 21 - Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante								
Nome: Coordenação-Geral de Logística e Administração MDS			Informações sobre as Transferências					
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência	
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício		
3	674567	153114/15235	1.815.000	0	635.250	1.815.000	15/05/13	17/12/16
3	674753	114601/11301	2.066.000	0	0	1.979.941	04/06/13	04/06/15
3	675311	364102/36201	2.885.976	0	1.238.181	2.471.109	01/08/13	31/07/16
3	678198	114702/11401	194.400	0	108.000	108.000	06/02/14	31/12/14
3	678633	114601/11301	1.650.702	0	1.618.039	1.618.039	19/03/14	28/02/15
3	678758	393003/39252	1.053.544	0	0	0	02/01/14	10/10/14
3	679024	114702/11401	114.283	0	80.065	80.065	05/05/14	05/05/15
3	679605	540001/00001	4.000.000	0	4.000.000	4.000.000	30/05/14	31/12/14
3	680402	114601/11301	1.600.000	0	1.469.973	1.469.973	25/07/14	25/07/15
3	680857	110245/00001	7.834	0	2.611	2.611	27/08/14	26/08/15
3	680954	114601/11301	3.999.795	0	3.088.765	3.088.765	15/09/14	15/03/16
3	681540	240101/00001	300.000	0	0	0	01/10/14	01/12/14
3	681553	240118/00001	300.000	0	300.000	300.000	01/10/14	01/12/14
3	682161	153114/15235	2.116.990	0	900.000	900.000	18/11/14	31/10/17
3	682305	254420/25201	1.500.000	0	192.000	192.000	03/12/14	31/12/16
Unidade Concedente ou Contratante								
Nome: Coordenação-Geral de Recursos Humanos/ MDS			Informações sobre as Transferências					
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência	
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício		

3	677947	170009/00001	36.000	0	13.500	13.500	01/01/14	31/12/15	1
3	680208	114702/11401	14.280	0	9.100	9.100	12/05/14	11/01/15	1

Unidade Concedente ou Contratante

Nome: Secretaria-Executiva/ MDS

CNPJ: 05.526.783/0001-65

UG/GESTÃO: 550003/00001

Informações sobre as Transferências

Mod alida de	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit . .
			Global	Contrapar tida	No Exercício	Acumulado até o Exercício			
3	681561	240005/00001	29.088	0	29.088	29.088	08/10/14	21/11/14	1

Nome: II Projeto de Apoio ao PBF e ao CNDS

CNPJ: 05.526.783/0001-65

UG/GESTÃO: 550017/00001

Informações sobre as Transferências

Mod alida de	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit . .
			Global	Contrapar tida	No Exercício	Acumulado até o Exercício			
3	680910	114601/11301	1.000.000	0	895.303	895.303	15/09/14	15/03/16	1

LEGENDA

Modalidade:

Situação da Transferência:

- | | |
|--------------------------|----------------------------|
| 1 - Convênio | 1 - Adimplente |
| 2 - Contrato de Repasse | 2 - Inadimplente |
| 3 - Termo de Cooperação | 3 - Inadimplência Suspensa |
| 4 - Termo de Compromisso | 4 - Concluído |
| | 5 - Excluído |
| | 6 - Rescindido |
| | 7 - Arquivado |

Fonte: Siafi Operacional

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 22 - Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria-Executiva MDS					
	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
Modalidade	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	-	-	29.088	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	1	-	-	29.088	-	-
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Coordenação-Geral de Logística e Administração MDS					
	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
Modalidade	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	12	7	-	13.632.884	4.159.564	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	12	7	-	13.632.884	4.159.564	-
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Coordenação-Geral de Recursos Humanos MDS					
	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
Modalidade	2014	2013	2012	2014	2013	2012

Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	1	-	22.600	10.214	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	1	1	-	22.600	10.214	-
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	II Projeto de Apoio ao PBF e ao CNDS					
CNPJ:	05.526.783/0001-65					
UG/GESTÃO:	550017/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	-	-	895.303	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	1	-	-	895.303	-	-

Fonte: Siafi Operacional

6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro 23 - Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria-Executiva MDS					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2014	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	29.088	-
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	11.939.651	-	-

Unidade Concedente					
Nome: Coordenação-Geral de Logística e Administração MDS					
CNPJ: 05.756.246/0004-54		UG/GESTÃO: 550005/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2014	Contas Prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	20.472	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	3	-
		Montante Repassado	-	79.400	-
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-	
		Montante Repassado	-	-	-	
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-	
		Montante Repassado	-	-	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-	
		Montante Repassado	-	-	-	
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-	
		Montante Repassado	-	-	-	
Unidade Concedente						
Nome: Coordenação-Geral de Recursos Humanos MDS						
CNPJ: 05.756.246/0003-73		UG/GESTÃO: 550006/00001				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2014	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-	
		Montante Repassado	-	-	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-	
		Montante Repassado	-	-	-	
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	1	-	
		Montante Repassado	-	10.214	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-	
		Montante Repassado	-	-	-	
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-	
		Montante Repassado	-	-	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-	
		Montante Repassado	-	-	-	
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-	
		Montante Repassado	-	-	-	
Fonte: Siafi Operacional						

6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro 24 - Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Posição 31/12
em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Secretaria-Executiva MDS				
CNPJ: 05.526.783/0001-65		UG/GESTÃO: 550003/00001		
Exercício da Prestação das Contas		Quantitativos e Montantes Repassados		Instrumentos
				Convênios
				Contratos de Repasse
2014		Quantidade de Contas Prestadas		- -
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	- -
			Quantidade Reprovada	- -
			Quantidade de TCE	- -
			Montante Repassado (R\$)	- -
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	- -
			Montante Repassado (R\$)	- -
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	- -
			Quantidade Reprovada	- -
			Quantidade de TCE	- -
			Montante Repassado (R\$)	- -
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	- -
			Montante Repassado (R\$)	- -
2013		Quantidade de contas prestadas		- -
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	- -	- -
		Quantidade Reprovada	- -	- -
		Quantidade de TCE	- -	- -
		Montante repassado	- -	- -
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	- -	- -
		Montante repassado (R\$)	- -	- -
2012		Quantidade de Contas Prestadas		- -
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	- -	- -
		Quantidade Reprovada	- -	- -
		Quantidade de TCE	- -	- -
		Montante Repassado	- -	- -
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	- -	- -
		Montante Repassado	- -	- -
Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1	-
		Montante Repassado	11.939.651	-

Fonte: Siafi Operacional

6.5.5 Análise Crítica

Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:

Não há transferências nessa situação.

Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:

Em relação à UG 550005 – CGLA as transferências principais referem-se aos condomínios dos Blocos C e A, principalmente, em que são transferidos recursos do rateio das despesas para os Ministérios do Planejamento e Esporte, respectivamente e não sofreram alterações significativas nos últimos exercícios.

Cabe registrar que em 2014 a UG 550005 firmou vários termos de cooperação para diversas áreas do MDS, que não executam diretamente seus recursos e nem possuem servidores com tal capacitação, a fim de se otimizar os meios para minimizar os custos dessas operacionalizações, como aconteceu com a SAGI e ASCOM, por exemplo.

As demais unidades realizaram apenas um termo de cooperação cada uma em 2014, sendo que:

- UG 550006 – CGRH/MDS realizou apenas uma transferência para a Fundação Escola Nacional de Administração Público, a fim de propiciar capacitação de servidores públicos vinculados ao MDS;
- UG 550003 – SE/MDS realizou transferência para UG do Ministério das Relações Exteriores, a fim de disponibilizar tradutor para autoridades do Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional que participaram da II Conferência Internacional de Nutrição em Roma, Itália, no período de 13 a 18 de outubro de 2014.
- UG 550017 – II Projeto de Apoio ao PBF e CNDS realizou a transferência de recursos para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para apoio na realização da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD com itens para avaliação das políticas implementadas pelo MDS, a pedido da SAGI.

Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:

Há quatro situações identificadas nas Unidades Gestoras da UJ SE na prestação de contas dos termos de cooperação, sendo três ocorrências na UG 550005 – CGLA, no valor total de R\$ 69.397,71 e uma na UG 550003 – SE, no montante de R\$ 29.088,00 e essas UGs estão tomando as providências no sentido de regularizar a prestação de contas juntos aos parceiros que executaram os recursos do MDS. Cabe destacar que utilizamos como parâmetro de prazo os mesmos utilizados nos convênios.

Em relação ao acordo internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no montante de R\$ 11.939.651,00, foi registrado como convênio e tem sido tomadas providências junto ao Ministério do Planejamento para mudança da vinculação no SIASG, mas até o presente momento nos foi informado da impossibilidade de alteração, em face da não estar previsto no referido sistema.

Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2014, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;

As Unidades Gestoras da UJ SE não tem realizado transferências por meio de convênios, apenas por meio de termos de cooperação. Nesta forma de transferência a operacionalização tem sido efetuada pelas Unidades Gestoras recebedoras dos recursos. Tal procedimento tornou as operações mais eficientes.

As Unidades Gestoras da UJ SE tem apenas executado prioritariamente os contratos administrativos do MDS como um todo e para isso está com disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais. Deixando para as Secretarias finalísticas a execução por meio de convênios com entidades governamentais e não governamentais.

Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;

As Unidades Gestoras da UJ SE não tem realizado mais transferências por meio de convênios, apenas por meio de termos de cooperação. Desta forma de transferência a operacionalização se dá com o auxílio da estrutura das Unidades Gestoras recebedoras dos recursos.

Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ.

Quanto aos condomínios, as transferências são benéficas à Pasta, tendo em vista a facilidade de gerenciamento da estrutura de trabalho e vale também para os demais termos de cooperação. Já as modalidades de transferência por convênios ou contratos de repasse são válidos, mas tem sido utilizado apenas pelas áreas finalísticas responsáveis pela execução das ações finalísticas do MDS.

6.6 Suprimento de Fundos

6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

O **Quadro A.6.6.1** abaixo visa demonstrar os valores concedidos a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como a quantidade de supridos em cada modalidade, no exercício de referência e nos dois imediatamente anteriores.

Quadro 25 - Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

R\$ 1,00

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	550005	CGLA	-	-	6	1.741,23	30.000,00
2013	550005	CGLA	-	-	2	661,00	30.000,00

Fonte: Siafi Gerencial e SAA

6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro 26 - Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos

Em R\$ 1,00

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal				Total (a+b)
					Saque		Fatura		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)		
2014	550005	CGLA	-	-	6	385,00	1.356,23	1.741,23	
2013	550005	CGLA	-	-	2	-	661,00	661,00	

Fonte: Siafi Gerencial

6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Quadro 27 - Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
550005	CGLA	30	01	481,57
			16	125,00
			17	424,80
			22	108,80
			24	161,00
			26	216,00
			28	19,06
			39	100,00
			39	105,00

Fonte: Siafi Gerencial e Operacional

6.6.4 Análise Crítica

A UJ tem como norma na realização de contratos o determinado pela Lei de Licitações, e a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF da Pasta ocorreu apenas na execução nestes dois últimos anos para pagamento de despesas imediatas e de pequeníssima monta, como evidenciado nos quadros anteriores.

Como o valor de cada aquisição é inexpressivo, a contratação por processo licitatório não se justifica, isto é, pelo valor, trâmite processual, demora e custo licitatório. Portanto, fez-se necessária a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF para cobrir despesas de pequeno vulto, realizadas em caráter de urgência o que demandaria tempo se fosse submetidos ao processo normal de execução.

Para o exercício de 2014 foi pago, no cartão, o valor de R\$ 1.741,23 (mil setecentos e quarenta e um reais e vinte e três centavos), sendo R\$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais) na modalidade de saque, e R\$ 1.356,23 (mil trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e três centavos), despendido pelo portador para realização de despesas, na modalidade de fatura.

No exercício de 2013 foram pagos pelo portador do cartão de crédito R\$ 661,00 (seiscentos e sessenta e um reais). Para o exercício de referência, vários foram os períodos de aplicação e comprovação, devidamente instruídos nos termos da legislação vigente e a classificação dos gastos foram separados por elementos e subitens de despesa.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 28 - Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	180	57	36
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	1		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	179	57	36
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão*	Não há	44	42	23
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		51	9	5
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		1		0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	83	6	8
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	12	0	11
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	112	22	23
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	304	79	70

Fonte: Extrator SIAPE

* Os servidores anistiados estão incluídos na contagem de servidores de carreira vinculada ao órgão, sob a forma de adaptação, prevista na Portaria TCU nº 90-2014.

Quadro 29 - Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	179	
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	179	
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	44	
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	51	
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	83	
2. Servidores com Contratos Temporários	12	
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	112	
4. Total de Servidores (1+2+3)	303	

Fonte: Extrator SIAPE

Observação do Quadro 29 – A.7.1.1.2 – Conforme previsto no Regimento Interno, a Secretaria-Executiva - SE é um Órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome exercendo atividades caracterizadas como de área meio, ou seja, de suporte técnico administrativo. Posto isso, os servidores desta UJ

são classificados neste quadro como integralmente em termos de lotação efetiva no campo “área meio”. Ressalta-se que as atividades consideradas finalísticas são executadas por outras unidades deste Ministério.

Quadro 30 - Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	204	27	0
1.1. Cargos Natureza Especial	não há	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	203	27	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	34	1	
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	35	1	
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	não há	45	2	
1.2.4. Sem Vínculo	não há	89	23	
1.2.5. Aposentados	não há	0	0	
2. Funções Gratificadas	0	11	1	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	4		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	1		
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	não há	6	1	
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	215	28	0

Fonte: Extrator SIAPE

Análise Crítica

A proposta deste Ministério em relação ao aumento de servidores tem por objetivo a manutenção e o fortalecimento dos principais programas da Pasta, os quais têm sido ampliados, de forma significativa, nos últimos anos, especialmente após o Brasil Sem Miséria.

É importante destacar que esta Pasta tem feito gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para a realização de concurso público para atender essas demandas.

Quanto a aposentadorias, não são identificados impactos nesse momento, em razão do perfil da atual força de trabalho do Ministério, composta por servidores jovens, na maioria em início de carreira.

O número de servidores afastados não compromete a força de trabalho e tampouco causa grande impacto nas atividades desenvolvidas.

Em dezembro de 2014 havia no Ministério 33 servidores cedidos.

7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH), por meio de sua Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CODEP), tem buscado desenvolver e capacitar os servidores do MDS, de acordo com as necessidades das áreas e em observância aos critérios gerais estabelecidos pelo Governo Federal, à luz do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

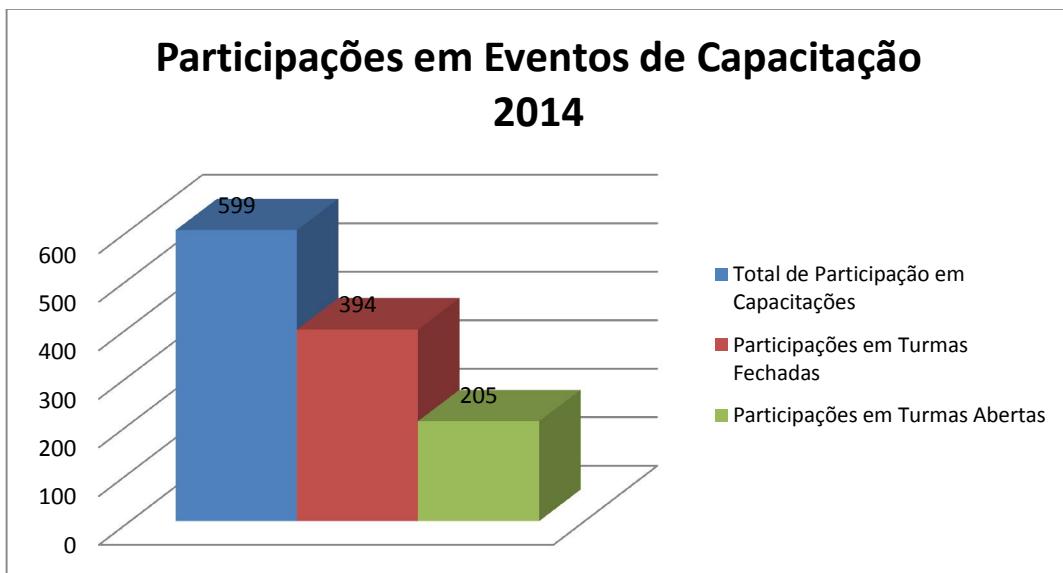
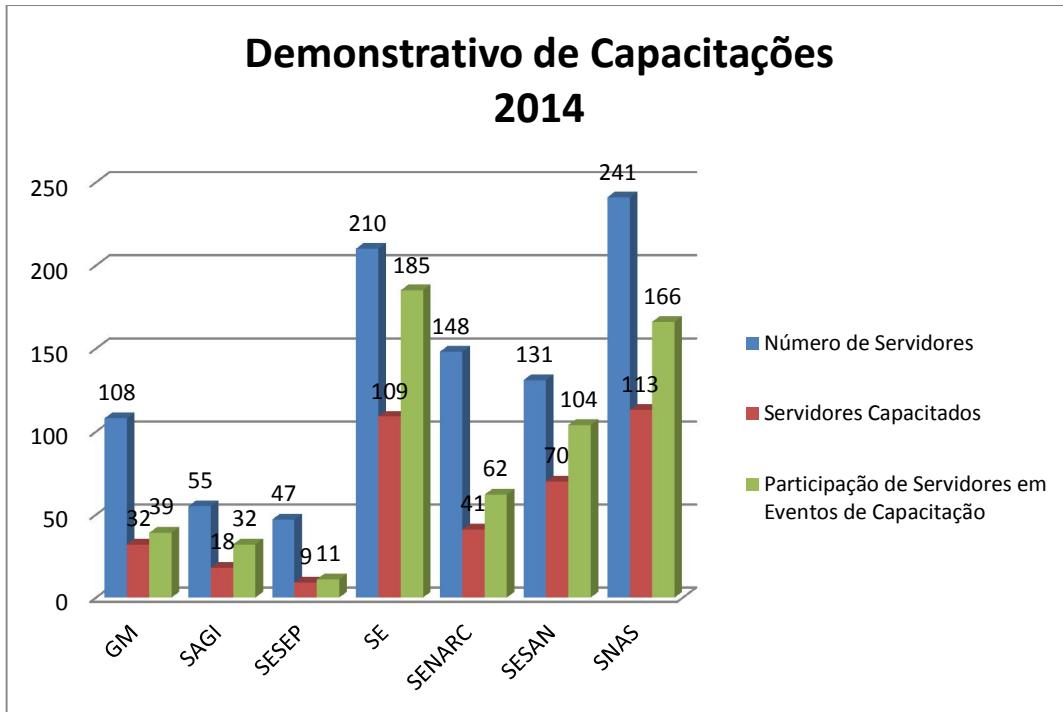
Foi disponibilizado, para o exercício de 2014, a dotação orçamentária de R\$ 450.000,00 para as ações de capacitação, com a meta física em 240 servidores para serem capacitados.

As modalidades de capacitação que mais se destacaram foram cursos presenciais, seminários, congressos, encontros e cursos em turmas fechadas, todos realizados em parceria com diversas instituições públicas e privadas.

Em 2014 foram realizadas ações de capacitação nas quais os próprios servidores atuaram como instrutores. Em regra essa alternativa se mostrou mais viável, pois permitiu a seleção de profissionais qualificados, com experiência comprovada e devidamente reconhecida pela Administração Pública Federal. Isso possibilitou a celeridade da realização das turmas e minimizou os custos, já que esses servidores foram pagos por meio da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC). Tal iniciativa também propiciou uma maior valorização e motivação dos servidores.

QUADRO RESUMO DE CAPACITAÇÕES E PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS 2014				
UNIDADE	PARTIPAÇÕES EM EVENTOS			TOTAL SERVIDORES CAPACITADOS
	TURMAS FECHADAS	CURSOS EXTERNOS	TOTAL	
GM	25	14	39	32
SAGI	14	18	32	18
SESEP	11	0	11	9
SE	94	91	185	109
SENARC	37	25	62	41
SESAN	81	23	104	70
SNAS	132	31	166	113
TOTAL	394	202	599	392

Fonte: planilhas e relatórios de controle da CODEP/CGRH



7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 31 - Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2014	320.677,56	26.723,13	8.907,71	4.476,00	3.346,92	0,00			364.131,32
	2013	320.677,56	26.723,13	8.907,71	4.545,00	3.345,40	0,00			364.198,80
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2014	335.856,40	0,00	28.123,75	12.752,64	63.885,35	21.232,18	0,00		461.850,32
	2013	2.114.564,81	540.215,65	464.724,17	153.398,82	431.317,69	20.807,60	2.755.687,55		6.480.716,29
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2014	4.050.288,93	356.590,85	129.994,60	70.857,74	38.185,13	377.958,02			5.023.875,27
	2013	1.918.703,35	226.809,79	78.382,18	18.672,77	14.610,63	257.488,47			2.514.667,19
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2014	4.554.674,12	390.582,04	206.602,78	447.250,91	143.323,00	59.959,73			5.802.392,58
	2013	4.995.557,91	432.642,75	291.681,34	452.744,43	159.024,71	57.628,98			6.389.280,12
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2014	707.563,37	0,00	128.872,57	45.355,12	103.971,43	29.102,74	747.981,77		1.762.847,00
	2013	530.926,76	0,00	96.676,48	22.370,51	88.825,92	23.660,79	531.988,15		1.294.448,61
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2014	1.462.479,67	0,00	124.677,50	132.595,67	78.652,15	0,00	0,00		1.798.404,99
	2013	1.713.301,66	0,00	136.350,01	55.925,09	100.151,26	570,00	0,00		2.006.298,02

Fonte: Extrator DW e Extrator SIAPE.

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

A CGRH realiza monitoramento de eventuais irregularidades relacionadas a pessoal e aperfeiçoa, de forma contumaz, os controles, com vistas a minimizar falhas de acompanhamento.

Deve-se salientar que, caso seja identificada alguma irregularidade ou situação relacionada aos servidores do MDS, a CGRH, de imediato, adota medidas pontuais, tais como agendamento de reuniões com os setores e com os servidores envolvidos, consultas junto ao Órgão Central de Pessoal (SIPEC/MP) e, em último caso, disponibilizando servidor para acompanhamento e resolução das demandas existentes.

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A averiguação da acumulação de cargos no Ministério é feita no momento da posse quando o servidor preenche a Declaração de Acumulação de Cargos. Além disso, anualmente, os servidores são convocados para assinar o “Formulário de Acumulação de Cargos”, no qual atesta a veracidade das informações prestadas anteriormente.

Os servidores que apresentam informação sobre outro vínculo devem assinar declaração contendo informações sobre a carga horária, a fim de verificar a compatibilidade de horário, bem como o envio de cópia do respectivo contracheque, conforme disposto na Portaria Normativa/MPOG nº 2, de 8 de novembro de 2011.

No exercício de 2014 não foi identificada nenhuma acumulação indevida, de acordo com as informações prestadas pelos servidores.

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

Quadro 32 - Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2014	2013	2012		
Executar atividades de assistência técnica em projetos e programas na área de segurança alimentar, assistência social, cidadania; verificar, acompanhar e supervisionar os processos inerentes ao Sistema Único de Saúde, ao Sistema Único de Assistência Social e aos demais programas sociais do governo federal objeto de execução descentralizada; identificar situações em desacordo com os padrões estabelecidos em normas e legislação específica, quando não sejam privativas de outras carreiras ou cargos isolados, proporcionando ações orientadoras e corretivas, promovendo a melhoria dos processos e redução dos custos; aferir resultados, considerando os planos e objetivos definidos no Sistema Único de Assistência Social e demais políticas sociais; proceder à análise e avaliação dos dados obtidos, gerando informações que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das ações e políticas sociais; apoiar e subsidiar as atividades de controle e de auditoria; e colaborar na definição de estratégias de execução das atividades de controle e avaliação, sob o aspecto da melhoria contínua e aperfeiçoamento das políticas sociais.	0	0	35	0	0
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
Visando à contínua composição do quadro próprio de pessoal do Órgão, e atuando no sentido de cumprir junto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o Termo de Conciliação Judicial celebrado pela União e Advocacia-Geral da União nos autos do Processo nº 00810.2006.017.10.00.7, junto ao Ministério Público do Trabalho, que trata da extinção dos 116 (cento e dezenesseis) postos de trabalho terceirizados em discordância com o Decreto nº 2.271, de 1997, informamos que o concurso público para Analistas Técnico de Políticas Sociais foi autorizado por meio da Portaria nº 230, de 24 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 25 de maio de 2012. E a nomeação dos servidores Analistas Técnico de Políticas Sociais para substituí-los ocorreu por meio da Portaria nº 168, de 03/07/2013, publicada no D.O.U de 04/07/2013.					

Fonte: Decreto nº 2.271, de 1997, Lei nº 12.094/2009; Portaria nº 230 de 24 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 25 de maio de 2012; Portaria nº 168, de 03/07/2013, publicada no D.O.U de 04/07/2013.

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

Quanto aos riscos identificados na gestão de pessoas, a Secretaria Executiva avalia que um aspecto chave é a retenção do conhecimento produzido pelo Ministério. Sobre o tema, quantidade total de servidores efetivos e vinculados ao MDS é uma questão fundamental. Conforme o quadro A.7.1.1.1, a força de trabalho do Ministério é composta por 1.039 servidores, dos quais apenas 351 (34%) são servidores de carreira vinculada ao órgão. . Essa situação reforça a necessidade de se fortalecer o quadro de pessoal do Ministério, o que tem sido uma preocupação permanente desta SE..

A esse respeito, cabe registrar que desde 2010 não há reposição de servidores para o cargo de agente administrativo, embora haja demanda crescente, por parte das áreas do Ministério, por cargos dessa natureza.. Do total de 194 servidores ocupantes do cargo de agente administrativo nos últimos anos, são registradas 91 vacâncias, o que, face à demanda por profissionais em atividades-meio, mostra a necessidade de se reforçar a força de trabalho nesse aspecto. Além disso, há uma preocupação, pela Secretaria Executiva, de se manter os servidores ocupantes não apenas dos cargos de agentes administrativos, mas também os servidores da carreira Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS), criada pela Lei n.º 12.094, de 19 de novembro de 2009, que são de nível superior e, portanto, de maior qualificação.

Nesse sentido, é importante destacar que esta Pasta tem feito permanentemente gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fim de preencher essas demandas de pessoal.

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Indicador 1 – Força de trabalho

Fórmula do Indicador	Quantitativo de servidores pertencentes ao quadro do Órgão, comparado com o total de servidores em folha de pagamento (dados do SIAPE)
Objetivo do indicador	Aferir o percentual de servidores efetivos pertencentes ao quadro do Órgão em relação ao total da força de trabalho do MDS (dados SIAPE)
Meta do indicador	50%
Frequência da apuração	Mensal

Percentuais apurados em 2014

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
27,97	28,17	28,68	30,26	30,43	30,28	30,70	29,92	31,40	31,12	31,11	31,19

Esse indicador informa a porcentagem de servidores efetivos do órgão em relação ao total de servidores constantes na folha de pagamento. Após o ingresso dos Analistas Técnicos de Políticas Sociais, em julho de 2013, tivemos um acréscimo de 12% de servidores efetivos no quadro do MDS.

Cumpre lembrar que o cálculo levou em consideração somente os servidores em exercício no Órgão, desconsiderando-se deste cálculo aqueles que estão cedidos a outros Órgãos da Administração Pública Federal ou Estadual.

Indicador 2 – Monitoramento da folha de pagamento

Fórmula do Indicador	Valor pago na folha de pagamento relativamente a cargos em comissão, comparado com o total de gastos bruto com a folha de pagamento de pessoal (dados do SIAPE)
Objetivo do indicador	Aferir o percentual gasto com pagamento de cargos em comissão na folha de pagamento de pessoal do Órgão (dados SIAPE)
Meta do indicador	50%
Frequência da apuração	Mensal

Percentuais apurados em 2014

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
36,65	37,10	38,41	37,21	37,99	28,33	37,21	35,85	40,29	40,76	37,87	36,21

O indicador 2 informa o percentual pago a ocupantes de cargos em comissão comparado com os gastos brutos da folha de pagamento. O percentual foi melhor do que o apresentado em 2013, devido aos novos ingressos de servidores efetivos no quadro de pessoal do Órgão.

Indicador 3 – Monitoramento de cessões

Fórmula do Indicador	Quantidade de servidores cedidos comparado com o total de servidores efetivos do Órgão (dados do SIAPE)
Objetivo do indicador	Aferir o percentual de servidores cedido em relação ao total de servidores do Órgão
Meta do indicador	10%
Frequência da apuração	Mensal

Percentuais apurados em 2014

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
11,11	10,75	11,04	10,37	9,45	10,19	9,51	10,03	10,27	10,37	10,09	10,15

O Indicador 3 informa a proporcionalidade de cessões por servidores efetivos do órgão. No exercício de 2014, na maioria dos meses o percentual ficou na meta prevista, visto que a Pasta tem mantido esforços para que os servidores efetivos permaneçam em exercício no Ministério, compondo, assim, o quadro de pessoal do Órgão.

Indicador 4 - Eficácia da meta física de CAPACITAÇÃO associada ao orçamento

Fórmula do Indicador	Quantitativo de servidores capacitados em relação à execução da dotação orçamentária disponível para o exercício (dados do SIAFI)
Objetivo do indicador	Aferir o valor gasto por servidor capacitado, visando à execução dos recursos disponibilizados para capacitação
Meta do indicador	100%
Frequência da apuração	Mensal

Percentuais apurados em 2014

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2,9	4,1	5,3	9,4	7,2	1,1	13	12,5	11,4	9,1	19,8	4,2

O indicador 4 reflete o percentual mensal de execução da dotação orçamentária global disponível para a capacitação dos servidores do MDS em ações de qualificação e desenvolvimento profissional em relação à quantidade de servidores efetivamente capacitados. No exercício de 2014, a meta física foi à capacitação de 240 servidores, dispondo do montante de R\$ 450.000,00. O setor logrou capacitar 392 servidores, ofertando 599 oportunidades de capacitação. Para os fins de verificação da eficiência do setor, leva-se em consideração o número total de oportunidades de capacitação criadas (e não somente o número de servidores capacitados), haja vista que há situações em que o mesmo servidor participa de mais de uma capacitação. Exatamente como vem acontecendo nos últimos anos, priorizou-se a realização de cursos em turmas fechadas, tendo em vista a economicidade nas contratações do setor, além do uso do pagamento de Gratificação por Encargos de Curso e Concurso (GECC) para que servidores públicos atuassem como instrutores de eventos de capacitação realizados.

Apresentamos a seguir indicadores relativos à área de assistência à saúde, utilizados no Relatório de Gestão 2012 e atualizados para o exercício de 2014.

INDICADOR 1

Indicador: Percentual de Acidente de Trabalho no âmbito da UJ em relação ao total de servidores da UJ em 2014.

Utilidade: Indica e demonstra a eficiência na gestão de recursos humanos em relação à prevenção de ocorrências de acidentes de trabalho.

Tipo: Eficiência

Método de aferição: Valor absoluto de acidentes ocorridos no âmbito da UJ com afastamento do trabalho em relação ao total de servidores da UJ.

Área responsável pelo Cálculo: CGRH/SAA/SE/MDS

Resultado do Indicador no Exercício: Nenhum acidente que poderia ser considerado como de trabalho, que indica a eficiência da UJ em exercer o seu papel na prevenção de acidentes de trabalho no período de 2014.

Análise: Apesar do tipo de ambiente de trabalho ser seguro, este MDS cuida diariamente da manutenção dos sete prédios em que estão instalados seus servidores, a fim de evitar qualquer acidente, principalmente com a colocação de placas e avisos de áreas potencialmente perigosas. Assim, estas medidas têm sido eficientes de maneira que no exercício de 2014 não tivemos nenhum acidente que poderia ser considerado desta natureza.

INDICADOR 2

Indicador: Percentual de Doenças Ocupacionais no âmbito da UJ em relação ao total de servidores da UJ em 2014.

Utilidade: Indica e demonstra a eficiência na gestão de recursos humanos em relação à prevenção de ocorrências de doenças ocupacionais.

Tipo: Eficiência

Método de aferição: Valor absoluto de afastamentos em função de doenças ocupacionais ocorridos no âmbito da UJ com afastamento do trabalho em relação ao total de servidores da UJ.

Área responsável pelo Cálculo: CGRH/SAA/SE/MDS

Resultado do Indicador no Exercício: 3,72% havendo um aumento com relação a 2013, que foi de 2,65%. Esse aumento é justificado pelo ingresso de novos servidores no quadro do MDS.

Análise: O percentual apurado de 3,72% de afastamentos que podem ser considerados decorrentes de doenças ocupacionais, não é um índice elevado considerando-se que o exercício de 2014 findou-se com um quadro de 1.030 servidores.

Cabe esclarecer que em 2014 esta Pasta ainda não estava vinculada a uma Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor, de maneira que o Ministério da Fazenda era o Órgão que homologava nossos atestados médicos no ano de 2013. Em 2014 tivemos muitas dificuldades para homologar os atestados médicos dos servidores.

Não há um controle efetivo sobre os registros de quais afastamentos são, de fato, ocasionados por doenças ocupacionais. Portanto, para apurar o índice acima levamos em conta os principais afastamentos que seriam classificados como tais.

Com relação ao quantitativo de servidores, a Pasta findou o exercício de 2014 com 1.039 servidores e contratados temporários, e a UJ - Secretaria-Executiva com 304 servidores e contratados temporários.

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro 33 - Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante												
Nome: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS												
UG/Gestão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome					CNPJ: 05.756.246/0001-01							
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	P	
					03/12/2013	03/12/2015	37	37	0	0	0	
2013	(L) Limpeza e Higiene	(E) Emergencial	Contrato nº49/2013 Processo 71000.059325/2012-99	04.944.460/0001-29	03/12/2013	03/12/2015	37	37	0	0	0	(P)
2013	(V) Vigilância Ostensiva	(O) Ordinária	Contrato nº04/2013 Processo 71000.077871/2011-21	13.277.344/0001-94	01/02/2013	01/02/2015	27	27	0	0	0	(P)

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte:COSEG

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 34 - Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS													
UG/Gestão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome					CNPJ: 05.756.246/0001-01								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natur eza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					Sit.	
					Inicio	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	1. Vigilânci a Ostensiv a	(O) Ordiná ria	Contrato nº04/2013 Processo 71000.077871/2011-21	13.277.344/0001-94	01/02/2013	01/02/2015	27	27	0	0	0	0	(P)
2012	2. Transpor te	(O) Ordiná ria	Contrato nº 38/2012 Processo 71000.075662/2011-42	08.466.488/0001-59	10/08/2012	10/04/2014	18	18	0	0	0	0	(E)
2014	2. Transpor te	(O) Ordiná ria	Contrato nº 17/2014 Processo 71000.014622/2013-96	08.295.197/0001-45	11/04/2014	11/04/2015	21	21	0	0	0	0	(A)
2009	4.Copeir agem	(O) Ordiná ria	Contrato nº 49/2009 Processo 71000.548663/2008-14	06.091.637/0001-17	24/11/2009	31/01/2015	106	106	0	0	0	0	(P)
2012	5. Recepçã o	(O) Ordiná ria	Contrato nº 24/2012 Processo 71000.548655/2008-78	72.620.735/0001-29	08/05/2012	25/08/2014	20	20	0	0	0	0	(E)
2011	9. Manuten ção de Bens Imóveis	(O) Ordiná ria	Contrato nº 01/2011 Processo 71000.012019/2010-27	08.220.952/0001-22	13/01/2011	12/01/2015	8	8	12	12	0	0	(P)
2009	10. Brigadist as	(O) Ordiná ria	Contrato nº 33/2009 Processo 71000.548661/2008-25	37.077.716/0001-05	02/09/2009	30/11/2014	18	18	0	0	0	0	(E)
2014	10. Brigadist as	(O) Ordiná ria	Contrato nº 76/2014 Processo 71000.009082/2014-18	37.077.716/0001-05	01/12/2014	01/12/2015	28	28	0	0	0	0	(A)

2013	12.	Outros	(O) Ordinária	Contrato nº 24/2013 Processo 71000.030609/ 2013-84	11.545.051/ 0001-15	16/07/ 2013	16/07/ 2015	10	0	1	0	0	0	(P)
------	-----	--------	------------------	--	------------------------	----------------	----------------	----	---	---	---	---	---	-----

Observações: (12) - Outros: Prestação de serviços gerais, compreendendo serviços de carregador e montagem de móveis e equipamentos em geral.

LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
---	---

Fonte: CETEL, COSEG, COMAP

Quadro 35 - Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Coordenação Geral de Recursos Humanos														
UG/Gestão: 550006					CNPJ: 05.756.246/0001-73									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2011	12	(O)	6	56.419.492/0001-09	07.02.2011	07.02.2015	51	51	356	355	0	0	(P)	
Observações: Não há														
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Fonte: Força de trabalho/CGRH

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Coordenação-Geral de Logística e Administração (CGLA/SAA)

Foram elencados nas tabelas os contratos de limpeza e higiene; vigilância ostensiva; de serviços de transporte de pessoas, documentos e encomendas; serviço contínuo de copeiragem; serviços de recepcionistas; serviços de engenharia e manutenção das instalações dos imóveis ocupados pelo MDS; serviços continuados de primeiros socorros por meio de bombeiros civis particulares; além de serviços gerais, compreendendo serviços de carregador para móveis e equipamentos em geral.

Os serviços de vigilância, copeiragem, manutenção de bens imóveis, brigada e serviços gerais foram prestados dentro da normalidade ao longo do ano, em conformidade com os objetos contratados e sem ocorrências na condução dos contratos ou interrupção na prestação dos serviços.

A prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários, é realizada de forma rotineira nas diferentes edificações do MDS, por meio do Contrato Administrativo nº 49/2013, firmado com a empresa Rover – Administração e Serviços LTDA em 3 de dezembro de 2013, que disponibiliza mão-de-obra distribuída em quatro dos sete edifícios em que o MDS está instalado.

A empresa responsável pelo serviço de limpeza, conservação e higienização sofreu duas penalidades de advertência em especial no que tange a ausência de insumos e equipamentos de fornecimento obrigatório e referentes ao atraso no pagamento de férias a colaboradores.

O Contrato Administrativo nº 24/2012, firmado com a empresa Ágil Serviços Especiais LTDA para prestação de serviços de recepção teve sua vigência expirada em 25 de agosto de 2014. O contrato subsequente teve de ser suspenso por ordem judicial, havendo assim, paralização na prestação dos serviços.

O Contrato Administrativo nº 17/2014, de serviço de transporte foi prestado sem interrupções ao longo do ano, mas a empresa GL Transportadora e Serviços LTDA foi notificada por não entregar uniformes no prazo estipulado. Após a notificação a situação foi regularizada e os serviços têm sido prestados em conformidade com o objeto contratado.

A principal dificuldade encontrada para a gestão dos contratos e acompanhamento dos serviços consiste na grande dispersão física do Ministério, distribuído em várias unidades, e que demanda um maior desprendimento para fiscalização e acompanhamento da execução de serviços.

As empresas prestadoras dos serviços não apresentaram dificuldades para manter os pagamentos de salários ou quaisquer direitos trabalhistas devidos, com exceção da empresa Rover – Administração e Serviços LTDA (Contrato Administrativo nº 49/2013) prestadora dos serviços de limpeza, conservação e higienização, que eventualmente apresenta atrasos pontuais de pagamentos, e quando não realizados tempestivamente são notificados e penalizados.

Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH/SAA)

A prestação de serviços de mão de obra especializada, de apoio administrativo, foi realizada em 2011, quando houve a contratação da empresa Works Construções e Serviços LTDA , a qual possui funcionários em atividade nas diversas Unidades do MDS prestando auxílio nas atividades administrativas desta Pasta.

O serviço foi prestado sem qualquer ocorrência de falta de pagamento de salários e/ou verbas trabalhistas por parte da empresa contratada.

7.2.4 Contratação de Estagiários

Quadro 36 - Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício 2014			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Bolsa de Estágio	Auxílio Transporte	Outras despesas*	TOTAL
1. Nível Superior	28	22	38	33	154903,31	43770,00	6911,67	205584,98
1.1. Área Fim	18	13	24	21	96262,36	27924,00	4788,34	128974,70
CNAS	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFNAS	6	4	6	6	31095,98	7818,00	1529,67	40443,65
SAGI	4	3	3	3	13490,53	4194,00	693,33	18377,86
SENARC	2	2	5	5	16922,53	5604,00	372,67	22899,20
SESAN	3	1	5	3	17177,32	4572,00	1256,66	23005,98
SESEP	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
SNAS	3	3	5	4	17576,00	5736,00	936,01	24248,01
1.2. Área Meio	10	9	14	12	58640,95	15846,00	2123,33	76610,28
CONJUR-GM	2	2	1	1	6449,77	1698,00	121,33	8269,10
GM	1	0	1	1	3825,47	906,00	892,67	5624,14
SAA	4	4	5	4	22684,65	6210,00	797,33	29691,98
SE	3	3	7	6	25681,06	7032,00	312,00	33025,06
SPO	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Nível Médio	22	24	27	28	62610,00	36612,00	3481,45	102703,45
2.1. Área Fim	13	15	18	20	39013,68	23598,00	2239,28	64850,96
CNAS	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFNAS	2	2	3	2	5187,14	2892,00	449,50	8528,64
SAGI	2	2	2	2	4249,47	3174,00	439,83	7863,30
SENARC	4	4	7	8	13095,38	8154,00	439,84	21689,22
SESAN	0	2	2	3	2998,61	2142,00	0,00	5140,61
SESEP	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
SNAS	5	5	4	5	13483,08	7236,00	910,11	21629,19
2.2. Área Meio	9	9	9	8	23596,32	13014,00	1242,17	37852,49
CONJUR-GM	1	1	1	1	2938,66	1458,00	0,00	4396,66
GM	2	2	2	1	5742,00	2478,00	894,17	9114,17
SAA	6	6	6	6	14915,66	9078,00	348,00	24341,66
SE	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
SPO	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (1+2)	50	46	65	61	217513,31	80382,00	10393,12	308288,43

*Acertos financeiros decorrentes de recessos não usufruídos, conforme o disposto no Art. 15, § 3º da Orientação Normativa nº 4, de 4 de julho de 2014.

Fonte: SIAPE – Relação de pagamentos dos servidores ativos em situação de estágio

Análise Crítica

O Programa de Estágio Remunerado no MDS procedeu, no ano de 2014, a todas as reformulações necessárias ao pleno atendimento do disposto na Orientação Normativa SEGEP nº 04 (ON SEGEP nº 04), publicada em 4 de julho de 2014. As adequações realizadas dizem respeito especialmente aos seguintes procedimentos:

- Mudança na concessão dos recessos remunerados ao longo do contrato de estágio: A ON SEGEP nº 04 reitera que aos estagiários é assegurado recesso de 15 dias a cada semestre de estágio, e explicita que tal recesso deve ser usufruído durante o semestre e não ao fim deste. Deste modo, os estagiários não precisam cumprir período aquisitivo para usufruto de férias, como ocorre com o trabalhador;

- Diminuição do número de documentos exigidos no ato da contratação: Do rol de documentos que os estagiários devem apresentar, foi excluída a necessidade de apresentação de atestado médico, dispensando o estagiário de um dos procedimentos admissionais comuns para o trabalhador;

- Alteração no limite de vagas ofertadas: Antes, o cálculo do quantitativo máximo de estagiários para cada órgão ou entidade tinha por base a “lotação aprovada”. Com a nova Orientação, o cálculo do quantitativo de estagiários tem por base a força de trabalho. Em termos concretos, isto significa que aumentou o rol de modalidades de vínculo com o órgão que servem para a base de cálculo, e alarga-se, portanto, o limite máximo de estagiários contratados.

Houve, em 2014, ampliação das vagas de estágio ofertadas neste Ministério, o que guarda consonância com a recém-publicada Orientação Normativa SEGEP nº 04. Havia crescente demanda por estagiários oriunda de diversas unidades do MDS, especialmente da área fim, e foi em decorrência do aumento da força de trabalho ocorrido que a ampliação das vagas de estágio tornou-se possível.

A ampliação se deu por meio do Contrato nº 45/2014, firmado entre o MDS e o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) em 10 de junho de 2014, que substituiu o Contrato nº 16/2009, também firmado com o CIEE. O novo contrato previu a criação de 55 novas vagas de estágio, que estão distribuídas pelas unidades do MDS segundo a distribuição da força de trabalho, e estão sendo gradativamente ocupadas, conforme demandas encaminhadas pelas áreas do Ministério à unidade que faz a gestão do Programa.

7.3 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

a) Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.

Foi realizado levantamento nos contratos vigentes a partir de setembro de 2011, adotando-se os devidos ajustes naqueles alcançados pelo artigo 7º da Lei nº 12.546/2011 e art. 2º do Decreto nº 7.828/2012.

b) Obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

Não foi identificado contratos encerrados cujo os efeitos da lei em comento tenha alcance.

c) Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato.

Foram promovidos ajustes nos seguintes contratos:

Número	Unidade Contratante	Nome	CNPJ	Objeto	Vigência	Valor Reduzido
47/2012	DTI	Algar Tecnologia e Consultoria	21.246.699/0001-44	Prestação dos serviços de suporte a infraestrutura de redes, bem como seus meios de comunicação sistemas funcionais e processos de execução.	27.11.2012 a 30.12.2014	R\$ 145.446,24
01/2011	CGLA	RCS Tecnologia Ltda.	08.220.952/0001-22	Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações dos imóveis ocupados pelo MDS.	13.01.2011 até a presente data	R\$ 41.452,40
11/2009	DTI	MSA Infor Sistemas e Automação Ltda.	19138940/0001-70	Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação na modalidade Fábrica de Software.	19.02.2009 até 18.05.2014	Os cálculos da desoneração da folha e os da repactuação contratual foram realizados concomitantemente, não se discriminando os valores individuais de cada um (desoneração/repactuação).

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A forma de utilização da frota de veículos segue os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 6.403/2008, na Instrução Normativa nº 3/2008-Ministério do Planejamento e nas Portarias MDS nº 35, de 14 de junho de 2004, e nº 257, de 09 de julho de 2014, que dispõem sobre o serviço de transporte oficial e terceirizado no âmbito do Ministério.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Devido à estrutura organizacional do MDS, cujas Secretarias estão instaladas em 7 locais distintos no Plano Piloto, as demandas diárias requerem o transporte de servidores para esses locais durante todo o horário de expediente, necessidade essa decorrente das próprias atividades de cada Secretaria. Essa descentralização das unidades de trabalho apresenta uma demanda de grande porte e constante, razão pela qual o Serviço de Transporte neste Ministério torna-se importante e imprescindível para a execução das atividades das unidades de trabalho do Ministério.

Para atender a demanda de todas as Secretarias o Serviço de Transporte utiliza a frota própria do MDS composta de 13 veículos em circulação, considerando veículos de representação, veículos de transporte institucional e utilitários para diversas finalidades.

Em complemento à frota própria, o Serviço conta ainda com a prestação de serviços de transporte por empresa terceirizada no total de 21 veículos, sendo 15 veículos básicos para a necessidade diária e 6 veículos executivos utilizados para atender Gabinetes.

Para o transporte de bens do ativo imobilizado, pequenas cargas e atendimento em geral ao Setor de Almoxarifado, e ainda para atendimento aos diversos eventos programados ao longo do ano, requeridos pelas Secretarias, temos a prestação de serviços por empresa terceirizada compreendendo serviços de transporte de passageiros para eventos (Vans) e cargas (caminhonete e caminhão).

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Estão em uso 13 veículos pertencentes à frota própria deste MDS, a saber:

REPRESENTAÇÃO

01 FIAT LINEA – para atendimento a MINISTRA

INSTITUCIONAL

01 FIAT LINEA para SECRETARIA-EXECUTIVA, 02 FORD FOCUS – 01 para atendimento do Gabinete da Ministra em geral e carro reserva.

01 FIESTA – 05 FIAT UNO – 01 SANTANA – 01 FORD COURRIER – 01 GM CORSA (Veículo fora de uso) – 02 VW KOMBI (01 Kombi está fora de uso), veículos para transporte institucional diversos.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

- Veículos de Representação 01 veículo: 24.373 Km
- Veículos Transporte Institucional – Média anual 13 veículos = 187.808 Km (01 GM Corsa e 01 VW estão fora de uso).

Média anual por veículo= 15.656 Km

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

- Veículos de Representação - 06 anos
- Veículos Transporte Institucional – 8,8 anos

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

- Licenciamento e Seguro obrigatório – R\$ 2.238,13 anual para todos os veículos.
- Gastos com Manutenção dos Veículos – R\$ 17.395,20 para todos os veículos.
- Gastos com combustíveis - R\$ 48.513,11 anual para todos os veículos.

g) Plano de substituição da frota;

Será elaborado plano de substituição da frota oficial deste Ministério, haja vista que os carros existentes vêm apresentando altos custos de manutenção.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Quando da formação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2004, houve inicialmente decisão por aquisição de veículos para atender Gabinete do Ministro e Secretaria-Executiva. Em 2009, o MDS adquiriu 02 (Fiat Linea), para substituir veículos usados (Ford Focus) e atender demandas de outras Secretarias.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

- Servidor designado para autorizar a utilização dos serviços e requisitar o transporte mediante preenchimento e assinatura dos formulários apropriados para a solicitação dos veículos.
- Ficha de requisição de transporte contendo: Nome do usuário, Setor de Trabalho, Itinerário, Veículo/Placa, Nome do motorista, Quilometragem, Saída e Chegada, Horário de Saída e chegada.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;

A terceirização de frota de veículos fez-se necessária, em face da quantidade insuficiente de carros próprios para atender os deslocamentos de autoridades, de servidores em serviço e de transporte de documentos e materiais.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;

GVP – AUTO LOCADORA & SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 08.466.488/0001-59

(01 de Janeiro a 10 de Abril de 2014)

GL TRANSPORTADORA E SERVIÇOS LTDA - ME - CNPJ: 08.295.197/0001-45 (11 de Abril a 31 de Dezembro de 2014)

INVESTICAR VEICULOS LTDA. - CNPJ: 01.615.224/0001-70 (Janeiro à Dezembro de 2014).

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

GVP – AUTO LOCADORA & SERVIÇOS LTDA CNPJ: 08.466.488/0001-59

(01 de Janeiro a 10 de Abril de 2014)

Objeto: prestação de serviços de locação de veículos de pequeno e médio porte, aferido por quilômetros rodados, incluindo combustível, motorista habilitado e todos os encargos para a execução dos

serviços, para o transporte de pessoas, documentos, encomendas, e pequenas cargas no Distrito Federal e Entorno, para atender as necessidades do MDS.

Contrato nº 38/2012 Processo nº 71000.075662/2011-42

Inicio: 10/08/2012 – Término: 10/04/2014.

12 veículos básicos e 06 veículos executivos.

Valor anual contratado: 701.568,00

Valor gasto: R\$ 300.082,77

GL TRANSPORTADORA E SERVIÇOS LTDA - ME - CNPJ: 08.295.197/0001-45 (11 de Abril a 31 de Dezembro de 2014).

Objeto: prestação de serviços de locação de veículos de pequeno e médio porte, aferido por quilômetros rodados, incluindo combustível, motorista habilitado e todos os encargos para a execução dos serviços, para o transporte de pessoas, documentos, encomendas, e pequenas cargas no Distrito Federal e Entorno, para atender as necessidades do MDS.

Contrato nº 17/2014 Processo nº 71000.075662/2011-42

Inicio: 11/04/2014 – Término: 11/04/2015.

15 veículos básicos e 06 veículos executivos.

Valor anual contratado: R\$ 1.571.580,00

Valor gasto: R\$ 1.115.592,19

INVESTICAR VEICULOS LTDA. CNPJ: 01.615.224/0001-70

Objeto: prestação de serviços de locação de veículos de médio e grande porte, aferidos por diárias, incluindo combustível, motorista habilitado e todos os encargos para a execução dos serviços, para o transporte de pessoas documentos, encomendas, e pequenas cargas no Distrito Federal e Entorno, para atender as necessidades do MDS.

Contrato nº 39/2012 Processo nº 71000.075662/2011-42

Inicio: 10/08/2012 – Término: 10/08/2015

Veículos tipo: VAN, CAMINHONETE, CAMINHÃO BAÚ.

Valor anual contratado: 229.918,80

Valor gasto: R\$ 54.951,50

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Portarias MDS nº 35, de 14 de junho de 2004, e nº 257, de 9 de julho de 2014 - Dispõem sobre o serviço de transporte oficial e terceirizado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Para atendimento aos serviços de transporte de acordo com as demandas de cada Secretaria para todos os locais (7 prédios), no Plano Piloto, necessários ao funcionamento do MDS, bem como para transporte de Passageiros – Vans (Eventos), e Caminhonete/Caminhão para transporte de cargas e atendimentos às rotinas do Setor de Patrimônio e Almoxarifado.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

- 06 Veículos Executivos
- 15 Veículos Básicos

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;

Veículos Executivos – Km rodados anual = 43.695 Km – Media anual por veículo = 7.282 Km;

Veículos Básicos – Km rodados anual = 189.883 Km – Media anual por veículo = 12.658 Km.

h) Idade média anual, por grupo de veículos;

- Idade media da frota veículos executivos – 2013/2014
- Idade media da frota veículos básicos – 2013

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;

Os custos estão incluídos no contrato firmado.

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

- Servidor designado para autorizar a utilização dos serviços e requisitar o transporte mediante preenchimento e assinatura dos formulários apropriados para a solicitação dos veículos.
- Ficha de requisição de transporte contendo: Nome do usuário, Setor de Trabalho, Itinerário, Veículo/Placa, Nome do motorista, Quilometragem, Saída e Chegada, Horário de Saída e chegada.

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 37 - Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	Distrito Federal	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro 38 - Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
	97.0127261.500-7	10	8	872.913,65	14/03/2015			
Total							0,00	0,00

Fonte: Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal.
 Nota explicativa: Em processo de cessão, terreno destinado à futura SEDE do MDS, localizado por Lote nº03, da Quadra 01, do Setor de Administração Federal Sul, Brasília - DF, medindo 69,52m pelos lados norte e sul e 137m pelos lados leste e oeste, perfazendo a área de 9.524,24m².

8.2.4 Análise Crítica

O terreno localizado no anexo ao Bloco C da Esplanada encontra-se cedido pela SPU/DF ao MDS. A construção do novo prédio no terreno está em fase de análise do projeto elaborado pelo escritório Oscar Niemeyer.

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 39 - Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	Distrito Federal	3	3
	Brasília	3	3
	Subtotal Brasil	3	3
EXTERIOR		0	0
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	3	3

Fonte: CGLA/SAA

Nota explicativa: Atualmente o MDS, está distribuído em 03 (três) imóveis locados de terceiros, conforme endereços abaixo:

1) Edifício Ômega: SEP/Norte 515 Bloco B

2) Edifício FNAS: SAF/SUL Quadra 02 Lote 08 Bloco H

3) Edifício SAAN: SAAN Quadra 04 Lote 916

Análise Crítica:

Existe a necessidade da locação de imóveis, haja vista a quantidade de área nos imóveis da União sob responsabilidade do MDS não ser suficiente para abrigar todos os colaboradores do órgão.

Quanto à forma de tratamento dos gastos, informa-se que a manutenção dos imóveis locados de terceiros é de responsabilidade do MDS. Para esse tipo de serviço, foi celebrado o contrato nº 01/2011 com a RCS Engenharia, cujo objeto é a manutenção preventiva e corretiva das instalações do MDS em Brasília, incluindo os imóveis locados de terceiros.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

O MDS interage com os Estados, os municípios e o DF por meio de sistemas de informação, pelos quais é possível trocar, gerenciar e controlar dados de informação. Em 2014, foram utilizados os sistemas listados abaixo:

Nome do Sistema	Descrição
SIAIN - Sistema de Acompanhamento e Controle de Programas de Cooperação	Sistema de acompanhamento e controle de programas de cooperação e acordo de empréstimos que o MDS mantém junto aos órgãos internacionais como PNUD, BID, Banco Mundial etc. A aplicação consiste de oito módulos conforme diagrama de deployment a seguir. Trata-se de uma aplicação com interface web que permite o planejamento, a execução bem como o acompanhamento e o monitoramento dos acordos de empréstimos oriundos de organismos internacionais de financiamento, cuja persistência será feita através de banco de dados a ser definido. O sistema poderá ser acessado tanto da rede interna do MDS como de qualquer outro computador conectado à internet. Será utilizada uma conexão segura via HTTPS. A autenticação do usuário será realizada via acesso ao Active Directory (AD) por meio do protocolo LDAP para verificar se o usuário tem permissão de acesso na rede do MDS.
SIEXP - Sistema de Expedição	Gerenciado pela equipe de Coordenação de Documentação e Arquivo do MDS para controle e gerenciamento de correspondências que entram e saem do órgão. A ferramenta propicia aos usuários das unidades o cadastramento prévio dos dados de postagem com uma consulta a uma base de CEP's atualizada fornecida pelos CORREIOS, minimizando assim, os erros de endereçamento. Possibilita o gerenciamento e rastreamento das postagens, via Internet dos objetos postados, tanto pelos usuários do Protocolo que gerenciariam as demandas quanto pelas as unidades do MDS que visualizarão todo o andamento desde as ações do protocolo até a chegada do objeto ao seu destinatário.
Sistema de Controle de Contratos	A ferramenta gerencia todos os contratos do MDS relacionados a prestação e contratação de serviços do órgão.
AVADES - Avaliação de Desempenho	A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho do órgão no alcance dos objetivos organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e características específicas compatíveis com as suas atividades. A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo, com foco na contribuição individual para o alcance das metas organizacionais
SISCONTEL - Sistema de Controle de Telefonia	Sistema para o acompanhamento dos gastos com telefonia do MDS.
SISPRO - Sistema de Protocolo	Ferramenta capaz de auxiliar a captação de informações sobre o andamento das postagens e garantir maior segurança no acompanhamento da tramitação da documentação no âmbito do MDS, tornando as ações mais eficientes, tanto para os gestores quanto para os usuários do Ministério.
SISFOMENTO	Sistema para execução e acompanhamento do programa de fomento às atividades produtivas e rurais.
CISTERNAS	Controla as informações da construção de cisternas sendo acessado internamente e por municípios.
SISEPAN - Sistema de Informações dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Sistema para execução do programa e acompanhamento das rotinas dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.
SISPAA - Sistema de Acompanhamento do Programa de	O SISPAA deverá promover a integração eletrônica de dados da execução direta de Estados e Municípios no Sistema e recepção de dados da execução da Conab, realizando o acompanhamento e fiscalização da aquisição e distribuição de alimentos, bem como a geração de folha de pagamento aos fornecedores agricultores, os procedimentos para cálculo de remuneração de serviços dos executores

Aquisição de Alimentos da SESAN	e prestação de contas relativas ao PAA.
SISTAC - Sistema de Isenção de Taxa de Concurso	Sistema de Isenção de Taxas de Concursos, criado pela Secretaria Nacional de Renda e de Cidadania (SENARC), tem por objetivo realizar a consulta dos candidatos na Base Nacional do CadÚnico, a fim de conceder o benefício da isenção da Taxa de Concursos às pessoas cadastradas e com o perfil de renda familiar de meio salário mínimo per capita ou até três (3) salários mínimos.
SIMAC - Sistema de Monitoramento, Acompanhamento e Atualização Cadastral - Processamento	O sistema possibilita ao usuário executar de forma simplificada qualquer novo processamento de auditoria, podendo criar e monitorar novos públicos, gerar relatórios gerenciais, listas atualizadas para os municípios e arquivos como o de Manutenção de Benefícios e de Mensagens no Extrato.
SIGPBF SIGAF - Sistema de Gestão do Acompanhamento e Fiscalização do Programa Bolsa Família	Responsável por gerenciar, armazenar e operacionalizar as atividades de acompanhamento, fiscalização e controle previstos nas ações de sustentação do PBF, atendendo aos diversos órgãos envolvidos. Entre suas premissas deve garantir o monitoramento e controle das ações voltadas à execução do Programa Bolsa Família em parceria com as instituições de controle interno e externo do Poder Executivo.
SIGPBF_Guardião V7	E uma ferramenta que visa prestar informações tempestivas sobre a Disponibilidade e a Performance de acesso ao Sistema do Cadastro Único - Versão 7. A consulta sobre a disponibilidade do Sistema é realizada automaticamente a cada 05 minutos entre 7h00 e 21h00 diariamente.
OBSERVATÓRIO	O Observatório de Boas Práticas na Gestão foi criado em 2007 com o objetivo de reunir e divulgar as boas práticas na gestão do Programa Bolsa Família desenvolvidas pelos estados e municípios, apoiar a constituição de uma rede de gestores que atuam na implementação e no acompanhamento do Programa e, busca ainda, promover e incentivar a adoção de novas estratégias de gestão, implementação, monitoramento e integração.
SISRH - Sistema de registro de folha de ponto da Senarc	O objetivo do sistema é possibilitar a gestão de pessoas da Senarc. Através do sistema é possível cadastrar pessoas, cargos, lotação, informações referentes às pessoas e aos cargos, além de gerar relatórios personalizados.
SISFIS - Sistema de Fiscalização	Ferramenta de controle que visa modernizar e aperfeiçoar a gestão de informações referentes à fiscalização, utilizada pela Coordenação Geral de Acompanhamento e Fiscalização. O sistema permite o controle e o acompanhamento dos processos da área de fiscalização relacionados às denúncias recebidas sobre irregularidades no Programa Bolsa Família. O sistema permite o cadastro de ofícios, denúncias e o registro da análise do processo. Todo o ciclo de vida da denúncia é registrado no sistema.
SISMAC - Sistema de Monitoramento e Acompanhamento Cadastral – SIMAC Questionário	Permite a aplicação de questionários online, possibilitando aos gestores municipais e ao MDS uma visão eficaz de monitoramento e identificação de indícios de irregularidades.
SICON - Sistema de Condicionalidades	O Sistema de Condicionalidades – SICON permite o acompanhamento das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Através dele, o MDS acompanha se os beneficiários estão cumprindo as condições estabelecidas pelo PBF nas áreas de saúde, educação e assistência social. O principal objetivo é, através do acompanhamento, identificar as famílias vulneráveis, para que a assistência social possa dar as orientações necessárias.
SIGPBF - Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família	O Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família - SIGPBF é um sistema de gestão destinado, especificamente, aos Gestores e Técnicos municipais e Coordenadores e Técnicos estaduais que trabalham na gestão do PBF. Porém, outros grupos que participam do processo de gestão também podem fazer uso desta ferramenta, tais como: os órgãos de controle, as Instâncias de Controle Social, os cidadãos e os beneficiários que buscam obter informações sobre a gestão local.
Ensino à Distância	EAD é o portal de Capacitação à Distância do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre o SIGPBF, gerenciado pela equipe de capacitação da SENARC, onde são veiculados cursos de capacitação à distância autoinstrucionais, ou seja, sem o apoio de tutoria especializada para o estudo de conteúdo.
SISFAF - Sistema de Repasse Fundo a Fundo	Auxilia no controle dos repasses de recursos financeiros do SUAS por intermédio do Fundo Nacional de Assistência Social aos Fundos Estaduais e Municipais de assistência social.
SISCONFERÊNCIA	O sistema tem a finalidade de aferir a situação atual da Assistência Social e propor novas diretrizes

- Sistema Integrado da Conferencia Nacional de Assistência Social	para o seu aperfeiçoamento.
WebService-CADSUAS Client	Permite ao Censo SUAS integrar com a autenticação SAA e sincronizar com os dados do CADSUAS.
SECP - Sistema de Emissão de Comprovante de Protocolo	Responsável pelo processamento dos pagamentos do SUAS que integrado ao SIAFI e banco do brasil. Principal fonte de informações SUAS
SEGFAF	Sistema responsável pelo processamentos dos pagamento do SUAS que integrado ao SIAFI e Banco do Brasil. Principal fonte de informações SUAS
Módulo de Acompanhamento Estados	Sistema de desenvolvimento interno da DTI. Este sistema atende a vistoria que os estados realizam nos serviços ofertados nos municípios brasileiros.
SAA - Sistema de Autenticação e Autorização	O SAA – Sistema de autenticação e autorização de acessos é um módulo com uma interface de menus, funções e relatórios para gestão de usuários de sistemas da rede do MDS. É disponível também para os usuários comuns que poderão executar a auto-recuperação de senha e o cadastro de informações pessoais/administrativas.
SIGPC - Sistema Gerencial de Prestação de Contas	O processo de trabalho que envolve a Coordenação Geral de Prestação de Contas (CGPC) do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) inicia-se após o preenchimento anual das informações pelos municípios no Demonstrativo, que é o instrumento de prestação de contas do cofinanciamento federal dos serviços de ação continuada.
Carteira do Idoso	Responsável pelas atividades de gerenciamento e controle do Programa Carteira do Idoso
Sistema de Adesão ao Programa BPC na Escola	Responsável pelas atividades de adesão, gerenciamento e controle do Programa BPC na Escola
SAA WEB GESTÃO - Sistema de Autenticação de Usuários	O SAA - Sistema de autenticação e autorização de acessos é um módulo com uma interface de menus, funções e relatórios para gestão de usuários de sistemas da rede do MDS. É disponível também para os usuários comuns que poderão executar a auto recuperação de senha e o cadastro de informações pessoais administrativos. É o sistema que faz a gestão de usuários, perfis e permissões. Para acessar os sistemas da Rede SUAS, entre outros do MDS, o usuário precisa estar cadastrado nele, com os devidos perfis vinculados.
SUASWEB NOB	O SuasWeb é uma ferramenta criada para agilizar a transferência regular e automática de recursos financeiros do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os fundos estaduais, municipais e do Distrito Federal. Compreende informações sobre contas-correntes, saldos, repasses e cadastros. Traz, ainda, os Planos de Ação e os Demonstrativos Sintéticos de Execução Físico-Financeira.
SUAS Plano Demonstrativo	Instrumento de prestação de contas do cofinanciamento federal dos serviços continuados de Assistência Social, disponibilizado para preenchimento por meio de ferramenta eletrônica. (Via internet). Os módulos “Planos” e “Demonstrativos” devem abranger: Plano de Ação Anual, do Demonstrativo Sintético Físico Financeiro, contendo informações essenciais para gestores. O sistema deverá ser aberto para o preenchimento por parte dos gestores e para a aprovação do Plano e Demonstrativo pelo Conselho de Assistência.
SISPETI	Sistema que controla e acompanha a frequência mensal mínima de 85% das crianças e dos adolescentes do PETI, participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV - e/ou dos demais serviços da Rede de Promoção e Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes.
CERTIFICAÇÃO SUAS	O sistema automatiza a rotina de trabalho e as decisões, gerar informações e controle dos processos de inscrição de entidades e organizações de assistência social ou de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, cadastramento de entidades, aferição do pertencimento das entidades à rede socioassistencial e do vínculo SUAS, certificação de entidades benfeitoras de assistência social que são do MDS.
SISC - Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	Instrumento de acompanhamento e gestão, pelo MDS, do serviço que é prestado pelos municípios aos usuários, gerando informações para o cofinanciamento e atendendo as necessidades de organização e administração da prestação de serviço.
SISDILIGÊNCIA -	Este sistema tem como finalidade controle de diligências da SNAS.

Sistema de Diligências	
Portal CNAS	Importante instrumento do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para divulgação de suas informações. Nele, além de disponibilizar as notícias sobre matérias de interesse da Política de Assistência Social e o acompanhamento dos recursos orçamentários e financeiros da assistência social, colocamos documentos importantes para capacitação e boas práticas por parte dos Conselhos de Assistência Social.
SICNAS - Sistema de Informações do Conselho Nacional de Assistência Social	Sistema de gestão de processos do Conselho Nacional de Assistência Social. Seu principal objetivo é tornar públicas as informações referentes à situação e tramitação de processos junto ao Conselho.
Cadastro Nacional do SUAS	O sistema tem por principal objetivo manter cadastros dos diversos tipos de entes que são tratados dentro do ambiente do MDS. São estes: órgãos governamentais que integram a Rede Sócio Assistencial Pública e Rede Sócio Assistencial Privada. Este sistema funciona como uma fonte de informações para diversos outros sistemas do MDS.
SIAORC - Sistema de Acompanhamento Orçamentário	Sistema integrado com o SIAFI que auxilia o gerenciamento da dotação disponível e emissão dos empenhos e seus saldos. Esse sistema subsidia o SISFAF e SISCON
SIGBPC - SIG Benefício De Prestação Continuada	Responsável pelas atividades de, gerenciamento e controle do Programa BPC
SISDOC - Sistema de controle de documento	O SISDOC controla documentos que entram e saem do Gabinete/SNAS, bem como, o efetivo acompanhamento dos documentos que possuem prazos, oriundos, em especial, do Gabinete da Ministra, Secretaria-Executiva, CONJUR etc.
Novo SUASWEB	O sistema SUASweb é uma aplicação para agilizar a transferência regular e automática de recursos financeiros do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os Fundos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais.
SISJOVEM	É um sistema de acompanhamento e gestão do Projovem Adolescente. Ele fornece aos gestores de assistência social das três esferas de governo informações detalhadas e consolidadas sobre a execução deste serviço socioeducativo. O sistema possibilita o acompanhamento on-line das principais regras estabelecidas para a oferta do serviço e subsidia as tomadas de decisão.
OTRS - Open Technology Real Services	O sistema OTRS – Open Technology Real Services tem a finalidade de fornecer as ferramentas necessárias para oferecer um serviço superior a seus clientes. Construir relações mais fortes, duradouras e ganhar uma vantagem competitiva e sólida com a funcionalidade Help Desk.
Sistema de Cooperação Internacional	Abriga as informações de cada país membro da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) sobre políticas, programas e ações que possam ser ofertados e demandados em projetos de cooperação entre os países envolvidos.
Prêmio Mercosul social	Sistema para execução e acompanhamento do Prêmio Mercosul Social.
SISCP - Sistema de Controle Orçamentário de Publicidade	O sistema tem como objetivo principal fazer todo o controle dos recursos financeiros gastos com o contrato com a agência de publicidade que atende ao MDS. Este sistema além do controle deve também gerar vários tipos de relatórios.
SEI - Serviço de Envio de Correspondência	Sistema de controle de contratos para envio de informações.
Portal Carta ao Cidadão	Portal CARTA ao CIDADÃO visa a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão.
Portal Brasil sem Miséria	Portal BSM – Portal Brasil Sem Miséria – Ferramenta de gerenciamento de conteúdo, administrada pela equipe de comunicação eletrônica da ASCOM, para dar divulgação ao Plano do Governo Federal - Brasil sem Miséria.
PORTAL MDS	Portal MDS – Ferramenta de gerenciamento de conteúdo, administrada pela equipe de comunicação eletrônica da ASCOM, para dar divulgação das ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Portal Intranet	A ferramenta é um canal exclusivo de comunicação para aproximadamente 1600 usuários entre servidores e terceirizados. É através deste canal que as áreas e usuários disponibilizam informações

	de interesse comum. Além de promover fácil acesso à notícias, formulários, documentos e informativos a intranet também provê serviços úteis que agilizam o dia a dia de seus usuários.
Portal Fome Zero	O Portal foi desenvolvido para divulgação das ações do governo relacionadas ao Programa Fome Zero.

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do MDS é responsável pelos contratos de serviços relacionados às atividades de Tecnologia da Informação. Em 2014, foram adquiridos bens e contratados serviços elencados na tabela abaixo:

Quadro 40 - Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

R\$ 1,00

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valores Desembolsados 2014 (R\$)
			CNPJ	Denominação		
51/2014	Infovia	06/2014 a 06/2015	33.683.111/0002-80	SERPRO	650.400	325.200
11/13	Infovia	01/2014 a 06/2014	33.683.111/0001-07	SERPRO	852.600	404.700
34/2010	Manutenção Z10	07/2014 a 07/2015	33.372.251/0001-56	IBM	348.000	304.500
41/2010	Z/VM-Z/LINUX	11/2013 a 11/2014	33.372.251/0001-56	IBM	662.887	232.629
47/2012	Supporte de Infraestrutura de Redes	11/2013 a 11/2014	21.246.699/0031-60	ALGAR	1.802.958	1.764.146
51/2013	Fornecimento de Certificado Digital, incluindo a prestação de suporte técnico	12/2013 a 12/2014	33683111/0002-80	SERPRO	7.648	0
69/2012	Servidores Blade IBM	12/12 a 2012/2015	72645872/0001-18	CTX	164.500	137.083
70/2012	Manutenção corretiva e preventiva Storage	12/2012 a 12/2015	1493693621-16	HITACHI DATA	517.528	474.400
01/14	Licenças de Software Temporário Microsoft	01/2014 a 01/2015	01.516.575/0001-90	COMPUSOFT WARE	1.810.000	1.810.000
09/13	Central de Serviço _SD	02/2014 a 02/2015	21.246.699/0031-60	ALGAR	1.074.995	904.011
25/2013	Data Center	07/2013 a 07/2018	33683111/0001-07	SERPRO	14.290.754	11.683.314

44/2014	VMWARE	06/2014 a 06/2015	10646995/0001-16	DCL	3.100.992	2.853.242
27/2014	Firewall Checkpoint	04/2014 a 04/2015	09137728/0001-34	NTSEC	1.956.686	1.637.135
10/12	Armazenamento de Dados (1)	2/2012 a 02/2015	05.510.654/0005-02	SYNOS	1.569.894	31.398
44/2012	Serviço de suporte técnico e atualização de versão do fabricante para licenças flutuantes do software de modelagem de dados	04/14 a 04/2015	65.599.953/0004-06	C P M BRAXIS	31.047	15.523
31/2014	SERV.SUP.TEC. ORACLE SOA	05/14 a 05/2015	59.456.277/0001-76	ORACLE	660.900	0
52/2014	TERADATA - Suporte técnico, atualizado de versões e garantia	07/14 a 07/2015	01.705.972/0001-44	Maxtera Tecnologia, Sistemas e Comércio LTDA.	760.000	253.333
30/2014	SERV.ADM. BANCO DE DADOS	05/14 a 05/2015	05.085.461/0001-28	Data Info Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.	2.620.000	714.319
56/2014	Suporte técnico a ferramenta de ajuste fino (tuning) de banco de dados (Trade Up)	08/14 a 08/2015	33.372.251/0062-78	IBM BRASIL INDÚSTRIA	230.316	0

06/14	Serviços especializados de operação assistida e transferência de conhecimento tecnológico para o ambiente analítico.	02/14 a 02/2015	01.705.972/0001-44	Maxtera Tecnologia, Sistemas e Comércio LTDA.	4.596.000	2.323.968
62/2014	Licença de Modelagem de Dados (Power Designer)	09/14 a 09/2015	03.143.181/0001-01	CAST INFORMÁTICA	279.000	279.000
78/2014	DATASTAGE – Aquisição de licenças complementares e suporte Técnico.	12/14 A 12/2015	33.372.251/0062-78	IBM BRASIL INDÚSTRIA	465.222	0
65/2014	QLICKVIEW (2)	10/14 a 10/2017	08.689.089/0001-57	TOCCATO TECNOLOGIA EM SISTEMAS	1.088.414	447.506
11/09	FABRICA DE SOFTWARE	02/2013 a 02/2014	19.138.940/0001-70	SPREAD Sistemas e Automação Ltda	10.246.597	345.318
46/2014	FABRICA DE SOFTWARE	06/2014 a 06/2015	19.138.940/0001-70	SPREAD Sistemas e Automação Ltda.	9.540.000	64.978
20/2013	Impressão Coorporativa	06/2013 a 06/2014	07.432.517/0001-07	SIMPRESS	488.865,60	488.865,60
52/2013	Batimento do Cadastro Único	12/2013 a 12/2014	42.222.253/0001-01	DATAPREV	1.500.000,00	0,00

30/2013	Serviços de mensuração das demandas executadas pela fábrica de software, na modalidade de Fábrica de Métrica e Mensuração de Demandas.	09/2014 a 09/2015	04.718.005/0001-05	TI MÉTRICAS SEVIÇOS	123.750	62.404
73/2014	Aquisição de licenças do SGBD ORACLE, incluindo Suporte e atualização de versões com garantia de 12 meses	10/2014 a 10/2015	03.143.181/0001-01	CAST INFORMATICA S.A.	2.567.984	2.567.984
Pregão 40/2013	Aquisição de NOTEBOOKS (3)	N/A	01.590.728/0002-64	MICROTÉCNICA	287.299	285.001
Pregão 40/2013	Aquisição de ESTAÇÃO DE TRABALHO /ANTIVIRUS CORPORATIVO (3)	N/A	18.932.864/0001-07	SYSTECH SOFTWARES EIRELI - ME	264.000	258.720
ATA_Pregão 38/2013	Aquisição de 36 monitores de LED	N/A	00.708.768/0001-14	Start Up Comércio e Serviços Ltda	133.884	133.884
ATA_Pregão 38/2013	Aquisição de 02 suportes de parede para televisores/monitores.	N/A	14.475.201/0001-50	M&C Comércio e Soluções de Equipamentos Ltda - ME	165	165

ATA_Pregão 38/2013	Aquisição de 31 suportes de chão para televisores/monitores.	N/A	09.408.892/0001-39	Suportes e Complementos Comércio de Áudio, Vídeo e Tecnologia ME	23.560	23.600
-----------------------	--	-----	--------------------	--	--------	--------

* 1 A aquisição foi paga em 2012, o valor pago em 2014 refere-se ao suporte.

*2 O valor refere-se aos 3 anos contratados.

*3 Foi indicada a aplicação de multa por atraso na entrega dos equipamentos.

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Quadro 41 - Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		X
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		X

Considerações Gerais:

Está sendo feita pela Comissão uma adequação do PLS a fim de publicizar seus resultados, o que será disponibilizado oportunamente.

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 42 - Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada							
Denominação Completa				Código SIORG			
Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome				72571			
Deliberações do TCU							
Deliberações Expedidas pelo TCU							
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida		
01	011.248/2014-9	2382/2014	9.1	Recomendação	-		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação							
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome				Código SIORG			
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome				1945			
Descrição da Deliberação							
<p>9.1.1. partindo dos painéis de indicadores sugeridos pela Secex-Previdência no presente trabalho e das considerações lançadas por aquela unidade técnica especializada, procure aperfeiçoar os indicadores atinentes à Função Assistência Social constantes do Plano Plurianual e dos relatórios de gestão de suas Secretarias;</p> <p>9.1.2. promova estudos no sentido de identificar ações e indicadores que possam auxiliar e incentivar a emancipação dos beneficiários do Programa Bolsa Família;</p> <p>9.1.3. promova estudos no sentido de incentivar os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especial de Assistência Social (CREAS) a buscarem maior eficiência de atuação, como, por exemplo, realizando o intercâmbio de boas práticas e orientando a atuação desses centros a partir de diagnóstico prévio da situação local em que prestam os serviços;</p>							
Providências Adotadas							
Setor Responsável pela Implementação							
Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome				Código SIORG			
Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome				72571			
Síntese da Providência Adotada							
O Ministério apresentou embargos de declaração ao Acórdão citado, compreendendo a existência de omissões, contradições e obscuridades na decisão, abrangendo os três itens mencionados.							
Síntese dos Resultados Obtidos							
Ainda não houve deliberação do TCU acerca dos embargos apresentados							
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor							
Não há.							

Unidade Jurisdicionada							
Denominação Completa				Código SIORG			
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/SE				106867			
Deliberações do TCU							
Deliberações Expedidas pelo TCU							
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida		

02	000.055/2014-0	1820/2014-Plenário	1 (Subitem 1.8.1)	Determinações e Recomendações	Ofício 0600/2014-TCU/SecexPrevidencia		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				Código SIORG			
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/SE				106867			
Descrição da Deliberação							
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: 1.8.1. dar ciência ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome das seguintes impropriedades evidenciadas em análise procedida por unidade técnica deste Tribunal na execução do Contrato 29/2011, celebrado para a realização de obras de reforma nos banheiros privativos, sociais e copas, nas dependências do edifício sede, para que adote providências no sentido de evitá-las em futuras contratações: 1.8.1.1. execução da reforma com projeto básico deficiente, em desacordo com o disposto nos arts. 6º e 7º da Lei 8.666/1993; 1.8.1.2. demora injustificada na designação de servidor para o encargo de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, previsto no art. 67 da Lei 8.666/1993; 1.8.1.3. recebimento definitivo do objeto, em 4/9/2012, em que pese o banheiro feminino do 6º andar se encontrar interditado pela Defesa Civil à época, diante de rachaduras em placas de concreto pré-moldadas, e apesar de o prazo para a realização dos reparos necessários ao trânsito seguro dos usuários ter sido prorrogado em 5/10/2012, a pedido do MDS, por mais 180 dias; 1.8.1.4. execução de despesas que, embora devidamente executadas, não estavam abrangidas formalmente no Contrato 29/2011; 1.8.1.5. alterações realizadas em itens de contrato com vigência expirada; 1.8.1.6. inobservância do princípio da segregação de funções em razão do fato de que conforme Ordem de Serviço 1/2011 o responsável pelo setor demandante atuou também como chefe do serviço de engenharia e como fiscal do contrato;							
Providências Adotadas							
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG			
Coordenação-Geral de Logística e Administração - CGLA				73621			
Síntese da Providência Adotada							
1.8.1.1. execução da reforma com projeto básico deficiente, em desacordo com o disposto nos arts. 6º e 7º da Lei 8.666/1993: Atualmente a CETEL utiliza os modelos de projeto básico e termo de referência da AGU, conforme recomendação da Consultoria Jurídica do MDS. Além disso, os cursos realizados pelos servidores da Coordenação estão sendo uma forma de qualificar a equipe para que haja especificação técnica de boa qualidade nos projetos básicos e termos de referência de iniciativa da CETEL. 1.8.1.2. demora injustificada na designação de servidor para o encargo de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, previsto no art. 67 da Lei 8.666/1993; Não tem sido observada demora injustificada na indicação de servidor para posterior nomeação pela SAA como fiscal de contratos no âmbito da CETEL. Tão logo a Coordenação de Contratos solicita a indicação, esta Coordenação envia os nomes. 1.8.1.3. recebimento definitivo do objeto, em 4/9/2012, em que pese o banheiro feminino do 6º andar se encontrar interditado pela Defesa Civil à época, diante de rachaduras em placas de concreto pré-moldadas, e apesar de o prazo para a realização dos reparos necessários ao trânsito seguro dos usuários ter sido prorrogado em 5/10/2012, a pedido do MDS, por mais 180 dias; Esta recomendação foi repassada aos fiscais de contrato da CETEL, para que atentem quanto à ocorrência de eventuais problemas na execução de contratos, que possam frustrar posteriores atos de recebimento. 1.8.1.4. execução de despesas que, embora devidamente executadas, não estavam abrangidas formalmente no Contrato 29/2011; A recomendação foi repassada aos fiscais de contrato da CETEL. Além disso, os cursos realizados pelos servidores da Coordenação nas áreas de licitações e contratos estão sendo uma forma de qualificar a equipe e reduzir a probabilidade de que essas impropriedades ocorram novamente. 1.8.1.5. alterações realizadas em itens de contrato com vigência expirada; A recomendação foi repassada aos fiscais de contrato da CETEL. Além disso, os cursos realizados pelos servidores da Coordenação nas áreas de licitações e contratos estão sendo uma forma de qualificar a equipe e reduzir a probabilidade de que essas impropriedades ocorram novamente. 1.8.1.6. inobservância do princípio da segregação de funções em razão do fato de que conforme Ordem de Serviço 1/2011 o responsável pelo setor demandante atuou também como chefe do serviço de engenharia e como fiscal do contrato; No que cabe a esta Coordenação, tem-se buscado evitar que um mesmo servidor da CETEL seja o responsável por elaborar o termo de referência, fiscalizar o contrato, emitir ordens de serviço e dar liquidação na despesa correspondente. Sempre que possível, a elaboração das contratações são realizadas pela Divisão de Projetos – DIDEPRO, mas a fiscalização da execução do contrato fica a cargo de servidor da Divisão de Engenharia – DIENG – ou da Divisão de Telecomunicações –							

DITEL, conforme o caso.
Síntese dos Resultados Obtidos
Não se aplica
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não se aplica

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 43 – Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada								
Denominação Completa			Código SIORG					
Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome			72571					
Deliberações do TCU								
Deliberações Expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
01	030.898/2013-7	2037/2014	1.7.3	Determinação	Ofício 0855/2014 TCU/SECEX-MG, de 21/05/2014			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação								
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome					1945			
Descrição da Deliberação								
1.7.3. Determinar à Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, envide esforços para apurar as irregularidades na aplicação de recursos originados do MDS noticiadas na peça 1 destes autos, relativas a repasses ao município de Alfenas/MG, no período de 2009 a 2012, instaurando, se for o caso, o competente processo de tomada de contas especial e comunicando o resultado das providências adotadas a este Tribunal, ao término do prazo anteriormente estabelecido;								
Providências Adotadas								
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG			
Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome					72571			
Síntese da Providência Adotada								
A Secretaria Executiva encaminhou para as Secretarias finalísticas o citado acórdão para análise e providências e em resposta a SNAS não aprovou a prestação de contas do período de 2012 e está tomando providências no sentido do município encaminhar novos documentos para aprovação ou será aberto processo de tomada de contas especial. Em relação à SENARC, trata-se de possível desvio de finalidade dos recursos repassados a título de apoio financeiro à gestão do benefício do Programa Bolsa Família, no âmbito do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família.								
Importa salientar que, em 17/06/2014, a Secretaria Executiva do MDS interpôs, nos autos do processo em epígrafe, com fundamento no art. 48 da Lei Orgânica do TCU e no art. 286 do Regimento Interno do Tribunal, Pedido de Reexame objetivando a reforma do Acórdão no tocante à determinação de apurar as irregularidades na aplicação de recursos originados do MDS. O Pedido de Reexame encontra-se em análise no TCU.								
As providências acima foram informadas ao Comitê Interministerial/TCU – AGU por intermédio do Ofício SE/MDS nº 533, de 08 de agosto de 2014.								
Síntese dos Resultados Obtidos								
A SNAS e SENARC estão aguardando a finalização da análise das prestações de contas dos recursos repassados para solicitar à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento abertura ou não dos processos de tomadas de contas especial, bem assim, a conclusão da análise, pelo Tribunal de Contas da União, do Pedido de Reexame interpuesto pelo MDS.								

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não há.

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro 44 - Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
Secretaria-Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)		106867			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
01	Relatório nº 201306080	2.2.1.4	Constatação		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG		
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867		
Descrição da Recomendação					
Recomendação: 002 Atentar para o contido no § 4º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, quando da prorrogação do prazo de 60 meses por mais doze meses, devendo ser adotada a prorrogação tão somente em caráter excepcional ou imprescindível, estranha a vontade das partes, segundo texto da lei de licitações e do entendimento do TCU sobre o tema.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG		
Coordenação Geral de Licitações e Contratos (CGLC)			107682		
Síntese da Providência Adotada					
A Coordenação de Contratos - CCONT, com vistas a mitigar a ocorrência e com o fito de auxiliar o gestor/fiscal contratual, passou a dar conhecimento a esse e a área demandante dos serviços acerca do vencimento do prazo de vigência com antecedência de 180 (cento e oitenta) dias					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Após a adoção das providências verificamos que inexistiu, no exercício de 2014, prorrogações excepcionais decorrentes da falta de planejamento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não vislumbramos fatores críticos durante a adoção das providências.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)		106867			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		

02	Relatório nº 201306080	2.2.3.1	Constatação
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação: 001</p> <p>Atentar para o contido no § 4º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, quando da prorrogação do prazo de 60 meses por mais doze meses, devendo ser adotada a prorrogação tão somente em caráter excepcional ou imprescindível, estranha a vontade das partes, segundo texto da lei de licitações e do entendimento do TCU sobre o tema.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Geral de Licitações e Contratos (CGLC)			107682
Síntese da Providência Adotada			
A Coordenação de Contratos - CCONT, com vistas a mitigar a ocorrência e com o fito de auxiliar o gestor/fiscal contratual, passou a dar conhecimento a esse e a área demandante dos serviços acerca do vencimento do prazo de vigência com antecedência de 180 (cento e oitenta) dias			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Após a adoção das providências verificamos que inexistiu, no exercício de 2014, prorrogações excepcionais decorrentes da falta de planejamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não vislumbramos fatores críticos durante a adoção das providências.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Relatório nº 201306080	2.2.3.1	Constatação
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação: 003</p> <p>Aprimorar os controles na gestão do contrato para prestação de serviço de locação de veículos, de modo a acompanhar a execução contratual de maneira criteriosa, com os cuidados necessários a se evitar possíveis fragilidades e/ou irregularidades na vigência contratual, exigindo da contratada a documentação pertinente que dê respaldo a boa e regular prestação dos serviços à Administração.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Geral de Licitações e Contratos (CGLC)			107682
Síntese da Providência Adotada			
A Coordenação de Contratos em conjunto com a Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, sob supervisão da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, instituiu novas rotinas a serem adotadas pela fiscalização dos contratos que sejam			

demandados por mais de uma área, tais como: edição de portaria compartilhada para o acompanhamento do contrato, sendo nomeado um fiscal por cada área demandante do serviço, maior criticidade quando da instrução do pagamento, devendo a nota fiscal ser acompanhada de toda documentação suporte de execução do objeto, realização de cursos de capacitação para os servidores que possuem o encargo de fiscal de contrato, entre outras.

Síntese dos Resultados Obtidos

Com a adoção da portaria compartilhada para o acompanhamento dos mencionados contratos, restou evidenciado um melhor controle e governança dos serviços a serem prestados pelos contratados.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não se aplica.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	<u>OS201115343</u>	020	Constatação
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação: 002</p> <p>Verificar a existência de outros casos similares nos demais contratos firmados no âmbito da Secretaria-Executiva do MDS, e providenciar a conferência e acerto das planilhas de custo e formação de preço, a alteração contratual e a devolução dos valores pagos a maior, quando for o caso, com vistas a reforçar as recomendações exaradas na Nota Técnica nº 2342-DSDES/DS/SFC/CGU-PR, de 21.9.2009.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Geral de Licitações e Contratos (CGLC)			107682
Síntese da Providência Adotada			
Todos os contratos mantidos por este MDS foram revisados quanto à aderência das alíquotas de ISS previstas nas planilhas de custos e formação de preços e as realmente recolhidas, não tendo sido identificada nenhuma discrepância nesses.			
Informamos que as análises se deram tanto quanto da instrução de pagamento das notas fiscais quanto da ocorrência de repactuações, reajustes e prorrogações, não tendo sido expedido relatório ou documento individualizado de tratamento da recomendação.			
Por fim, no que é concernente ao Contrato nº 11/2009, temos a informar que esta unidade já encaminhou à CGU documentação comprobatória demonstrando ter providenciado a devolução dos valores pagos a maior, em conformidade com o descrito na Nota Técnica nº 2178/DSDES/DS/SFC/CGU-PR.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não se aplica			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não vislumbramos fatores críticos durante a adoção das providências.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)	106867
Recomendações do OCI	

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Relatório nº 201306080	2.2.1.4	Constatação
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			
Descrição da Recomendação			
Recomendação: 001			
Implementar norma com rotina de trabalho, a fim de estabelecer responsabilidades e prazos definidos relacionados ao planejamento, requisição, pesquisas de preço, dentre outras atividades envolvidas nos processos de contratação de bens e serviços no âmbito do MDS			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			
Coordenação Geral de Licitações e Contratos (CGLC)			
Síntese da Providência Adotada			
Foi instituído, por meio de portaria, Grupo de Trabalho para elaboração do Manual de Procedimentos para Aquisição de Bens e Contratação de Serviços, o qual irá nortear a gestão de licitações e contratos, no âmbito do MDS. Conforme cópia da Portaria nº 66/2014, o prazo de conclusão do manual foi prorrogado por mais 10 dias, a contar de 11/6/2014. Todavia, cabe mencionar que mesmo não antes da conclusão do manual, não foi identificado nenhum caso de prorrogação excepcional no decorrer do exercício de 2014, o que demonstra que as ações empreendidas pela Coordenação de Contratos, com o apoio e supervisão da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos e da Subsecretaria de Assuntos Administrativos tem alcançado os objetivos esperados, quanto à diminuição da ocorrência ora analisada.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O Manual de Procedimentos para Aquisição de Bens e Contratação de Serviços que estabelece rotinas de licitações e contratações no âmbito do MDS encontra-se publicado no Diário Oficial da União, de 29 de janeiro de 2015, Seção 1, página 122 (Portaria MDS/SE nº 48, de 27 de janeiro de 2015).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se aplica em decorrência da não implementação			

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 45 - Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)		106867			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
01	Relatório nº 201306080	2.2.3.1	Constatação		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG		
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867		
Descrição da Recomendação					
Recomendação: 001 Apresentar informações acerca da conclusão do processo sancionador nº 71000.070203/2013-34 em desfavor da empresa contratada, visando o resarcimento ao erário, decorrentes do pagamento de faturas com cobranças irregulares.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
Coordenação Geral de Licitações e Contratos (CGLC)		107682			
Síntese da Providência Adotada					
Foi solicitado à Consultoria Jurídica junto ao MDS – CONJUR/MDS, a inclusão do montante R\$ 210.105,18 na dívida ativa da União, porém essa retornou os autos solicitando a atualização do débito, incluindo nesse, além da atualização monetária, os juros de mora, conforme Nota nº 134/2014/CONJUR-MDS/CGU/AGU ..					
Em ato contínuo, tendo em vista o ajuizamento de Ação Ordinária nº 0044854-11.2014.4.01.3400, os autos foram requisitados pela mesma CONJUR/MDS, somente retornando no dia 19.09.2014.					
Nesse sentido, estão sendo realizados os cálculos, levando-se em consideração as recomendações da nota retro, os quais serão anexados aos autos do processo visando à inclusão da empresa na Dívida Ativa da União.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não se aplica.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A grande quantidade de faturas a serem revisadas e atualizadas ante ao quadro reduzido de servidores gerou atrasos na conclusão das análises.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)		106867			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
02	Relatório nº 201306080	2.2.3.1	Constatação		

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)	106867
Descrição da Recomendação	
Recomendação: 002 Apresentar informações acerca da conclusão da apuração de responsabilidade em função das irregularidades decorrentes da condução imprópria na gestão do contrato administrativo nº 19/2007.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação Geral de Licitações e Contratos (CGLC)	107682
Síntese da Providência Adotada	
A apuração de responsabilidade em função das irregularidades na condução imprópria na gestão do Contrato Administrativo nº 19/2007 está sendo conduzida pela Corregedoria do MDS, conforme preceitua o art. 7º do Regimento Interno do MDS.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não se aplica.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não se aplica.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Relatório nº 201306080	2.2.3.1	Constatação
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Descrição da Recomendação			
Recomendação: 002 Implementar rotinas de trabalho, a fim de estabelecer as condições e os prazos mínimos para a realização do certame licitatório, objetivando substituir os contratos de serviços contínuos que estão com o prazo de vigência de 60 meses expirando.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Geral de Licitações e Contratos (CGLC)			107682
Síntese da Providência Adotada			
A Coordenação de Contratos (CCONT) conjuntamente com a Coordenação Geral de Licitações, e em parceria com as áreas técnicas deste Ministério, tem buscado adotar novas sistemáticas, a fim de evitar a extrapolação do prazo legal dos contratos. Igualmente, esta CCONT, com vistas a mitigar a necessidade de prorrogações que ultrapassem os 60 meses e com o fito de auxiliar o gestor/fiscal contratual quanto ao tempo que ele terá para planejar nova contratação, em observância ao entendimento do TCU sobre o tema, passou a dar conhecimento a esse e a área demandante dos serviços acerca do vencimento do prazo de vigência, com antecedência de 180 dias.			
Cabe, ainda, registrar que esta CCONT tem adotado maior criticidade quanto às justificativas e fundamentações apresentadas pelos gestores/fiscais contratuais quando das prorrogações que tenham como arcabouço o Art. 57, inciso II, c/c §4º da Lei nº			

8.666/1993, solicitando, quando necessário, a complementação das informações, tendo em vista que a prorrogação em caráter excepcional deve decorrer de fatos supervenientes, graves, imprevisíveis, estranho à vontade das partes responsáveis, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União.

Síntese dos Resultados Obtidos

Após a adoção das providências verificamos que inexistiu, no exercício de 2014, prorrogações excepcionais decorrentes da falta de planejamento.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não vislumbramos fatores críticos durante a adoção das providências.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)		106867			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
04	OS201115343	014	Constatação		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG		
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867		
Descrição da Recomendação					
Recomendação: 001 Criar instrumentos de controle para recebimento de expedientes de solicitação das repactuações dos contratos de terceirização de serviços continuados, fazendo constar, dos autos dos respectivos processos, além do termo de pleito, documento contendo assinatura da autoridade competente, evitando eventuais extravios de ofícios com solicitações de repactuações, podendo trazer prejuízos decorrentes do atraso na concessão das repactuações.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG		
Coordenação Geral de Licitações e Contratos (CGLC)			107682		
Síntese da Providência Adotada					
O Sistema de Controle de Contratos foi modernizado e homologado, sendo criado instrumento de controle para recebimento das solicitações de reajustes, repactuações e reequilíbrios econômicos financeiros, com indicação automática, por meio de tela <i>pop-up</i> , dos contratos que possuem solicitação e encontram-se pendentes de análise, inclusive com o alerta de dias restantes para conclusão das análises, em atenção ao disposto no § 3º do art. 40 da IN MPOG/SLTI nº 02/2008, conforme anexos I a IV, o que vem a dar maior robustez às rotinas, fluxos de trabalho e de controles internos implementados nesta Coordenação de Contratos.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Após a inserção de novas rotinas, adoção da planilha dinâmica de acompanhamento e as alterações do SCC, inexistiram no exercício de 2014 concessões de reajustes e repactuações fora do prazo previsto na IN nº 02/2008.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não vislumbramos fatores críticos durante a adoção das providências.					

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	OS201115343	020	Constatação
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Descrição da Recomendação			
Recomendação: 001 Adotar providências no sentido de apurar a alíquota percentual de ISSQN (de 5% ou 2%) devidos pelas empresas Solução Serviços Especializados Ltda. e pelo consórcio MSA, no âmbito, respectivamente, dos Contratos nº 07/2009 e 11/2009, e após conferência e acerto das planilhas de custo de formação de preço, providenciar a alteração contratual e a devolução dos valores pagos a maior.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Geral de Licitações e Contratos - CGLC			107682
Síntese da Providência Adotada			
O Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria nº 111, de 29.08.2013, apurou o montante de R\$ 606.121,63 a ser restituído ao MDS, tendo sido a empresa notificada em 17.10.2013, conforme Ofício nº 137/2013 – SAA/SE-MDS. Ante a notificação, a empresa apresentou Defesa Prévias em 22.11.2013, a qual foi devidamente analisada pelos Fiscais dos Contratos nºs 4, 5, 6 e 7/2009, conforme Memorandos S/Nº, todos de 02.10.2014, os quais opinaram pela compensação do valor devido com as notas fiscais ainda pendentes de adimplemento. Assim, no mês de fevereiro de 2015 foi promovida a respectiva compensação restando um saldo de R\$ 45.818,24 a ser recolhido, resultando no montante atualizado de R\$ 58.789,78. Notificada da compensação e instada a recolher o saldo atualizado, a empresa Solução Serviços Especializados Ltda. apresentou Recurso Administrativo, o qual se encontra sob análise.			
No que se refere ao Contrato Administrativo nº 11/2009, esclarecemos que esta unidade já encaminhou a CGU documentação comprobatória demonstrando ter providenciado a devolução dos valores pagos a maior, conforme consta da Nota Técnica nº 2178/DSDES/DS/SFC/CGU-PR.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi apurado o montante de R\$ 606.121,63 a ser restituído ao MDS, bem como foi procedida a compensação do valor de R\$ 560.303,39, decorrente de notas fiscais ainda pendentes de adimplemento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não vislumbramos fatores críticos durante a adoção das providências.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa		Código SIORG	
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	Relatório nº 243943	Constatação V	Ofício 37/2013/SAA/SE-MDS
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)/SE-MDS			106867
Descrição da Recomendação			
Recomendamos a adoção de providências no sentido de regularizar a requisição dos outros servidores para o MDS, que se			

encontram na mesma situação.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação Geral de Recursos Humanos-CGRH/SAA/SE-MDS	73611

Síntese da Providência Adotada

Informamos que atualmente somente as cessões da servidoras das servidoras: Selma Tânia Santiago Bezerra e Ângela Cristina Mendes Gonsioroske ainda estão pendentes de regularização, as quais foram cobradas em 2014 por meio dos Ofícios nº 110/2014/CGRH/SAA/SE/MDS e 109/2014/CGRH/SAA/SE/MDS, respectivamente de 31/07/2014, e em 2015 foi novamente reiterado por meio dos Ofícios nº 07/2015/CGRH/SAA/SE/MDS e 08/2015/CGRH/SAA/SE/MDS, respectivamente de 12/02/2015.

Em relação os outros servidores informo que a cessões foram regularizadas conforme descrito abaixo:

- Servidor: João Francisco Bernardo de Oliveira Filho, a regularização de sua cessão para este Ministério ocorreu por meio da publicação da Portaria MDIC nº 59, de 31 de março de 2014, publicada DOU de 02 de abril de 2014;

- Servidora: Marise Duarte de Souza, a regularização da cessão ocorreu por meio da Portaria MDIC nº 60, de 31 de março de 2014, publicada DOU de 02 de abril de 2014;

- Servidora: Benedita Maria Barbosa, a regularização do exercício provisório ocorreu por meio da Portaria MPOG nº 157, de 21 de julho de 2014, publicada DOU de 23 de julho de 2014; e

- Servidor: Marcus José Santiago Bezerra, a regularização da cessão ocorreu por meio da Portaria MF nº 489, de 26 de junho de 2013, publicada DOU de 27 de junho de 2013.

Síntese dos Resultados Obtidos

A cessão do servidor MARCOS JOSÉ SATIAGO BEZERRA já foi regularizada. As demais cessões estão aguardando manifestações dos órgãos de origem do servidor para regularização.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não se aplica, posto que aguarda-se manifestação dos órgão de origem.

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 46 - Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1	1	1
	Entregaram a DBR	1	1	1
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	49	60	337
	Entregaram a DBR	49	57	337
	Não cumpriram a obrigação		3	0

Fonte: Controle da Coordenação de Gestão de Pessoas

A Coordenação de Gestão de Pessoas - COGEP é a unidade responsável por receber as DBR. No entanto, não existe um sistema informatizado para tal, sendo entregue a todos os servidores no ato da posse um formulário (Autorização de Acesso as Declarações de Ajuste Anual de Imposto de Renda de Pessoa Física) o qual é preenchido uma única vez e arquivado na pasta funcional de cada servidor. Não existe análise, pois as DBR's são entregues em envelope lacrado pelo próprio servidor. O controle é realizado por meio de planilha excel.

Após o prazo de estabelecido pela Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, a COGEP identifica os servidores que não possuem autorização de acesso e processa a cobrança da entrega da cópia da DBR por meio de mensagem eletrônica e carta.

De acordo com o já exposto, as Declarações são entregues em envelopes lacrados e arquivados na pasta do servidor.

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A Coordenação de Gestão de Pessoas (COGEP) é a unidade responsável por receber as DBR. No entanto, não existe um sistema informatizado para tal, sendo entregue a todos os servidores no ato da posse um formulário (Autorização de Acesso as Declarações de Ajuste Anual de Imposto de Renda de Pessoa Física), o qual é preenchido uma única vez e arquivado na pasta funcional de cada servidor. Não existe análise, pois as DBR são entregues em envelopes lacrados pelos próprios servidores. De modo que não é feita qualquer análise. O controle é realizado por meio de planilha *Excel*. Após o prazo estabelecido pela Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, a COGEP identifica os servidores que não possuem autorização de acesso e processa a cobrança da entrega da cópia da DRB por meio de mensagem eletrônica e carta. De acordo com o exposto, as Declarações são entregues em envelopes lacrados e arquivados na pasta do servidor.

11.4 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

a) demonstração da estrutura tecnológica e de pessoal para a gestão da fase interna das TCE;

Nos termos do art 62 da Portaria MDS Nº 120, de 12 de junho de 2012, que aprova o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cabe a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento supervisionar a instauração dos processos de tomada de contas especiais no âmbito do Ministério.

Para tanto, a estrutura de pessoal é composta de três servidores que recepcionam, avaliam, organizam e encaminham os processos de todas Unidades Jurisdicionadas do Ministério.

Em 2014 foram analisados 456 processos, dos quais 82 resultaram em Tomada de Contas Especiais e 228 foram dispensados nos termos do art. 6º da Instrução Normativa - TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012. Dos demais processos, 146 foram devolvidos e 64 permaneceram para análise no exercício seguinte.

b) quantidade de fatos que foram objeto de medidas administrativas internas no exercício de referência;

Em 2014, apenas um Processo Administrativo Disciplinar - PAD assumiu a condição de medida administrativa instaurada com incidência de dano ao erário, seus dados são:

1. PAD nº 71000.109232/2014-84
2. Portaria Instauradora: Portaria/SE/MDS nº 447, de 24.10.14
3. Objeto: apurar responsabilidades de quem deu causa a pagamento indevido a ex-servidora contratada pela Lei 8.745/93.
4. Valor do eventual prejuízo identificado em 2013: R\$ 21.455,45

c) quantidade de fatos em apuração que, pela avaliação da unidade, tenham elevado potencial de se converterem em tomada de contas especial a ser remetida ao órgão de controle interno e ao TCU;

Não existem processos que tenham elevado potencial de se converterem em tomada de contas especial a ser remetida ao órgão de controle interno e ao TCU.

d) quantidade de fatos cuja instauração de tomada de contas especial tenha sido dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU 71/2012;

Em 2014 não foram encaminhados processos da UJ Secretaria-Executiva para instauração de Tomada de Contas Especial.

e) quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União.

Em 2014 não foram encaminhados processos da UJ Secretaria-Executiva para instauração de Tomada de Contas Especial.

11.5 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Ione Cristina Franções, CPF nº494.467.890-87, Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Ione Cristina Franções

CPF nº494.467.890-87

Subsecretaria de Assuntos Administrativos

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

a) Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

A UJ aplica os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e 16.10, e, principalmente, os contidos na Macrofunção da Secretaria do Tesouro Nacional 020330 – Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta de União, suas Autarquias e Fundações.

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;

Não se aplica.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

A metodologia para se estimar a vida útil econômica do ativo é baseada na Macrofunção 020330, em seu item 27, que apresenta uma tabela a ser usada por todos os órgãos da Administração Pública direta, Autarquias e Fundações Públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, estabelecida de forma padronizada para cada conta contábil, viabilizando, assim, a divulgação nas Notas Explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação.

d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

O cálculo da depreciação é realizado pelo sistema de controle patrimonial do órgão, conhecido como Administrative Solutions Integration (ASI), que realiza mensalmente o cálculo da depreciação dos bens e, após aprovação dos valores, são lançados no SIAFI. Para a determinação da quota mensal de depreciação dos bens, a decisão foi pela utilização do Método Linear ou de Quotas constantes de cálculos de depreciação, que distribui o custo do bem em função exclusiva do tempo. O cálculo da depreciação é feito utilizando o custo do bem menos o valor residual dividindo-se pelo número de períodos da vida útil.

e) As taxas utilizadas para os cálculos;

As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação são determinadas pela Macrofunção 020330, em seu item 27, onde apresenta, em anos, o tempo de vida útil de cada bem, por conta contábil, além do valor residual, em percentual, de cada um deles após o término desse período.

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

Por se tratar de UJ pertencente a órgão da Administração Pública Direta, e por seguir a normatização da STN citada, não foi realizada avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobiliário, do intangível e do diferido, já que essas situações não estão previstas na Macrofunção.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

A contabilização da depreciação, amortização e exaustão provocou um impacto negativo de R\$ 3.947.225,08, no resultado apurado pela UJ no exercício de 2014.

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

Conforme orientação do órgão central foi criado no MDS, pela Portaria SE/MDS nº 362, de 5 de setembro de 2014, a Setorial de Custos, e suas competências delegadas à Secretaria-Executiva (SE), que por sua vez as repassou a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO). Criou-se também o Grupo de Trabalho de Custos (GT-Custos) para auxiliar nas atividades para o exercício do papel de órgão setorial de custos do governo federal, composto por quatorze membros e seus suplentes, onde a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento exerce a função de coordenação.

Está programado para o primeiro semestre de 2015 reunião da Setorial de Custos para a criação de um cronograma de trabalho para o planejamento das ações a serem executadas com o objetivo de definir os objetos de custos a serem medidos pelo GT-Custos e a sua posterior validação junto à Secretaria-Executiva (SE).

12.3 Conformidade Contábil

a) Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da unidade jurisdicionada, identificando a instância responsável pela realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade;

O processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da unidade jurisdicionada é realizado de acordo com orientação da Secretaria do Tesouro Nacional em seu macroprocesso 020315 – Conformidade Contábil, que consiste na certificação dos atos e fatos da execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídas no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações. São analisados dentre outros fatores, as transações do SIAFI >CONCONFREG, >CONINCONS, >BALANCETE e >CONCONTIR, além da análise de todos os convênios ou congêneres a liberar, a comprovar e a aprovar com data expirada. A conformidade é realizada pelos contadores responsáveis pelas unidades gestoras pertencentes às Unidades Consolidadas e Agregadas da UJ, no caso os contadores do órgão superior. As unidades gestoras executoras pertencentes à UJ são:

- 550002 – Setorial de Orçamento e Finanças;
- 550003 – Secretaria-Executiva;
- 550004 – Setorial de Contabilidade;
- 550005 – Coordenação Geral de Logística e Administração;
- 550006 – Coordenação Geral de Recursos Humanos;

550012 – Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família;
 550014 – Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social;
 550017 – II Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família e ao CNDS; e
 550019 – II Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família e ao CNDS – Dólar.

b) Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício;

315 – Falta/Restrição Conformidade de Registro de Gestão – 4 ocorrências;
 608 – Saldo Invertido – Ativo Circulante – 1corrência;
 610 – Saque com Cartão de Pagamento sem Liq. da Despesa – 1 ocorrência;
 640 – Saldo Contábil Bens Móveis não confere com RMB – 1 ocorrência;
 656 – Convênios a Comprovar com Data Expirada – 12 ocorrências;
 668 – Acordos de Coop. Téc. a Comprovar com Data Expirada – 29 ocorrências;
 669 – Acordos de Coop. Téc. a Aprovar com Data Expirada – 8 ocorrências;
 697 – Saldo Invertido – Passivo Circulante – 1 ocorrência;
 766 – Termo de Cooperação a Liberar – Data Expirada – 2 ocorrências;
 767 – Termo de Cooperação a Comprovar – Data Expirada – 9 ocorrências.

c) Descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

Não houve ocorrências não sanadas até o final do exercício de 2014.

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

12.4.1 Declaração Plena

Quadro 47 - Quadro A.12.4.1 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Secretaria-Executiva	550003
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Secretaria-Executiva, que consolida as demais Unidades de sua estrutura.	

Os demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, por não estarem disponibilizados no SIAFI, não foram analisados.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília	Data	29 de abril de 2015
Contador Responsável	Hudson Magno de Rezende	CRC nº	8409/O-3 DF

**II. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 134/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO
POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.**

59. UNIDADES JURISDICIONADAS QUE GERENCIEM PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

O 2º Acordo de Empréstimo do Banco Mundial N.º 7841/BR foi assinado em 21 de setembro de 2011, para implementação do Projeto “Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social”, até 30 de dezembro de 2015. O valor do empréstimo é de US\$ 200.000.000,00, com contrapartida nacional no valor de US\$ 15.000.000,00.

Os recursos do empréstimo são distribuídos da seguinte forma: US\$ 185 milhões são destinados ao Componente 1 do Acordo: Reembolso do Banco ao Tesouro Nacional de 1,85% das Transferências de Benefícios do PBF já realizadas pelo MDS com orçamento próprio; e US\$ 15 milhões do Banco + US\$ 15 milhões de contrapartida para os Componentes 2 a 6 do Acordo (Ações de Assistência Técnica).

A execução técnica das ações do acordo é realizada parcialmente por meio do Projeto de Cooperação Técnica com a UNESCO – 914BRZ3002 (consultorias e capacitações) e por meio da execução direta do MDS (licitações, publicações, etc.).

A execução financeira do empréstimo se dá na modalidade “antecipação de recursos do credor”, ou seja, o MDS efetua pedidos de saque/retiradas da conta designada do Projeto em US\$, mediante necessidade de utilização.

Em 2014, foram desembolsados o valor US\$ 2.675.000,00 como adiantamento para a conta designada.

Em 2014, dos recursos antecipados pelo credor, somados aos recursos de contrapartida nacional, foram transferidos à UNESCO R\$ 31.220.295,20 para custear a contratação de estudos avaliativos e realização de capacitação de gestores do Programa Bolsa Família, dos programas de inclusão produtiva rural, entre outras oficinas e seminários relacionados ao Plano Brasil Sem Miséria.

Relativamente à prestação de contas, o MDS apresentou à STN e ao Banco Mundial 6 demonstrativos de despesas (SOE's), referentes aos recursos adiantados.

Como a execução financeira do Projeto obedece à modalidade *pari passu* de fontes (47% das despesas são financiadas pelo Banco e 53% são financiadas pelo Tesouro Nacional), foram realizados quatro desembolsos dos recursos do empréstimo (Fonte 0148). A DPI/SE/MDS realiza a gestão financeira do Projeto, de modo a evitar antecipações desnecessárias dos recursos do credor e, em consequência, o pagamento de juros por parte do Tesouro Nacional.

O orçamento do MDS destinado ao empréstimo foi executado da seguinte forma:

Execução do Orçamento

R\$ 1,00

LOA	Empenho fonte 0148 (a)	Empenho fonte 1151 (b)	Total empenhado (c= a+b)	Total pago (d)	A pagar ¹ (e = c-d)	% pago (f = d/c)
Restos a pagar 2013	3.841.444	4.069.626	7.911.070	6.719.981	1.191.089	85%
Restos a pagar 2014	5.565.072	7.135.927	12.701.000	10.082.282	2.618.718	79%
Total	9.406.516	11.205.553	20.612.070	16.802.263	3.809.807	82%

Fonte: SIAFI Gerencial

A execução registrada no ano de 2014 é considera adequada, apesar de algumas dificuldades em executar poucas atividades.

A execução do Componente 1 – Reembolso do Banco ao Tesouro Nacional (Benefícios do PBF) atingiu 100% do valor total previsto para a Categoria 3 (foram comprovados R\$ 379.284.86,48, equivalentes a US\$ 185.000.000,00), estando o componente encerrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório deverá compor o Processo de Tomada de Contas da Unidade Jurisdicionada da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, relativo ao exercício 2014.

**ANEXO I – RELATÓRIO DE LICITAÇÕES/PREGÃO CONCLUIDAS EM
2014**

Modalidade/Numero	N.º Processo	Objeto	Valor Homologado
Pregão 12/13	71000.008996/2012-91	O objeto da presente licitação é a Contratação de instituição de pesquisa, empresa, fundação ou consórcio para realizar estudo qualitativo sobre as barreiras sociais de acesso à escola e a outros serviços públicos das pessoas com deficiência, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), no âmbito do Programa BPC na Escola, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O objeto da presente licitação é a Contratação de instituição de pesquisa, empresa, fundação ou consórcio para realizar estudo qualitativo sobre as barreiras sociais de acesso à escola e a outros serviços públicos das pessoas com deficiência, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), no âmbito do Programa BPC na Escola, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 349.108,29
Pregão 23/13	71000.014622/2013-96	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para prestação dos serviços de transporte de pessoas, documentos, encomendas, por meio de veículos básicos e executivos, aferidos por quilômetro rodado incluindo combustível, motorista habilitado e todos os encargos, para a execução dos serviços no Distrito Federal e Entorno, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 1.571.580,00
Pregão 42/13 (SRP)	71000.042874/2013-13	O objeto da presente licitação é o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de chaveiro, com reposição de peças, para atendimento das necessidades deste Ministério conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 45.820,00
Pregão 01/14	71000.042667/2013-00	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de ventiladores, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 16.699,80

Pregão 02/14	71000.014705/2013-85	O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível – gasolina – para atender às necessidades da frota oficial de veículos automotores do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), durante o exercício de 2014, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 46.869,82
Pregão 03/14 (SRP)	71000.021182/2013-23	O objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisição de material de consumo, para atender às unidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 89.072,30
Pregão 04/14	71000.034080/2013-78	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de Engenharia, com execução mediante o regime de empreitada por preço global, para atender às necessidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	Pregão Revogado
Pregão 05/14	71000.100393/2013-21	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de Coleto de Papel, para atender às unidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 19.439,00
Pregão 06/14	71000.001110/2013-60	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de instituição de pesquisa, empresa, fundação ou consórcio entre instituições aptas a realizar estudo para avaliar a qualidade das informações registradas no Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único), com a coleta de dados primários por meio de entrevistas domiciliares com famílias que tiveram o cadastro realizado/atualizado, no máximo seis meses antes da entrevista, assim como com gestores estaduais, municipais e entrevistadores do formulário do Cadastro Único, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 1.599.121,27

Pregão 08/14 (SRP)	71000.087413/2013-61	O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual prestação de serviços continuados de administração de dados e de banco de dados para atender às necessidades deste Ministério, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 2.620.000,00
Pregão 09/14	71000.034080/2013-78	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de Engenharia, com execução mediante o regime de empreitada por preço global, para atender às necessidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 48.895,00
Pregão 10/14	71010.000101/2013-32	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de arquivos deslizantes para organizar o acervo documental do Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, com fornecimento de mobiliário e montagem e desmontagem, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 522.000,00
Pregão 11/14	71000.018812/2014-63	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada no fornecimento de frasqueiras em napa ou poliéster e sacolas modelo ciclista em nylon ou material similar conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 141.100,00
Pregão 12/14	71000.127077/2012-16	Prestação de serviços presenciais e não presenciais de desenvolvimento e manutenção de software com execução mediante regime de empreitada por preço unitário para atender as necessidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 9.540.000,00

Pregão 13/14	71000.082867/2013-46	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transportes interestaduais, intermunicipais e nacionais, de produtos da agricultura familiar, não perecíveis, adquiridos através de compra institucional e que irão compor os Kits Lanche a serem distribuídos aos voluntários do Programa Brasil Voluntário do Ministério do Esporte da Copa do Mundo FIFA 2014, incluindo: trabalho de carga e descarga dos produtos; disponibilização de depósito na cidade de São Paulo-SP e nas 12 (doze) cidades sede dos jogos; manuseio dos produtos e montagem dos kits; transporte dos kits de São Paulo-SP até os pontos de voluntários, durante a primeira fase dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 864.500,00
Pregão 14/14	71000.087134/2013-06	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em instalação de estande, visando o planejamento, organização, execução e acompanhamento de todas as atividades de infraestrutura logística e operacional necessárias à instalação de um Estande Brasil Orgânico e Sustentável na Feira da Associação Paulista de Supermercados (APAS) a ser realizada no Expo Center Norte/São Paulo - SP, no período de 06 a 09 de maio de 2014, como parte da Campanha Brasil Orgânico e Sustentável, a fim de divulgar e promover o conceito de alimentação saudável e sustentável, de inclusão produtiva e comercialização por meio dos Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs) abrangidos pela Campanha Brasil Orgânico e Sustentável, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 140.000,00
Pregão 15/14 (SRP)	71000.016531/2014-76	O objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisição de geladeiras/refrigeradores, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Edital a partir de: 08/04/2014 das 09:00 às 12:00 Hs e das 14:00 às 17:00 Hs	R\$ 1.664,82

Pregão 16/14	71000.096275/2013-10	O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada em instalação de estruturas físicas e organização de eventos, visando o planejamento, organização, execução e acompanhamento de todas as atividades de infraestrutura, logística e operacional necessários à instalação e manutenção dos quiosques e dos pontos de voluntários Brasil orgânico e sustentável como parte da Campanha Brasil Orgânico e Sustentável, a fim de divulgar e promover o conceito de alimentação saudável e sustentável, de inclusão produtiva e comercialização por meio dos Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs) abrangidos pelo projeto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 2.691.630,00
Pregão 17/14	71000.009126/2014-00	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização, nas instalações deste Ministério, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 9.976,00
Pregão 18/14	71010.000331/2014-82	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de geração e transmissão simultânea On Line do evento intitulado Reunião descentralizada e ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social, para prestar serviços transmissão on line, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 19.850,00
Pregão 19/14	71000.093075/2013-05	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade Discagem Grátis (DDG), utilizando o prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, para atender aos usuários da Central de Relacionamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 3.447.484,82

Pregão 20/14 (SRP)	71000.007003/2014-26	O objeto da presente licitação é o registro de preços, para aquisição de material permanente, para atender às unidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 38.171,70
Pregão 21/14	71000.109536/2013-61	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de material de consumo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 30.479,00
Pregão 22/14	71010.000024/2014-00	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de pastas transparentes com zíper e blocos de anotações personalizadas para serem utilizadas nas reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 13.475,00
Pregão 23/14	71000.007787/2014-92	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços gráficos continuados (impressão de folhetos, cartazes, folders, revistas, livros, blocos, entre outros), com vistas ao atendimento das demandas deste Ministério, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 592.867,22
Pregão 24/14	71000.096008/2013-34	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de agente de integração para auxiliar na operacionalização de programa de estágio no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 11.890,08
Pregão 25/14 (SRP)	71000.050186/2013-19	O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços de versão e tradução de textos compreendendo os seguintes idiomas: português/inglês/português; português/espanhol/português; português/francês/português; português/idiomas raros/português (árabe e mandarim), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos	R\$ 638.482,50

Pregão 26/14 (SRP)	71000.012189/2014-35	O objeto da presente licitação é o registro de preços de resma de papel A4 em material reciclado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 308.000,00
Pregão 27/14	71000.068571/2013-12	O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de carga, local, intermunicipal e interestadual compreendendo bens patrimoniais, veículos automotores e demais objetos de propriedade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem como mobiliários e bagagens de propriedade de servidores nas situações e montantes previstos no Decreto nº 4004, de 08 de novembro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.063, de 26 de dezembro de 2001, e nas eventuais alterações que venham a ser realizadas nos normativos durante toda a vigência da contratação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 460.996,31
Pregão 28/14	71000.027092/2014-27	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de suporte técnico, atualização de versões e garantia para o Appliance de dados Teradata, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 59.999,96
Pregão 29/14 (SRP)	71000.062689/2014-18	O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual prestação de serviços de fornecimento e aplicação de doses de vacina contra a Gripe Influenza (H1N1), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 20.765,16
Pregão 30/14	71010.000018/2014-44	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de materiais de consumo, pendrive, adaptadores para ligação dos equipamentos de informática, CD R e CD RW, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos	R\$ 23.367,98

Pregão 31/14	71010.000021/2014-68	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, para atender aos portadores de deficiência auditiva durante a realização de Reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS, as quais incluem Reuniões Ordinária, Extraordinária, Descentralizadas e Ampliadas, Conferências Nacionais de Assistência Social e eventos com a participação do Presidente e Conselheiros, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.	R\$ 152.800,00
Pregão 32/14 (SRP)	71000.027662/2014-89	Registro de preços para eventual contratação de serviços de fornecimento e instalação de painéis, divisórias, portas e complementos, forros e luminárias, incluindo os serviços de instalação, remanejamento, desmontagem e montagem, com execução mediante o regime de tarefa, para atender às necessidades deste Ministério, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	Pregão Revogado
Pregão 33/14	71000.009082/2014-18	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de primeiros socorros por meio de bombeiros civis particulares, credenciada junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, com fornecimento de material necessário, para atender às necessidades das unidades deste Ministério, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	Pregão Revogado
Pregão 35/14 (SRP)	71000.027662/2014-89	Registro de preços para eventual contratação de serviços de fornecimento e instalação de painéis, divisórias, portas e complementos, forros e luminárias, incluindo os serviços de instalação, remanejamento, desmontagem e montagem, com execução mediante o regime de tarefa, para atender às necessidades deste Ministério, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 1.844.240,00

Pregão 36/14	71000.003198/2014-35	Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação empresa especializada para a prestação de serviços de impressão, manuseio e postagem de correspondência padronizada, com dados variáveis, assumindo o formato de documentos de notificação, na modalidade Franqueamento Autorizado de Cartas FAC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 14.464.000,00
Pregão 37/14	71000.009082/2014-18	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de primeiros socorros por meio de bombeiros civis particulares, credenciada junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, com fornecimento de material necessário, para atender às necessidades das unidades deste Ministério, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 2.151.996,00
Pregão 38/14	71000.006816/2014-07	Aquisição de Licença de uso de Software Adobe Creative Cloud para publicação e edição de imagens, figuras vetoriais, arquivos tipo PDF, animações e recursos de interatividade para publicações digitais em PDF ou HTML, em modalidade de licenciamento de subscrição por 24 meses via contrato corporativo de software, acrescidas de direito compulsório à atualização de versões, para atender as necessidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 129.650,00
Pregão 40/14	71000.015177/2014-62	Serviço contínuo de copeiragem, com o fornecimento de materiais de consumo e equipamentos conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 4.213.608,72
Pregão 42/14 (SRP)	71000.068605/2014-50	O objeto da presente licitação é o registro de preços de com vistas a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de carimbos de diversos tipos e modelos, com fornecimento de refis, borrachas, numerador, datador, tinta, para atender às necessidades deste Ministério, em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 45.756,10

Pregão 43/14	71000.007285/2014-61	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de 02 Câmeras Fotográficas e acessórios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 59.030,00
Pregão 44/14	71000.091783/2014-84	Serviços de movimentação de equipamentos de Tecnologia da Informação TI do Datacenter deste Ministério localizado em São Paulo/SP, para outro Datacenter localizado em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	R\$ 77.900,00
Pregão 47/14	71000.087896/2014-85	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível gasolina para atender as necessidades da frota oficial de veículos automotores do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), durante o ano de 2015, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	R\$ 51.085,93
Total Homologado em Pregões em 2014			R\$ 49.873.372,78

OBSERVAÇÕES:

1. Os Pregões de nºs 7, 34, 39, 45 e 46 não foram concluídos no exercício de 2014, portanto, não fazem parte do Quadro de Pregões concluídos.
2. Quanto ao nº 41/2014, não foi utilizada a numeração para abertura de Pregão Eletrônico. O processo não chegou a ser publicado como Pregão, ficando apenas na fase interna da licitação.
3. Os Pregões de nºs 43 e 44/2014, já estavam inclusos na Tabela acima.

ANEXO II – CHAMADA PÚBLICA

Modalidade /Número	N.º Processo	Objeto	Valor Homologado
01/2014	71000.082840/2013-53	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar por meio de chamada pública para fins de formação de kits lanche para os voluntários da copa do mundo de 2014, no âmbito da campanha Brasil Orgânico Sustentável.	R\$ 1.125.220,00

ANEXO III - DISPENSA DE LICITAÇÃO - ARTIGO 24, DA LEI Nº 8.666/93

Processo	Nº	Objeto	Item	Qtde	Empresa	Enquadramento	Sector Solicitante	Qtd de TRs alterados	Data de Abertura do Processo	Data da Emissão da Nota de Empenho	Período de Execução das Dispensas de Licitação (entre abertura do processo e emissão nota de empenho)
71000.077185/2013-11	1	Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível (gasolina) para atender as necessidades da frota oficial de veículos automotivos no MDS, para o período de janeiro e fevereiro de 2014.	Gasolina Comum	1	Petrobrás Combustível Ltda CNPJ: 06.071.706/0001-20	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	COSEG	—	30/12/2013 ³	6/01/2014	7 dias
71000.088479/2013-79	2	Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação, incluindo montagem de estrutura de sustentação, de placa de identificação para a propriedade destinada à construção de Anexo do Bloco C, futura sede do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.	Instalação e montagem - Painel/placa luminosa	1	Artfine Soluções Visuais e Materiais Publicitários Ltda CNPJ: 11.232.560/0001-98	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	DIENG	—	4/04/2013 ⁰	11/04/2014	315 dias
71000.005701/2014-97	3	Aquisição de 130 (cento e trinta) aparelhos telefônicos analógicos	Aparelho Telefônico	30	Sol - Comércio e Serviços de Informática Ltda - EPP CNPJ: 07.607.904/0001-29	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	DITEL	—	2/01/2014 ⁰	26/02/2014	56 dias
71000.009094/2014-34	5	Contratação de serviço controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização nas instalações do FNAS/Sul Quadra 02, lote 08 Bloco H.	Área internas - 12 horas Noturnas - 2ª a domingo - Outra Produtividade de	1	W&E Serviços Técnicos Ltda - EPP CNPJ: 05.283.260/0001-35	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	COSEG	—	11/03/2014 ¹	17/04/2014	37 dias
71000.005980/2014-99	6	Contratação de empresa para prestação de serviço de locação e instalação de climatizadores a serem disponibilizados no Estande do MDS, que será instalado no Centro de Eventos Pantanal - Al. Bernardo Antônio de Oliveira Neto, s/nº - Bairro Jardim Santa Marta - Cuiabá/MT.	Locação Aparelho Ar Condicionado	1	Alcimar Moretti - ME CNPJ: 09.625.148/0001-96	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	SNAS	—	14/04/2014 ¹	24/04/2014	4 dias
71000.025898/2014-81	7	Contratação de local apropriado para a realização de 1 (um) Encontro de Apoio Técnico às equipes técnicas das Secretarias de Estado de Assistência Social, a realizar-se nos dias 29 e 30 de maio, de 9 às 18h.	Seminário/ Palestra	1	Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP CNPJ: 00.627.612/0001-09	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	SNAS	—	15/04/2014 ¹	5/05/2014	20 dias
71000.082492/2013-14	9	Aquisição de materiais permanentes, carrinhos para transporte de processos, visando suprir as necessidades das diversas unidades do MDS.	Carrinho Industrial	1	Jelmark - Comercio de Rolamentos e Peças LTDA-EPP CNPJ: 05.520.854/0001-12	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	CDA	—	13/09/2013 ¹	19/05/2014	217
71000.082492/2013-14	10	Aquisição de materiais permanentes, carrinhos para transportes de processos, visando suprir as necessidades das diversas unidades do MDS.	Carrinho Transporte	3	Alexandre Gerolomo Indústria de Aramados Ltda CNPJ: 08.800.173/0001-04	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	CDA	—	13/09/2014 ¹	19/05/2014	

71000.082492/2013-14	11	Aquisição de materiais permanentes, carrinhos para transportes de processos, visando suprir as necessidades das diversas unidades do MDS Leitora Código Barra.	Leitora Código Barra	15	CDC Brasil Distribuidora de Tecnologias Especiais Ltda CNPJ: 05.607.657/0001-35	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	CDA	—	13/09/2014 ¹	13/09/2014	
71000.062680/2014-15	12	Aquisição de Cartões de Proximidade necessários à adequação dos servidores deste MDS ao sistema de controle de acesso físico no edifício sede do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT(Cotação Eletrônica)	Cartão	300	Lázaro José - ME CNPJ: 06.127.283/0001-13	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	CGRH	—	2/05/2014 ⁰	16/06/2014	45 dias
71000.009158/2014-05	13	Contratação de empresas para aquisição de materiais de consumo, álcool em gel, para atender as unidades do MDS.	Álcool Etílico	300	Ammer Comércio de Produtos Químicos do Brasil - EIRELI CNPJ: 19.876.529/0001-00	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	COSEG	—	13/05/2014 ¹	17/06/2014	35 dias
71000.043082/2014-39	14	Contratação de prestação dos serviços de tecnologia da informação e comunicação disponibilizados na INFOVIA, providos pelo SERPRO, para atender as necessidades do MDS. (12 meses).	Informática - Instalação/ Manutenção e Comunicação Dados	12	Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) CNPJ: 33.683.111/0002-80	Art 24. Inciso XVI, da Lei 8.666/93	DTI	—	19/03/2014 ¹	4/06/2014	77 dias
71000.051528/2013-18	15	Aquisição de materiais de informática, que irão prover o suporte tecnológico e a interatividade do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.	Conversor Vídeo	1	Primo's Comércio de Produtos de Informática Ltda - Me CNPJ: 219.775/0001-64	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	COMAP	—	24/10/2014 ²	3/06/2014	222 dias
			Amplificador Distribuidor de Vídeo	1	RGN - Som Eletrônica e Informática Ltda CNPJ: 05.428.208/0001-20	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93					
			Cabo Coaxial	1	Cinestec Componentes Eletrônicos Ltda - Epp CNPJ: 54.234.331/0001-15	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93					
			Cabo Coaxial	2	Primo's Comércio de Produtos de Informática Ltda - Me CNPJ: 08.219.775/0001-64	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93					
			Cabo Coaxial	2	Cinestec Componentes Eletrônicos Ltda - Epp CNPJ: 54.234.331/0001-15	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93					
			Cabo Coaxial	1	Cinestec Componentes Eletrônicos Ltda - Epp CNPJ: 54.234.331/0001-15	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93					
71000.055609/2014-78	16	Aquisição de caixas de som, visando suprir as necessidades da sala de reuniões do Gabinete da Ministra - GM/MDS	Caixa de som	1	Arroba Informática Ltda - Epp CNPJ: 02.870.318/0001-59	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	GAB	—	12/05/2014 ¹	5/06/2014	24 dias

71000.041037/2014-40	17	Aquisição de material de sinalização, para atender a Coordenação de Materiais e Patrimônio do MDS.	Plaquette de Identificação do Patrimônio	10.000	Minas Placa Ltda - ME CNPJ: 11.276.518/0001-79	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	COMAP	—	19/03/2014 ¹	27/06/2014	100 dias
71010.000120/2014-40	18	Aquisição de adesivos metálicos em braile para as portas das salas do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.	Adesivo Geral	20	Wanjour Comércio de Metais, Jóias e Serviços de Telecomunicações Ltda - Me CNPJ: 07.260.815/0001-59	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	CNAS	—	28/05/2014 ²	2/06/2014	35 dias
71000.042922/2014-46	19	Aquisição de bem permanente novo, denominado aparelho telefônico sem fio, com objetivo de atender a necessidade do Gabinete da Ministra deste MDS.	Aparelho Telefônico sem fio	3	Arroba Informática Ltda - Epp CNPJ: 02.870.318/0001-59	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	GAB	—	99/05/2014 ¹	14/07/2014	56 dias
71000.068613/2014-04	20	Contratação, sob demanda, de empresa especializada para prestação de serviços de confecção de cartões de visita institucionais, para atendimento das demandas do MDS.	Elaboração de Arte - Gráfica	5.400	GC Fernandes Gráfica e Editora Ltda CNPJ: 06.271.777/0001-77	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	CGLA	—	19/08/2014 ¹	29/09/2014	42 dias
71000.098889/2014-17	21	Aquisição de cabos HDMI e Adaptadores Display Port, Mouse e Teclados sem fio para atender as necessidades do MDS.	Elaboração de Arte - Gráfica	1.100							
71010.000122/2014-39	22	Aquisição de Adesivos em tinta.	Elaboração de Arte - Gráfica	1000							
71000.082028/2014-17	23	Aquisição de papel A4, 180 gramas, alta alvura (branco), com brasão e dizer "República Federativa do Brasil" e papel A4 180 gramas, alta alvura (branco) com dizer "República Federativa do Brasil".	Elaboração de Arte - Gráfica	1.100							
71010.003116/2014-33	24	Aquisição de material de consumo, como luvas descartáveis, visando suprir as necessidades do Conselho Nacional de Assistência Social e para recompor o estoque do almoxarifado.	Luva para procedimento não cirúrgico	120	Atual Comércio de Produtos de Limpeza e Alimentos Ltda - Epp CNPJ: 10.946.351/0001-43	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	COMAP	—	21/08/2014 ²	18/09/2014	28 dias
71000.096036/2014-32	25	Fornecimento de energia elétrica pela CEB Distribuidora S.A ao MDS.	Energia Elétrica Fornecimento	1							
71000.097565/2014-53	26	Contratação de serviços de envio de mensagem de texto para celular para qualquer via sistemas de informações.	Telefonia - Convencional / Celular	1	TWW do Brasil S.A CNPJ: 01.126.946/0001-61	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	SNAS	—	3/09/2014 ⁰	1/10/2014	33 dias
71000.003091/2014-78	27	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de 05 suportes de teto para sala de reuniões do CNAS.	Suporte de videocasset e/televisão	5	Infardados Comércio e Serviços Ltda - EPP CNPJ: 70.596.473/0001-89	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	CNAS	—	15/09/2014 ¹	20/10/2014	35 dias
71010.000117/2014-26	28	Contratação de empresa especializada no fornecimento de 27 bandeiras de mesa, 01 bandeira grande e 40	Confeção de Bandeira - Nacional / Distintiva. (16330)	27	WL Serviços e Comunicação Visual Ltda - ME CNPJ: 06.254.659/0001-89	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	CNAS	—	24/04/2014 ²	21/10/2014	180 dias

		identificadores de mesa (prismas).	Confecção de Crachás. (10111)	44	50						
		Confecção de Bandeira - Nacional / Distintiva. (16330)		01	Bel Ponto Bordados e Confecções Ltda - ME CNPJ 00.849.026/0001-09						
71000.108659/2014-65	29	Aquisição de Pneus para atender as necessidades dos veículos oficiais que compõem a frota do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Pneus 165/70 R13-Fiat Uno (20) e 175/65 R14 - Ford Fiesta (4).	Pneu Veículo Automotivo .(31291)	20	Curinga dos Pneus Ltda CNPJ 00.041.327/0038-01	Art 24. Inciso II, da Lei 8.666/93	SETRAN	—	19/08/2024 ¹	29/09/2014	42 dias

Obs.: 27 dispensas de licitação cadastradas e concluídas.

OBSERVAÇÕES:

1. A Dispensa de nº 04/2014 foi anulada tendo em vista que as propostas de preços não apresentavam o valor do frete. Desta feita, foi cadastrada outra Dispensa com o nº 09/2014.
2. A Dispensa de nº 08/2014 foi realizada por meio de cotação eletrônica, no entanto, foi anulada por ter apresentado valores discrepantes, para mais, tendo a compra sido processada pela Dispensa de Licitação nº 15/2014.

**ANEXO IV - ADESÕES A ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS FINALIZADAS
EM 2014**

Mês	Processo	Área Solicit ante	Objeto	Órgão/Pregão/A ta	Empresa	CNPJ	Valor R\$
JANEIRO	71000.066307/2013-44	COMAP	Aquisição de 20 (vinte) Micro-ondas.	Universidade Federal de Goiás UFG - GO Pregão Eletrônico nº 124/2013	Vipre Comércio de Produtos Ltda.	07.607.618/0001-63	6.560,00
MARÇO	71000.022012/2014-47	DTI	Aquisição de equipamento do tipo Firewall, incluindo software e prestação de serviços de instalação para modernização da rede do MDS, com garantia de 48 (quarenta e oito) meses.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC Pregão Eletrônico SRP nº 01/2014	NTSEC Soluções em Teleinformática Ltda - Me	09.137.728/0001-34	1.956.685,32
ABRIL	71000.022011/2014-01	DTI	Contratação de Empresa para Fornecimento de Solução de Virtualização de Equipamentos Servidores de Rede.	Ministério de Minas e Energia - MME Pregão Eletrônico SRP nº 31/2013	DCL Brasil Distribuidora	10.646.995/0001-16	3.100.992,00
JUNHO	71000.034983/2014-30	DTI	Aquisição de Solução de Segurança e Gerência Unificada para proteção e controle de estações de trabalho (desktops).	Ministério da Cultura-MinC Pregão nº 12/2013	ISH Tecnologia S/A	01.707.536/0001-04	2.575.300,00
JULHO	71000.088487/2014-15	DIENG	Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de condicionadores de ar.	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA Pregão Eletrônico - SRP nº 16/2013	HS Manutenção e Serviços Ltda	14.484.030/0001-25	686.000,00
JULHO	71000.027096/2014-13	DTI	Aquisição de ferramenta de modelagem de banco de dados e suporte técnico por 12 meses.	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA/MS Pregão nº 27/2013	Cast Informática S/A	03.143.181/0001-01	279.000,00
SETEMBRO	71000.097545/2014-82	DTI	Adesão à Ata de Registro de Preços do TCU, para contratação de solução de TI tipo DATA DISCOVERY	Tribunal de Contas da União- TCU Pregão Eletrônico nº 52/2013	TOCCATO Tecnologia em Sistemas Ltda, inscrita no	08.689.089/0001-57	1.088.413,74
OUTUBRO	71000.074344/2014-15	DTI	Aquisição de novas licenças e suporte para o sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) Oracle.	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA/MS Pregão Eletrônico nº 09/2014	CAST INFORMÁTICA S.A	03.143.181/0001-01	2.567.984,00
OUTUBRO	71000.081992/2014-10	COMAP	Aquisição de cadeiras giratórias operacional tipo A. (item 40 da ata)	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS Pregão nº 05/2014	FLEXFORM Indústria Metalúrgica Ltda	49.058.654/0001-65	202.445,00
OUTUBRO	71000.081995/2014-53	COMAP	Aquisição de cadeiras giratória, espaldar alto (presidente), com apoio braços e Cadeira fixa, interlocutor, com apoio braços. (itens 49 e 50)	Centro de Intendência da Marinha em Natal Pregão nº 11/2014 - Ata RP nº 42/2014	FLEXFORM Indústria Metalúrgica Ltda	49.058.654/0001-65	62.017,50
OUTUBRO	71000.061796/2013-48	DTI	Contratação de empresa para fornecimento de solução de armazenamento de dados, contemplando instalação, configuração e entrega de recursos tecnológicos de hardware com softwares embutidos.	Receita Federal do Brasil - RFB Pregão Eletrônico nº 07/2014	Servix Informática Ltda	01.134.191/0001-47	5.578.769,00
NOVEMBRO	71000.007404/2014-86	ASCOM	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços necessários à participação do MDS no Seminário Internacional "Network Towards Unit for Health - Fortalecendo os profissionais de saúde - a educação como política para melhorar a saúde em Fortaleza/CE", a ser realizado em Fortaleza/Ceará, no período de 19 a 23/11/2014.	Conselho Nacional de Justiça - CNJ Pregão Eletrônico nº 47/2013 Ata de Registro de Preços nº 01/2014	Exemplos Agência de Viagens e Turismo LTDA - ME	02.977.786/0001-27	19.270,95
NOVEMBRO	71000.132606/2014-65	ASCOM	a contratação de empresa especializada na prestação de serviços necessários à realização do "II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais", a ser realizado em Brasília no período de 24 a 28/11/2014.	Conselho Nacional de Justiça - CNJ Pregão Eletrônico nº 47/2013 Ata de Registro de Preços nº 01/2014	Exemplos Agência de Viagens e Turismo LTDA - ME	02.977.786/0001-27	341.862,28

NOVEMBRO	71000.084615/2013-51	DTI	Contratação de serviços de Tecnologia e Comunicações (TIC) para sustentação de rede e segurança (SRS) e sustentação e operação (SSO) da infraestrutura computacional do MDS.	Departamento da Polícia Rodoviária Federal – DPRF Pregão Eletrônico nº 30/2013 Ata de Registro de Preços nº 2/2014	B2Br – Business Informática do Brasil Ltda	01.162.636/0001-00	3.250.002,80
TOTAL DE PROCESSOS INSTRUÍDOS E FINALIZADOS: 14						TOTAL (R\$) 21.715.302,59	

ANEXO V - INEXIGIBILIDADE - ARTIGO 25 DA LEI Nº 8.666/93

Processo	Nº	Objeto	Item	Qtd e	Empresa	Enquadramento	Índice de alterações nos Termos de Referência (TRs)	Setor Solicitante	Data de Abertura do Processo	Data da Emissão da Nota de Empenho	Período de Execução das Inexigibilidades (entre abertura do processo e emissão nota de empenho)
71000.090810/2013-11	1	Contratação de empresa Zênite Informação e Consultoria S/A na prestação dos serviços de assinatura dos periódicos Orientação por escrito ILC, Revista Zênite, acesso via web (Web Licitações e Contratos) e Lenotadata.com	Assinatura de Jornais, revistas e periódicos (4243)	1	Zênite Informação e Consultoria S/A CNPJ: 86.781.069/0001-15	Art. 25. Inciso I da Lei nº 8.666/93	-	CGLC	15/10/2013	22/04/2014	169 dias
71000.107848/2013-30	2	Contratação de serviços de natureza continuada para atualização de versões e suporte de manutenção de licenças Oracle.	Serviço de Licença pelo Uso de Software - (24333)	2	Oracle do Brasil Sistemas Ltda CNPJ: 59.456.277/0001-76	Art. 25. Caput da Lei nº 8.666/93	-	DTI	30/10/2014	09/05/2014	191 dias
71000.021944/2014-72	4	Contratação de clínica especializada para tratamento de saúde de pessoa portadora de necessidades especiais, para a beneficiária SUELALINE MOREIRA DA COSTA	Tratamento de paralisia cerebral (7714)	12	Clama Clínica de Atendimento Psicológico CNPJ: 01.701.673/0001-31	Art. 25. Inciso II da Lei nº 8.666/93	-	CGRH	25/04/2014	05/06/2014	41 dias
71000.034986/2014-73	5	Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Suporte Técnico, atualização de Versão e Renovação de Licença da ferramenta de ajuste fino (tunning) de banco de dados.	Informática - Suporte Técnico (Software/Equipamentos) (22993)	1	IBM Brasil - Indústria Máquinas e Serviços Ltda CNPJ: 33.372.251/0062-78	Art. 25 Caput da Lei nº 8.666/93	-	DTI	17/03/2014	30/07/2014	135 dias
71000.098108/2014-86	7	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de assinatura dos periódicos Boletim de Convênios e Parcerias, da Revista Governet Editora.	Assinatura de Jornais, revistas e periódicos (4243)	1	Governet Editora Ltda - ME CNPJ: 07.316.919/0001-38	Art. 25. Inciso I da Lei nº 8.666/93	-	CONJUR	19/08/2014	11/09/2014	23 dias
71000.007144/2014-49	8	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços noticiosos especializados na rede mundial de computadores – Broadcast Político e os seguintes serviços opcionais: Análise Política Online, para atender as necessidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	Monitoramento Informação Mídia Eletrônica (22870)	5	Agência Estado Ltda CNPJ: 62.652.961/0001-38	Art. 25. Inciso III da Lei nº 8.666/93	-	ASCOM	01/04/2014	12/09/2014	164 dias
71000.076290/2014-14	9	Fornecimento de água tratada e rede de esgoto ao imóvel do FNAS, conforme Termo de Referência.	Fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário (22845)	1	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal CNPJ: 00.082.024/00001-37	Art. 25. Caput da Lei nº 8.666/93	-	FNAS	09/09/2014	15/10/2014	36 dias
71000.118259/2012-04	10	Reestabelecimento de Suporte Técnico, renovação e aquisição de novas licenças da ferramenta DataStage e QualityStage para complementação do número mínimo de licenças por unidade de rocessamento. Licenças necessárias para complementação ao produto DataStage e QualityStage do MDS.	Informática - Suporte Técnico (Software / Equipamentos). (22993)	1	IBM BRASIL- Indústria Máquinas e Serviços Ltda CNPJ: 33.372.251/0062-78	Art. 25. Caput da Lei nº 8.666/93	-	DTI	27/10/2014	05/12/2014	40 dias
71000.031414/2013-51	1	Contratação de empresa especializada para manutenção do software ASI – Automation System of Inventory – Módulo Almoxarifado e Patrimônio, de propriedade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.	Informática - Suporte Técnico (Software / Equipamentos). (22993)	1	Link Data Informática e Serviços S/A CNPJ: 24.936.973/0001-03	Art. 25. Caput da Lei nº 8.666/93	3	COMAP	27/05/2013	05/12/2014	556 dias
71000.030643/2011-97	12	Contratação de prestação de serviços para apuração especial do CNPJ e CPF da receita Federal do Brasil - RFB com cargo inicial full, bem como de atualização diária dos dados para atender as necessidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.	Informática - Administração e Operação em Processamento de Dados.	1	Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPR CNPJ: 33.683.111/0002-80	Art. 25. Caput da Lei nº 8.666/94	-	DTI	13/07/2011	26/12/2014	755 dias
71000.011190/2014-42	14	Contratação de serviços de natureza continuada para atualização de versão e suporte técnico avançando da licença de uso permanente do Sistema E-Gab, para suporte às atividades do Gabinete da Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, seus assessores, secretários e outras autarquias.	Manutenção / Instalação / Desenvolvimento Software	1	EVOLUCAO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA - EPP 0 1.968.073/0001-34	Art. 25. Caput da Lei nº 8.666/94 A	-	DTI	08/05/2014	24/12/2014	231 dias

Obs.: 11 inexigibilidades cadastradas e concluídas.

OBSERVAÇÕES:

1. A Inexigibilidade de nº 03/2014 foi anulada por problema técnico/administrativo no momento de cadastramento (código inexistente no SIASG). Assim, foi cadastrada nova Inexigibilidade com o nº 04/2014.
2. A Inexigibilidade de nº 06/2014, foi cadastrada sem a ratificação da mesma. Para solucionar, foi cadastrada novamente, com a ratificação, recebendo o nº 07/2014.
3. A Inexigibilidade de nº 13/2014 foi anulada, tendo em vista que a ratificação foi feita no nome da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, enquanto que, a citada autoridade encontrava-se em férias regulamentares. Desta feita, a Subsecretaria Adjunta de Assuntos Administrativos, ratificou, recebendo o nº 14/2014.

**ANEXO VI - RELAÇÃO DOS CONTRATOS VIGENTES EM 2014 EXCETO
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Quantidade	Contrato		Processo	Contratada	Objeto	Ínicio	Término	Valor global
	Nº	Ano	Número	Empresa		Data	Data	Último valor vigente (R\$)
1	27	2011	71000.124771 /2010-10	SLA Propaganda Ltda	Publicidade	20/10/2011	20/10/2015	18.750.000,00
2	49	2012	71000.045357 /2012-15	Maria Leoneide Carvalho da Silva	Serviço de clipping eletrônico	06/11/2012	06/11/2014	16.999,80
3	10	2013	71000.111510 /2012-00	Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC	Aquisição de assinaturas de periódicos	04/04/2013	04/04/2014	331.200,00
4	21	2013	71000.017763 /2012-80	Informe Comunicação Integrada SS Ltda.	Assessoramento em comunicação e imprensa e relações públicas	11/06/2013	11/06/2015	11.967.469,76
5	2	2014	71000.047538 /2011-97	Exemplus Agência de Viagens e Turismo Ltda	Realização do evento "Seminário Internacional PAA + Aquisição de Alimentos" em Brasília	04/02/2014	31/12/2014	232.575,60
6	3	2014	71000.047538 /2011-97	Exemplus Agência de Viagens e Turismo Ltda	Realização do evento "Seminário Sisan com Municípios"	04/02/2014	31/12/2014	71.346,00
7	9	2014	71000.047538 /2011-97	Exemplus Agência de Viagens e Turismo Ltda	Realização do evento "Seminário sobre Segurança Alimentar e Nutricional: conceitos, medidas e novas agendas" em Brasília entre os dias 17 e 20/02/14	14/02/2014	31/12/2014	103.865,50
8	11	2014	71000.047538 /2011-97	Barra Livre Eventos e Promoções Ltda - EPP	Realização do evento "Oficina Banco de Alimentos" em Belo Horizonte/MG	13/03/2014	31/12/2014	20.680,80
9	12	2014	71000.047538 /2011-97	Exemplus Agência de Viagens e Turismo Ltda	Realização do evento "III Encontro BPC trabalho: Estratégias para a implementação, acompanhamento e monitoramento das ações do Programa em âmbito nacional" em Brasília	18/03/2014	31/12/2014	3.720,00
10	13	2014	71000.047538 /2011-97	Exemplus Agência de Viagens e Turismo Ltda	Realização do evento "mesa Técnica Nacional com os Coordenadores Estaduais do PBF" em Brasília	24/03/2014	31/12/2014	5.982,00
11	14	2014	71000.047538 /2011-97	Barra Livre Eventos e Promoções Ltda - EPP	Realização do evento "Oficina Regional Nordeste", em Maceió/AL	27/03/2014	31/12/2014	97.314,80
12	15	2014	71000.047538 /2011-97	Exemplus Agência de Viagens e Turismo Ltda	Realização do evento "Seminário Internacional de Políticas Sociais para o Desenvolvimento" em Brasília (31/03 a 04/04)	31/03/2014	31/12/2014	121.488,00

13	16	2014	71000.047538 /2011-97	Barra Livre Eventos e Promoções Ltda - EPP	Realização do evento "Oficina de Banco de Alimentos" em São Paulo/SP (02/04 a 03/04)	01/04/2014	31/12/2014	18.631,00
14	47	2014	71000.047538 /2011-97	Barra Livre Eventos e Promoções Ltda. - EPP	Realização do evento "Oficina Regional SISAN Centro-Oeste" em Campo Grande/MS (06/06)	06/06/2014	06/07/2014	84.338,60
15	58	2014	71000.047538 /2011	Exemplus agência de viagens e turismo	realização de 13 (treze) eventos	02/09/2014	31/12/2014	1.755.000,00
16	59	2014	71000.047538 /2011	Barra Livre Eventos e Promoções Ltda - EPP	Realização de três eventos	02/09/2014	31/12/2014	230.000,00
17	64	2014	71000.007144 /2014-49	Agência Estado Ltda	Serviços noticiosos especializados na internet (broadcast político) e Análise Política Online	24/09/2014	24/09/2015	36.000,00
18	17	2013	71000.025149 /2013-72	Call Tecnologia e serviços ltda.	Telemarketing destinados à central de relacionamento do MDS	16/05/2013	16/05/2015	17.471.640,40
19	39	1999	71000.520252 /2008-64	Stylos Engenharia LTDA	Locação de imóvel edifício ômega	27/04/1999	30/06/2015	4.377.183,85
20	31	2005	71000.002426 /2005-69	Irmãos Sarkis Ltda	Locação de imóvel saf/sul	08/09/2005	08/03/2015	4.886.033,36
21	34	2007	71000.008756 /2006-49	Conbral-par empreendimentos participações ltda	Locação de imóvel localizado no saan,qd.4, lote 916 - asa norte	16/10/2007	17/10/2015	670.645,04
22	17	2009	71000.576313 /2008-48	JAC Transportes	Serviços de Transporte rodoviário de Carga para o MDS	01/04/2009	01/04/2014	135.770,00
23	19	2009	71000.001116 /2004-46	Clínica de Atendimento Psicológico a Crianças Especiais Ltda. - Cliama	Atendimento médico especializado - Suelaine Moreira da Costa	05/06/2009	05/06/2014	62.499,37
24	24	2009	71000.004846 /2009-11	CEB Distribuição S.A.	Fornecimento de energia elétrica ao Edifício Ômega	15/06/2009	15/06/2014	513.712,50
25	33	2009	71000.548661 /2008-25	City Service Segurança Ltda	Brigada de bombeiros particular, com fornecimento de materiais e equipamentos	02/09/2009	02/12/2014	1.354.998,64
26	49	2009	71000.548663 /2008-14	WR Comercial de Alimentos e Serviços Ltda	Copeiragem, com o fornecimento de material de consumo e equipamentos	24/11/2009	24/11/2015	4.244.627,96
27	16	2010	71000.104071 /2009-75	Transfer Logística e Transportes Especiais	Manuseio de correspondências	03/05/2010	03/05/2015	817.096,20
28	D2 1	2010	71000.001833 /2010-16	Companhia Energética de Brasília - CEB Distribuição S/A	Fornecimento de energia elétrica ao Edifício FNAS - SAF/Sul	03/05/2010	03/05/2015	140.595,00

29	35	2010	71000.004915 /2009-89	Escritório Arquitetura de e Urbanismo Oscar Niemeyer Ltda	Elaboração e fornecimento dos projetos arquitetônicos - Anexo Bloco C	20/07/2010	20/01/2015	3.231.470,08
30	27	2010	71000.000408 /2010-18	ECT - Empresa de Correios e Telégrafos	Execução de serviços de produtos dos Correios	13/10/2010	13/10/2015	6.032.876,96
31	D6 0	2010	71000.103877 /2010-80	Companhia Energética de Brasília - CEB Distribuição S/A	Fornecimento de energia elétrica ao Edifício SNAS	29/10/2010	29/10/2015	44.341,50
32	1	2011	71000.012019 /2010-27	RCS Tecnologia Ltda	Engenharia de manutenção predial	13/01/2011	13/01/2016	1.097.394,89
33	11	2011	71000.018481 /2011-19	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	Fornecimento de água e rede de esgoto ao Edifício do FNAS	04/04/2011	indeterminado	41.740,03
34	13	2011	71000.018480 /2011-74	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	Fornecimento de água e rede de esgoto ao Edifício Omega	02/05/2011	indeterminado	107.419,20
35	15	2011	71000.012008 /2010-47	Over Elevadores LTDA	Engenharia de manutenção preventiva e corretiva de elevadores	11/05/2011	11/05/2015	9.152,13
36	14	2011	71000.103957 /2010-35	Digitro Tecnologia Ltda	Manutenção das centrais privadas de comutação telefônica	16/05/2011	16/05/2015	229.000,00
37	23	2011	71000.060348 /2011-65	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	Abastecimento de água e esgoto SAAN	06/09/2011	indeterminado	40.321,01
38	18	2011	71000.060358 /2011-09	Embratel S.A.	Serviço Telefônico Fixo Comutado contínuo	31/10/2011	31/10/2015	138.699,50
39	24	2012	71000.548655 /2008-78	Ágil Serviços Especiais Ltda	Repcionistas - encerrado em 24/10	08/05/2012	24/10/2014	950.373,44
40	29	2012	71000.000483 /2012-32	Oi S.A.	Serviços telefônico fixo comutado (STFC) modalidade Discagem Grátis (DDG) - 0800	11/07/2012	16/06/2014	531.700,68
41	37	2012	71000.003768 /2012-25	Gelso Antonio Lorenzi EPP	Inspeção e manutenção de extintores	07/08/2012	07/08/2015	12.226,20
42	38	2012	71000.075662 /2011-42	GVP Auto Locadora Veículos	Locação de veículos de pequeno, médio e grande porte e motorista para DF e entorno	10/08/2012	10/04/2014	701.568,00
43	39	2012	71000.047434 /2012-63	Investcar Veículos LTDA	Locação de veículos de pequeno, médio e grande porte	10/08/2012	10/08/2015	280.032,35
44	46	2012	71000.033518 /2012-10	Banca Opção Comércio de Jornais e Revistas	Fornecimento e distribuição diária de jornais e revistas e impressos.	21/09/2012	21/09/2015	121.664,06

45	59	2012	71010.000543 /2011-17	Realy produções e eventos Itda.- ME	Acompanhamento taquigráfico e registro de reuniões com gravação e degravação de cd, dvd etc.	26/11/2012	26/11/2015	731.108,84
46	4	2013	71000.077871 /2011-21	Sefix Empresa de Segurança	Vigilância Armada e Desarmada	01/02/2013	01/02/2015	1.611.645,84
47	8	2013	71000.041831 /2012-21	Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC	Publicidade legal	16/03/2013	16/03/2015	324.672,00
48	Se m	2013	71000.015922 /2013-92	Imprensa Nacional	Publicação no Diário Oficial da União seções 1, 2 e 3	17/04/2013	17/04/2014	1.400.000,00
49	24	2013	71000.030609 /2013-84	Alvorada Serviços de Reformas em Geral	Carregadores para móveis e equipamentos em geral	16/07/2013	16/07/2015	350.865,16
50	22	2013	03110.005714 /2013-88	MPOG	Condições de ocupação e rateio de despesas administrativas do Bl. "C"	16/07/2013	15/07/2018	R\$
51	26	2013	71000.061285 /2012-45	Consórcio Claro Embratel	Serviço de telefonia móvel pessoal	24/07/2013	24/07/2015	556.842,36
52	34	2013	71000.014600 /2013-26	NAR Comercial de Peças para Veículos Eireli - ME	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, da frota do MDS	01/10/2013	13/01/2015	65.877,00
53	46	2013	71000.028886 /2012-46	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap	Assessoria e consultoria técnica dos projetos arquitetônicos dos anexos aos Bloco C	20/11/2013	20/11/2015	417.337,60
54	48	2013	71000.017865 /2012-03	J & M Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda - EPP	Televisão por assinatura, com 10 pontos	26/11/2013	26/11/2015	40.272,00
55	49	2013	71000.059325 /2012-99	Rover Administração e serviços Ltda.	Limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais	03/12/2013	03/12/2015	1.169.254,07
56	53	2013	71000.107621 /2013-94	Global Village Telecom S.A. - GVT	Serviço telefônico Fixo Comutado na modalidade Local, através de entroncamento digital	31/12/2013	31/12/2015	290.329,44
57	4	2014	71000.015922 /2013-92	Espaço & Forma Móveis e Divisórias Ltda	Fornecimento e/ou instalação de painéis, divisórias, portas e complementos, forros, luminárias e brises, incluindo instalação, montagem, desmontagem e remanejamento	04/02/2014	31/12/2014	11.032,00
58	5	2014	71000.023845 /2013-44	Tikinet Edição Ltda - EPP	Revisão ortográfica, gramatical e de semântica de textos em português	05/02/2014	05/02/2015	22.780,00
59	8	2014	71000.006030 /2013-09	Mídia Logística e Distribuição Ltda	Manuseio e distribuição de materiais para divulgação do CadÚnico para programas do Governo e de usuários	14/02/2014	31/12/2014	2.615.000,00
60	10	2014	71000.014705 /2013-85	Petronorte Combustíveis Ltda	Fornecimento de combustível - gasolina	25/02/2014	31/12/2014	52.077,58

61	10-A	2014	71000.042874 /2013-13	Carmona & Teixeira Ltda ME	Chaveiro, com reposição de peças	27/02/2014	27/02/2015	45.820,00
62	17	2014	71000.014622 /2013-96	GL Transportadora e Serviços Ltda - ME	Transporte de pessoas, documentos, encomendas, por meio de veículos básicos e executivos, aferidos por km incluindo combustível, motorista e encargos - DF e entorno	04/04/2014	04/04/2015	1.571.580,00
63	18	2014	71000.047538 /2011-97	Exemplus Agência de Viagens e Turismo Ltda	Realização do evento "CNPQ - 37 Projetos" em Brasília/DF (09/04 e 10/04)	09/04/2014	09/05/2014	47.264,60
64	Se m	2014	71000.015595 /2014-50	Imprensa Nacional	Publicação no Diário Oficial da União seções 1, 2 e 3	18/04/2014	18/04/2015	1.700.000,00
65	19	2014	71000.018812 /2014-63	Mil Bolsas & Brindes Promocionais Ltda ME	Frasqueira em napa ou poliéster, com a logo Brasil Orgânico e Sustentável	22/04/2014	31/07/2014	78.700,00
66	21	2014	71000.047538 /2011-97	Barra Livre Eventos e Promoções Ltda. - EPP	Realização do evento "Oficina Regional Norte", em Manaus/AM (23 e 24/04/2014)	23/04/2014	23/05/2014	83.070,30
67	23	2014	71000.087134 /2013-06	Art 3 Promoções e Eventos Ltda - ME	Instalação do Estande Brasil Orgânico e Sustentável na Feira da Associação Paulista de Supermercado (06 a 09/05 - SP)	25/04/2014	31/12/2014	140.000,00
68	24	2014	71000.047538 /2011-97	Barra Livre Eventos e Promoções Ltda. - EPP	Realização do evento "Estande do MDS - CONGEMAS", em Cuiabá/MT (28 e 30/04/2014)	28/04/2014	28/05/2014	131.216,88
69	25	2014	71000.047538 /2011-97	Barra Livre Eventos e Promoções Ltda. - EPP	Realização do evento "Sertão Vivo - Ações de Convivência no Semiárido", em Feira de Santana/BA (29/04/2014)	29/04/2014	29/05/2014	403.183,42
70	26	2014	71000.018812 /2014-63	Felinn Personalizações Ltda	Sacola estilo ciclista de nylon ou material similar, com a logo Brasil Orgânico e Sustentável	29/04/2014	31/07/2014	62.400,00
71	28	2014	71000.047538 /2011-97	Exemplus Agência de Viagens e Turismo Ltda	Realização do evento "Seminário LAI" em Brasília/DF (30/04/2014)	30/04/2014	30/05/2014	3.299,00
72	sem	2014	71000.015589 /2014-01	Imprensa Nacional	Aquisição de 15 assinaturas , por 1 mês	02/05/2014	02/06/2014	1.142,40
73	29	2014	71000.047538 /2011-97	Exemplus Agência de Viagens e Turismo Ltda	Realização do evento "Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS" em Brasília/DF (07 e 08/05/2014)	07/05/2014	07/06/2014	136.264,00
74	34	2014	71000.047538 /2011-97	Barra Livre Eventos e Promoções Ltda. - EPP	Realização do evento "Oficina Regional SISAN SUL" em Florianópolis/SC (15 e 16/05)	15/05/2014	15/06/2014	97.741,80
75	36	2014	71000.047538 /2011-97	Barra Livre Eventos e Promoções Ltda. - EPP	Realização do evento "Reunião com o Fundo Monetário Internacional" em Rio de Janeiro/RJ	16/05/2014	16/06/2014	2.212,00
76	37	2014	71000.047538 /2011-97	Exemplus Agência de Viagens e Turismo Ltda	Realização do evento "Oficina Banco de Alimentos" em Brasília/DF (20/05/14)	20/05/2014	20/06/2014	13.570,80

77	38	2014	71000.009126 /2014-00	W&E Serviços Técnicos Ltda. - EPP	Controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização das dependências do MDS	23/05/2014	23/05/2015	9.976,00
78	39	2014	71000.047538 /2011-97	Exemplus Agência de Viagens e Turismo Ltda	Realização do evento "I Seminário Nacional da Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS" em Brasília/DF (26 e 27/05/14)	26/05/2014	26/06/2014	78.269,00
79	40	2014	71000.047538 /2011-97	Barra Livre Eventos e Promoções Ltda. - EPP	Realização do evento "Oficina Regional SISAN SUDESTE" em Vila Velha/ES (29 e 30/05)	29/05/2014	29/06/2014	122.498,79
80	41	2014	71000.047538 /2011-97	Exemplus Agência de Viagens e Turismo Ltda	Realização do evento "Encontro Nacional de Apoio Técnico aos Entes com baixa Execução Financeira" em Brasília/DF (03 e 04/06)	03/06/2014	03/07/2014	77.238,00
81	42	2014	71000.047538 /2011-97	Exemplus Agência de Viagens e Turismo Ltda	Realização do evento "Reunião Trimestral do CNAS com os Conselhos de Assistência Social e CAS/DF" em Brasília/DF (05/06)	05/06/2014	05/07/2014	5.945,00
82	48	2014	71000.093075 /2013-05	Oi S.A.	Serviços telefônico fixo comutado (STFC) modalidade Discagem Gratuita (DDG) - 0800	16/06/2014	16/06/2016	3.447.484,82
83	49	2014	71000.007787 /2014-92	São Jorge Gráfica e Tecnologia Ltda	Serviços gráficos (impressões, folhetos, cartazes, folders, revistas, livros, blocos, entre outros) - Maior desconto	17/06/2014	16/06/2015	5.928.672,18
84	53	2014	71000.068571 /2013-12	Stamm Transportadora e Logística Ltda ME	Transporte rodoviário de carga, local, intermunicipal e interestadual compreendendo bens patrimoniais, veículos automotores e demais objetos do MDS e servidores	25/07/2014	24/07/2015	460.996,31
85	54	2014	71000.047538 /2011-97	Exemplus Agência de Viagens e Turismo Ltda	Realização do evento "Encontro Nacional de Monitoramento e Vigilância Socioassistencial do SUAS" em Brasília (30/07 a 01/08)	30/07/2014	30/08/2014	259.157,00
86	63	2014	71000.088487 /2013-15	Phd Ar condicionado Ltda	Fornecimento e instalação de condicionadores de ar, tipo split e janela, incluindo assistência técnica	14/08/2014	13/08/2015	179.000,00
87	sem	2014	71000.061774 /2014-69	Imprensa Nacional	Publicação no Diário Oficial da União seções 1, 2 e 3	27/08/2014	26/08/2015	7.833,00
88	66	2014	71000.050186 /2013-19	Dalva Aguiar Nascimento - Intradoc Brasil	Tradução e versão de textos	03/10/2014	03/10/2015	638.482,50
89	70	2014	71000.096036 /2014-32	CEB Distribuição S.A.	Fornecimento de energia elétrica - Edifício Ômega	17/10/2014	16/10/2015	550.000,00
90	72	2014	71000.009165 /2014-07	Adape Locação de Serviços Ltda EPP	Serviço de recepção	24/10/2014	24/10/2014	443.294,28
91	74	2014	71000.081992 /2014-10	Flexform Indústria Metalúrgica Ltda	Cadeiras giratórias de espaldar médio	31/10/2014	31/12/2014	202.445,00

92	75	2014	71000.081995 /2014-53	Flexform Indústria Metalúrgica Ltda	Fornecimento de materiais permanentes, cadeiras	18/11/2014	16/05/2015	62.017,50
93	76	2014	71000.009082 /2014-18	City Service Segurança Ltda	Serviços continuados de primeiros socorros	03/12/2014	03/12/2015	2.151.996,00
94	77	2014	71000.031414 /2013-51	Link Data Informática e Serviços S.A.	Supporte técnico e manutenção continuada do software de gestão ASI - Módulo almoxarifado e patrimônio	11/12/2014	10/12/2015	412.800,00
95	1	2014	71000.052253 /2014-11	Banco do Brasil	Abertura de Contas Vinculadas	28/07/2014	27/07/2016	-
96	16	2009	71000.550000 /2008-60	Centro de Integração Empresa Escola - CIEE	Serviço de colocação de estagiários	06/04/2009	10/06/2014	17.844,03
97	Se m	2010	71000.040590 /2009-06	Ministério da Saúde / Datasus	Cooperação técnica que possibilite ao mds desenvolver novos aplicativos e funcionalidades para os sistemas de propriedade do ms.	11/02/2010	11/02/2015	R\$
98	53	2010	71000.047800 /2010-12	Amil Assistência Médica Internacional Ltda	Assistência médica ambulatorial e hospitalar	04/11/2010	04/11/2014	3.354.090,75
99	6	2011	71000.047760 /2010-17	Works Construção e Serviços LTDA	Apoio administrativo e atividades auxiliares para MDS	07/02/2011	07/02/2015	23.679.178,25
100	38	2013	71000.070232 /2013-04	Turin Viagens Ltda	Agenciamento de Viagens	05/11/2013	05/11/2015	10.574.500,00
101	43	2014	71000.021944 /2014-72	Cliama Clínica de atendimento psicológico a crianças especiais ltda	Atendimento médico especializado - Suelaine Moreira da Costa	05/06/2014	05/06/2015	68.707,68
102	45	2014	71000.096008 /2013-34	Centro de Integração Empresa Escola - CIEE	Serviço de colocação de estagiários	10/06/2014	10/06/2015	11.890,08
103	60	2014	71010.000021 /2014-68	Unicurso União de Cursos Educacional e Capacitação Profissional Ltda ME	Interpretação de serviços de intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras	09/09/2014	01/09/2015	152.800,00
104	18	2009	71010.007525 /2008-61	Instituto brasileiro de educação e gestão ambiental - IBEG.	Intérprete da língua brasileira de sinais (libras).	06/04/2009	06/04/2014	80.100,00
105	47	2013	71010.001218 /2013-33	Tatianny Vitoreti EPP Locks	Organização de evento "IX Conferência Nacional de Assistência Social"	26/11/2013	26/05/2014	2.375.000,00
106	57	2014	71000.099020 /2014-81	Huffix ambientes empresariais indústria e comércio de móveis ltda	Aquisição de arquivos deslizantes	28/08/2014	31/12/2014	522.000,00
107	35	2013	71000.032480 /2013-49	Rural Rental Service Ltda - EPP	Locação de veículos, incluindo combustível e motorista - SE	17/10/2013	17/10/2015	55.906,00

108	36	2013	71000.032480 /2013-49	Premium Veículos Ltda - ME	Locação de veículos, incluindo combustível e motorista - CO (exceto DF, S, N e NE)	25/10/2013	25/10/2014	41.231,74
109	82	2014	71000.011190 /2014-42	Evolução Desenvolvimento de Sistemas Ltda	Atualização de versões e suporte técnico avançado da licença de uso permanente do software "e-Gab"	26/12/2014	25/12/2015	96.000,00
110	3	2012	71000.085231 /2011-94	Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP	2ª edição da pós-graduação em Políticas Públicas	10/01/2012	10/01/2014	421.734,34
111	6	2012	71000.026776 /2011-69	CP2 Consultoria, pesquisa e planejamento Ltda.	Pesquisa de opinião pública, coleta de dados, entrevistas domiciliares	31/01/2012	31/01/2014	560.489,75
112	7	2013	71000.008839 /2012-86	Fundação Euclides da Cunha	Estudo Geral dos Serviços socioassistenciais PAEFI	07/02/2013	13/06/2014	160.000,00
113	2	2014	71000.001056 /2013-52	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	Realização da Segunda Pesquisa de Entidades da Assistência Social Privadas sem fins lucrativos	19/03/2014	28/02/2015	1.650.702,00
114	1A	2014	71000.039565 /2012-77	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	Cessão de uso com resarcimento de despesas - uso do 2º andar e subsolo do Ed. Núcleo dos Transportes	01/01/2014	10/10/2014	1.053.544,21
115	1	2014	71000.090810 /2013-11	Zênite Informação e Consultoria S.A.	Assinatura dos periódicos Orientação por escrito ILC, Revista Zênite, acesso via web e Leinotadata.com,	28/03/2014	28/03/2015	16.875,00
116	61	2014	71000.081903 /2014-35	Elogroup Desenvolvimento e Consultoria Ltda	Consultoria para modelagem de processos organizacionais	10/09/2014	09/03/2016	89.170,90
117	69	2014	71000.007358 /2014-15	Una Marketing de Eventos Ltda	Montagem de dois estandes do MDS na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2014, 13 a 19.10.14 em Brasília/DF	10/10/2014	31/12/2014	370.135,42
118	52	2013	71000.060564 /2013-72	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev	Serviços de tecnologia da informação e consultoria técnica para cruzamento de dados do CadÚnico	20/12/2013	20/12/2015	2.000.000,00
119	71	2014	71000.003198 /2014-35	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	Impressão, manuseio e postagem de correspondência padronizada com dados variáveis, na modalidade FAC	27/10/2014	26/10/2015	14.464.000,00
120	20	2014	71000.082867 /2013-46	Mudança Cinco Estrelas Ltda - EPP	Transporte rodoviário de carga	23/04/2014	31/12/2014	953.225,50
121	32	2014	71000.096275 /2013-10	NDI Entretenimento, Serviços e Produção de Filmes e Eventos Ltda - ME	Instalação de estruturas físicas e organização de eventos - Quiosques e pontos de voluntários Brasil Orgânico e Sustentável - RJ, SP, BH, Curitiba e Porto Alegre	16/05/2014	31/12/2014	697.680,00
122	33	2014	71000.096275 /2013-10	BJS Fontenelle Amancio de Oliveira - ME	Instalação de estruturas físicas e organização de eventos - Quiosques e pontos de voluntários Brasil Orgânico e Sustentável - Manaus, Brasília e Cuiabá	16/05/2014	31/12/2014	1.173.950,00

123	35	2014	71000.096275 /2013-10	Checklist Soluções Ltda.	Instalação de estruturas físicas e organização de eventos - Quiosques e pontos de voluntários Brasil Orgânico e Sustentável - Natal, Recife, Fortaleza e Salvador	16/05/2014	31/12/2014	820.000,00
124	37	2013	71000.067610 /2012-83	SOS Comunicação e Marketing Ltda	Gestão da informação - tratamento contínuo de acervo	31/10/2013	31/10/2015	4.723.847,12
125	50	2014	71000.013274 /2013-30	Vander e Titra Promoções e Produções Ltda - EPP	Gravação, impressão e republicação de 43.000 unidades de pen drives personalizados e gravados	25/06/2014	31/12/2014	630.810,00
126	55	2014	71000.013274 /2013-30	Vander e Titra Promoções e Produções Ltda - EPP	Gravação, impressão e republicação de 51.200 unidades de cds	07/08/2014	31/12/2014	98.304,00
127	6	2013	71000.008802 /2012-58	MDA - Pesquisa de Opinião Pública	Instituição para estudos específicos	04/02/2013	04/08/2014	2.779.800,00
128	31	2013	71000.088795 /2013-41	Miranda Turismo e Representações Ltda.	Agenciamento de Viagens	12/09/2013	12/09/2014	799.830,29

ANEXO VII - RELAÇÃO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO VIGENTES EM 2014

Quantidade	Contrato		Processo	Contratada	Objeto	Ínicio	Término	Valor global
	Nº	Ano	Número	Empresa		Data	Data	Último valor vigente
1	17	2008	71000.516093 /2008-01	Evolução Desenvolvimento de Sistemas Ltda	Licenças de Uso definitivo e suporte técnico de conjunto integrado de aplicativos	04/07/2008	04/07/2014	R\$ 59.000,00
2	2	2009	71000.555107 /2008-02	Módulo Security Solutions S/A	Serviços de tecnologia da informação e comunicação	23/01/2009	23/01/2014	R\$ 1.269.777,00
3	3	2009	71000.555107 /2008-02	Algar Tecnologia e Consultoria S.A.	Tecnologia da informação e comunicação - TIC , CGI da capacidade Organizacional para operacionalização dos serviços de TIC	23/01/2009	23/01/2014	R\$ 4.681.439,37
4	11	2009	71000.516242 /2008-24	Spread Sistemas e Automação Ltda	Desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação - fábrica de software para o MDS	18/02/2009	18/05/2014	R\$ 10.801.425,09
5	34	2010	71000.036461 /2010-49	IBM Brasil - indústria , máquinas e serviços Ltda	Manutenção preventiva e corretiva de hardware para máquina ibm - z10 bc 2098 - e10 - nº de série82ddcb3 - plataforma mainframe.	21/07/2010	21/07/2015	R\$ 348.000,00
6	41	2010	71000.003443 /2010-81	IBM Brasil - indústria , máquinas e serviços Ltda	Suporte com atualização de versões para sistemas operacionais	05/11/2010	05/11/2015	R\$ 682.409,09
7	2	2011	71000.096934 /2009-23	CTBC Multimídia Data Net	Circuitos de comunicação de dados	11/01/2011	11/01/2014	R\$ 856.669,50
8	10	2012	71000.095304 /2011-56	Synos Consultoria e Informática Ltda.	Fornecimento e instalação de solução de armazenamento de dados	28/02/2012	28/02/2015	R\$ 1.569.894,23
9	47	2012	71000.071674 /2012-89	Algar Tecnologia e Consultoria S.A.	Suporte à infraestrutura de redes e meios de comunicação	27/11/2012	27/11/2015	R\$ 1.675.287,40
10	69	2012	71000.000532 /2012-37	CTX Tecnologia e Equipamentos Ltda - ME	Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos "servidores blade - IBM"	10/12/2012	10/12/2015	R\$ 164.499,96
11	65	2012	PLANEJAME 232/2012-11	Dell Computadores do Brasil Ltda	Fornecimento de equipamentos de informática	11/12/2012	11/12/2015	R\$ 2.325.548,00
12	70	2012	71000.094710 /2011-00	Hitachi Data Systems do Brasil Ltda	Manutenção corretiva e preventiva com substituição de componentes para equipamentos tipo storage	14/12/2012	14/12/2015	R\$ 535.855,44
13	5	2013	71000.029676 /2012-75	Algar Tecnologia e Consultoria S.A.	Administração de dados e de banco de dados	01/02/2013	01/02/2014	R\$ 2.435.621,69
14	9	2013	71000.036646 /2012-15	Algar Tecnologia e Consultoria S.A.	Suporte presencial e remoto aos usuários de solução de TI	18/02/2013	18/02/2015	R\$ 1.074.994,62
15	11	2013	71000.047907 /2012-22	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	Acesso Internet/VOIP (Infovia)	11/04/2013	10/07/2014	R\$ 213.150,00

16	20	2013	71000.102048 /2011-61	Simpress Comercio , Locação e Serviços S.A.	Outsourcing de impressão no MDS	10/06/2013	10/06/2015	R\$ 520.031,27
17	25	2013	71000.077899 /2012-49	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	Armazenamento e Data Center	19/07/2013	19/07/2018	R\$ 11.169.153,51
18	30	2013	71000.088150 /2013-16	TI Métricas Serviços Ltda	TI e mensuração das demandas executadas pela fábrica de Software	12/09/2013	12/09/2015	R\$ 129.794,94
19	51	2013	71000.061781 /2013-80	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	Fornecimento de Certificado Digital	20/12/2013	20/12/2015	R\$ 8.149,71
20	1	2014	71000.051520 /2013-51	Compusoftware Informática Ltda	Direito de uso de licença de software temporário Microsoft em modalidade de subscrição (MVLA)	22/01/2014	22/01/2015	R\$ 1.809.999,71
21	6	2014	71000.106231 /2013-05	Maxtera Tecnologia, Sistemas e Comércio Ltda	Serviços especializados de Operação Assistida e Transferência de conhecimento para ambiente analítico	06/02/2014	06/02/2015	R\$ 4.596.000,00
22	7	2014	71000.121238 /2013-49	Servix Informática Ltda	Aquisição de switches	12/02/2014	12/02/2015	R\$ 2.511.246,00
23	22	2014	71000.034080 /2013-78	Athus Engenharia Ltda	Serviços de engenharia - demolição e remoção de vigas pré-moldadas de concreto do banheiro do bloco C	25/04/2014	25/04/2015	R\$ 48.895,00
24	27	2014	71000.022012 /2014-47	NTSEC Soluções em Teleinformática Ltda - ME	Solução de firewall e proxy	29/04/2014	29/04/2015	R\$ 1.956.685,32
25	30	2014	71000.087413 /2013-61	Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação Ltda	Administração de dados e de banco de dados - firewall e proxy	13/05/2014	13/05/2015	R\$ 2.620.000,00
26	31	2014	71000.107848 /2013-30	Oracle do Brasil Sistemas Ltda	Atualização de versões e suporte técnico de produtos Oracle	16/05/2014	16/05/2015	R\$ 660.899,52
27	44	2014	71000.022011 /2014-01	DCL Brasil Distribuidora Ltda	Solução de virtualização de equipamentos servidores de rede	06/06/2014	06/06/2015	R\$ 3.100.992,00
28	46	2014	71000.127077 /2012-16	Spread Sistemas e Automação Ltda	Serviços presenciais e não presenciais de desenvolvimento e manutenção de software com execução mediante regime de empreitada por preço unitário	10/06/2014	10/06/2015	R\$ 9.540.000,00
29	51	2014	71000.043082 /2014-39	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	Prestação de serviços de Infovia Brasília	27/06/2014	26/06/2015	R\$ 650.400,00
30	52	2014	71000.027092 /2014-27	Maxtera Tecnologia, Sistemas e Comércio Ltda	Supporte técnico, atualização de versões e garantia para o Appliance de dados Teradata	24/07/2014	23/07/2015	R\$ 759.999,96
31	56	2014	71000.034986 /2014-73	IBM Brasil - indústria , máquinas e serviços Ltda	Supporte técnico, atualização de versões e renovação de licença	08/08/2014	07/08/2015	R\$ 230.316,00
32	62	2014	71000.027096 /2014-13	Cast Informática S.A.	Licenças de uso permanente escalável de uma plataforma tecnológica para Modelagem de Banco de Dados e Administração de banco de dados, com suporte técnico e atualização	15/09/2014	14/09/2015	R\$ 279.000,00

33	44	2012	71000.034943 /2012-26	CPM Braxis Outsourcing S.A	Fornecimento de solução integrada de modelagem de dados, modelagem orientada e gerenciamento requisitos	17/10/2012	17/10/2014	R\$ 31.046,60
34	65	2014	71000.097545 /2014-82	Toccato Tecnologia em Sistemas Ltda	Fornecimento de solução de TI do tipo Data Discovery	02/10/2014	01/10/2017	R\$ 1.088.413,74
35	67	2014	71000.008996 /2012-91	Datamétrica Consultoria Pesquisa e Telemarketing Ltda	Realização de estudo qualitativo sobre as barreiras sociais de acesso à escola no âmbito do Programa BPC na Escola	08/10/2014	06/06/2015	R\$ 349.108,29
36	68	2014	71000.001110 /2013-60	Datamétrica Consultoria Pesquisa e Telemarketing Ltda	Realização de estudos para avaliar a qualidade das informações registradas no CadÚnico	16/10/2014	15/12/2015	R\$ 1.599.121,27
37	73	2014	71000.074344 /2014-15	Cast Informática S.A.	Adequação dos ambientes tecnológicos de Banco de Dados e Middleware, em ferramentas Oracle	30/10/2014	29/10/2015	R\$ 2.567.984,00
38	78	2014	71000.118259 /2012-04	IBM Brasil - indústria, máquinas e serviços Ltda	Supporte Técnico, renovação e aquisição de novas licenças da ferramenta IBM Datastage e qualitystage	18/12/2014	18/12/2015	R\$ 465.222,00
39	81	2014	71000.091783 /2014-84	America Tecnologia de Informática e Eletroeletrônicos Ltda	Movimentação do datacenter da unidade do SERPRO de SP para Brasília	26/12/2014	25/12/2015	R\$ 77.900,00
40	79	2014	71000.061796 /2013-48	Servix Informática Ltda	Solução para armazenamento de dados, com instalação, configuração e entrega de hardware com software embutido	30/12/2014	29/12/2015	R\$ 5.578.769,00
41	80	2014	71000.084615 /2013-51	Business to Business Integration Brasil Ltda	Prestação de serviços de TIC, de suporte à administração, operacionalização e manutenção dos datacenters e infraestrutura computacional do MDS	31/12/2014	30/12/2015	R\$ 3.250.002,80